



Ecos do desenvolvimento

Uma história do pensamento
econômico brasileiro

COORDENAÇÃO

Maria Mello de Malta



Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies

Ecos do desenvolvimento

**Uma história do pensamento
econômico brasileiro**

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais, Substituto**

Marcos Antonio Macedo Cintra

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

**Diretora de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

Vanessa Petrelli Corrêa

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Francisco de Assis Costa

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação, Regulação e Infraestrutura,
Substituto**

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro


Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Delorme Prado

Diretores

Antônio Corrêa de Lacerda

Carlos Tibúrcio

Carmem Feijó

Rosa Freire d'Aguiar Furtado

Superintendente Executivo

Pedro de Souza

Assessor Executivo

Glauber Cardoso

Assistente de Direção

Adriana Gomes de Carvalho

Assistente Executivo

Alexandre França

Bibliotecária

Aline Baluê

Presidente do Conselho Deliberativo

Tânia Bacelar de Araújo

Presidente do Conselho Fiscal

José Maria de Aragão Melo

Presidente do Conselho Consultivo

Roberto Saturnino Braga

Ecos do desenvolvimento

Uma história do pensamento econômico brasileiro

Maria Mello de Malta (coordenadora)

Angela Ganem

Bruno Borja

Claudio Salm

Hélio de Lena Júnior

Marco Antonio da Rocha

Pablo Bielschowsky

Rodrigo Castelo

Victor Leandro C. Gomes



Rio de Janeiro, 2011

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

Av. República do Chile, 100 – subsolo 1, salas 15-17

CEP 20031-917 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel: (5521) 2172-6312 / 6313

Site: www.centrocelsofurtado.org.br

E-mail: centro@centrocelsofurtado.org.br

Patrocinadores



Laboratório de Estudos Marxistas

Instituto de Economia – UFRJ

Av. Pasteur, 250, Sala 106, CCJE

CEP 22290-240 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel: (5521) 3873-5306

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Regina Ferraz

Revisão: Sheila Mazzolenis

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2011

Todos os direitos desta edição reservados ao

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento,

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Laboratório de Estudos Marxistas/UFRJ

- E19 Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro / Maria Mello de Malta ... [et al.] ; coordenação de Maria Mello de Malta – Rio de Janeiro : Ipea : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
368 p.
ISBN 978-85-7811-107-6

1. Pensamento econômico - Brasil. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil I. Malta, Maria Mello de, coord. II. Ganem, Angela. III. Borja, Bruno. IV. Salm, Claudio.V. Lena Júnior, Hélio de. VI. Rocha, Marco Antonio da. VII. Bielschowsky, Pablo. VIII. Castelo, Rodrigo. IX. Gomes, Victor. X. Título.

CDU 330.101.8 (81)

Sumário

- 7 **Apresentação**
Marcio Pochmann
- 9 **Prefácio**
Ricardo Bielschowsky
- 15 **Nota introdutória**
Maria Mello de Malta
- 23 **A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão**
Maria Mello de Malta
Rodrigo Castelo
Marco Antonio da Rocha
Bruno Borja
Pablo Bielschowsky
- 53 **A história do pensamento econômico brasileiro como questão**
Angela Ganem
- 79 **Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional**
Bruno Borja
- 125 **Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais: entendendo o *modus operandi* do regime civil-militar no Brasil (1964-1985)**
Victor Leandro C. Gomes
Hélio de Lena Júnior

- 165 **O debate sobre a tendência à estagnação**
Claudio Salm
- 193 **Sensos do contraste: o debate distributivo no “milagre”**
Maria Mello de Malta
- 223 **Crescimento, distribuição de renda e progresso técnico:
a controvérsia sobre os padrões de acumulação**
Pablo Bielschowsky
- 247 **Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento:
do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP**
Marco Antonio da Rocha
- 291 **Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo
dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro**
Rodrigo Castelo
- 329 **Posfácio: Uma agenda para a (re)descoberta do Brasil**
Aloisio Teixeira
- 353 **Referências bibliográficas**

Apresentação

Marcio Pochmann

O presente livro é fruto de uma pesquisa iniciada no âmbito do programa “Cátedras para o Desenvolvimento”, do Ipea, e apoiada pela Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac). O trabalho retoma um debate importante, relegado no passado recente: o da especificidade do desenvolvimento brasileiro. Os pesquisadores do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile da UFRJ (Lema) retomaram este debate e o requalificaram, sendo aqui apresentada uma parte do esforço de pesquisa empreendido.

O intuito é o de propor uma leitura da evolução do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989, levantando e interpretando os debates clássicos dessa época a partir de seus principais autores e “escolas de pensamento”. Um dos pontos centrais da tarefa levada adiante pelo grupo do Lema é o de que tais discussões foram organizadas a partir de uma proposta metodológica particular, que abre o livro e o organiza. A hipótese de que o pensamento econômico brasileiro da época pode ser apreendido a partir da temática do desenvolvimento.

A abordagem metodológica inicial é construída coletivamente pelos autores no primeiro capítulo e define o caminho seguido pela interpretação considerada no livro, dando uma unidade interpretativa ao trabalho. É a partir dessa concepção ampla que se constrói, inclusive, a periodização utilizada para a compreensão da evolução do pensamento econômico brasileiro e dos debates

que foram pinçados como centrais. A indicação é de que o período estudado envolve uma fase “desenvolvimentista” no Brasil, que se inicia na década de 1930 e se estende até a década de 1980. Ressalte-se que os anos 1980 são incorporados a esta fase, sob a alegação de que tal questão ainda norteava as políticas públicas nacionais e o pensamento brasileiro, mesmo considerando-se que o domínio dessa concepção começava a apresentar sua crise.

O pano de fundo da questão metodológica que define a interpretação do livro se estende ainda por mais dois capítulos. De fato, nestes é mostrado que o pensamento econômico brasileiro não deve ser visto de forma estanque, uma vez que é influenciado pela própria história do pensamento econômico em geral em suas várias fases e que o mesmo acaba tendo um lugar também no debate internacional. Para esta tarefa, explicita-se a inserção de Celso Furtado na controvérsia teórica relativa à temática da “economia do desenvolvimento”.

O livro mostra ainda a institucionalidade política do período que, sem dúvida, afetou o próprio pensamento econômico brasileiro à época, abrindo o caminho para os debates centrais sobre a temática do desenvolvimento no Brasil que ocorreram no período sob análise, como a discussão sobre a tendência à estagnação, a controvérsia da distribuição de renda, as construções teóricas sobre padrões de acumulação, a retomada das divergências sobre a revolução brasileira e a retomada do desenvolvimento. Por fim, o livro retoma e revisita os conceitos de subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro.

Pela breve exposição dos temas tratados, é possível ter ideia da profundidade da discussão e do fato que o trabalho procura organizar o debate do desenvolvimento no período estudado. A leitura deixa clara a inexorável relação entre economia, política e história para se compreender os caminhos do desenvolvimento. Concepção esta que norteia os caminhos recentes do Ipea e que define seus atuais “eixos estruturantes” .

Prefácio

Ricardo Bielschowsky

Nos últimos anos o tema do desenvolvimento está aos poucos retomando sua tradicional centralidade no debate político e econômico brasileiro. Durante a “era desenvolvimentista” (1930-1980), o tema “desenvolvimento” esteve no foco das principais discussões econômicas no país. No entanto, entre inícios de 1980 e meados dos anos 2000, o tema foi eclipsado pelo debate típico do que pode ser denominada a “era da instabilidade macroeconômica” inibidora do pensamento sobre desenvolvimento, ou seja, do debate sobre questões macroeconômicas que absorveu a maior parte das atenções dos economistas brasileiros. Nos últimos anos voltou-se a valorizar o debate histórico no Brasil sobre modelos de desenvolvimento a serem perseguidos. Na esteira deste processo estabeleceu-se a necessidade da retomada do trabalho de recuperação do pensamento desenvolvimentista original e de investigação sobre seus desdobramentos recentes.

Os pesquisadores do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema), do Instituto de Economia da UFRJ, perceberam essa necessidade. E apresentam, neste livro, o primeiro resultado de um projeto de pesquisa em curso que busca reinterpretar, revitalizar e, mais importante, sistematizar o pensamento econômico brasileiro, marcado pela questão do desenvolvimento. O trabalho tem sido desenvolvido com competência e o presente livro é uma prova disso.

Sou autor de uma pesquisa sobre a evolução do pensamento econômico brasileiro que cobre o período 1930-1964. A equipe do Lema está dando continuidade aos trabalhos que desenvolvi, cobrindo o período subsequente (1964-1989) e ocupando desta forma uma área acadêmica em que não existem trabalhos sistemáticos, no Brasil. O projeto em que se inscreve o presente livro é uma feliz oportunidade de aprofundamento e avanço para a sistematização do pensamento econômico brasileiro recente.

No esforço de dar sentido aos movimentos vividos pela história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) no período entre 1964-1989, o trabalho coloca à disposição do leitor um importante mapeamento inicial, para posterior aprofundamento, e a sistematização do conhecimento do pensamento econômico brasileiro. A investigação dos autores se organiza sob a interpretação de que o tema do desenvolvimento é a chave de leitura mais útil para o tipo de pensamento econômico existente no período em tela e apresenta excelentes argumentos para a sustentação desta hipótese.

Permito-me mencionar que escrevi alguns anos atrás, com meu colega Carlos Mussi, um artigo que denominamos “O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005”. Encontrei pouco depois, nos pesquisadores do Lema, interlocutores efetivamente interessados em levar adiante o estudo sobre nossas “anotações” para o período 1964-2005, motivadas pela percepção da necessidade presente na academia e na política brasileira, e um estudo de organização sistemática do pensamento econômico brasileiro. Os difíceis passos que jovens em início de carreira acadêmica têm de percorrer tornaram longo o caminho entre aquele interesse e sua concretização, que agora, com alegria, vejo em curso, sob a segura orientação da professora Maria Malta, do IE-UFRJ. Em 2009, o Ipea deu o apoio necessário para o início da pesquisa que deu origem a este livro, cuja realização é acompanhada por mim com muito prazer e, claro, grande curiosidade intelectual.

Ecoss do desenvolvimento trata a HPEB pós-1964 sob um método diferente daquele encontrado na história do pensamento econômico tradicional, adequado ao estudo de um pensamento historicamente determinado em seus mínimos detalhes, como é o caso da reflexão sobre o Brasil. Seu método se organiza a partir do mapeamento das controvérsias norteadoras do debate no período e percorre autores e escolas de pensamento a partir de seus confrontos. O foco do processo de pesquisa é aquele mesmo que me convenceu, há mais de 20 anos, ser o tema central do pensamento econômico brasileiro: a questão do desenvolvimento.

Entre os elementos instigantes do livro está o fato de que o grupo de pesquisadores periodiza seu trabalho destacando a necessidade de se incluir os anos 1980 ainda na “era desenvolvimentista”, que em meu ensaio, em coautoria com Carlos Mussi, identificamos com os anos 1930-1980. O argumento dos autores do livro se encaminha no sentido de destacar os anos 1980 como marcados por uma crise do domínio deste pensamento, mas ao mesmo tempo como uma época de preservação das esperanças dos pensadores brasileiros de transformar o desenvolvimento, que viveram sob o regime autoritário, em um desenvolvimento com direção política mais democrática. A centralidade do desenvolvimento enquanto objeto de referência do pensamento econômico brasileiro dos anos 1980 é uma das belas discussões que este livro abre.

O prazer de ler este trabalho está exatamente em enxergar que há uma coordenação de discussões e perspectivas na direção de obedecer o método proposto pelo grupo no primeiro capítulo. Esta coordenação revela uma intencionalidade de colocar o leitor a par de todo o processo da pesquisa em curso. Depois do capítulo coletivo sobre o método, somos brindados, inicialmente, com o capítulo escrito por Angela Ganem colocando a HPEB no contexto da história do pensamento econômico geral, dando-lhe sentido histórico e iluminando uma interpretação das particularidades da nossa história do pensamento econômico. Esse primei-

ro movimento do trabalho, que busca nos envolver no tema da HPEB sob várias abordagens, se conclui com mais dois capítulos em sequência. Bruno Borja insere o pensamento econômico brasileiro no debate internacional, enquanto as penas de Hélio de Lena e Victor Gomes desenharam o capítulo sobre o história do período na perspectiva de sua institucionalidade política. A partir daí o livro se abre em controvérsias próprias do pensamento do brasileiro. Cada um dos temas tratados — estagnação, padrão de acumulação, distribuição e revolução brasileira — abre-se em suas inter-relações com a história e com os outros debates, trazendo a riqueza da análise da pesquisa em curso. A sensação da leitura é que a relação dos temas como a questão do desenvolvimento expressa sua centralidade em cada debate e, desta forma, a hipótese de partida do percurso se confirma a cada página.

As controvérsias escolhidas para serem trabalhadas neste volume são exploradas de forma diferenciada. Claudio Salm estabelece o ponto de partidas das controvérsias pós-1964. A conjuntura política polarizada do período colocava as divergências analíticas sobre o processo de desenvolvimento brasileiro em um campo minado. Salm nos esclarece que Celso Furtado via, nos anos 1960, a estagnação como um processo inexorável em virtude do padrão distributivo concentrador estabelecido na economia brasileira. Do outro lado, Tavares e Serra, já no exílio, apontaram, do alto dos anos 1970, os limites daquela interpretação de Furtado, rompendo analiticamente com seu mestre ao introduzirem um instrumental kaleckiano ao debate. Pablo Bielschowsky toma esta estrada e enfrenta o curso tomado por esta controvérsia original a partir dos trabalho de Tavares, Lessa e Castro. Sua exploração minuciosa do debate abre para a compreensão da controvérsia existente tanto entre estes autores como no campo governamental durante a ditadura. Maria Malta aprofunda a análise do período destacando o debate distributivo dos anos 1970. Seu enfoque coloca luz sobre a introdução do instrumental teórico do capital

humano na tentativa de reforço interpretativo da questão distributiva como uma consequência natural do processo de acumulação. Seu trabalho destaca que tal apelo teórico se estabelecia na contramão da tradição do pensamento econômico brasileiro. A autora apresenta o foco da tradição brasileira nas estruturas produtivas e políticas do país e indica que classes sociais, suas rendas e seus padrões de consumo se apresentaram de forma peregrina nessa controvérsia. Finalmente, a última controvérsia traçada mereceu dois artigos. O trabalho de Marco Antonio da Rocha sobre o espraiamento e multissignificação do conceito de revolução brasileira nas variadas vertentes da intelectualidade nacional, junto com a pesquisa autoral de Rodrigo Castelo sobre a obra de Florestan Fernandes, conformam a base para a argumentação de que o tema da Revolução Brasileira pertence ao debate econômico. Os autores marcam as raízes econômicas deste tema, indicando que sua organização depende fundamentalmente de concepções sobre estrutura das relações sociais de produção específicas do Brasil.

Nos textos do presente livro os autores buscam, também, retratar a estrutura analítica dos debates ocorridos. Isto é importante, porque o mapeamento das matrizes teóricas que influenciam as obras dos principais autores da HPEB ajuda a fundamentar o caráter disciplinar de sua abordagem no campo da economia, e representa um eixo importante da pesquisa sobre o tema, ao lado da identificação dos movimentos históricos e políticos que determinam a evolução do pensamento.

Outra interessante discussão aberta pelo livro é a centelha de curiosidade que provoca no leitor. Quem lê esta obra pensa imediatamente em quais seriam as controvérsias que conformam o pensamento econômico brasileiro entre 1964-1989. Na própria apresentação, os autores revelam que ainda está em aberto o mapeamento das controvérsias. No entanto, revelam que já encaram como possibilidade a responsabilidade de fincar a bandeira em

sete delas: (i) padrão de acumulação; (ii) distribuição de renda; (iii) revolução brasileira, (iv) dependência, (v) dívida, (vi) inflação e (vii) crise.

Este trabalho se coloca no espaço daqueles que contribuem para o mapeamento e a sistematização da HPEB, e o faz com qualidade e originalidade. Felizmente, a pesquisa continua em curso, o que significa que o trabalho sobre desenvolvimento do pensamento econômico brasileiro posterior a 1964 está recebendo, finalmente, o tratamento que há muito já requeria. Boa leitura!

Nota introdutória

Maria Mello de Malta

I. Breve advertência ao leitor

O livro que o leitor tem em mãos é resultado de um esforço coletivo de pesquisadores, com formação variada nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, trabalhando sob um mesmo método. Diante de um objeto de pesquisa tão extenso e desafiador como a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), o processo de produção deste livro exigiu uma coordenação construída por meio de orientação à pesquisa e de discussões sistemáticas de conteúdo teórico e histórico ao longo dos curtíssimos nove meses de trabalho que tivemos até agora. O resultado que por ora apresentamos é um primeiro extrato de uma pesquisa iniciada no âmbito do programa Cátedras Ipea para o Desenvolvimento e que, ganhando o apoio estruturante da Diretoria de Estudos e Política Macroeconômicas (Dimac) do Ipea, pôde se ampliar, passando a contar com a equipe autora deste trabalho.

É importante que o leitor saiba que a pesquisa ainda está em curso e por isso se encontra em aberto em inúmeros sentidos. Esta apresentação tem, portanto, dois objetivos principais. O primeiro, apresentar a pesquisa, seus autores e os resultados alcançados até agora, expressos neste livro. O segundo, abrir questões que ainda precisam ser respondidas e convidar a todos os interessados no tema a dar sua contribuição ao nosso trabalho.

II. A pesquisa, seus autores, resultados e metas

No final de 2008, o Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) resolveu formular um projeto de pesquisa que pudesse unificar os esforços de todos os envolvidos em sua estruturação progressiva, que teve início em 2004. Desde 2007 estivemos comprometidos com um projeto de extensão sobre os clássicos do pensamento social brasileiro. De nossas produções individuais, saltavam aos olhos dois elementos comuns: uma conexão fundamental entre economia, política e história, e o interesse pelo pensamento produzido nas ciências sociais. Nossa causa coletiva sempre foi entender o Brasil. Então, chegamos a um projeto que conjugasse todos estes esforços: estudar o pensamento econômico brasileiro.

Desde então buscamos identificar em cada um de nós a tarefa individual a ser assumida para pôr em prática o projeto coletivo. O projeto apresentado por mim ao edital Cátedras Ipea foi uma das primeiras tarefas postas em ação. O apoio financeiro e intelectual do Ipea possibilitou a expansão do esforço individual no projeto coletivo, cujos primeiros resultados vêm a público agora neste livro. A pesquisa que enfrentamos busca dar continuidade ao trabalho de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro realizado nos anos 1980 por Ricardo Bielschowsky em sua tese de doutoramento. Seu esforço precisava ser continuado, e a multiplicação da produção científica no Brasil desde 1964, ano no qual encerrou sua pesquisa, transformava aquilo que se iniciou como a tarefa hercúlea de um homem em um trabalho somente realizável por uma equipe.

Do nosso ponto de vista, a qualidade da produção a que nos propúnhamos dependia de uma unidade metodológica, porém considerávamos que a liberdade de criação também precisava ser preservada para garantir uma execução criativa do projeto. Discutimos, então, durante os nove meses da pesquisa, a formulação

e a aplicação deste método. O *workshop* sobre História do Pensamento Econômico Brasileiro realizado no IE/UFRJ em março de 2010 foi o momento de teste de nossa interpretação metodológica coletiva e de troca intelectual muito prazerosa com os especialistas da área. Rompemos com as amarras tradicionais da história do pensamento econômico (HPE) e produzimos uma leitura crítica apoiada em Maurice Dobb (1977) e Isaac Rubin ([1929] 1989), trabalhos que seguem uma longa tradição de HPE iniciada com *Teorias da mais-valia* de Karl Marx ([1905] 1987), delimitando um método adequado para nosso objeto. O conteúdo básico de nossa proposta metodológica está no texto *A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão*, produzido por Maria Mello de Malta, Rodrigo Castelo, Marco Antonio da Rocha, Bruno Borja e Pablo Bielschowsky, todos pesquisadores do Lema.

Angela Ganem, professora visitante do IE/UFRJ e referência da produção sobre história do pensamento econômico no Brasil, participou de nossa pesquisa orientando a discussão metodológica, trazendo contrapontos importantes e realizando a discussão da inter-relação entre a HPEB e a HPE produzida no centro capitalista. Neste processo, Ganem não apenas relacionou os dois movimentos como, principalmente, levantou uma série de especificidades que caracterizam a produção intelectual brasileira entre 1964 e 1989, conforme expõe em seu texto *A história do pensamento econômico brasileiro como questão*.

Como um segundo passo aproximativo entre a história do pensamento no centro e o caminho desenvolvido no Brasil encontramos o texto de Bruno Borja, pesquisador do Lema e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi) da UFRJ. Em *Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional*, Bruno contextualiza internacionalmente as condições em que se forjou a controvérsia fundante da teoria do desenvolvimento e localiza a contribuição de Celso Furtado como o mo-

vimento crítico que faz aterrizar o pensamento sobre desenvolvimento na realidade brasileira do período, transformando-o de maneira definitiva.

Com os pés fincados no Brasil, Victor Gomes e Hélio de Lena Júnior, ambos doutores com formação combinada entre história e ciência política, pesquisadores do Lema e professores em sua área, vão apresentar a história do autoinstituído protagonismo militar na sociedade brasileira, que marcou o desenvolvimento do pensamento econômico no país. A intervenção militar na condução dos negócios do Estado e a ditadura civil-militar, que garantiu sua perpetuação, são indicados como formadores do caldeirão de elaboração do Estado burocrático-autoritário, dentro do qual se configurou a cisão definitiva e se radicalizou a produção intelectual brasileira. Gomes e Lena Júnior nos mostram como o tipo de ordem política específica instituída no Brasil nutriu a noção de estar funcionando para a preservação dos “interesses maiores da nação” por meio de um modelo de Estado cuja ideologia de sustentação se fundava na Doutrina de Segurança Nacional.

A cisão política da produção intelectual foi uma marca importante das controvérsias constituintes do pensamento econômico brasileiro no período entre 1964 e 1989, porém muito mais do que isto é explorado nos outros textos apresentados neste volume.

Claudio Salm, professor aposentado do IE/UFRJ e um dos economistas compelidos ao exílio pela conjuntura política forjada pelo golpe de 1964, nos conta, dando o sabor de sua experiência pessoal, a construção da controvérsia sobre a estagnação que parecia se anunciar para o Brasil em meados dos anos 1960. Salm participou pessoalmente das discussões sob as quais se construiu a interpretação estagnacionista no Brasil e posteriormente dos debates que desconstruíram tal visão, só que desta vez em território chileno. Seu trabalho em nossa pesquisa apresentou, com intimidade, a conjuntura política e o debate teórico nos quais se fundamenta o seu artigo “O debate sobre a tendência à estagnação”. Esta controvérsia articulava basicamente questões sobre a dinâmica de

crescimento econômico com o padrão da distribuição de renda do país. Sendo assim, seus dois herdeiros fundamentais no período imediatamente posterior foram o debate sobre a distribuição de renda e a discussão sobre o padrão de acumulação brasileiro. Cada um deles desdobrou-se, porém, em outros temas, como veremos.

O tema da distribuição de renda tomou o centro do debate pela violência no qual a história o colocou. Sob a ditadura civil-militar assistiu-se a uma piora na distribuição de renda nos anos que acompanharam o “milagre” econômico. A dimensão do problema fora trazida à tona com a publicação do Censo Demográfico de 1970 e tomou a arena pública por meio da imprensa de massa. Nos círculos acadêmicos, a profissionalização e a publicidade estabelecidas para os embates econômicos explicitaram a dicotomia política sempre presente por trás das interpretações teóricas dos problemas da realidade. O artigo “Sensos do contraste: o debate distributivo no ‘milagre’”, de minha autoria, buscou mapear e explicitar os fundamentos teóricos daquela controvérsia.

A controvérsia sobre o padrão de acumulação foi estudada por Pablo Bielschowsky, pesquisador de primeira hora do Lema e professor de economia. A hipótese apresentada por Pablo indica o desenrolar da controvérsia em duas fases e identifica sua transição com o debate sobre estagnação tratado por Salm em seu artigo. A primeira fase seria anterior ao ano de 1964, mas precisava ser resgatada na medida em que identificava a origem da discussão articulada entre distribuição, crescimento e progresso técnico — o que compõe um padrão de acumulação — nas formulações da Cepal. A segunda fase da controvérsia incorpora ao debate a questão das fontes internas de crescimento no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e mantém o corte analítico das contribuições ligadas às origens cepalinas definido no artigo “Crescimento, distribuição de renda e progresso técnico: a controvérsia sobre os padrões de acumulação”.

Marco Antonio da Rocha, pesquisador do Lema e do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT), do Instituto de

Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), onde também realiza seu doutorado, juntamente com Rodrigo Castelo, pesquisador do Lema, doutorando da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ e professor de filosofia política, comprometem-se com o maior desafio do livro: mostrar que o tema da Revolução Brasileira está no interior do debate econômico. Em “Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP”, Rocha apresenta a contribuição fundamental do debate da revolução nacional para o entendimento do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, da dualidade e da dependência em sua expressão brasileira, bem como indica a moldagem de um conjunto de simbolismos, apropriados inclusive pela ditadura civil-militar, associados à ideia de transformação nacional. Em “Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro”, Castelo recorre à obra de Florestan Fernandes para evidenciar as fronteiras necessariamente borradas do pensamento econômico brasileiro. Aquele que é considerado o patrono da sociologia brasileira dedicou boa parte de seu trabalho a compreender as questões estruturais da forma de organização social e produtiva específica do país, produzindo análise e influenciando grande parte dos reconhecidos pensadores econômicos do Brasil. Ambos os textos traçam suas controvérsias recuperando as contribuições do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Este primeiro volume do livro termina, então, deixando algumas controvérsias, identificadas em nosso trabalho sobre método, ainda não cobertas. Todo o debate sobre inflação, que permeia o pensamento brasileiro entre 1964 e 1989, tendo ganhado força especial com as análises teoricamente cada vez mais fundamentadas dos anos 1980, ficou de fora deste primeiro volume. Autores importantes como Ignácio Rangel, os pesquisadores da PUC-Rio, Bresser Pereira, Mário Henrique Simonsen, e o pensamento da

Unicamp sobre o tema serão tratados nesta controvérsia. O tema da dívida brasileira, seja ela interna ou externa, em larga medida associado ao debate sobre inflação, ficou descoberto. Há muito ainda o que se explorar no pensamento dos intelectuais ligados ao Estado brasileiro da época da ditadura. Todas estas lacunas são objeto de nosso estudo e as estamos preenchendo no correr de nossa pesquisa. É também possível que a investigação ainda nos evidencie novas controvérsias. Em resumo, este primeiro resultado não pretende esgotar o debate sobre o pensamento econômico brasileiro para o período tratado.

O segundo volume deste livro pretende trazer boa parte desse trabalho de continuidade de sistematização da HPE e reconhecemos que há ainda muito por fazer. Porém, acreditamos na necessidade de, como fazem os projetistas de aviões, colocar o nosso trabalho em curso no “túnel de vento” da apreciação pública para fazer os ajustes necessários e garantir que ele voará seguro por muito tempo.

Finalmente ainda é importante destacar o caráter formacional e interinstitucional deste trabalho. Boa parte de nossos auxiliares de pesquisa não assina nenhum dos textos, porém foram fundamentais para sua construção. Carla Curty e Juliana Nascimento, ambas estudantes de mestrado da UFRJ e pesquisadoras do Lema, foram responsáveis pela unificação das formas de apresentação dos artigos e extremamente colaborativas nas discussões das várias versões apresentadas de cada um deles, além de terem produzido individualmente pesquisas que contribuíram para o desenvolvimento do projeto coletivo. Rodrigo Bonecini tem sido um excelente auxiliar de pesquisa; contribuiu com sua pesquisa individual e acompanhou cuidadosamente todas as discussões de construção e realização do projeto, mesmo estando, nos últimos meses, envolvido com seu primeiro semestre de mestrado na Unicamp. Laura Amaral, mestranda da Universidade Federal Fluminense (UFF), Allan Mesentier, Fábio França, Camilla Poppe e Guilherme Lima, todos estudantes da UFRJ, participaram atenta-

mente dos debates e trouxeram sempre questionamentos interessantes, além de estarem desenvolvendo trabalhos nesta área.

No outro extremo do espectro formacional, ou seja, ajudando na nossa formação como pesquisadores, apenas a sabedoria e a segurança intelectual pode explicar a generosidade com que Ricardo Bielschowsky (Cepal), Pedro Fonseca (UFGRS), Fábio Erber (UFRJ), Claudio Salm e Angela Ganem — os dois últimos autores neste volume — trataram este trabalho. Salm e Ganem foram presenças fundamentais na construção da pesquisa com sua experiência e conhecimento de causa para nos mostrar os caminhos necessários da objetividade e do delírio no dia a dia de uma pesquisa como esta. Ricardo Bielschowsky, Fonseca e Erber nos escutaram e aconselharam milhares de vezes em todos os momentos de dúvida e nos deram a liberdade de desenvolvermos sozinhos tantas das suas orientações.

Tenho o enorme prazer em reconhecer a formidável dedicação dos meus antigos companheiros de Lema, Rodrigo Castelo, Bruno Borja, Marco Antonio da Rocha, Pablo Bielschowsky, bem como dos novos companheiros nesse laboratório, Hélio de Lena e Victor Gomes. Todos com suas tarefas individuais tão exigentes conseguiram se desdobrar na participação e execução desse projeto e fizeram excelentes trabalhos.

Ainda entre nossos parceiros e apoiadores estão Aloisio Teixeira (UFRJ), Marcio Pochmann (Ipea), João Sicsu (Ipea e UFRJ), Denise Gentil (Ipea e UFRJ), Salvador Werneck Vianna (Ipea) e Mario Theodoro (Ipea), que acreditaram no projeto e vêm viabilizando sua execução. A parceria institucional do Ipea com a UFRJ possibilitou as condições de acolhimento, financiamento e execução do projeto. Agradecemos, então, a todos os trabalhadores destas instituições que com seu trabalho diário permitem que projetos como estes estejam em curso.

A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão

Maria Mello de Malta • Rodrigo Castelo • Marco Antonio da Rocha • Bruno Borja • Pablo Bielschowsky

I. Introdução

Durante a década de 1980 foram produzidos os principais trabalhos que buscaram apresentar a hipótese de que existe uma história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) para ser contada, configurando um projeto de recuperação do pensamento econômico nacional. As teses de doutoramento de Ricardo Bielschowsky e Guido Mantega, posteriormente publicadas como livros em 1988 e 1984, respectivamente, estabeleceram o marco fundacional desse projeto. O objeto de tais trabalhos era o pensamento brasileiro desenvolvido até o final dos anos 1960. Após essas publicações nenhum outro autor ou equipe de pesquisa unificada sob um mesmo método produziu trabalhos dessa natureza.

Por outro lado, o interesse acadêmico sobre a produção científica nacional em economia se manteve aceso, dando espaço a uma linha de publicações. Em 2007, Tamás Szmercsányi e Francisco de Oliveira Coelho organizaram um interessante trabalho sob o título de *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. Este foi o mais recente de uma série de esforços no sentido de recuperar a pertinência do estudo sobre o pensamento econômico produzido no país. Trabalhos como a série *Conversas com economistas brasileiros* (Biderman, Cozac e Rego, 1995; Mantega e Rego, 1999) e *50 anos de ciência econômica no Brasil* (Loureiro, 1997) são títulos fundamentais nessa linha.

Outros projetos de recuperação do pensamento econômico brasileiro também podem ser observados no campo mais autoral, como se pode perceber pelas novas linhas editoriais que organizam e reapresentam as obras de autores como Celso Furtado, Ignacio Rangel e Ruy Mauro Marini.

No entanto, consideramos que foi no bojo do crescente retorno da temática do desenvolvimento ao cenário das principais discussões nacionais, seja na arena política, seja no campo acadêmico, que se recolocou a necessidade de retomar um projeto de sistematização do pensamento econômico brasileiro, agora sob um mesmo método.

Nossa hipótese se relaciona com a ideia de que o tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico no país (Bielschowsky, 1988 e Mantega, 1984). Tomando a questão do desenvolvimento como ponto de partida, propomos, neste trabalho, uma abordagem da HPEB produzida entre 1964 e 1989 que busque recuperar os nexos de formação da própria ciência no país e de sua relação com a prática econômica.

O método em discussão neste artigo é baseado em Dobb (1977) e Rubin ([1929] 1989), trabalhos que seguem uma longa tradição de HPE que se iniciou com *Teorias da mais-valia* de Karl Marx ([1905] 1987). A aplicação deste método ao pensamento brasileiro depende, porém, de uma organização conceitual e uma periodização que vão se inspirar em Bielschowsky (1988) e em Bielschowsky e Mussi (2005), mas possuem algumas nuances críticas importantes.

A discussão do esquema metodológico proposto constituirá a estrutura do presente trabalho, organizado em quatro seções além desta introdução e da conclusão. A seção II justifica a opção pelo tema do desenvolvimento como eixo organizador da produção intelectual dos economistas brasileiros entre 1964 e 1989. A seção III apresenta o marco de referência para a análise da HPEB, de forma a esclarecer a origem do debate proposto. A seção IV discute e contextualiza, no debate brasileiro, o método

universal de HPE recuperado por nossa pesquisa. A seção V apresenta a periodização e a organização conceitual proposta para dar lugar ao método completo em discussão. Finalmente, conclui-se com uma nova missão: historiografar o pensamento econômico nacional segundo o método proposto, com o intuito de recuperar seus temas e sujeitos, como também a história dos debates teóricos e políticos que, partindo de matrizes ideológicas diversas, foram a grande estufa para o florescimento das inovações do pensamento econômico no Brasil.

II. A questão do desenvolvimento como fundante da HPEB

As referências importantes sobre o pensamento econômico brasileiro são inúmeras, podendo ser separadas em três grupos principais. Um primeiro conjunto de trabalhos, em maior número, interpreta a obra de autores específicos, como são os casos do texto de Fanganiello ([1970] 1972) sobre Roberto Simonsen, de algumas dezenas de trabalhos sobre Celso Furtado (por exemplo, as coletâneas organizadas por Bresser Pereira e Rego, 2001, e por Saboia e Carvalho, 2007), inúmeros trabalhos sobre Caio Prado Júnior (como, por exemplo, a coletânea organizada por Iglésias, 1982) e vários textos sobre Ignácio Rangel (por exemplo, a coletânea organizada por Mamigonian e Rego, 1998, e pela editora Contraponto em 2005). Um segundo grupo, menos numeroso, é formado por algumas produções que tratam das interpretações sobre questões específicas, como no caso da reforma agrária (Carvalho, 1978) ou da importância do intelectual no debate econômico (Barreiros, 2006). O terceiro grupo tem uma abordagem mais global e busca efetivamente produzir argumentos intelectuais que defendam a existência de uma HPE propriamente brasileira a ser contada, como são os casos de Magalhães (1964 e 1981), Mantega (1984), Bielschowsky (1988), Biderman, Cozac e Rego (1995), Mantega e Rego (1999), Bielschowsky e Mussi (2002 e 2005).

Dentre todos esses esforços de pesquisa destacamos os trabalhos seminais de Guido Mantega (1984), em *A economia política brasileira*, e de Ricardo Bielschowsky (1988) em *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. Nestas obras, o projeto de sistematização de uma HPEB aparece pela primeira vez como um objeto tratado com profundidade, usando cortes analíticos teoricamente fundamentados. Diferentemente do que fazem os trabalhos temáticos, os autores referidos preparam sua pesquisa para desvendar a estrutura da HPEB e encontram em seu cerne a questão do desenvolvimento. Embora partam de matrizes teóricas diferentes, Bielschowsky e Mantega constroem suas histórias do pensamento econômico brasileiro convergindo em um ponto principal: identificar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como organizadores do pensamento e do debate econômico no país.

Como afirmamos, o argumento de cada um desses autores se estrutura a partir de métodos diferentes. Mantega (1984) parte de uma perspectiva com aportes da tradição marxista, sob a qual formula uma “árvore genealógica da economia política brasileira” (p. 22) com base na construção de modelos teórico-políticos.¹ Todos estes modelos, organizados em torno de projetos de desenvolvimento propostos para o país, agrupariam os trabalhos dos principais economistas brasileiros.

¹ Na concepção de Mantega, o pensamento econômico brasileiro torna-se economia política a partir da publicação de *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, em 1959. Em suas palavras: “após muitos anos de análises parciais e fragmentadas sobre este ou aquele aspecto da economia brasileira, vinha a público um trabalho de fôlego que, respaldado num sólido arcabouço teórico, procurava concatenar os vários aspectos da dinâmica do nosso sistema econômico” (Mantega, 1984, p. 11). Depois deste primeiro esforço mais sistemático vão se produzindo contribuições teóricas que poderiam ser agrupadas em modelos que representam as três principais correntes de pensamento brasileiro, quais sejam, Modelo Democrático-Burguês, Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista e o Modelo de Substituição de Importações.

Bielschowsky (1988), por sua vez, toma uma referência de base schumpeteriana, organizando seu trabalho em torno da noção de ciclos ideológicos. Sua concepção de ciclo ideológico está baseada na noção de história dos sistemas de economia política, definida por Schumpeter como a história de “um conjunto de políticas econômicas que os autores sustentam sob princípios normativos unificadores tais como o do liberalismo econômico e o do socialismo” (Schumpeter *apud* Bielschowsky, 1988, p. 6). Esta concepção leva Bielschowsky a construir uma identificação do ciclo ideológico com um princípio normativo unificador dominante, que daria o significado histórico do pensamento econômico e que, no caso brasileiro, seria o desenvolvimentismo.

Ambos os autores, dessa forma, construíram seus projetos de pesquisa indicando que a grande contribuição brasileira à HPE está nas questões relativas ao desenvolvimento econômico periférico, sob as quais se deram a criação da noção de dualidade estrutural e o debate sobre o conceito de subdesenvolvimento.² Sendo assim, o Brasil se insere no debate econômico internacional com um pensamento eivado de cor local, trazendo ideias originais para a discussão sobre a dinâmica capitalista. Neste sentido, acreditamos que estudar a HPEB é enfrentar a questão do desenvolvimento econômico, com suas determinações históricas específicas do subdesenvolvimento periférico.

III. O marco de referência na produção da HPEB

A união dos esforços de pesquisa de Bielschowsky (1988) e Mantega (1984) nos capacita delinear um mapa dos principais debates em torno da questão do desenvolvimento econômico entre 1930

² É pelas mãos de autores brasileiros como Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e os marxistas da Teoria da Dependência, como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que o deixa de ser visto como uma fase anterior ao pleno desenvolvimento.

e 1970, ainda que suas abordagens sejam distintas do ponto de vista metodológico. O esforço de pesquisa de Bielschowsky é inestimável e, ainda que tenha como referência a história dos sistemas de economia política, é um levantamento extenso de todo o material produzido que expressava o pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964. Nossa proposta, então, é dar continuidade a tais trabalhos, buscando, ao mesmo tempo, seguir adiante no estudo da HPEB e propor uma leitura teórica que tome, de maneira crítica, as referências das abordagens daqueles autores.

Conforme já mencionado, Bielschowsky estabelece como referencial o trabalho de Schumpeter ([1954] 1964), no qual aparece como necessária a separação entre história da análise econômica e a história dos sistemas de economia política, que considera a história do pensamento econômico. Na concepção de Schumpeter, a história da análise econômica se refere à história da “evolução” dos modelos analíticos de base para a teoria econômica; a história dos sistemas de economia política considera a sequência temporal dos conjuntos de políticas econômicas que os autores sustentam sob princípios normativos unificadores; e, finalmente, a história do pensamento econômico seria “a soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental, que correm pelo espírito público em determinado tempo e espaço” (Schumpeter *apud* Bielschowsky, 1988, p. 6).

O caminho afirmado por Bielschowsky para construção de sua análise da história do pensamento econômico brasileiro é, porém, diferente daquele de Schumpeter. Apesar de aceitar a separação analítica do economista austríaco em seu trabalho sobre a história da teoria econômica, o autor de *Pensamento econômico brasileiro* reconhece que a história dos sistemas de economia política, e não a história da análise econômica, é o caminho mais frutífero para construir sua obra. Agrega, porém, duas considerações: (i) parte do seu trabalho é organizar a história do pensamento

econômico, no sentido que Schumpeter dá à expressão, pois boa parte da produção do período não possui compromissos acadêmicos; (ii) toda reflexão econômica contém uma dimensão analítica, mesmo que esta não seja o foco principal, e seu interesse está relacionado com a necessidade de sistematizar os argumentos aplicados ao processo econômico.

Bielschowsky utiliza-se, então, da noção de ciclo ideológico, para unificar a produção do período de referência no que chama de “sistema desenvolvimentista”. O pensamento deste período não fora desenvolvido em círculos teórico-acadêmicos; ele foi essencialmente engajado politicamente na discussão do processo de industrialização brasileira. Desta forma, ele identifica cinco correntes de pensamento no Brasil — neoliberalismo, desenvolvimentismo via setor privado, desenvolvimentismo via setor público nacionalista, desenvolvimentismo via setor público não nacionalista e socialismo — definidas por intermédio de seus projetos econômicos básicos, tomando como referência o conceito de desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo é definido por Bielschowsky (1988, p. 33) como o “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento, e decidido apoio do Estado”. Os socialistas foram compreendidos como parte do ciclo ideológico desenvolvimentista porque comungariam dos elementos básicos do conceito. Eles, porém, consideravam que a superação do subdesenvolvimento só se viabilizaria por meio da revolução socialista. Os neoliberais consideravam que equilíbrio monetário e equilíbrio financeiro seriam suficientes para garantir a eficiência econômica (de mercado), equilíbrios que levariam o país ao desenvolvimento e apenas neste sentido aceitavam a intervenção estatal. Desta forma, do ponto de vista de Bielschowsky, os neoliberais e os socialistas estavam a reboque da corrente principal desenvolvimentista, sendo pautados por ela.

Mantega (1984), por sua vez, busca argumentar que o trabalho de Celso Furtado do final dos anos 1950 pode ser considerado o marco de fundação de uma economia política brasileira. Esta seria resultado de um embate ideológico entre duas frentes principais que defendiam interesses político-econômicos antagônicos do ponto de vista dos projetos para nossa economia. Liberais agraristas e desenvolvimentistas industrialistas — como Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, respectivamente — construíram as duas linhas ideológicas mestras do debate. Havia ainda uma contribuição de tradição marxista crítica aos próprios termos do debate, que se aglutinava principalmente em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tal tradição identificava que a questão do desenvolvimento capitalista periférico se colocava de forma dependente e que o subdesenvolvimento era o papel que cabia à periferia do sistema. Na esteira deste debate, os desenvolvimentistas cepalinos estabeleceram uma forte influência por meio da apresentação de uma teoria do desenvolvimento que daria o estofamento teórico necessário para questionar as teses dos liberais agraristas e fortalecer o argumento de Roberto Simonsen.

Seria da combinação dessas influências que se originaria a economia política brasileira, entendida por Mantega como o lado não ortodoxo (não neoclássico) do debate sobre desenvolvimento. Esta área do debate daria lugar, já nos anos 1960, a três importantes modelos de pensamento para o desenvolvimento brasileiro, que seriam: (i) o Modelo de Substituição de Importações, vinculado a autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Ignácio Rangel, e refletindo a influência da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), que destacaria os aspectos técnicos da questão do desenvolvimento; (ii) Modelo Democrático-Burguês, cujas fontes principais seriam o PCB e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) nas figuras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, que tinha o foco voltado para as questões políticas; e (iii) o Modelo de Sub-

desenvolvimento Capitalista (André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos), que surgiria como uma crítica aos dois modelos anteriores, tendo como referência as teses de Trotsky sobre a revolução permanente.

Do lado oposto a todas essas teses estavam os autores do *status quo* da época, considerados por Mantega como contribuições que se organizam fora do campo da economia política. Porém, sua matriz liberal e neoclássica teve de ser adaptada, inicialmente, para uma necessidade muito grande de intervenção do Estado numa economia subdesenvolvida como a brasileira, e acabou gerando o que o autor chamou de Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Neste campo, os nomes de destaque, como herdeiros de Eugênio Gudín, são Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen. Podemos concluir, a partir desses dados, que a proposta de Mantega (1984) era diferente daquela de Bielschowsky (1988). Mantega apresenta seu trabalho como uma análise da economia política brasileira que busca combinar o que seria, segundo a concepção de Schumpeter, a análise econômica e sistemas de economia política. Propõe, então, que os modelos analíticos do desenvolvimento brasileiro fossem o critério de recorte de nossas “escolas” de pensamento, nas quais, conseqüentemente, o conjunto das propostas de política para o desenvolvimento é o principal norte. O efeito desta escolha sobre o trabalho de Mantega é que o autor não identifica adequadamente as matrizes analíticas de seus “modelos” de economia política como fruto e reflexo de visões de mundo diferenciadas entre os autores. Bielschowsky, no entanto, deixa a questão analítica em segundo plano e identifica um único sistema de economia política para o período em torno do conceito de ciclo ideológico do desenvolvimentismo, destacando correntes de pensamento, mas abrindo mão da noção de modelo ou de escola.

Ambos os trabalhos inspiram nossa pesquisa, porém, nos parece importante, para situar essa proposta metodológica no deba-

te, esclarecer nossa perspectiva sobre história do pensamento econômico em geral, e sobre a HPEB em particular, assim como suas principais controvérsias.³

IV. O debate sobre a produção de HPE no Brasil

De nosso ponto de vista, empreender um debate sobre questões referentes à história do pensamento econômico demanda que estabeleçamos, ainda que esquematicamente, a existência de diferentes abordagens para o tratamento da própria história do pensamento econômico e que definamos por qual caminho seguiremos.

A visão tradicional de HPE é estruturada em torno da ideia de que só existe uma linha teórica em economia, que hoje atinge seu mais alto grau evolutivo. Esta perspectiva defende a ideia de que, ao longo do tempo, o que se observa é uma acumulação progressiva do conhecimento econômico. Assim, segundo as análises de Tolipan (1988) e Arida (1996), constrói-se uma noção evolutiva da ciência econômica em que os autores seguem, ora mais, ora menos, consistentemente, o caminho para se chegar ao nível de desenvolvimento atual da análise econômica, o qual cristaliza no presente todos os desenvolvimentos teóricos anteriores e representa seu ápice evolutivo.

Por sua vez, todo o debate crítico de HPE se estrutura em torno da noção de ruptura teórica (Malta, 2005). Esta noção levanta o fato de que o pensamento econômico se desenvolve sob a disputa de diferentes visões de mundo, que se descortinam em concepções analíticas diversas sobre o funcionamento da economia.

³ É importante ressaltar que consideramos que a sistematização do pensamento econômico brasileiro até 1964 já foi feita e está no trabalho dos dois autores mencionados nesta seção. Nada além de uma contribuição marginal adviria de refazê-la sob nossa proposta metodológica, por isso nos concentraremos em elaborá-la e aplicá-la ao período posterior àquele mencionado.

Há na HPE rupturas brutais entre os métodos de análise teórica que se sucedem no tempo. Tais rupturas não implicam qualquer superação em termos lógicos. Para além da identificação da ruptura no desenvolvimento da teoria econômica, a contribuição da HPE crítica está, fundamentalmente, em desmistificar a ideia de que a história do pensamento seria essencialmente uma avenida de mão única, partindo de conceitos primitivos para chegar a conceitos mais sofisticados. Ao contrário, o que se estabelece é que a HPE seria uma história de controvérsias sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política (Nunes e Bianchi, 1999).

No contexto da primeira abordagem, a HPE se torna uma curiosidade de eruditos, um relato conclusivo de “erros passados” e muitas vezes até “um apêndice incômodo que precisa ser neutralizado” (Tolipan, 1982, p. 5). Sob a direção da segunda abordagem referida, fazer história do pensamento econômico é recuperar “o estímulo acadêmico à imaginação teórica e à crítica irônica do dogma e deve para isto analisar o modo de construção da ciência” (*ibid.*, p. 10). Como esclarecem Bianchi e Nunes (2002, p. 171), neste caso:

[...] o pesquisador quer ir além do ponto de entender como as ideias econômicas se desenvolvem a partir de sua própria lógica interna. Ele quer conhecer os processos pelos quais certos significados são criados em ambientes sociais específicos. [...] Ele pensa o conhecimento científico como um tipo de produto social, e rende-se à importância de considerar as instituições que organizam este conhecimento.

Desse ponto de vista, romperemos com a noção tradicional de HPE que enxerga o pensamento econômico a partir da ideia de que existe uma linha evolutiva em teoria econômica.⁴

⁴ Para a apresentação do debate sobre essa visão de história do pensamento econômico ver Ganem (2003), Malta (2005) e Tolipan (1988). Para uma apresentação mais tradicional, ver Arida (1996).

Nossa abordagem para tratar o pensamento econômico brasileiro contrasta, portanto, com aquela tradicional encontrada em Schumpeter ([1954] 1964). A construção schumpeteriana separa o campo da ideologia do campo da análise, afirmando a ideia de que a teoria econômica pode ser esvaziada de uma visão de mundo sob a qual fora formulada. Em nossa perspectiva, referenciada em Dobb (1977), tal separação não pode ser sustentada. Nas palavras a seguir, Dobb (1977, p. 52) descreve a questão de fundo que nos parece essencial a ser retomada no estudo da HPE e que se apresenta bastante evidente para o caso brasileiro.

Para sermos breves diremos que a distinção que Schumpeter tentou estabelecer entre economia como análise pura e como visão do processo econômico, em que entram inevitavelmente tendências e matizes ideológicos, não pode ser sustentada, a menos que a primeira se limite à estrutura formal, unicamente de afirmação econômica, e não à teoria econômica como afirmação substancial sobre as relações reais da sociedade econômica; visto que na formulação desta última, e no próprio ato de julgamento do seu grau de realismo, não pode deixar de entrar a intuição histórica, a perspectiva e a visão social.

Em nossa visão, o método mais eficaz para se pesquisar a história do pensamento econômico combina o estudo do período histórico de referência com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante destas influências. Esta perspectiva, emprestada de Rubin ([1929] 1989), tem como princípio o materialismo histórico, em contraponto com o idealismo hegeliano sob o qual seria possível existirem ideias provenientes de um “espírito absoluto”, sem a necessidade de uma base material que as originasse. As ideias de uma época são a expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história, cuja dinâmica é dada fundamentalmente pela luta de classes.

V. Uma proposta de análise da HPEB

Influenciados por todos os autores já referenciados neste texto, e ainda levando em consideração o método de construção da análise sobre o estado da economia política no final dos anos 1980 realizado por Possas (1990), propomos que a HPEB, para o período posterior a 1964, seja analisada em nível teórico-analítico, histórico e político de maneira integrada.

Segundo a nossa análise, não existe sistema de economia política que deixe de se organizar a partir de um sistema ideológico. Tais sistemas ideológicos são resultado de transformações históricas repletas de lutas políticas, que por sua vez são o contexto sob o qual se desenvolve, de uma forma ou de outra, um sistema analítico de referência.

Toda proposta de sistematização de história do pensamento econômico, após estabelecida sua abordagem, tem, a nosso ver, dois pontos de partida essenciais: (i) um corte conceitual organizativo; e (ii) uma periodização de referência que se relaciona intimamente com este corte conceitual.

V.1. Organização conceitual

Conforme explicitamos ao longo de nosso argumento, consideramos que a noção que dá origem a uma boa base para a análise das controvérsias que constituíram a história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989 é a noção de desenvolvimento. Nossa observação inicial é que a questão do desenvolvimento povoou o pensamento da imensa maioria dos economistas do Brasil e que a maior parte dos debates do período em estudo tem como referência fundamental um projeto de desenvolvimento para o país. De fato, os projetos em disputa são bastante diversos, seus referenciais analíticos são variados e, em alguns casos, importantes, bastante ecléticos. A variedade de abordagens e de projetos políticos influencia também os caminhos e os temas dos debates.

Consideramos que desde os anos 1950 o trabalho de Furtado, consolidado com *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961a), recolocou em pauta a questão do desenvolvimento (já trazida à tona anteriormente por Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e pelos “isebianos”), constituindo-se em um marco conceitual para o pensamento posterior. Sua interpretação dos limites ao desenvolvimento no Brasil dos anos 1960 relacionava o conceito de subdesenvolvimento com a dualidade da estrutura socioeconômica brasileira, que se expressava na fraqueza organizativa da classe trabalhadora dividida entre as formas modernas e arcaicas de produção coexistentes no país (Borja, p. 77-122 deste volume). Esta estrutura implicava uma distribuição de renda favorável às classes dominantes, gerando um padrão de demanda (tanto em termos de consumo, como de investimento) que, segundo o autor, em pouco tempo levaria à estagnação. Assim, o trabalho de Furtado marca o pensamento econômico brasileiro com a pergunta que a história gritava: como superar os limites ao desenvolvimento do Brasil?

Nosso argumento é que a realidade política e econômica brasileira insumia o debate teórico de maneira expressiva. O mapa das controvérsias do período é repleto de inter-relações temáticas e temporais. Neste sentido, elegemos algumas controvérsias centrais para organizar o estudo do pensamento da época, porém conscientes de que todas têm como origem a questão perene do desenvolvimento.

Como nosso ponto de partida cronológico é 1964, inicialmente nos parece fundamental destacar o debate sobre a estagnação que marca o início dos anos 1960. Este tema forneceu o contexto para um confronto no campo das interpretações sobre como evoluiria a organização e a expansão da economia brasileira. A hipótese do esgotamento do dinamismo do desenvolvimento industrial sustentado pela substituição de importações levou um grande grupo de intelectuais a avaliar que o Brasil se encontrava

diante de uma situação de estagnação estrutural. Estruturalistas, liberais e marxistas contribuíram para o debate.

As interpretações sobre um suposto processo de estagnação encontravam apoio em todos os campos. Furtado, com seu pensamento estruturalista, afirmava a tendência à estagnação com base em uma visão da dinâmica do capitalismo brasileiro orientada por um modelo de crescimento com abundância de mão de obra. Esta explicação tem origem nos modelos de acumulação clássicos e no trabalho de Arthur Lewis (1955), nos quais coexistem incorporação contínua de progresso técnico e níveis salariais ditados por padrões de consumo da classe trabalhadora no nível de subsistência. Com base neste esquema, a estagnação brasileira estaria explicada pela incapacidade do processo de desenvolvimento estabelecido criar um mercado socialmente integrado, dada a manutenção do padrão extremamente desigual na distribuição de renda.

Marxistas observavam o processo de perda de dinamismo do modelo de desenvolvimento brasileiro como uma expressão da tendência decrescente da taxa de lucro, que no fundo se relacionava com o aumento da composição orgânica do capital gerado pelo próprio modelo de industrialização adotado. Além disso, combinavam esta ideia com a escassez de oportunidades de investimento agravadas pela acentuada heterogeneidade da economia. Apesar de terem se posicionado neste debate, os marxistas tenderam a subsumi-lo às discussões que deram origem ao debate sobre os projetos de transformação nacional (Revolução Brasileira). Para estes autores, o restabelecimento da dinâmica de crescimento não era o centro do debate.

Os liberais brasileiros montavam uma explicação para a perda de dinamismo já bastante influenciados por visões neoclássicas sobre o crescimento econômico. Até por conta de uma visão mais harmônica sobre a dinâmica distributiva, a certeza estava em que a questão da distribuição não se relacionava com problemas pro-

priamente econômicos ou políticos. Deste modo, para tais autores, o núcleo da questão estaria no crescimento da produtividade da força de trabalho.

O aporte crítico estruturalista de Tavares e Serra ([1971] 1973)⁵ indicava que a crise que acompanhava o esgotamento do modelo de substituição de importações era uma situação de transição para um novo padrão de acumulação capitalista que fosse dinâmico e ainda assim reforçasse aspectos do modelo anterior, como a concentração de renda e o atraso de certos subsectores quanto aos níveis de produtividade. Deste modo, traziam para o debate uma visão do desenvolvimento econômico em que a dinâmica era dada pela demanda agregada, e sua expressão social teria relação com a definição da estrutura da demanda que lideraria o processo (Salm, p. 163-190 deste volume).

Dado que no período imediatamente subsequente a este debate sobre estagnação a economia brasileira recuperou seu dinamismo, tal controvérsia foi subsumida por outras expressões das diversas interpretações sobre a economia brasileira. Os principais herdeiros do embate anterior foram: (i) a controvérsia da distri-

⁵ Este texto foi produzido pelos autores nos cursos da Escola Latino-americana de Sociologia da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO-ELAS) e da Escolatina (programa de Estudos de Pós-graduação da Faculdade de Economia da Universidade do Chile) em 1968. Sua divulgação foi feita em várias publicações diferentes. Sua primeira aparição foi na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* em julho-dezembro de 1971; em seguida tomou as páginas da *El Trimestre Económico* nº 152 de 1971 e ainda figura no livro *Teoría metodológica y política del desarrollo de América Latina* da FLACSO-Unesco, que incluía vários textos apresentados no 2º Seminário Latino-Americano para o Desenvolvimento, promovido pela Unesco e FLACSO em novembro de 1970. Em 1972 o texto ganha sua primeira edição em português no livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Em vista desta variedade de datas associada a esta obra, decidimos mencioná-la sempre referida ao ano de sua primeira edição em espanhol, especialmente porque o texto circulou clandestinamente na academia brasileira nesta versão, contribuindo muito para a discussão dos anos subsequentes.

buição de renda, cujo desenrolar seguiu-se imediatamente ao debate sobre estagnação absorvendo os esforços dos liberais (Langoni, 1973), bem como de parte dos estruturalistas (Tavares, 1975 e Serra, 1975) e dos marxistas (Singer, 1975); (ii) o debate sobre a forma de organização produtiva e financeira brasileira, que ocupou fundamentalmente os estruturalistas, e acabou unificado em uma única controvérsia sobre a relação entre crescimento, distribuição e progresso técnico (Tavares, 1974 e 1978), ou seja, sobre o novo padrão de acumulação do país (Bielschowsky, p. 221-243 deste volume).

A controvérsia da distribuição de renda desenvolveu-se nos anos 1970 altamente influenciada pela publicação dos dados do Censo Demográfico de 1970. Neste contexto, contou-se com mais dois aportes teóricos importantes: (i) as discussões sobre os modelos de crescimento com base no princípio da demanda efetiva e seus limites interpretativos; e (ii) a teoria do capital humano para justificar a má distribuição de renda resultante do processo de acumulação sob o regime civil-militar (Malta, p. 191-220 deste volume). Cada uma destas questões representava uma perspectiva diferente para o desenvolvimento econômico nacional. Boa parte da complexidade do debate foi organizada em Tolipan e Tinelli (1975), onde está o material produzido na contracorrente da explicação oficial para os resultados de piora na distribuição de renda captados no Censo de 1970, dada por Langoni (1973).

Contrapondo-se aos próprios termos do debate em curso, uma outra controvérsia tomou conta da intelectualidade brasileira: os projetos de transformação nacional ou a Revolução Brasileira. A referência geral da discussão era a visão da revolução nacional como um movimento de ruptura definitiva com o passado colonial e de constituição do Estado-Nação. Este debate se abre em duas vertentes principais, cuja clivagem política também trazia marcas diferenciadoras do ponto de vista da visão econômica, propondo modos de ação e diretrizes diferentes para a condução da política e da política econômica, porém contendo um núcleo

básico comum. Todo o debate está permeado pelo reconhecimento das necessidades de avanço das forças produtivas, do fortalecimento do capital nacional e do consenso em torno do crescimento (Rocha, p. 245-288 deste volume).

O grupo ligado ao núcleo de operacionalização da ditadura civil-militar se entendia como parte executora da “verdadeira” revolução brasileira. O temário da controvérsia fora apropriado e subvertido por eles. Pensando o Brasil como um país que necessitava de ordem e progresso, os autores, extremamente influenciados por concepções marginalistas sobre economia, formulavam planos para melhorar a alocação dos fatores produtivos, suprimiram na teoria e reprimiram na prática a luta de classes (e com ela a questão distributiva) e militavam muito mais no debate sobre crescimento e estabilidade (Simonsen e Campos, 1974 e 1975; Simonsen, 1973).

O segundo grupo teve como ponto de referência o conceito de subdesenvolvimento norteando sua análise sobre a formação histórica do Brasil. Tanto o conceito de subdesenvolvimento como as propostas de transformação para o país subdividia este segundo conjunto de autores.

De um lado, estavam autores cuja formulação sobre subdesenvolvimento visava superar a dualidade estrutural componente das visões mais tradicionais sobre o Brasil, presente inclusive nas primeiras formulações de Furtado sobre o conceito. Autores como Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior percebiam como a interpretação dual impedia a captação precisa da dinâmica de funcionamento da economia brasileira. Tal interpretação, muito influente entre os autores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), tinha como referência o debate corrente no pensamento marxista que via uma funcionalidade para o próprio capitalismo na manutenção da heterogeneidade estrutural (Oliveira, 1972). Mais que isso, identificava na estrutura capitalista subdesenvolvida uma dinâmica que se sustentava desta heterogeneidade e a retroalimentava. Sendo assim, não existia a possibili-

lidade de se pensar a superação do subdesenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo, pintando a controvérsia da Revolução Brasileira com tintas mais vermelhas (Castelo, p. 289-325 deste volume). Além disso, este grupo era herdeiro de um debate com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sobre a natureza de nossa revolução.

Do outro lado, a segunda parte desses autores via também o subdesenvolvimento como algo distinto do desenvolvimento, e não apenas como uma fase anterior deste mesmo processo. Porém, a forte influência da análise keynesiana identificava a possibilidade do subdesenvolvimento ser superado por uma via reformista dentro do próprio sistema capitalista, caso o Estado assumisse um papel mais protagônico no processo. A contribuição deste grupo na controvérsia da Revolução Brasileira é pouco marcante, pois concentram-se muito mais em debater o padrão de acumulação.

Os anos 1970 têm os debates supracitados como os principais norteadores da produção científica em economia no Brasil, mas ao longo de toda a década, bem como na década anterior, os temas da inflação e da dívida eram parte do debate nacional. Nos anos 1980, porém, a crise da dívida e a aceleração do processo inflacionário levaram a definição da centralidade desses temas para responder a velha questão de Furtado sobre como superar os limites para o desenvolvimento brasileiro.

Assim, na entrada da década de 1980, o aumento da taxa de juros americana, a recessão mundial subsequente e a crise da dívida dos países latino-americanos trouxeram uma nova roupagem para o debate do desenvolvimento. Os economistas da tradição neoclássica tiraram da algibeira mais um aporte teórico para interpretar o processo inflacionário brasileiro. Retomaram as tradicionais interpretações da inflação, defendendo um rigoroso ajuste fiscal, com corte nos gastos correntes e nos investimentos que não tivessem prioridade, visando o saneamento das contas públicas. Ao mesmo tempo, uma diminuição da pressão na conta

de transações correntes e o controle do processo de endividamento externo lhes parecia fundamental para o ajuste desse quadro. A interpretação por trás desse receituário era a de inflação de demanda. Do outro lado, ainda antes, economistas estruturalistas adaptaram a análise da inflação já feita para a economia chilena para um esquema que se aplicasse melhor ao caso brasileiro. No Brasil não era uma estrutura agrícola fundamentalmente arcaica que determinava a impossibilidade de suprir as cidades de alimentos, implicando um aumento estrutural de preços. No entanto, a inflação brasileira também tinha uma origem de custos sob esta perspectiva.⁶ Os estruturalistas identificavam a política de desvalorização cambial sistemática como o principal gatilho da inflação, porém esta mesma política era aquela que buscava sanar o problema da restrição externa, posto para o país pela crise da dívida.

Embora ambos os lados trouxessem explicações para o componente inercial da inflação brasileira com base na indexação, o debate expressava não apenas visões teóricas distintas sobre a questão da moeda, mas também concepções sobre desenvolvimento bastante diferentes.

Nesse período, as duas escolas que mais se destacam no debate e na condução das políticas econômicas, a Escola de Economia da Unicamp, chamada Escola de Campinas, e o Departamento de Economia da PUC-Rio, são ilustrativas dessa transformação no debate sobre desenvolvimento econômico. Ambas partem do diagnóstico da crise como resultado da conjunção das turbulências no sistema financeiro mundial — que culminam com a alta dos juros norte-americanos —, e das “distorções” criadas pelas características estruturais do modelo de desenvolvimento brasileiro.

⁶ Uma importante influência crítica nesse debate foi Ignácio Rangel, que apresentou uma interpretação bastante particular do processo inflacionário brasileiro, em plenos anos 1960, no livro *A inflação brasileira* ([1963] 1981).

A proposta da PUC-Rio de um novo diagnóstico estrutural da inflação enquadra-se como um bom exemplo. O diagnóstico parte da constatação da peculiaridade da inflação brasileira, isto é, seu componente inercial — hipótese já levantada por Simonsen (Simonsen e Campos, 1974). Ao mesmo tempo, tal diagnóstico relaciona o componente inercial com a forma como o sistema responde aos “impasses sociais” criados pelo conflito distributivo (Resende, 1979), e com a forma como os choques externos são absorvidos pelo sistema (Modiano, 1984; Lopes, 1984). As propostas de superação da crise para retomada das condições de desenvolvimento são pensadas a partir do combate às manifestações do conflito distributivo expressas na criação dos mecanismos de indexação (Resende, 1984) e no descontrole do déficit público (Fraga Neto, 1987).

A Escola de Campinas, que havia se constituído também como corrente crítica ao modelo de desenvolvimento adotado após o golpe, diagnostica igualmente a crise como resultado das distorções do sistema. O argumento é estruturado no sentido de que as manifestações da crise representam o aprofundamento das contradições do padrão de desenvolvimento implementado pelo golpe. Deste modo, após 1964 o crescimento econômico brasileiro passa a ser baseado na crescente iniquidade de distribuição de renda, na dinâmica do setor de bens de consumo duráveis e no sobre-endividamento do setor privado (Tavares, [1972] 1973 e 1978; Belluzzo e Coutinho, 1983). A superação da crise passava, portanto, pela reformulação do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, que gerou estudos sobre a estrutura produtiva brasileira.⁷

As controvérsias sobre a inflação e sobre a dívida foram partes fundamentais do debate sobre a crise, tomando a forma de propostas para solucionar a quebra na dinâmica do crescimento brasileiro experimentada na década de 1980.

⁷ Tais trabalhos marcaram a década de 1980, como é o caso de Tauile (1984).

Assim, ao longo dos últimos anos da década de 1980, a continuidade da crise econômica motivou novas reflexões sobre sua natureza e as possibilidades de saída. Visões da construção da eficiência por meio de um Estado mais leve, que se endividasse menos e fosse menos corrupto, e uma abertura comercial que pudesse dar um “choque de capitalismo” (Covas, 1989) no Brasil conviviam com um projeto de retomada da construção dos setores necessários para a completude do ciclo endógeno de acumulação no país, liderado por investimento estatal e no qual o elemento do progresso técnico passava a ser fundamental para pensar a saída da crise. Neste debate gestaram-se dois projetos de desenvolvimento que pareciam unos, mas o tempo evidenciou sua grande diferença: (i) o projeto de desenvolvimento industrial brasileiro, herdeiro da controvérsia sobre padrão de acumulação, centrava sua preocupação no desenvolvimento tecnológico do país;⁸ (ii) construção da eficiência por meio da melhoria da infraestrutura estatal, que se revelou na origem do projeto neoliberal implementado nos anos 1990.

Acreditamos que com isso mapeamos os principais temas controversos que traçaram o perfil do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989. Desta forma, encontraremos nos debates sobre estagnação, padrão de acumulação, distribuição de renda, revolução brasileira, inflação, endividamento externo e interno, crise e reconstrução nacional a essência dos “sistemas de economia política” e da “análise econômica” que estavam em disputa na constituição do pensamento econômico brasileiro, tendo como norte a questão do desenvolvimento. Tais subtemas, então, nos auxiliam a identificar os principais grupos participantes do debate e nos possibilitam avaliar quais eram seus referenciais analíticos na construção de sua produção intelectual.

⁸ Uma de suas publicações mais importantes, o *Estudo da competitividade da indústria brasileira* (Coutinho e Ferraz, 1994) data dos anos 1990, apesar de sua longa pesquisa ter sido iniciada em meados dos anos 1980.

V.2. Justificativa de periodização

Tendo explicitado o desenvolvimento econômico e suas controvérsias como referência conceitual, é importante fundamentar nosso corte temporal para o debate. Bielschowsky e Mussi (2005, p. 2) nos oferecem uma periodização interessante, que constitui nossa referência para discussão.

A periodização que aqui utilizamos para descrever o movimento das ideias sobre desenvolvimento econômico no Brasil consiste em três grandes fases, por sua vez compostas de subperíodos. As duas primeiras fases pertencem ao que podemos denominar de “era desenvolvimentista”, que se estende aproximadamente de 1930 a 1980. Nesses cinquenta anos, o pensamento desenvolvimentista descreveu dois ciclos, um que vai até 1964 — o “ciclo original” — e outro que vai daí até 1980 — o “ciclo desenvolvimentista no regime autoritário”. [...] A terceira fase se inicia por volta de 1980 e se estende até hoje. Trata-se da “era da instabilidade macroeconômica inibidora”, de baixo crescimento [...] e forte instabilidade macroeconômica, que obstaculizaram o pensamento sobre crescimento e desenvolvimento. O que predominou, nesse período, foi o debate sobre as “restrições ao crescimento” — inflação, endividamento externo, dívida pública, taxas de juros, etc.

Nossa periodização inspira-se na linha de Bielschowsky e Mussi (2005), porém propõe duas revisões críticas: (i) a primeira sugere um prolongamento do que chamam de “segundo ciclo desenvolvimentista” para o final da década dos 1980, bem como busca unificar os dois ciclos ideológicos, identificados pelos autores, em um único ciclo, cuja referência seria o debate sobre o desenvolvimento brasileiro, que estaria no auge exatamente no ano de 1964, quando começa sua inflexão do ponto de vista político; (ii) a segunda diz respeito ao próprio conceito de ciclo ideológico como organizador principal da dinâmica de periodização.

Para nós, o ciclo ideológico desenvolvimentista, entendido como o período em que todas as correntes de pensamento eram

pautadas pelo desenvolvimentismo, tem a sua gênese em 1928-1930⁹ e termina em 1988-1989. De fato, o que está definido em Bielschowsky e Mussi (2005) como o primeiro ciclo desenvolvimentista corresponde ao período de consolidação e auge do pensamento desenvolvimentista original, incorporado nos estudos da Cepal e do Iseb e na defesa da industrialização do país, a partir do financiamento do Estado nacional em parceria com a burguesia nacional. Neste período, a Cepal e o Iseb começaram um processo intelectual de formulação teórica das condições estruturais do subdesenvolvimento periférico, com ênfase nas especificidades da América Latina.

Até aproximadamente 1960, o nacional-desenvolvimentismo gozou de enorme prestígio intelectual e político na América Latina, sendo considerado o pensamento hegemônico à época. O modelo de desenvolvimento preconizado pelos desenvolvimentistas, baseado fundamentalmente na industrialização, não alcançou, todavia, os resultados esperados, por exemplo, em termos da autonomia nacional e da modernização dos setores econômicos e sociais mais atrasados da região.

É nessa época que o pensamento econômico conservador emerge com força nos debates ideológicos nacionais e, junto com o golpe civil-militar de 1964, seus adeptos são alçados ao comando do Estado e passam a postular novos rumos para o desenvolvimento econômico brasileiro. Neste contexto, os projetos de estabilização e crescimento econômico propostos por Roberto Campos, Antônio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen e João Paulo Reis Velloso (Simonsen e Campos, 1974 e 1975; Velloso, 1978) ganham o espaço público, porém ainda se justificam no bojo do projeto desenvolvimentista, já definido anteriormente como o projeto de superação do subdesenvolvimento por inter-

⁹ Sobre a gênese do desenvolvimentismo ver Fonseca (2004) e Bielschowsky (1988).

médio da industrialização integral, do planejamento e decidido apoio do Estado. Assim, ainda que a abordagem teórica de base e o construto ideológico de referência tenham sido modificados, em um novo contexto político o tema do desenvolvimento permanecia na agenda brasileira, inclusive adaptando as teorias liberais para as necessidades da realidade nacional.

Nos termos de Simonsen e Campos (1974), emerge uma nova economia brasileira, mais dinâmica do ponto de vista da complementação do parque industrial nacional e das altas taxas de crescimento econômico, dando origem ao chamado “milagre econômico”. Em oposição a esta formulação floresce uma rica bibliografia de caráter crítico ao modelo de acumulação capitalista implantado pelo regime civil-militar a partir do golpe de 1964. Esta crítica ao que diversos autores chamam de Capitalismo Monopolista de Estado partiu de dentro e de fora do país, por meio da Teoria da Dependência (Cardoso e Faletto, 1970; Frank, 1969 e 1973; Marini, 1969; T. Santos, 1967 e 1970), em espaços como a Escola de Sociologia da USP e posteriormente o Cebrap, onde o debate se desenvolveu incorporando interpretações como as de Paul Singer (1977) e de Francisco de Oliveira (1972). Além destes, podemos incluir autores que mais tarde fundariam a Escola de Campinas e o Instituto de Economia Industrial da UFRJ (Castro, [1967] 1969a; Lessa, [1978] 1988; Tavares, 1974 e 1988; Tolipan e Tinelli, 1975).

A crise internacional que foi se configurando a partir de final dos anos 1970 impulsionou um balanço sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista e as características estruturais da economia brasileira. Por outro lado, a mesma crise permitiu que as correntes críticas ao modelo de desenvolvimento instaurado pelo golpe civil-militar, que também carregava a bandeira desenvolvimentista, ganhassem prestígio no debate. Assim, o espraçamento progressivo do ambiente de crise no Brasil facultou a criação de uma relação entre suas formas de manifestação (por

exemplo, inflação, restrição externa) e as distorções criadas pelas opções políticas adotadas na execução do processo de industrialização brasileiro, principalmente no tocante ao II PND.

Nosso entendimento é que durante os anos 1980, a despeito da queda nas taxas de crescimento e da configuração progressiva de limites ao desenvolvimento econômico latino-americano por conta da crise da dívida e da desaceleração do crescimento mundial, permanece no Brasil o pensamento sobre desenvolvimento como um elemento de coesão do movimento de redemocratização em sua estratégia para o país. Claramente há um questionamento progressivo do projeto ideológico desenvolvimentista, especialmente após a inflexão sofrida com o golpe civil-militar de 1964. Porém, do ponto de vista das formulações econômicas na academia e na política, o desenvolvimento permaneceu sendo a principal referência para os debates.

Conforme Fiori (1995, p. x),

[...] nos dois primeiros anos no governo Sarney ainda acreditava-se na possibilidade de manter a mesma estratégia de crescimento industrial até então vigente, agora comandada democraticamente por uma nova coalizão política, capaz de corrigir o seu viés profundamente antissocial.

Neste sentido, a desorganização da via desenvolvimentista de industrialização foi dada pelo processo de endividamento progressivo do Estado, caracterizado de forma definitiva nos últimos anos do governo Sarney. O Plano Cruzado de 1986 e a Constituição de 1988 seriam, assim, os últimos suspiros do desenvolvimentismo como um projeto ideológico dominante.

Reconhecemos que desde o início dos anos 1980 abriu-se uma conjuntura de crise nacional e internacional que acabou criando um momento de refluxo do pensamento sobre desenvolvimento. Este refluxo só se completou, porém, no final da década de 1980, e expandiu seus limites pelos anos 1990. Desta forma, os anos 1980 podem ser considerados um período de transição, sob o

qual o velho pensamento ainda não havia fenecido de todo e o novo ainda não havia completado sua gestação.

A pausa aparente do pensamento sobre desenvolvimento na verdade reflete o momento de perda do poder hegemônico do desenvolvimentismo. Neste momento se afirma uma postura intelectual de entender as potencialidades e problemas da economia brasileira como uma mediação necessária para a superação da crise e para a recuperação do debate sobre um desenvolvimento econômico “legítimo”. Portanto, a crise ajudou a criar uma agenda de consenso sob a qual se supunha que qualquer desenvolvimento econômico requeria condições mínimas de funcionamento das instituições econômicas, como a moeda ou o sistema de preços relativos, bem como estabeleceu que a superação da crise e a retomada do desenvolvimento estavam intimamente ligadas entre si.

Observamos, porém, que durante os anos 1990, notadamente marcados pelo neoliberalismo, o debate ideológico sobre o desenvolvimento econômico de certo modo arrefeceu. O protagonismo do debate foi assumido pelos temas da inserção externa do Brasil, da estabilização monetária, do controle fiscal e da reforma do Estado sob o primado da perspectiva neoclássica sobre o funcionamento da economia. Ainda que do ponto de vista retórico o desenvolvimento se mantivesse na agenda política nacional,¹⁰ a controvérsia sobre modelos de desenvolvimento alternativos para o país tornou-se tímida na arena política e/ou acadêmica. Os anos 1990 foram efetivamente da hegemonia da máxima “*there is no alternative*” do ponto de vista da construção de um modelo brasileiro de desenvolvimento. Por este motivo, nós identificamos apenas na entrada da década de 1990 o verdadeiro fim do ciclo

¹⁰ Exemplos desse destaque retórico são os discursos do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que se pronunciaram sobre o tema no primeiro mandato da gestão FHC com duas importantes intervenções políticas e acadêmicas no debate (Cardoso, 1995; G. Franco, 1998).

ideológico desenvolvimentista, pois nos anos 1980, ainda que em crise, foi o desenvolvimentismo que continuou a dar o ritmo do debate nacional.

O segundo ponto de nossa revisão crítica diz respeito a traçar a periodização com base no conceito de ciclo ideológico. De fato, pensar no movimento das ideias por meio de ciclos ideológicos tem a vantagem de trazer em si uma noção de gênese, auge e declínio de uma determinada formulação dominante, porém demanda a definição exata de critérios únicos que estabeleçam os motivos e o motor de tais alterações de domínio relativo.

Tanto Fonseca (2004) como Bielschowsky (1988) caracterizam a ideia de desenvolvimentismo como a ideologia de transformação da sociedade brasileira por meio de um projeto econômico específico, articulando a defesa da industrialização como via de superação do passado colonial (ou ainda do subdesenvolvimento) com a defesa do ativo planejamento do Estado e de um nacionalismo no sentido amplo. Em ambos os casos, o desenvolvimentismo é um conjunto de ideias que tem múltiplas fontes teóricas e uma expressividade histórica manifesta na ação do governo. Neste sentido, ambos os autores nos fornecem uma bela construção sobre a origem do desenvolvimentismo, articulando projeto econômico e projeto político em uma ideologia. Por outro lado, nenhum dos dois autores propõe um argumento claro sobre a determinação dinâmica do “ciclo ideológico” fundado sob o conceito em pauta. Em geral, a frequência de implementação consistente de políticas desenvolvimentistas, seu domínio sobre o Estado e sua interlocução crítica será definidora das inflexões dos ciclos ideológicos em questão.

Nossa dificuldade em estabelecer uma noção definitiva sobre o conceito de ideologia, juntamente com a noção de que a história e as ideias (políticas e econômicas) se interrelacionam, porém possuem certa autonomia relativa, nos fez romper com a noção de ciclo ideológico. Esta pesquisa encontrou no debate perene sobre desenvolvimento no Brasil desde 1930 até 1989 o nexu ne-

cessário para fundamentação de sua periodização e nas controvérsias conformadoras do debate o movimento de construção e desconstrução das ideias em disputa pela explicação da história.

Vale destacar que o trabalho realizado por Bielschowsky (1988) em nada depende da noção de ciclo ideológico, ao contrário, sua sistematização é tão rica que se manteria de pé sem a necessidade deste recurso, ainda que busque estabelecer a noção organizadora de sistema desenvolvimentista — entendido como um sistema de economia política na concepção de Schumpeter — enquanto referência analítica para o seu trabalho. Neste sentido, consideramos que, antes de 1964, a história do pensamento econômico brasileiro já está contada e tal projeto precisa ser continuado.

VI. Considerações finais

Podemos afirmar, então, que o método que propormos implica uma redefinição da dinâmica de construção do pensamento econômico nacional em relação aos trabalhos seminais produzidos em HPE. Sob nossa perspectiva, a história, a ideologia, a política, a economia e a análise teórica são elementos que, por serem umbilicalmente conectados, precisam ser articulados simultaneamente na definição dos conceitos e da periodização necessários para se construir o recorte de estudo da história do pensamento econômico.

No caso brasileiro, isso vai implicar a necessidade de explicitação da utilização de determinadas teorias como justificativas ou como base para a construção das orientações políticas seguidas, cujo entendimento é essencial para a compreensão do modelo de desenvolvimento sob o qual se estrutura o debate e a prática econômica nacional.

O pensamento econômico no Brasil é, sem dúvida, marcado pela questão do desenvolvimento. Este traço é tão forte em nossa produção que seu desaparecimento como tema central merece o

status de ruptura e abre a necessidade de uma análise diferenciada. Supomos que utilizando o mesmo método — ou seja, identificando um tema central sob o qual se organizaram as controvérsias, analisando o contexto histórico e ideológico refletido em larga medida nos desenvolvimentos teóricos do período —, poderemos sempre enfrentar a tarefa de historiografar o pensamento econômico brasileiro.

Espera-se com este procedimento um enriquecimento crítico do debate de HPE no Brasil e da própria HPEB, colocando a história do pensamento econômico, bem como a produção intelectual sobre economia no Brasil, no espaço da discussão teórica.

A urgência desse projeto se justifica pela retomada progressiva do debate sobre desenvolvimento a partir do final dos anos 1990, indicando uma tendência, reforçada ao longo da década atual, de revigorar as ideias desenvolvimentistas. Sendo assim, consideramos que quase 20 anos depois do fim da “era desenvolvimentista” não apenas chegou “a hora em que alça seu voo a coruja — Pássaro de Minerva”, como diria Fiori (1995) em referência à Hegel, mas também já se estabelecem as necessidades práticas de revisão, sistematização e análise da história do pensamento econômico brasileiro do período entre 1964 e 1989, especialmente como um estudo das raízes políticas e econômicas do debate atual.

A história do pensamento econômico brasileiro como questão

Angela Ganem

I. Introdução

Este ensaio tem como objetivo refletir sobre a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), explorando particularidades da trajetória de uma economia retardatária, atrasada, subdesenvolvida, periférica, dependente e engajada no capitalismo constituído das economias centrais. Partimos da ideia de que para reconstruir a história da produção teórica de um país, de uma região ou de uma civilização faz-se necessário praticar um duplo movimento: com a história econômico-social e com a história das ideias. Neste sentido, um dos objetivos do trabalho é identificar, ainda que de forma embrionária, influências das matrizes do pensamento das economias centrais nas teorias elaboradas por nossos pensadores. Este esforço nos permite apontar releituras conceituais, adaptações teóricas e a criação de novos conceitos que pretendem dar conta da especificidade do objeto.

Ainda nesse campo conceitual e interpretativo, a influência teórica das várias matrizes do centro sobre nossos pensadores dota a HPEB de um caráter plural e interdisciplinar. No Brasil, as características de pluralidade e de interdisciplinaridade podem ser observadas tanto no plano autoral como na multiplicidade de perspectivas teóricas voltadas para a análise do capitalismo brasileiro. A inserção do Brasil no quadro do desenvolvimento do capitalismo e nas formas políticas praticadas para superar a

pobreza explica a íntima ligação do pensamento brasileiro com a temática do desenvolvimento e da superação do subdesenvolvimento, questão que tem organizado a leitura da HPEB.

Além disso, é possível constatar que o pensamento econômico no Brasil se faz e se consolida ligado à política e às instituições, tal como ocorre com a história do capitalismo brasileiro. O trabalho aborda esses temas, valendo-se das contribuições dos autores, dos sistematizadores da HPEB e, sobretudo, da proposta metodológica deste livro, que entende a história do pensamento como um espaço privilegiado das controvérsias e que busca integrar a economia à história, à política e à ideologia.¹

II. HPEB e a sua relação com a história do capitalismo e com a história das ideias

Uma perspectiva crítica da história do pensamento econômico envolve o exercício de um duplo movimento: com a história econômico-social e com a história das ideias. O pensamento econômico sistematizado nasce com o surgimento do capitalismo e com a história das ideias da modernidade, esta última responsável pelo processo de construção do ideário liberal. A história econômico-social fornece a referência maior na qual se circunscrevem as ideias. Entretanto, elas são um jogo vivo de saberes, um ma-

¹ A HPEB desse período (1964/1988) foi sistematizada por Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi (2005), Guido Mantega (1997a) e Bresser Pereira (1997). O trabalho de maior fôlego é o de Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi que organiza a HPEB por ciclos ideológicos (dentro da linha do clássico de Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, publicado em 1988). Já Guido Mantega a sistematiza por correntes, e Bresser Pereira, por pactos e interpretações. A proposta metodológica de Malta *et al.* (p. 21-50 deste volume) vem se somar às demais leituras sistematizadoras da HPEB, mas num outro plano de desafio: o de explorar as principais controvérsias do período, articulando a teoria à história, à política e à ideologia.

nancial fértil para novas hipóteses propositoras, enfim, um campo inesgotável de investigação.

Reconstruir a história do pensamento econômico dentro de uma perspectiva crítica significa compreendê-la como um registro mediado por fatos econômico-sociais e articulado às ideias. Isto significa que não existe uma autonomização das ideias em que se celebra o gênio desgarrado de sua inserção histórica. Sobre o segundo aspecto, Ricardo Tolipan afirma:

[...] ela [a HPE] não pode ser entendida como algo enciclopédico, uma câmara mortuária dos conteúdos do passado, ou um catálogo de mônadas teóricas sem vínculo orgânico com o conjunto de ideias que conformara a questão. (Tolipan, 1982)

Uma HPE crítica refuta a ideia da história do progresso científico como um processo acumulativo linear que nos leva inexoravelmente a uma verdade absoluta em que o atual estágio do desenvolvimento teórico da ciência econômica estaria atestado pelos últimos avanços modelísticos e matemáticos do *mainstream*. Esta perspectiva positivista tem a pretensão de fazer tábula rasa da história, tornando-a desnecessária, supérflua, ou ainda apenas objeto de curiosidade intelectual, a inserção das contribuições teóricas no tempo. O que importa neste caso é o atual estágio analítico, fiel depositário acumulado dos resultados analíticos recentes. Uma HPEB crítica além de estabelecer um movimento das ideias com os fatos históricos deve ser entendida como um combate de ideias, eminentemente plural e conflitivo, o espaço da controvérsia, o espaço da liberdade (Ganem, 2003).

A HPE das economias centrais, nesses últimos três séculos, testemunha a dinâmica da economia como ciência, acumulando um amplo espectro de teorias e métodos e caracterizando-se por uma natureza plural e aberta às controvérsias. Traçando em grandes linhas o processo histórico desta ciência, podemos identificar movimentos teóricos catalisadores que nos ajudam a perceber os diferentes caminhos trilhados por seus teóricos, alguns em clara

oposição no que diz respeito à compreensão da natureza da economia e os métodos mais apropriados para tratá-la.²

A economia política nasce com a implantação do capitalismo e como fruto da modernidade. No século XVIII é possível construir um consenso em torno de Adam Smith como seu marco fundador. Ele a inaugura com uma interpretação sistematizada da ordem social capitalista, observando-a tanto pela ótica da produção, da acumulação e do excedente, como pela forma mercado.³

A ótica da produção, da acumulação e do excedente econômicos analisados no quadro histórico-social está ligada ao caminho aberto no século XVII por William Petty e desenvolvido por Adam Smith e pelos fisiocratas no século XVIII. Já a leitura pela ótica do mercado remete Smith à história das ideias, em especial sua participação na construção do ideário liberal, um processo que é inaugurado na revolução científica moderna e desenvolvido na filosofia política e moral dos séculos XVII e XVIII. A solução da mão invisível em que interesses privados ao invés de se chocarem produzem bem-estar social contrapõe e supera as formulações do contrato para a explicação da ordem social liberal nascente e é considerada por inúmeros autores como a palavra final da modernidade.

Os neoclássicos em fins do século XIX, no intento de fornecer respostas metodológicas (leia-se provas matemáticas) a uma ciên-

² Tomei a liberdade de, ao traçar em grandes linhas os caminhos da HPE, não fazer referências à extensa bibliografia que fundamenta as afirmações aqui feitas.

³ Ainda há uma terceira leitura sobre Adam Smith e o nascimento da economia, caracteristicamente interdisciplinar. Nela é inconcebível a ideia da economia como ciência, livre da moral e do príncipe. Faz parte dessa perspectiva o esforço de inúmeros pesquisadores de unir as duas obras do autor: a *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações*. Essa questão da possibilidade de união ou não do filósofo com o economista gerou uma importante controvérsia sobre a natureza da economia, conhecida como o “problema Adam Smith”, ou *das Adam Smith Problem*.

cia pautada pelo espelho da física, estreitam o raio de ação da economia e procedem a um reducionismo no tratamento dos fenômenos econômicos, traduzindo Smith aos seus próprios termos. Afastam-se teoricamente da questão do desenvolvimento e concentram-se exclusivamente nas questões alocativas do mercado. Os neoclássicos da primeira leva (revolução marginalista) releem a ideia da mão invisível smithiana e a compreendem como uma ordem racional passível de ser demonstrada matematicamente.

Nesse momento histórico, coexistem duas perspectivas teóricas opostas acerca da natureza da economia e da origem do valor. Um mesmo objeto — o capitalismo — tratado de formas diferentes, ou uma mesma ciência, com dois enfoques distintos: a *economics* e a economia política crítica de Marx.

Eclipsado dentro da academia e articulando claramente a economia com a política, a história e a sociedade, Marx retoma o tema central de Smith e Ricardo ao desenvolver a teoria do valor-trabalho e explicar a origem do excedente na estrutura produtiva. Nesse intento, a história é o elemento esclarecedor do papel dos conflitos entre as classes sociais na análise da dinâmica das contradições e das possibilidades de superação do capitalismo como modo de produção e ordem social.

O século XX assiste ao desenvolvimento teórico dessas duas grandes matrizes do pensamento, mas no meio acadêmico da economia é o programa neoclássico de pesquisa que impera incontestemente, até pelo menos a crise de 1929. Essas duas matrizes situam-se claramente em campos opostos na política e como projetos de sociedade: o projeto socialista de um lado, com seus desdobramentos teóricos e políticos, e o mercado como ordem espontânea e fim da história em Hayek.⁴

⁴ Em fins do século XX, no campo doutrinário, discursos apologéticos elegeram entusiasticamente o mercado, como passado, presente e devir das sociedades contemporâneas. Uma nova teoria do mercado, menos matemática e mais afinada a seu tempo, foi um dos grandes pilares deste discurso: a teoria do mercado espontâneo de F. A. Hayek.

Entretanto, e para além dessas duas matrizes, o século XX traz a novidade das nuances da pluralidade teórica no pensamento econômico. São várias as correntes de pensamento que surgem na figura de autores como Keynes, Schumpeter, Sraffa e Kalecki, que se desdobram por sua vez numa multiplicidade de escolas de pensamento, como os sraffianos, os pós-keynesianos, os institucionalistas, os neoschumpeterianos, os neomarxistas, os regulacionistas franceses, os evolucionários e os estruturalistas cepalinos, para citar os mais representativos. A identificação da estrutura desses últimos programas de pesquisa, suas evoluções, bem como suas degenerescências (no sentido lakatosiano) é um dos objetos atuais de estudo da epistemologia contemporânea.⁵

A presença dessas inúmeras escolas confirma o fosso existente entre a perspectiva “cristalina” do programa neoclássico de pesquisa e as perspectivas metodológicas críticas alternativas, ou o campo da heterodoxia como muitos preferem denominar. A primeira perspectiva com seus fundamentos restritivos e rigorosos de pesquisa assentados na otimização e no equilíbrio como noções centrais tem a ideia forte de que a modelização ou a complexidade crescente de cálculos é critério de cientificidade necessário e suficiente à entrada da ciência econômica no reino das *hard sciences*. Some-se a esses elementos a perspectiva dogmática do programa, que por seus critérios definidores de cientificidade se autoconsidera o representante dos avanços da ciência econômica e os demais, vistos por ele, como retórica ou literatura. Já a se-

⁵ A estrutura dos Programas de Pesquisa de Lakatos é composta por um núcleo duro e um cinturão protetor. O *hard core* é constituído de teorias infalsificáveis por decisão de seus protagonistas. Para a física pura, por exemplo, são as leis gravitacionais. Para o programa neoclássico de pesquisa é a Teoria de Equilíbrio Geral de origem walrasiana. Essas hipóteses do núcleo rígido não podem ser rejeitadas nem modificadas. O núcleo tem um caráter ideal e é protegido por um cinturão protetor de hipóteses auxiliares e de teorias que visam dar conta de fenômenos mais próximos do real, estas últimas teorias passíveis de serem testadas (Lakatos, 1974).

gunda perspectiva se expressa na pluralidade de discursos e nas possibilidades inesgotáveis de diálogo e aproximações entre as escolas. Esta perspectiva crítica tem a enfrentar uma multiplicidade de desafios, que vão desde a complexidade cognitiva do sujeito e da ação humana, a concepção do tempo como aberto e irreversível, as trajetórias entendidas como não determinísticas, a consideração das instituições, a importância dos valores e da ética, a interdisciplinaridade e a necessidade da história, lido sobre o qual as teorias e os métodos se desenvolvem.⁶

Será no esteio desse quadro plural de reflexões dos vários programas de pesquisa que as primeiras formulações teóricas sobre o capitalismo brasileiro surgem e se desenvolvem. Pensar a HPEB é, portanto, partir dessas reflexões acumuladas no centro para tecer num processo conjunto as particularidades e identificações que nossa história econômica/social/cultural dependente e associada exigiu.

A busca pela compreensão das economias retardatárias, atrasadas, subdesenvolvidas se fez no Brasil na segunda metade do século XX. A HPEB e a história do pensamento latino-americano surgem no quadro de teorias maduras sobre o capitalismo constituído nas economias centrais. Em outras palavras, a reflexão sistematizada da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ocorre séculos após a inserção desses países como economias coloniais no quadro da modernidade e no processo de acumulação de capital das economias centrais.

Em termos conceituais, a defasagem teórica que se constata na periferia em relação à reflexão sobre o capitalismo das economias centrais se traduziu em vantagens. Primeiro, na possibilidade de aproveitar-se das teorias existentes, adaptando-as; e segundo, na criação de novos conceitos que tratam das especificidades do

⁶ Sobre esse quadro teórico em que se tem, de um lado, o programa neoclássico de pesquisa e, de outro, as alternativas heterodoxas, ver Ganem (2003).

desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ainda que integrado ao movimento mais geral do capital.

Podemos observar uma adaptação equivocada de conceitos na identificação de relações feudais nas análises sociais do campo brasileiro, uma tese determinista oriunda do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Outro exemplo de adaptação teórica sem mediações são os arranjos das teorias do crescimento e da teoria do capital humano da teoria *mainstream* aplicadas à análise do capitalismo brasileiro. De outro modo, presenciamos adaptações com mediações, que resultam em importantes contribuições na HPEB, como as aplicações da teoria do ciclo kaleckiana feitas por Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello na análise dos elementos endógenos da dinâmica do modelo de acumulação capitalista no Brasil. Já o aparecimento de ideias absolutamente originais é uma das faces interessantes do processo de conhecimento, em que conceitos como o de dualidade estrutural e de subdesenvolvimento de Celso Furtado iluminam não apenas a nossa história, mas também fornecem novas contribuições à compreensão do movimento mais geral do capital.

Um exemplo marcante de especificidade teórica é a temática central do desenvolvimento/subdesenvolvimento como estruturador da história do pensamento econômico-social no Brasil. Parece óbvio, mas foram as injunções históricas do capitalismo que fizeram da HPEB uma história organizada em torno do conceito de desenvolvimento. E será o conceito elaborado por Celso Furtado que marcará o nascimento da HPEB intimamente imbricado à economia política do desenvolvimento, como constatou primeiramente Ricardo Bielschowsky, na análise dos ciclos ideológicos de desenvolvimento, e como constata Guido Mantega, que responsabiliza Furtado pelo surgimento de uma economia política engajada na descoberta do desenvolvimento econômico. Será também o conceito de desenvolvimento que organiza a HPEB, lida como espaço das controvérsias, em Maria Malta *et al.* (p. 21-50 deste volume).

Para Furtado, o conceito de desenvolvimento, como bem assinala Ricardo Bielschowsky, traduz a íntima articulação que deve existir entre os elementos: Estado e as estruturas produtiva e distributiva, ou o Estado como promotor de mudanças estruturais na produção acompanhadas de melhorias na distribuição de renda.⁷

A ideia de Furtado sobre o papel do Estado na construção das nações periféricas é o de fomentar a industrialização para superar a pobreza e o subdesenvolvimento. Entretanto, tanto a força da ideia do nacional, como da participação ativa do Estado, apresentam-se aqui com naturezas distintas das economias centrais. A formação dos Estados Nacionais nas economias centrais, encarnada na figura do príncipe do Estado-Nação, traduziu-se na unidade e na conformação das sociedades europeias e na viabilização do processo de acumulação primitiva de capital.

Já o “nacional”, nas nossas circunstâncias históricas, vem articulado — em sua forma mais madura — a uma ideologia nacional-desenvolvimentista, alavanca de um processo de industrialização no quadro de um capitalismo constituído. Isto vai exigir, por força da história, um Estado que intervenha deliberadamente no plano econômico e social e que assuma a responsabilidade na condução de políticas voltadas para superação do atraso e da pobreza.

A gestação da ideologia nacional/desenvolvimentista marca um período que, segundo Bielschowsky, é doutrinário por excelência (período 1945/1955).⁸ Podemos supor, dentro da visão

⁷ Em *O mito do desenvolvimento econômico*, publicado em 1974, Celso Furtado amplia o seu conceito de desenvolvimento, desmistificando a ideia de progresso e de desenvolvimento dos países centrais, posto que não são levadas em conta nem as questões ambientais nem as culturais.

⁸ Já para Pedro Fonseca, o desenvolvimentismo como ideário do processo de desenvolvimento pode ser observado nas suas primeiras formulações na prática política do 1º governo Vargas. Sobre este tema, consultar Fonseca (2004).

khuniana, que estaríamos num momento pré-científico⁹ da formação e de desenvolvimento da ciência, em que as controvérsias, embora num campo doutrinário, refletem perspectivas que disputam a melhor compreensão do capitalismo brasileiro: uma vocação agrária se contrapondo às primeiras formulações industrial-desenvolvimentistas.¹⁰ A ruptura transformadora da modernização industrializante foi o quadro econômico da elaboração de uma teoria do desenvolvimento e de uma análise do nosso subdesenvolvimento elaborada por Furtado, responsável pelo pensamento inaugural sistematizado da HPEB.

Se para Furtado desenvolvimento deve vir acompanhado de melhorias de distribuição de renda, para os adeptos da ordem do mercado o desenvolvimento terá sempre uma fase sem distribuição de renda, e até com concentração de renda, como aconteceu com a implantação do modelo autoritário de desenvolvimento.

O Estado como promotor do desenvolvimento é um elemento de consenso entre os economistas brasileiros em todas as correntes teóricas, inclusive os neoclássicos, que compreendem a economia a partir do mercado e seu desenvolvimento com base na eficiência. Estes últimos defenderam a presença do Estado em determinados momentos da história do Brasil. Entretanto, a diferença entre a perspectiva ortodoxa neoclássica e uma perspectiva crítica é que a aceitação pela primeira do papel do Estado é funcional (no sentido de útil) e circunscrita a determinados momentos da história do capitalismo (no sentido de descartável), en-

⁹ Thomas Khun define etapas do progresso científico. Primeiro ocorre um pré-científico, em que as teorias (algumas ainda com forte conteúdo doutrinário) disputam a hegemonia, um período de ciência normal em que se tem um paradigma dominante e períodos de rupturas e de mudanças de paradigmas expressos nas revoluções científicas (Khun, 1982).

¹⁰ Ou, como nos diz Bresser Pereira, integrando a economia à literatura e à arte: “era a ideia de um Brasil macunaímico da Semana de Arte Moderna, o Brasil da *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, o Brasil ufanista de Afonso Celso e o Brasil agrícola de Gudin” (Bresser Pereira, 1997).

quanto que para as correntes da economia crítica ela é a condição de viabilização do processo de acumulação e distribuição de renda num país capitalista tardio. Para a ortodoxia e, sobretudo, para a sua face neoliberal das últimas décadas do século XX, assim que a estrutura produtiva se moderniza e o capitalismo amadurece, o Estado deve recuar ao seu mínimo.¹¹

III. A HPEB é marcada pela pluralidade

Como destacamos, a busca pela compreensão das economias retardatárias surge no quadro de teorias maduras sobre o capitalismo constituído nas economias centrais. A história do pensamento econômico brasileiro é fundada no século XX, tendo em vista uma pluralidade de reflexões acumuladas na história do pensamento e que se apresentam aos nossos pensadores como a base de referência para as primeiras formulações teóricas sobre o capitalismo brasileiro.

Nesse sentido, a HPEB nasce marcada pela pluralidade de suas concepções, isto é, para um mesmo fenômeno são possíveis várias leituras. Entretanto, a constatação da pluralidade nesse caso não significa que as teorias partam de uma igualdade de posições (“igualdade de oportunidades”) e que a retórica do convencimen-

¹¹ O exemplo histórico dessa mudança pode ser observado na trajetória teórica/ideológica de Roberto Campos, em que o economista evolui de planista nas décadas de 1950/1960 para um dos maiores defensores do mercado auto-regulável a partir dos anos 1980. Roberto Campos, autor teórico e operador político importante do período, defendeu em dois momentos a necessidade de intervenção do Estado para acelerar o processo de crescimento, no período JK e no golpe de 1964. Entretanto, em que pese a posição de Campos (aparentemente não ortodoxa) sobre a importância do Estado para o crescimento econômico nesses dois momentos, sua perspectiva de desenvolvimento situa-se nas antípodas daquela de Celso Furtado. Além disso, assim que o capitalismo se consolida no Brasil, Roberto Campos será um dos maiores defensores do Estado mínimo e da capacidade do mercado se autorregular. Sobre o tema, ver Ganem (2000).

to definiria o melhor argumento, a melhor teoria. A história nos mostra que as articulações políticas podem fazer sobreviver em determinados momentos certas teorias e alijar outras, dependendo dos interesses políticos de grupos que estão em jogo dentro da sociedade. A história dos fatos e das ideias do Brasil não foge a essa regra. Veremos isso mais adiante.

A pluralidade no Brasil está expressa tanto na variedade de teorias como nos autores, que, regra geral, sofrem uma gama de influências teóricas. Celso Furtado,¹² por exemplo, nosso autor central do nascimento do pensamento econômico brasileiro constrói, a partir de múltiplas matrizes, uma teoria capaz de explicar a realidade brasileira e latino-americana em contraposição às teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Seu pensamento está associado às várias matrizes teóricas do centro (Marx/Keynes/Weber) e ao estruturalismo da Cepal. Num primeiro momento, sua obra é difusora da teoria estruturalista do subdesenvolvimento, elaborada pela Cepal, que mostra que as economias periféricas, em contraste com as centrais, têm baixa diversidade produtiva e elevada heterogeneidade tecnológica, e se especializam em bens primários, elementos pouco favoráveis a um processo de acumulação produtiva. Para Celso Furtado, a única saída era a industrialização como forma de superar a pobreza. Em sua trajetória teórica, Furtado articula a dimensão histórica ao método estrutural de origem cepalina e uma importante contribuição teórica surge na HPEB: a ideia do subdesenvolvimento como um sistema que tenderia à concentração de renda e a um grau de injustiça social crescente. Além disso, Furtado teceu comparações com as econo-

¹² Consultar neste livro o capítulo sobre Celso Furtado, elaborado por Bruno Borja (p. 77-122). Neste artigo, o autor mostra a importância da contribuição de Furtado na controvérsia teórica sobre desenvolvimento ao romper com as concepções universalizantes e positivistas das teorias em voga e apresentar de forma criativa, crítica e inequívoca a sua leitura original sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

mias latino-americanas em *Formação econômica da América Latina*, evidenciando suas identificações e particularidades. Seu método histórico-estrutural lhe permitiu dar os primeiros passos rumo ao entendimento da dinâmica da economia capitalista brasileira, seus impulsos e suas contradições.

Caio Prado Júnior,¹³ outro autor importante do pensamento econômico-social brasileiro, critica duramente as teses etapistas do PCB e sistematiza uma nova interpretação sobre o Brasil. O autor, dentro da matriz marxista, descreve as relações de exploração capitalistas e mostra que uma industrialização com forte intervenção estatal pode funcionar como uma fase para a implantação do socialismo. Em que pese a importância e a influência de Caio Prado Júnior no pensamento econômico-social brasileiro, Celso Furtado é considerado, pela maior parte dos autores da HPEB, o pai da economia política no Brasil.

O golpe de 1964 e a mudança nos rumos políticos da nação por meio de um regime autoritário deixam claras as diversas e conflitantes perspectivas de autores e de escolas na HPEB. A ditadura viabiliza na prática o pensamento econômico conservador e provoca questões que aceleram a produção do pensamento crítico no intuito de compreender os rumos da acumulação capitalista no Brasil e apresentar soluções alternativas.

Instaura-se, pela ortodoxia de direita no poder, um novo padrão de acumulação, um novo modelo de desenvolvimento, o sustentáculo do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O modelo propunha que o Estado exercesse o planejamento aliado a uma política de compressão do nível de demanda (política de arrocho salarial) e uma abertura ao capital estrangeiro. Segundo Mantega, foram várias as influências teóricas que a orto-

¹³ Para uma análise sobre Caio Prado Júnior, consultar o capítulo de Marco Antonio da Rocha neste livro (p. 245-288), em que ele percorre a trajetória intelectual do autor, sublinhando dois debates em que ele se insere de forma crítica: as interpretações sobre o nacionalismo autoritário e as análises e perspectivas da revolução brasileira.

doxia sofreu. A concepção pragmática adotada pelos ideólogos do desenvolvimentismo autoritário vinha, por exemplo, de vários autores. Nurske, por exemplo, afirmara que os países subdesenvolvidos estavam mergulhados num círculo vicioso de estagnação; Hans Singer concluiu que a poupança dos países subdesenvolvidos vinha da desigualdade na repartição de renda, e que estes, portanto, deveriam ter sua propensão a poupar aumentada para alavancar os investimentos necessários. Para Mantega, esta seria, em essência, “a perspectiva pragmática da concentração de renda incondicionalmente adotada pelos ideólogos do desenvolvimentismo autoritário brasileiro” (Mantega, 1997a, p. 114).

Intrinsecamente articulada a esse programa pragmático estava “a ideologia do desenvolvimento econômico com segurança nacional”, uma doutrina anticomunista radical e ideia chave do agente ideológico principal do golpe, a Escola Superior de Guerra (ESG).¹⁴ O golpe traduz-se dentro do Estado brasileiro em uma mudança de enfoque do ideário desenvolvimentista: dos estudos críticos sobre o desenvolvimento a uma teoria ortodoxa imposta e legitimada pela ditadura. E será ele também, o golpe de 1964, que dividirá, segundo nossa opinião, a HPEB em dois momentos políticos importantes, delineando claramente correntes teóricas sob matrizes diferenciadas e multiplicando o campo das controvérsias.

Com a instauração da ditadura militar algo inesperado se constata: o capitalismo cresce com arrocho salarial. Para Celso Furtado, entender o capitalismo no Brasil (ou a sua formação histórica) era identificar um processo de industrialização com subemprego e concentração de renda: uma tendência à estagnação derivada da elevação na relação capital-produto. A única

¹⁴ Para um estudo histórico-político do período envolvendo uma análise do golpe militar, da ideologia da ESG nos anos de autoritarismo e do processo de distensão política, consultar, neste livro, o capítulo de Victor Gomes e Hélio de Lena Júnior (p. 123-161).

saída vista por Furtado àquele momento era um processo de desconcentração de renda que aumentasse empregos e salários, ampliando o mercado interno, sua fórmula básica para o desenvolvimento: um crescimento integrado à redução das desigualdades sociais sob a égide do Estado.

Entretanto, novas leituras surgem dentro do campo crítico e uma importante controvérsia — destacada neste livro por Maria Malta *et al.* (p. 21-50) e trabalhada por Claudio Salm (p. 163-190) — se instaura entre Furtado e alguns de seus discípulos. Em *Além da estagnação*, Maria da Conceição Tavares e José Serra ([1972] 1973)¹⁵ se contrapõem à tese estagnacionista de Furtado explicando a emergência de um novo padrão de desenvolvimento do capitalismo, em que era possível crescer concentrando renda. E mais, que essa mesma concentração alimentava o processo de crescimento acelerado de forma desigual, incorporando e excluindo. O argumento de fundo era que o capitalismo brasileiro se desenvolvia dependente e associado ao grande capital internacional.

A partir daí, tornaram-se cada vez mais necessárias teorias que explicassem a dinâmica do capitalismo nas economias tardias e que fizessem uma releitura do Estado e das forças políticas e sociais dando conta dessa nova conjunção. A análise dos pensadores dentro da matriz de Furtado avançou no sentido de compreender o modelo endógeno de acumulação em que a economia capitalista exportadora, presidida pela lógica de acumulação do capital mercantil, dava lugar a uma fusão do capital mercantil e agrário, comandada pela lógica da acumulação industrial.¹⁶ Eles aprofun-

¹⁵ Para um estudo aprofundado sobre essa importante controvérsia do período, consultar, neste livro, o capítulo de Claudio Salm (p. 163-190), em que o autor relê essa controvérsia destacando que a grande contribuição de Maria da Conceição Tavares e José Serra ao debate foi a de mostrar que depois do golpe de 1964 gesta-se um novo padrão de desenvolvimento dotado de grande dinamismo.

¹⁶ Muitos trabalhos desenvolvidos no período foram articulados ou impulsionados por esses dois trabalhos pioneiros. Mantega sublinha, entre outros:

daram as questões sobre o tipo de desenvolvimento capitalista que estava em curso, descrevendo os elementos de um modelo endógeno de acumulação por intermédio, dentre outras, de uma adaptação teórica dos ciclos de Kalecki. As duas teses inauguradoras dessa perspectiva e disseminadoras de vários outros trabalhos em série dentro desse campo crítico foram as teses do *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello, publicada em 1975, e as de Maria da Conceição Tavares: *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, em 1974, e *Ciclo e crise*, em 1978.¹⁷

Também segundo Malta *et al.* (p. 21-50 deste volume), outra importante controvérsia marca o período, deixando claras as diferentes concepções acerca do desenvolvimento, agora articuladas à questão da distribuição da renda. Um dado importante vem à tona, oriundo das informações do censo de 1970, mostrando estatisticamente o que já se sabia pela aplicação da política de arrocho salarial: a ocorrência de um aumento de concentração de renda no Brasil nos anos 1960. Para Langoni (1973), a origem da desigualdade não estava na política econômica adotada ou na repressão política, mas na escolaridade. Para Simonsen, entretanto, a concentração era um sacrifício “natural e válido”. Nesse momento, a economia política colocou no centro dos debates a possibilidade de compatibilizar crescimento com melhoria distri-

Sérgio Silva, por ter esclarecido as relações entre o café e a indústria no Brasil, em 1973; Malan e Bonelli, em 1976, pela análise dos limites do crescimento localizados no déficit externo; Tavares e Belluzzo, em 1982, por apresentaram a tese da ciranda financeira cujo crescimento da dívida interna é reflexo da expansão do endividamento externo; Carlos Lessa, que em 1975 publica importante contribuição em *Quinze anos de política econômica*; Wilson Cano com *As raízes da concentração industrial*, em 1977; e Liana Aureliano, *No limiar da industrialização*, em 1981 (Mantega, 1997a).

¹⁷ Consultar, neste livro, o artigo de Pablo Bielschowsky (p. 221-243), no qual o autor trabalha de forma exaustiva a controvérsia em torno do padrão de acumulação instaurado, revisitando autores fundantes do pensamento crítico brasileiro, como Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro.

butiva, desde que se alterasse a estratégia do desenvolvimento. Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli (1975) organizam o livro *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*, uma obra marcante do momento.¹⁸

Voltando às leituras sobre o golpe e os caminhos econômico-sociais impostos por ele, temos os autores de tradição marxista que são André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Bielschowsky e Mussi os situam dentro da corrente socialista da Teoria da Dependência, Guido Mantega os denomina neomarxistas e Bresser Pereira os inclui dentro da corrente da superexploração capitalista. Um eixo claro une esses autores: o fato de que as contradições do capitalismo conduziam inequivocamente à ideia de que só uma revolução socialista poderia viabilizar o desenvolvimento pleno do país.

Esses três autores da corrente socialista constroem, a partir da crítica à interpretação nacional-burguesa, uma nova interpretação para a América Latina, usando o conceito leninista de imperialismo e o conceito de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. Para Ruy Mauro Marini, baseado na tese da superexploração capitalista, o imperialismo extrai todo o excedente dos países subdesenvolvidos e ainda replica a exploração. Isto significa que o subdesenvolvimento é uma recriação do imperialismo, uma vez que as metrópoles subtraem todo o potencial de acumulação, repetindo o esquema metrópole-satélite.

Ainda dentro da matriz marxista cumpre destacar as importantes contribuições de Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes. Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista* (2003a), pensa a economia brasileira não como um país subdesenvolvido,

¹⁸ Para um estudo crítico aprofundado sobre essa importante controvérsia do período, consultar neste livro o artigo de Maria Mello de Malta (p. 191-220), no qual a autora identifica as diferentes perspectivas teóricas existentes sobre a temática na HPE, mostrando como elas se expressaram e se expressam no debate teórico e na prática política no Brasil.

mas como um modo de produção no qual a indústria passa a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema. Partindo de conceitos marxistas como modo de produção, dominação, exploração e mais-valia, ele conclui que não há contradições entre os elementos pré-capitalistas da formação social brasileira e a lógica de acumulação capitalista. Segundo Mantega, Francisco de Oliveira aponta tanto as limitações da teoria cepalina em que o arsenal teórico é dúbio (marxista e liberal), como os equívocos e limitações das análises neoclássicas e keynesianas (Mantega, 1997a).

Já Florestan Fernandes, considerado um dos nossos maiores pensadores sociais, caracteriza-se por um pensamento independente e complexo, o que impede classificações simplistas. Em seu estudo sobre a especificidade da revolução burguesa, ele não adere nem à perspectiva da economia política que estava em curso, nem à teoria da superexploração.¹⁹

A participação de Florestan Fernandes e de Caio Prado Júnior em controvérsias fundamentais no período atesta não apenas a pluralidade, mas também a presença da interdisciplinaridade na história do pensamento econômico brasileiro, assunto que trataremos a seguir.

IV. A HPEB é interdisciplinar

A economia política brasileira é interdisciplinar: como história é simbiótica à história do capitalismo; como sociologia exige que se articule a economia às classes sociais; e como ciência política espera-se que sejam decifradas as peculiaridades dos grupos

¹⁹ Em seu capítulo deste livro, Rodrigo Castelo (p. 289-325) deixa clara a importância desse grande pensador, ainda não incorporado à HPEB, em que pese suas relevantes contribuições. No texto, o autor recupera a participação de Florestan nos debates desenvolvimentistas, a sua contribuição na compreensão da formação histórica do capitalismo dependente e no debate sobre a revolução burguesa brasileira, e, finalmente, a ruptura de Florestan com o desenvolvimentismo.

de poder e do papel do Estado como promotor no processo de desenvolvimento.

A interdisciplinaridade é uma questão epistemológica interessante para o entendimento da HPEB, pois ela se afirma no Brasil como parte integrante da reflexão e não como uma fragilidade a ser superada como entendem os economistas positivos do centro.

Na constituição do pensamento econômico, a exigência imposta pelos padrões da física apontou para o caminho em que o estatuto de uma ciência (autônoma) passava expressamente pela expulsão do príncipe e da moral. No século XIX, os adeptos da autonomia e da neutralidade da economia positiva construíram um modelo abstrato, ideal, de um mercado autorregulável: a Teoria do Equilíbrio Geral de origem walrasiana. O desejo dos neoclássicos de se espelhar na física e a eleição da matemática como único critério de cientificidade gerou um empobrecimento da economia expresso no reducionismo e na ideia de que só é científico aquilo que for capaz de ser traduzido num modelo matemático. Por outro lado, foi no próprio século XIX que, sob o silêncio imposto à abordagem crítica, os adeptos da noção de que não existe ciência neutra construíram a interpretação dialética e interdisciplinar da economia política, expresso na perspectiva marxista da história.

Não é por outra razão que refletir sobre a história do pensamento econômico no centro nos conduz inequivocamente a análises epistemológicas acerca das diversas concepções de ciência. Isto significa inquirir acerca de qual concepção de economia está em jogo, se da economia entendida como análoga à física, uma ciência positiva, livre de valores, ou se, ao contrário, ela é entendida como uma ciência social complexa, historicamente constituída, interdisciplinarmente praticada e pensada.

Duas questões surgem no campo da epistemologia crítica. A primeira é a avaliação dentro da HPE das consequências do processo de autonomização, axiomatização e matematização da ciência econômica. O que se constata é que esse caminho axiomático

da economia vem tornando a ciência econômica cada vez mais restritiva, complicada e irrelevante. A segunda questão é o enfrentamento do desafio epistemológico para as ciências sociais, e para a economia em particular, da necessidade de criação de uma metodologia de convergência. Pensando hipoteticamente, esta metodologia refutaria todo e qualquer reducionismo, daria abrigo a uma interdisciplinaridade perdida com as ciências irmãs, transporia as fronteiras e ainda tomaria de empréstimo umas as outras disciplinas, seus esquemas conceituais de análise. Como consequência, teríamos uma nova história a ser contada que daria conta de forma rica da especificidade dos objetos das ciências sociais.

No Brasil, o esforço de compreender o nosso capitalismo se fez desde o seu nascedouro, entrelaçando o pensamento econômico de Marx e Keynes à sociologia de Weber e ao estruturalismo cepalino. Além disso, presenciamos historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos e geógrafos, em reflexões que integram e se somam acerca do capitalismo no Brasil. As reflexões sobre classes, Estado e estrutura de poder de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodrê, Luis Costa Pinto, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Francisco de Oliveira, Ruy Mauro Marini, Teothônio dos Santos, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e José Luís Fiori, para citar alguns exemplos, vêm mostrar que elas são constituintes do pensamento econômico e não seus apêndices.

Entretanto, em que pese os esforços dos sistematizadores em apontar para esse caminho interdisciplinar na leitura da HPEB (citando cientistas sociais de outras áreas), o entrelaçamento das contribuições teóricas da economia com as demais áreas das ciências sociais ainda está por ser feito. Nesse sentido, o presente livro se insere nessa preocupação e se propõe a contribuir numa sistematização que dê conta da complexidade dos fenômenos sociais e, portanto, da necessidade da interdisciplinaridade.

Um bom exemplo de interdisciplinaridade na HPEB se observa nas décadas de 1960 e de 1970, em que a temática da teoria da

dependência se desloca para o centro dos debates, impulsionando estudos sobre classes sociais, o caráter do Estado e a importância das alianças políticas. A teoria da dependência cepalina concentrava-se nas relações comerciais e não fazia uma análise da estrutura de dominação. Fazia-se, portanto, necessário superar o enfoque estrutural e entender o processo histórico em seus aspectos econômicos, articulando-o à atuação das classes e dos grupos políticos. E foi assim que ocorreu dentro da tradição marxista em Caio Prado Júnior, Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Francisco de Oliveira, e na teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Nesta última é realizada uma análise do comportamento das classes sociais e das estruturas de poder econômico e político, tanto no seu movimento interno como nas relações com o poder das economias centrais.

As teorias da dependência, em seu conjunto e sob matrizes diferenciadas, além de expressarem um enorme avanço em direção a uma teoria do desenvolvimento de países capitalistas retardatários, articularam a economia à sociologia e à ciência política. Os economistas políticos, por sua vez, avançaram na ideia de uma análise integrada entre economia, história, classes sociais e poder. Este último ponto nos remete a mais uma das especificidades da HPEB: o grau de articulação da teoria com a ação política do país, assunto que trataremos a seguir.

V. A HPEB, a política e as instituições de pós-graduação nas décadas de 1960 e 1970

Os primeiros centros de pós-graduação em economia criados na segunda metade da década de 1960 no Brasil foram a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV), o Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE), o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG), o Instituto de Pesqui-

sas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE/USP), o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRGS), a Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFCE) e a Universidade de Brasília (UnB). Esses centros, conforme observa Versiani (1997), possuíam uma característica dominante: a de serem cursos de aperfeiçoamento, cujo objetivo maior era o de suprir as deficiências dos cursos de bacharelado em economia e preparar quadros para o governo.

Na esteira da ebulição intelectual e do debate político-econômico da década de 1970, constata-se a criação de centros críticos, como foram os casos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1977, e do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEI/UFRJ), em 1979. O Instituto de Economia da UFRJ veio preencher no Rio de Janeiro uma lacuna importante no espaço crítico:

O Rio de Janeiro foi sempre um centro de concentração de opositores ao regime militar e existia entre os estudantes uma grande demanda insatisfeita por um curso de pós-graduação com perfil heterodoxo. (Lessa e Earp, 2004)

Além desses, foram criados, nessa década, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (Naea/UFGPA), e a Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Em uma década e meia tem-se o primeiro grande impulso na conformação da pós-graduação no Brasil, com um grande número de centros criados em quase todas as regiões do país, delineando perspectivas teóricas e perfis bem distintos (Ganem e Tolipan, 2000).

Uma dupla ingerência entre a produção do pensamento econômico nos centros e a política é também identificada. O golpe de 1964, por exemplo, divide a HPEB em duas partes, o que significa que ocorre uma ruptura política a partir dele, trazendo con-

seqüências para o campo teórico. Se pensarmos a extensão da influência política e ideológica do golpe para o campo da ciência, podemos supor que houve uma mudança importante de enfoque no seu interior: de estudos críticos voltados para a economia do desenvolvimento para uma teoria ortodoxa exposta e legitimada pelo golpe. Esta teoria caminhou no sentido contrário do difundido pela sabedoria estabelecida, de que o capitalismo sucumbiria se concentrasse mais renda. Entretanto, em que pese a legitimação devida ao sucesso dos planos implantados, estudos críticos avançaram no entendimento do padrão de acumulação capitalista. As teses produzidas pela Unicamp levam esta instituição ao primeiro plano do pensamento crítico brasileiro. Podemos considerar, pela quantidade e pela qualidade dos trabalhos germinados a partir das teses de Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, que se estava diante dos anos de ouro da produção teórica de Campinas. O período 1968-1974 expressa a maturidade do ciclo desenvolvimentista, nos termos de Bielschowsky, o que se traduz no sucesso e no auge da proposta política governista, mas é também o registro de um importante vigor na produção teórica crítica.

É inquestionável que a HPE se desenvolve e se realimenta da produção das instituições de pós-graduação. Em todos os países a teoria é produzida pelos centros de pós-graduação, mas seus acadêmicos não necessariamente participam da política governamental. Aqui, talvez pela força dos desafios econômico-sociais apresentados na nossa história, observa-se um engajamento de parte da intelectualidade na política. “O economista no Brasil sempre correu o risco de sujar as mãos. A economia brasileira sempre foi uma economia política” (Loureiro, 1997).

Os centros oferecem sistematicamente quadros para a política. A alternância na política de grupos oriundos da academia revela também as várias vertentes teóricas norteadoras dos centros de pós-graduação criados nesse período e nos subsequentes. A pola-

ridade maior de orientações teóricas se verifica entre o *mainstream* e os centros considerados heterodoxos. Neste sentido, o IE/UFRJ e a Unicamp estariam identificados com a perspectiva heterodoxa, enquanto que a EPGE/FGV e a IPE/USP se ajustam mais ao modelo *mainstream*. Esses dois últimos centros foram criados por alguns dos executores da política dos anos de autoritarismo: Mário H. Simonsen criou a EPGE/FGV e Delfim Netto participou da construção do Instituto de Pesquisas da USP.

VI. Considerações finais

Vimos que é possível problematizar em torno da HPEB por meio de múltiplos aspectos. O primeiro deles trata das injunções impostas pela história do capitalismo e da influência das teorias na produção de nossos pensadores. As múltiplas influências teóricas estão expressas na pluralidade, tanto no plano autoral, como na presença de várias vertentes teóricas na HPEB. Estas influências sobre os pensadores se manifestam na riqueza das adaptações teóricas e conceituais, na criação de novos conceitos, ou ainda, de novas interpretações sobre questões importantes que definem o padrão de acumulação do capitalismo no Brasil.

E não é também por outra razão que o engajamento teórico na temática do desenvolvimento e da superação do subdesenvolvimento traduz-se na marca da nossa história econômica e política. Neste sentido, o golpe de 1964 divide a HPEB em dois momentos importantes (antes e depois do golpe), pois a conjuntura de ditadura revelou e exacerbou as diferenças de perspectivas que se abrigavam sob o mesmo rótulo de desenvolvimentista. O golpe e o período da ditadura presenciaram correntes teóricas de matrizes diferenciadas defendendo suas posições e multiplicando o campo das controvérsias. A experiência de crescimento do capitalismo com exclusão não apenas alça e legitima a teoria ortodoxa, como provoca a produção dos economistas críticos no afã de compreendê-lo e de apontar soluções alternativas. O fim dos anos

1960 e a década de 1970 testemunharam uma grande riqueza teórica forjada pela necessidade de se compreender o capitalismo brasileiro.

Essa proliferação de ideias se manifestou no crescimento e na qualidade da produção teórica, nas inúmeras controvérsias que pautaram o período e, sobretudo, na aceleração da criação de centros de pós-graduação que se multiplicaram obedecendo a perfis teóricos distintos. A ligação dos economistas no Brasil com a prática política contribuiu para forjar a necessidade de uma formação institucionalizada que garantisse a ampliação de quadros de economistas tecnocráticos. Soma-se, então, às características de pluralidade e de interdisciplinaridade assinaladas na nossa HPEB a ideia de que o pensamento econômico no Brasil se faz e se consolida ligado à política e às instituições de forma imperativa.

Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional

Bruno Borja

I. Introdução

A rigor, a economia do desenvolvimento deve ser considerada uma controvérsia dentro do campo maior da economia política. Sem dúvida, a controvérsia mais importante dentre a economia política clássica, sendo a razão última dos escritos de seus principais expoentes. Em 1776, Adam Smith lançava sua obra célebre, *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Ali apontava para as formas de produção, apropriação e utilização do excedente no capitalismo, pautando o debate que se prolongaria pelas décadas seguintes. A riqueza das nações também foi tema do principal “herdeiro teórico” de Smith — assim David Ricardo deu sequência à investigação a respeito do processo de acumulação de capital e suas consequências sobre a produtividade do trabalho, a taxa de lucros e os salários. Em sua crítica da economia política, também Karl Marx se esforçou em teorizar o processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, principalmente compreendido como resultante da interação entre acumulação de capital e progresso técnico — embora argumentando por tendências radicalmente opostas aos clássicos.

A onda marginalista da segunda metade do século XIX aprofundou a controvérsia em torno do desenvolvimento, trazendo à tona uma teoria neoclássica preocupada com a alocação de recursos escassos guiada pelo princípio da substituição. Se, na tradição

marxista, o desenvolvimento seguiu sendo o núcleo central das reflexões — principalmente com os teóricos do imperialismo —, no meio acadêmico anglo-saxão, notadamente, houve um esvaziamento total da teorização sobre o assunto.

Foi somente nas primeiras décadas do século XX que se retomou seu interesse, particularmente pelas mãos de Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes, ambos colocando o tema dentro dos marcos da teoria marginalista. Os efeitos da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa e da Crise de 1929 estão na origem desta retomada, porém foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o debate ressurgiu com toda força no meio acadêmico anglo-saxão. O presente artigo busca resgatar essa controvérsia, atualizada sob a alcunha de economia do desenvolvimento, assim como apresentar a crítica feita por Celso Furtado aos *Pioneiros* e suas repercussões na periferia do sistema mundial capitalista.

Com esse intuito serão expostas mais três seções, além desta breve introdução. A seção II, “Os *Pioneiros* e a perspectiva do atraso”, apresenta panoramicamente o período histórico em que se deu a retomada desta controvérsia, outrora tão cara aos clássicos da economia política, expondo como essas formulações têm em comum a ideologia do progresso e definem a diferença no grau de desenvolvimento dos países como uma questão de maturidade do sistema econômico. Ainda na II seção são apresentadas sinteticamente as contribuições principais de autores consagrados como *Pioneiros* do desenvolvimento. Sem pretender exaurir nem o conjunto de autores nem mesmo a obra dos autores abordados, as quatro subseções que se seguem tentam condensar os conceitos-chave pelos quais compreendem e teorizam o atraso econômico. De forma que são abordados os seguintes autores e temas: Paul Rosenstein-Rodan e o *big push*; Ragnar Nurkse e o crescimento equilibrado; Arthur Lewis e a oferta ilimitada de mão de obra; W. W. Rostow e as etapas do crescimento.

A seção III, “Celso Furtado: a teoria do subdesenvolvimento ou crítica da economia do desenvolvimento”, explora a abor-

dagem inovadora e crítica de Furtado a respeito do subdesenvolvimento, apresentando suas principais contribuições em três subseções: “O caráter histórico-estrutural do subdesenvolvimento”; “O desenvolvimento dependente das forças produtivas”; e “O mito do desenvolvimento e a ideologia nacional-desenvolvimentista”. Por fim, na seção IV conclui-se pelo estabelecimento de “Uma nova controvérsia na periferia do capitalismo”, pautada pelo subdesenvolvimento.

II. Os Pioneiros e a perspectiva do atraso

Não é possível captar a dimensão e a relevância da economia do desenvolvimento sem contextualizar historicamente sua produção teórica. Os anos de 1945 a 1973 já foram consagrados na historiografia econômica como os “anos dourados” do capitalismo (Hobsbawm, 1999), porém seus antecedentes remontam, no mínimo, à Primeira Guerra Mundial. Foi em meio à guerra que se idealizou a possibilidade de estabelecer uma coordenação internacional por meio de instituições multilaterais e, também, foi em meio à guerra que nasceu para o mundo a Revolução Russa de outubro de 1917.

A Primeira Guerra Mundial marca a ascensão norte-americana à condição de “centro cíclico principal da economia mundial” e evidencia a incapacidade inglesa de retomar sua hegemonia no mundo (Cepal, [1949] 2000; Teixeira, 1999). Embora a proposta de Woodrow Wilson para a criação da Liga das Nações não tenha sido de fato implementada, recebeu certa acolhida entre os países abalados pela guerra e representou uma primeira tentativa norte-americana de legitimar sua hegemonia no continente europeu (Fiori, 2004b). Do mesmo período data a defesa da autodeterminação dos povos, ponto central do projeto de expansão de poder tanto dos Estados Unidos, como da União Soviética. As velhas potências coloniais já haviam repartido o mundo e cabia aos poderes ascendentes incentivar o desmoronamento dos impérios (Arrighi, 1996).

A Revolução Russa representou, de fato, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista, voltando sua análise teórica e sua propaganda política contra o imperialismo, considerado uma etapa na evolução do modo de produção capitalista. Para o plano político, a experiência do socialismo soviético trouxe também uma nova forma de intervenção estatal para promoção do desenvolvimento das forças produtivas. O planejamento central, condensado nos planos quinquenais, influenciou não só o mundo socialista, mas serviu igualmente de parâmetro para as propostas políticas no lado capitalista (Meier, 1985).

Principalmente após a Crise de 1929 e a Grande Depressão, que se seguiu na década de 1930, ventilou-se entre os países capitalistas centrais a necessidade de maior intervenção estatal para suprir as “falhas de mercado”, particularmente no que diz respeito à política monetária e à estabilização dos preços. Assim como são desta época os estudos de Schumpeter e Keynes sobre o ciclo econômico, que motivaram teoricamente as famosas políticas anticíclicas para evitar uma queda acentuada da atividade econômica, do emprego e da renda — para o que também muito influenciou a coordenação das atividades econômicas pelo Estado nos tempos de guerra, com plena utilização da capacidade produtiva instalada (Meier, 1985).

A depressão dos anos 1930 serviu de pano de fundo para a ascensão do nazi-fascismo europeu, que acabou por desencadear mais uma grande guerra. A Segunda Guerra Mundial teve consequências ainda mais determinantes do que a Primeira para a nova ordem mundial. Durante a guerra se consolidou cabalmente a “transferência” da liderança do mundo capitalista da Inglaterra para os EUA, simbolicamente assinada em pleno Oceano Atlântico pelo primeiro-ministro inglês Winston Churchill e pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em 1941 (Fiori, 2004b).

Somente nesse ano os EUA entraram na guerra, que já se desenrolava desde 1939 e era amplamente vencida pelas forças mi-

litares encabeçadas pela Alemanha nazista. A reação se deu em duas frentes de batalha, uma ocidental, sob liderança norte-americana, e uma oriental, sob liderança soviética. Derrotado o Eixo e terminada a guerra, esses dois países se colocavam à frente e assumiam posições de destaque perante o mundo, agora de forma definitiva.

Já no imediato pós-guerra, os EUA retomaram e colocaram em prática o antigo sonho da coordenação internacional sob sua hegemonia. Todo um aparato institucional com organização supostamente multilateral foi montado, começando pelos acordos de Bretton Woods em 1944, visando à reorganização do comércio e à estabilização dos preços internacionais por meio de um padrão monetário internacional atrelado ao dólar e lastreado em ouro. Nos anos que se seguiram a 1945 diversas instituições com este caráter foram criadas, dentre elas: Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, parte integrante do Banco Mundial), Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) etc.

A experiência dos anos 1930 havia deixado lições importantes e tornara-se consenso a necessidade de ajudar os países destruídos pela guerra, fossem eles aliados ou inimigos derrotados. O Plano Marshall (ou Programa de Recuperação Europeia) veio como uma iniciativa norte-americana para acelerar a reconstrução europeia e uma forma clara de legitimar sua hegemonia no velho continente. Como no período pós-Primeira Guerra, a autodeterminação dos povos foi novamente aclamada, sendo desta vez concretamente estendida às colônias (Arrighi, 1996). A descolonização foi amplamente incentivada e, se não houve um Plano Marshall para os novos países independentes, foram criadas na ONU comissões econômicas dispostas a dar suporte técnico aos governos da América Latina, da África e da Ásia, e orientar suas políti-

cas de promoção do desenvolvimento. A mais famosa e proeminente destas comissões foi, sem dúvida, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), criada em 1948.

O Estado de Bem-Estar Social é produto e símbolo dessa época. Evitar qualquer tipo de radicalização — seja à extrema esquerda pela revolução socialista, seja à extrema direita pelo nazi-fascismo — tornara-se objetivo central dos países capitalistas sob a liderança norte-americana. Para tanto foram propagadas políticas explícitas de manutenção de emprego e renda, de seguridade social, de saúde e educação etc. Os EUA definiam sua estratégia interna e externa para consolidar a aceitação e legitimação de sua hegemonia no mundo capitalista (Teixeira, 1999; Fiori, 2004a e 2004b).

De fato, já era então possível falar de um mundo capitalista e outro socialista. Isto se tornou nítido em 1947, quando Churchill, primeiro-ministro inglês, discursando em visita aos EUA, lançou a famosa expressão que delimitou o mundo socialista: a “cortina de ferro”. A partir da Doutrina Truman, também de 1947, a política externa norte-americana seria de explícita contenção do avanço da União Soviética sobre os países capitalistas — tinha início a Guerra Fria (Hobsbawm, 1999; Fiori, 2004b).

Apesar disso, os anos que se seguiram foram de intensa expansão socialista pelo mundo. Alguns fatos marcaram o período, como a Revolução Chinesa de 1949, a Guerra da Coreia no início dos anos 1950 e a Revolução Cubana de 1959. Da perspectiva norte-americana, o socialismo avançava e estava cada vez mais próximo. Este avanço teve como subproduto no governo norte-americano o imperativo da promoção do desenvolvimento econômico e social dos países sob sua hegemonia — não à toa, tanto os EUA como a ONU declararam os anos de 1960 como a “década do desenvolvimento”, sendo lançada pelo presidente norte-americano John F. Kennedy, no ano de 1961, a Aliança para o Progresso (Meier, 1985; Hobsbawm, 1999).

Nesse contexto histórico específico nasce a economia do desenvolvimento como um campo de estudo particular dentro da ciência econômica. Suas principais questões giraram em torno de alguns debates, dentre eles: planejamento central *versus* sistema de preços de mercado; industrialização e diversificação produtiva *versus* agricultura e especialização produtiva; substituição de importações *versus* promoção das exportações; crescimento equilibrado *versus* crescimento desequilibrado; abertura ao investimento externo *versus* esforço interno de mobilização de recursos.

É inegável a influência dos trabalhos de Schumpeter e Keynes sobre o ciclo econômico de curto prazo e, mais, a influência das propostas keynesianas de ampliar a participação estatal no processo econômico com intuito de garantir altas taxas de investimento, manutenção da demanda agregada e busca do pleno emprego da força de trabalho. Porém, talvez tenha sido no campo propriamente político a influência mais saliente destes autores, uma vez que nem a centralidade da inovação tecnológica para o processo de desenvolvimento, defendida por Schumpeter, nem a centralidade da demanda efetiva, defendida por Keynes, foram assimiladas ao corpo teórico dos Pioneiros do desenvolvimento (Meier, 1985).

Mais marcante, teoricamente, foi o retorno à economia política clássica e a tentativa de compatibilizar alguns elementos teóricos clássicos com outros neoclássicos. Isto fica explícito na adoção da Lei de Say como princípio definidor do nível de produto da economia, no tratamento da produção de bens essenciais para a manutenção do trabalhador como elemento causador da elevação de salários e na relação destes com a taxa de lucros; nos efeitos do comércio externo, da integração dos mercados e da divisão do trabalho sobre o desenvolvimento; mas, principalmente, numa perspectiva de longo prazo que, afora os ciclos de curta duração, apontava para um inevitável progresso dos países, em caráter de trajetórias convergentes dos níveis de renda.

Essa perspectiva do atraso pautada por uma ideologia do progresso linear e convergente entre as distintas nações do mundo capitalista marca definitivamente a economia do desenvolvimento nascida no imediato pós-guerra. A tentativa dos clássicos de naturalizar as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas está na essência dos Pioneiros, a problemática fundamental era: porque nos países atrasados a “mão invisível” não se fazia sentir, e como isto poderia ser remediado? Assim, define mais explicitamente, e em tom de reverência, Gerald Meier, ele próprio um dos Pioneiros: “Como o laureado Nobel Arthur Lewis nos lembra, o que Smith chamou de ‘o progresso natural da opulência’ é o que hoje chamamos ‘economia do desenvolvimento’” (Meier, 1985, p. 3, tradução livre a partir do original).

II.1 Paul Rosenstein-Rodan e o *big push*

Em um dos artigos seminais da economia do desenvolvimento, Rosenstein-Rodan, em 1943, apontava os “Problemas de industrialização da Europa oriental e sul-oriental”.¹ Tratando de uma das áreas de maior instabilidade política no mundo, onde teve início a Primeira Guerra Mundial e onde se delimitava uma fronteira europeia entre o mundo capitalista e o mundo socialista, o autor se empenhou em teorizar como proceder a industrialização das “áreas deprimidas” com intuito de produzir um equilíbrio na economia mundial. Isto é, a criação de emprego produtivo para a “população agrária excedente” deveria se dar por meio de uma industrialização planejada e financiada por organismos internacionais, de forma a alcançar uma melhor distribuição de renda entre as diferentes áreas do mundo.

Esta convergência dos níveis de renda viria como consequência da difusão dos “sadios princípios da divisão internacional do

¹ Este artigo foi reeditado na coletânea *A economia do subdesenvolvimento*, organizada por Agarwala e Singh, cuja edição norte-americana data de 1958 e a edição brasileira de 1969.

trabalho” (Rosenstein-Rodan, 1969, p. 253). Para tanto seria preciso promover um equilíbrio na distribuição dos fatores produtivos, sendo a mão de obra encaminhada ao capital via emigração ou sendo o capital encaminhado à mão de obra via industrialização. Dadas as complicações da emigração em larga escala, o autor sugere que o capital disponível nos países industrializados e desenvolvidos seja emprestado ou entre como investimento direto para financiar a industrialização das áreas atrasadas, unindo-se produtivamente à mão de obra excedente.²

Assim, poderiam ser utilizadas vantajosamente as tecnologias já disponíveis e intensivas em mão de obra, passando as regiões subdesenvolvidas a produzir bens de consumo industrializados, aumentando a produtividade do trabalho e a renda gerada. Estas regiões deveriam se integrar ao mercado mundial, reconfigurando a divisão internacional do trabalho e intensificando o comércio internacional. Porém, para de fato levar adiante sua industrialização seria necessário um *big push*, um grande impulso de investimentos que tirasse a economia de sua inércia e desse início à decolagem, em uma trajetória ascendente de crescimento econômico.

Em artigo apresentado numa mesa-redonda realizada pela Associação Econômica Internacional, no Rio de Janeiro, em 1957, Rosenstein-Rodan expõe suas *Notas sobre a Teoria do Grande Impulso*.³ Ali argumenta que não haveria possibilidade de conquistar

² Interessante notar que a exportação de capital, tida entre os teóricos do imperialismo como uma das formas mais importantes para o estabelecimento de uma relação de dominação-dependência, é apresentada explicitamente como uma via de desenvolvimento. Dependência e desenvolvimento já andavam lado a lado, e resumem bem a proposta norte-americana para os países subdesenvolvidos.

³ Os ensaios apresentados, os comentários críticos e os debates da mesa-redonda foram compilados e publicados por Howard Ellis e Henry Wallich sob o título *Desenvolvimento econômico para a América Latina*, com edição inglesa de 1961 e edição brasileira de 1964. Este evento, realizado em 1957, foi financiado pela Unesco e contou com a participação de representantes da

um crescimento autossustentado atuando gradativamente, pois problemas relacionados principalmente ao tamanho do mercado interno impediriam um crescimento passo a passo. Além das maiores imperfeições de mercado que, segundo ele, caracterizam os países subdesenvolvidos, o autor aponta três indivisibilidades que justificariam um grande impulso planejado pelo Estado nestas áreas.

A primeira seria relativa à oferta e às funções de produção das firmas, especialmente no que concerne à oferta de “capital social fixo”. Certa indivisibilidade nos processos produtivos seria a fonte de economias de escala com rendimentos crescentes, e implicaria um “tamanho ótimo” da firma relativamente grande. Argumenta que no caso do capital social fixo (isto é, infraestrutura de energia, transporte e comunicações) as indivisibilidades são ainda mais importantes e difíceis de serem superadas pelo investidor privado isoladamente. Dado o elevado capital inicial exigido e a longa maturação dos investimentos, a oferta de infraestrutura deveria ser programada pelo Estado, para prover as condições básicas e as oportunidades de investimento ao capital privado, ganhando economias externas por sua concentração no espaço e pautando os custos fixos da economia como um todo.

A segunda indivisibilidade seria relativa à demanda e ao tamanho do mercado interno. Dado que “projetos de investimento encerram altos riscos devido à incerteza quanto à possibilidade de seus produtos encontrarem um mercado” (Rosenstein-Rodan, 1964, p. 79), caberia ao Estado coordenar os investimentos de forma que a demanda gerada gozasse de alguma complementaridade. Nas palavras do autor:

Cepal, do BIRD, do FMI e da União Pan-Americana. Dentre os participantes destacam-se Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Celso Furtado, Eugênio Gudin, Otávio Bulhões, Roberto Campos, Albert Hirschman e José Antonio Mayobre, além dos organizadores do livro.

Ao invés de colocar cem operários previamente desempregados em uma fábrica de sapatos, colocaríamos dez mil trabalhadores numa centena de fábricas e fazendas que, juntas, produziriam entre si a maior parte dos bens (para assalariados) nos quais os trabalhadores recém-ocupados gastariam os seus salários. O que não foi verdade no caso de uma única fábrica de sapato tornar-se-á certo para o sistema complementar de uma centena de fábricas e unidades de produção agrícola. Os novos produtores serão fregueses uns dos outros e se verificará a Lei de Say mediante a criação de um mercado adicional. A complementaridade da procura reduziria o risco de não se encontrar mercados. (*Ibid.*, 1964, p. 80)

Tal volume de investimentos em diversas unidades produtivas simultaneamente suscita, é claro, o problema do financiamento. Esta seria a terceira indivisibilidade, relativa à oferta de poupança. Com base nos postulados clássicos da Lei de Say e da divisão do trabalho, o autor afirma que os países da Europa oriental não deveriam seguir o “modelo russo” de autossuficiência e sem auxílio do investimento internacional, mas sim adotar uma estratégia baseada em empréstimos substanciais e na adesão à divisão internacional do trabalho. Desta forma, seria realizado o maior volume de investimentos sem que houvesse a necessidade de reduzir a renda utilizada para o consumo. Além do capital estrangeiro, também colaboraria nesse sentido uma inserção no comércio internacional como exportadores de produtos alimentares elaborados e artigos de indústrias leves, que funcionariam como elemento de amortização das dívidas.

Desde 1943, Rosenstein-Rodan já propunha políticas de desenvolvimento para as áreas subdesenvolvidas da Europa, notadamente as áreas onde a instabilidade política e a disputa ideológica entre os países capitalistas e socialistas eram mais intensas. Afora propostas extremamente irrealistas, como a criação de “uma unidade econômica compreendendo toda área situada entre a Alemanha, Rússia e Itália” (Rosenstein-Rodan, 1969, p. 252) ou de um

“Truste Industrial da Europa Oriental” (*ibid.*, p. 255), percebe-se um esforço do autor em comprovar a superioridade e as vantagens do modelo de desenvolvimento capitalista sobre o “modelo russo”. Para isto, vai além do arcabouço neoclássico e se vale de princípios da economia política clássica, como a Lei de Say e a relação entre divisão do trabalho, tamanho do mercado e produtividade.

II.2 Ragnar Nurkse e o crescimento equilibrado

Os mesmos princípios clássicos reaparecem nas formulações de Nurkse quando apresenta “Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico”.⁴ Neste artigo, publicado originalmente em 1953, o autor defende a necessidade do crescimento equilibrado para superar as relações circulares que impedem a devida formação de capital nas zonas economicamente atrasadas. O círculo vicioso da pobreza se faria sentir na interação entre oferta e demanda: uma elevação contínua do investimento é inibida pela limitada dimensão do mercado, cuja origem estaria na falta de integração dos transportes e das comunicações e na baixa produtividade, que por sua vez teriam explicação na baixa utilização de capital na produção, novamente inibida pelo mercado.

Nessa relação de causalidade forma-se um círculo envolvendo investimento, mercado e produtividade, círculo este que somente seria rompido com uma aplicação sincronizada de capital numa ampla gama de diferentes indústrias. Assim como Rosenstein-Rodan, o autor também objetiva corroborar a Lei de Say nos países atrasados, fazendo com que o aumento de produção, se realizado de modo equilibrado numa vasta quantidade de bens, pudesse, de fato, criar sua própria demanda.

Dois pontos distinguem o crescimento equilibrado de Nurkse do *big push*. Primeiro, Nurkse não toma partido do planejamento estatal, argumentando ser indiferente entre a ação governamental

⁴ Também reeditado na coletânea organizada por Agarwala e Singh, *A economia do subdesenvolvimento*.

e a empresa privada, contanto que se busque o crescimento equilibrado.⁵ Segundo, acredita ser viável o crescimento equilibrado por meio de pequenos aumentos no investimento, sem que haja a necessidade de um grande aumento concomitante nos diversos setores produtivos (Nurkse, 1964b).

Ao tratar deste tipo de diversificação da estrutura produtiva, Nurkse se depara com um dilema envolvendo os postulados clássicos. Se por um lado, em virtude da dimensão de mercado interno, o crescimento equilibrado visa uma diversificação progressiva da produção de modo a corroborar a Lei de Say, por outro, ao colocar o comércio internacional na análise, o princípio das vantagens comparativas parece indicar a maior eficiência econômica da especialização produtiva.

Não podendo tratar os países subdesenvolvidos fora do contexto internacional e dos fluxos de mercadorias e capitais que o compõem, Nurkse se empenha em tentar compatibilizar crescimento equilibrado e vantagens comparativas. Este é o objetivo principal de seu artigo apresentado na conferência realizada no Rio de Janeiro em 1957, onde expõe suas considerações sobre “A teoria do comércio internacional e a política de desenvolvimento” (Nurkse, 1964). Isto fica explícito já na abertura do artigo:

Os argumentos favoráveis à especialização internacional baseiam-se, firmemente, em considerações de eficiência econômica. O mundo não é bastante rico para desprezar a eficiência. O padrão ótimo de especialização é regido pelo princípio da vantagem comparativa e este princípio é hoje tão válido como o fora na época de Ricardo. E, contudo, há uma certa dúvida quanto à possibilidade de tal princípio, por si só, proporcionar toda a orientação de que necessitam os países cujo objetivo,

⁵ “Outros tipos de sociedade podem sentir necessidade de certo grau de centralização a fim de produzir o efeito desejado, pelo menos inicialmente. Mas seja o crescimento equilibrado sustentado por planejamento governamental ou levado a cabo espontaneamente pela empresa privada é, no final das contas, questão de método” (Nurkse, 1969, p. 265).

dominante e deliberado, é o desenvolvimento econômico (ou seja, aumentar a renda real *per capita*). (Nurkse, 1964a, p. 271)

A dúvida a que se refere Nurkse diz respeito à mudança observada no início do século XX, quando a Inglaterra perde sua força expansiva e os EUA assumem a liderança na economia mundial. Se, durante o século XIX, a Inglaterra impulsionou o comércio internacional, fazendo este crescer acima da produção, no século XX os EUA se moveram em sentido oposto, fazendo a produção crescer mais do que o comércio.

A divisão do trabalho inglesa destinara às áreas periféricas o papel de fornecedores de alimentos e matérias-primas, e principalmente as zonas temperadas se depararam com uma demanda em contínuo crescimento ao longo de quase todo século XIX. O mesmo não se podia afirmar sobre a evolução da demanda por produtos primários no século XX. Os Estados Unidos também eram grandes produtores de matérias-primas e, portanto, sua divisão do trabalho não estabelecia uma relação de complementaridade com os países atrasados. Em verdade, observou-se uma queda constante no volume de importações primárias deste país, sendo mais importante seu comércio direto com outros países industriais. Este novo quadro debilitava, segundo Nurkse, o comércio internacional em seu papel de “transmissor de crescimento” ou “máquina de progresso” (Nurkse, 1969).

Tendo em vista a perda de dinamismo da demanda externa por produtos primários e a diminuição do investimento externo dedicado a este tipo de atividade,⁶ o autor afirma ser o crescimen-

⁶ “A relutância do capital privado em dedicar-se aos mercados internos dos países subdesenvolvidos, em contraste com sua ansiedade no passado em dedicar-se à exportação para as nações industriais, não reflete nenhuma conspiração sinistra ou política deliberada. Há uma explicação econômica óbvia para isso: por um lado, a pobreza dos consumidores locais nos países atrasados; por outro, os amplos mercados de produtos primários nos centros industriais do mundo em vigorosa expansão durante o século XIX. Nestas circunstâncias era natural que o investimento privado estrangeiro

to equilibrado uma forma viável de se alcançar a elevação dos níveis de renda nos países atrasados. Porém deixa claro que isto deve ser feito respeitando a busca de maior eficiência proveniente da especialização com base nas vantagens comparativas.⁷ Ou seja, o crescimento deveria ser equilibrado não só no sentido de corroborar a Lei de Say e garantir mercado para toda a produção, mas também no sentido de manter um equilíbrio entre a produção industrial para o mercado interno e a produção agrícola para exportação, para que fossem exploradas as possibilidades de crescimento oriundas do comércio internacional.

O autor esclarece que o crescimento equilibrado não visa à autarquia e à autossuficiência, mas tenta ampliar o mercado interno sem reduzir o comércio exterior. Com isso se coloca contra a política de restrições à importação e de industrialização por substituição de importações, pois argumenta ser uma forma ineficiente de produção, com altos custos. Este procedimento implicaria preços internos mais elevados, com redução da renda e da poupança nacional. Mais eficiente seria incentivar a produção para exportação, como meio para angariar divisas internacionais, e produzir internamente o que não pudesse ser importado, tal como os serviços públicos de transporte, comunicações, energia, educação e aprendizagem técnica.

Mesmo no caso de déficits no balanço de pagamentos, Nurkse não vê sentido na restrição às importações, pois “somente mediante um aumento nas poupanças ou uma redução nos investimentos poderá tornar-se efetiva a restrição às importações destinada a equilibrar o balanço de pagamentos” (Nurkse, 1964a, p. 303). Isto porque estes desequilíbrios seriam causados por uma

criasse simples entrepostos dos países credores industriais, orientados para suprir as necessidades dos mesmos” (Nurkse, 1969, p. 266).

⁷ O autor sugere, inclusive, que para os países exportadores de petróleo não haveria necessidade da diversificação produtiva. Dado o alto dinamismo gerado pela demanda internacional seria viável e sustentável o crescimento com base na especialização via vantagens comparativas (Nurkse, 1964a).

associação entre inflação e despesa excessiva, isto é, os países atrasados estariam consumindo acima dos seus meios, influenciados pelo efeito-demonstração. Este efeito estaria ligado à tentativa destes países adotarem o padrão de consumo norte-americano — pertinente a países com alto nível de renda —, portanto gastando muito em consumo e enfraquecendo a poupança, cuja consequência seria uma maior dificuldade na formação de capital para investimento.

Para este problema relacionado ao comércio internacional, Nurkse considera que somente uma redução do consumo em geral, mediante uma política governamental de poupança compulsória, poderia ser eficaz, uma vez que as restrições às importações só atuariam, evidentemente, sobre o consumo de importados, enquanto o efeito demonstração alteraria todas as formas de consumo. No entanto, reconhece ser uma questão politicamente delicada em virtude das grandes disparidades de renda. Além disso, também reconhece os resultados positivos do “isolamento em relação aos padrões de consumo” praticado no passado pelo Japão, e, à época, vigente na União Soviética. E é exatamente neste ponto que explicita a orientação ideológica de sua produção teórica.

Outro exemplo de isolamento radical é a “cortina de ferro” da União Soviética (que não é, naturalmente, só o resultado da tensão atual, mas que já estava bem estabelecida antes da Segunda Guerra Mundial). Embora haja seguramente outros motivos para a sua existência, inclino-me a atribuir sentido também à sua função econômica, isto é, a uma possível “interpretação materialista” da “cortina de ferro”. Em todo caso, isso demonstra a possibilidade de que o isolamento venha a contribuir para resolver o problema econômico da formação de capital num mundo de grandes disparidades nos níveis de vida nacionais, ao eliminar o contato e as comunicações entre as nações. Sem comunicações, por maior que sejam as discrepâncias terão elas raras ou nulas consequências e o efeito demonstração perderá, pelo menos, parte de seu poder.

O fato de ser essa uma solução possível e talvez necessária traz-nos certa inquietação e voltamo-nos, naturalmente, em busca de uma alternativa. (Nurkse, 1969, p. 276)

II.3 Sir Arthur Lewis e a oferta ilimitada de mão de obra

Em 1954, Lewis publicou um dos artigos mais influentes e difundidos da economia do desenvolvimento, teorizando sobre “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra”. Negava, com isso, o pressuposto neoclássico de pleno emprego da força de trabalho e resgatava o pensamento clássico em sua análise sobre o aumento da produção ao longo do tempo, fundada na acumulação de capital e nas diferentes formas de distribuição da renda entre as classes.

Assim como os demais autores aqui sucintamente apresentados, Lewis não faz um ataque direto à teoria neoclássica, mas tenta, na medida do possível, conciliar elementos do sistema neoclássico com alguns dos pressupostos teóricos da economia política clássica, no intuito de delimitar um marco analítico que possa contribuir para a melhor compreensão do desenvolvimento econômico em áreas atrasadas. Portanto, deixa claro que a

[...] finalidade não é superar a economia neoclássica, mas, simplesmente, elaborar um esquema diferente para aqueles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas (nem keynesianas). (Lewis, 1969, p. 408)

Em seu “modelo clássico modificado” (Lewis, 1969), adota como pressuposto fundamental a determinação dos salários pelo nível de subsistência e a existência de um excedente populacional nos países subdesenvolvidos, onde muitas vezes observa-se uma produtividade marginal do trabalho nula. Com base na distinção clássica entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, define os países atrasados como um sistema dual, dividido entre um setor capitalista e outro de subsistência.

Essa conjunção de hipóteses abre a possibilidade para que se expanda o setor capitalista sem prejuízo para a produção de sub-

sistência — uma vez que a produtividade do trabalho é nula no setor de subsistência, a diminuição do número de trabalhadores não teria nenhum efeito negativo sobre o volume de sua produção. Isto é, a um salário pouco mais elevado que o nível de subsistência, o setor capitalista encontraria uma oferta ilimitada de mão de obra, infinitamente elástica, funcionando o setor de subsistência como reservatório de trabalho.

O salário base da economia seria determinado no setor de subsistência — o autor se mostra indiferente entre ter o salário determinado pelo “nível de vida convencional” ou pelo “nível de produtividade dos camponeses” (Lewis, 1969). Portanto, não se alterando a renda obtida no setor de subsistência, o setor capitalista se depararia com uma taxa de salário constante para qualquer expansão da produção, mesmo que acompanhada por um aumento da demanda por mão de obra. Nesta linha de argumentação, os lucros se manteriam elevados, não sofrendo qualquer ameaça por parte de um aumento salarial.

O segredo da expansão econômica residiria na forma de utilização do excedente capitalista: se for utilizado em consumo conspícuo, a expansão econômica vê-se estrangida; se for poupado e investido produtivamente, observa-se uma rápida expansão do setor capitalista em relação ao setor de subsistência. No limite, e não havendo qualquer tipo de impedimento ao funcionamento do mecanismo econômico, o setor de subsistência e seu excesso populacional seriam inteiramente absorvidos pela expansão do setor capitalista, cuja base estaria na crescente acumulação de capital, possibilitada manutenção de salários constantes e lucros crescentes.

O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais que 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% da renda nacional, ou mais. Este é o problema cen-

tral porque a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e especializações). Nenhuma revolução “industrial” pode ser explicada (como pretendiam alguns historiadores econômicos) enquanto não se puder explicar por que aumentou relativamente a poupança em relação à renda nacional. (Lewis, 1969, p. 422)

Interessa, então, ao autor desvendar como se procede o aumento da poupança. Deixando claro que a classe trabalhadora nada poupa e que a poupança da classe média pouco influi na formação de capital para investimento, se empenha em compreender como “a distribuição de renda se altera em benefício da classe poupadora” (*ibid.*, p. 423). Ou seja, tomando como pressuposto que os lucros e a renda da terra são a principal fonte de poupança, conclui-se que uma maior concentração de renda em benefício da classe capitalista facilitaria o processo de expansão econômica e, portanto, o desenvolvimento econômico dos países atrasados.⁸ Tal seria o resultado de uma maior participação do setor capitalista no sistema econômico e de uma maior proporção dos lucros em relação à renda nacional.

⁸ “Outro ponto que devemos analisar é que, embora o aumento do setor capitalista implique um aumento da desigualdade das rendas entre os capitalistas e o resto, a mera desigualdade das rendas não é suficiente para assegurar um alto nível de poupança. A desigualdade das rendas é, de fato, maior nos países subdesenvolvidos superpovoados que nas nações industriais adiantadas pela simples razão de que a renda da terra é muito elevada nos primeiros países. Os economistas britânicos do século XVIII asseguravam que a classe de proprietários de terra era mais propensa ao consumo supérfluo que ao investimento produtivo e isto é verdadeiro para os proprietários de terra dos países subdesenvolvidos. Assim, tomando-se dois países de rendas nacionais iguais, a poupança pode ser maior naquele em que a distribuição é mais equitativa quando os lucros, em relação às rendas, são mais elevados. A desigualdade que acompanha os lucros é que favorece a formação de capital e não a desigualdade que acompanha a renda da terra” (Lewis, 1969, p. 425).

Note-se que, ao estudar os problemas da distribuição de renda, acumulação de capital e crescimento, Lewis adota a distinção entre economia fechada e economia aberta, para num primeiro momento avaliar os efeitos da acumulação de capital sobre a expansão do setor capitalista na economia nacional, e somente depois “abrir” esta economia para o comércio internacional e para os fluxos de capital. A questão central de seu estudo é simplesmente deslocada; não trata mais, especificamente, da existência de um excedente de mão de obra nos países atrasados e as formas de sua absorção — isto só foi feito como parte de uma “economia fechada”. Com este procedimento metodológico, o autor só trata da “economia aberta” e integrada ao sistema capitalista mundial depois de “teoricamente” ela haver alcançado a plena utilização da mão de obra, de forma que não houvesse mais uma oferta ilimitada. Assim sendo, está, em verdade, analisando os efeitos da existência de países atrasados sobre o processo de desenvolvimento dos países industriais adiantados.⁹

Ao “abrir” todas as economias nacionais e integrá-las na economia mundial, Lewis passa então a refletir sobre as relações de troca e os fluxos de capital entre países com oferta de trabalho escassa e oferta ilimitada de trabalho. Logo aponta que, quando a acumulação de capital atinge a oferta de mão de obra, o país onde há escassez de trabalho se depara com duas alternativas: incentivar a imigração ou exportar seu capital para outros países onde

⁹ “No mundo clássico, todos os países apresentam excedente de trabalho. No mundo neoclássico o trabalho é escasso em todos os países. No entanto, no mundo real os países que atingiram a escassez de trabalho veem-se cercados por outros que apresentam trabalho em abundância. Em vez de nos concentrarmos num país e examinar a expansão de seu setor capitalista, devemos considerar agora esse país como parte do setor capitalista em expansão na economia mundial, como um todo, indagando de que modo a distribuição da renda dentro do país e sua taxa de acumulação de capital são afetadas pelo fato de existir trabalho abundante em outros lugares, disponível a salários de subsistência” (Lewis, 1969, p. 441).

haja excedente de mão de obra a salários de subsistência. Isto para evitar uma elevação salarial que entorpeça o aumento do excedente capitalista.

Argumenta que a imigração seria por demais combatida pelos sindicatos e que, portanto, a exportação de capital seria “uma solução muito mais fácil para os capitalistas” (*ibid.*, p. 442). A exportação de capital faz diminuir a demanda por trabalho no país exportador e, conseqüentemente, impede maior elevação dos salários. Mas este efeito sobre os salários pode ser contrabalançado por uma redução no preço dos produtos importados, se o capital exportado for destinado à produção destes. Em resumo, Lewis defende que o país exportador de capital se beneficiará se o seu capital aumentar a produtividade dos produtos importados consumidos por seus trabalhadores. Já o país com excedente de mão de obra que recebe a exportação de capital somente se beneficiará dela se for destinada a aumentar a produtividade nos setores produtores de alimentos para consumo interno. O que encaminha o autor, tímida e implicitamente, a concluir, com base na experiência histórica¹⁰ e na Lei dos Custos Comparativos,¹¹ que os países com excedente de mão de obra deveriam adotar práticas protecionistas.

¹⁰ “Mas a contribuição do mundo temperado ao mundo tropical, seja no que diz respeito ao capital ou aos conhecimentos técnicos, se limitou, em geral, aos cultivos comerciais de exportação, onde os benefícios revertem, principalmente, para o mundo temperado em forma de menores preços. Os preços das culturas tropicais comerciais não permitirão senão salários de subsistência até que, através de uma transformação, o capital e o conhecimento sejam postos à disposição dos produtos de subsistência a fim de aumentar a produtividade da produção de alimentos tropicais para consumo interno” (Lewis, 1969, p. 448).

¹¹ “A Lei dos Custos Comparativos é tão válida para os países com excedente de trabalho como para os demais. Mas enquanto nos últimos representa um fundamento válido dos argumentos a favor do livre comércio, nos primeiros representa um fundamento igualmente válido dos argumentos protecionistas” (Lewis, 1969, p. 456).

II.4 W. W. Rostow e as etapas do crescimento

No ano de 1956, Rostow publica um artigo resumindo suas reflexões sobre “A decolagem para o desenvolvimento autossustentado”. Ali explora a hipótese central de que o processo de crescimento pode ser visto como concentrado num curto período de tempo ao longo do qual se opera uma transformação definitiva na economia e na sociedade, de tal modo que o crescimento econômico torna-se, em certa medida, automático. Esta transformação decisiva seria chamada pelo autor de decolagem e representaria o que ficou conhecido na história como revolução industrial.

Para nossos atuais propósitos a decolagem é definida como algo que exige a combinação das três condições seguintes:

- a) Um aumento na taxa de investimento produtivo de (digamos) 5% ou menos até mais de 10% da renda nacional (ou do produto nacional líquido);
- b) O desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros importantes com elevada taxa de crescimento;
- c) A existência ou surgimento rápido de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno e os possíveis efeitos das economias externas para a decolagem e que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo. (Rostow, 1969, p. 170)

A decolagem se daria por meio de uma elevação da taxa de investimento na economia, de forma a aumentar o produto real *per capita*, proporcionando uma transformação radical nas técnicas de produção e na distribuição de renda. Isto levaria a uma modernização das sociedades tradicionais, partindo de dois tipos diferentes: no primeiro (para o autor, o caso mais geral), a obtenção das condições prévias para a decolagem demandou uma transformação lenta e prolongada da estrutura político-social e dos valores culturais; no segundo, a decolagem se retarda em virtude do elevado bem-estar que poderia ser obtido pela exploração da terra e dos recursos naturais.

Neste segundo tipo de sociedade (“as nações naturalmente ricas”), as vantagens comparativas na produção de bens primários inibem a decolagem, atrasando a emergência do crescimento industrial autossustentado. Esta barreira seria, geralmente, superada a partir de um forte estímulo, que poderia ser desde a revolução política ou a inovação tecnológica, até uma mudança no ambiente internacional, seja pela ampliação da demanda externa por produtos primários ou, ao contrário, por uma queda dos preços internacionais que exija a substituição de importações. Independentemente da forma do estímulo, o importante, segundo o autor, seria a capacidade da economia e da sociedade responderem positivamente ao estímulo, isto é, que sejam observadas as condições prévias ao desenvolvimento.

Esse estímulo inicial se traduziria em uma ampliação da demanda destinada a um setor manufatureiro específico, ou a um setor agrícola que produzisse com técnicas modernas, que transmitisse seu dinamismo para outros setores. Assim, o “setor de crescimento primário” produziria uma elevada taxa de crescimento, geraria economias externas e poria em movimento forças expansivas que atingiriam, pela demanda gerada por seus investimentos, os “setores de crescimento suplementar” e, posteriormente, em virtude de um aumento geral do nível de renda, os “setores de crescimento derivado”.

O autor resume assim a decolagem e o crescimento autossustentado:

A partir desta perspectiva, o comportamento dos setores durante a decolagem é, simplesmente, uma versão especial do processo de crescimento em geral; ou, em outras palavras, o crescimento se dá pela repetição sem fim, com esquemas diferentes e com diferentes setores primários, da experiência da decolagem. O crescimento a longo prazo exige, assim como a decolagem, não somente que a sociedade gere grandes quantidades de capital para depreciação e manutenção, para construção e a complementação equilibrada de serviços públicos e

outros gastos gerais, mas também uma sequência de setores primários altamente produtivos, em rápido crescimento, baseada em novas funções de produção. (*Ibid.*, p. 187)

Esta elevação na taxa de investimento em relação à renda nacional suscita o problema da “oferta de fundos de empréstimo”. O autor elenca um rol de possibilidades para a mobilização de recursos: por transformações na distribuição de renda, em benefício daqueles que “não só poupam uma proporção mais elevada da renda crescente como também a empregarão em investimentos altamente produtivos” (*ibid.*, p. 192);¹² por meio de dispositivos confiscatórios e fiscais, quando o Estado investe produtivamente; pela inflação de preços que transfira recursos do consumo para os lucros; pela existência de um sistema bancário e financeiro que disponibilize crédito para capital de giro e financiamentos de longo prazo; por intermédio do aumento das exportações que angarie divisas internacionais para aquisição de bens de capital e para quitar os financiamentos externos da decolagem; ou, por fim, pela importação de capital, principalmente para os serviços de utilidade pública, como a construção de infraestrutura básica de transportes.

As distintas formas de obtenção de recursos e os distintos setores líderes de crescimento são generalizados dentro do modelo — independentemente das formas assumidas, vale a combinação genérica entre demanda, produção e disponibilidade de capitais, que leva à decolagem e ao crescimento autossustentado. Da mes-

¹² “A noção de desenvolvimento econômico como algo que ocorre como resultado da transferência das rendas daqueles que gastam (guardam ou emprestam) menos produtivamente àqueles que gastam (ou emprestam) mais produtivamente, é uma das noções mais antigas e fundamentais da economia. É básica na *Riqueza das nações* e tem sido aplicada por A. W. Lewis em sua recente elaboração do modelo clássico. Lewis constrói seu modelo, em parte, sobre uma expansão do setor capitalista, onde o grosso da poupança adicional surge de um fundo ampliado de lucros” (Rostow, 1969, p. 180).

ma forma, o processo histórico também é generalizado, e, portanto, desta perspectiva, não faria sentido distinguir os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas seria necessário, sim, identificar a fase de desenvolvimento em que se encontra cada país.¹³ Essencial para as economias atrasadas seria o estudo das condições prévias e da decolagem, isto dentro de uma concepção global, explicitada pelo autor no ano de 1961 em *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*.¹⁴

Ali deixa claro, mais uma vez, que

[...] é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as precondições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. (Rostow, [1961] 1978, p. 16)

Acrescenta, em relação às categorias anteriormente apresentadas, a “era do consumo em massa”, que seria essencialmente uma reprodução do então estágio da economia dos EUA.¹⁵

Esta fase seria caracterizada pela transferência dos setores líderes rumo aos bens de consumo durável e aos serviços, pela elevação da renda real *per capita* e por transformações na estru-

¹³ “De fato, algumas das chamadas zonas subdesenvolvidas podem ter passado pela decolagem, ou encontrar-se no meio da mesma como, por exemplo, o México, o Brasil, a Turquia, a Argentina e a Índia. Dever-se-ia, pois, levar em consideração até que o conceito de decolagem seja comprovado ou desaprovado, o abandono do termo ‘zonas subdesenvolvidas’ e sua substituição pelas quatro distinções entre economias: tradicional, anterior à decolagem, em plena decolagem e em crescimento” (Rostow, 1969, p. 169, nota 16).

¹⁴ A publicação original leva o título *The stages of economic growth (a non-communist manifesto)*.

¹⁵ “[...] uma fase de que os norte-americanos estão principiando a sair; cujas alegrias, nem sempre nítidas, a Europa ocidental e o Japão estão começando a experimentar, e com a qual a sociedade soviética está flertando meio contrafeita” (Rostow, [1961] 1978, p. 23).

tura da força de trabalho, que passa a ser majoritariamente urbana e especializada. Nela, a maioria das pessoas teria superado as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário, e a sociedade deixaria de tomar como objetivo central a difusão da tecnologia moderna. A opulência das sociedades que se encontram nesta etapa seria expressa pelo alto consumo em massa e pela decisão, mediante processos políticos, de destinar cada vez mais recursos à assistência social, sob a marca do Estado de Bem-Estar.

Embora o consumo em massa não seja a realidade observada em todos os países, o autor acredita firmemente na possibilidade de que suas etapas se realizem ao longo do tempo. Em 1970, escrevendo o prefácio da segunda edição de seu *manifesto não-comunista*, Rostow afirma:

Finalmente, a comunidade política mundial respondeu em grau significativo na década de 60 ao desafio do desenvolvimento nas regiões sul do mundo, levando aos consórcios Índia-Paquistão, à Aliança para o Progresso, e ao conceito amplo da Década do Desenvolvimento. De maneira alguma todas as nações em desenvolvimento alcançaram crescimento autossustentado na década de 60, ou mesmo alcançaram o arranco. Mas o progresso foi suficiente, em cada uma das regiões em desenvolvimento, para demonstrar que o trabalho poderia ser feito se se diminuíssem as taxas da natalidade e se pudesse garantir apoio adequado das nações mais avançadas. (Rostow, [1961] 1978, p. ix)

Muito mais do que simplesmente um suposto “otimismo teórico”, este posicionamento representa a propagação ideológica de um mito: o desenvolvimento econômico e os níveis de renda observados nos países desenvolvidos poderiam ser universalizados. Isto sintetiza a contribuição dos Pioneiros à reflexão sobre o atraso econômico, e exatamente neste ponto Furtado focalizará sua crítica ao elaborar a teoria do subdesenvolvimento.

III. Celso Furtado: a teoria do subdesenvolvimento ou crítica da economia do desenvolvimento

O subdesenvolvimento foi objeto de estudo de toda vida de Furtado. Durante mais de 50 anos ele dedicou-se à análise das raízes e das dimensões deste processo específico de desenvolvimento que caracterizou diversos países no mundo, particularmente os latino-americanos. Neste longo tempo de estudo pôde abrir e ampliar o conceito de desenvolvimento, tratando de suas várias faces — desde o estrito desenvolvimento das forças produtivas, passando pela estrutura de poder e chegando à dimensão cultural —, onde talvez a melhor definição seja a do desenvolvimento econômico enquanto parte do processo de mudança cultural.¹⁶

No campo estrito do desenvolvimento econômico, é nítida a influência dos Pioneiros em sua construção teórica, porém mostra-se mais relevante ainda sua crítica sistemática a eles. Aliás, está na crítica da economia do desenvolvimento a razão de ser da teoria do subdesenvolvimento, isto é, uma oposição à pretensa generalização das trajetórias de desenvolvimento percorridas pelos primeiros países industriais, aplicada à análise dos países que passavam a se industrializar. O que marca o subdesenvolvimento são suas especificidades históricas, cabendo à teoria ressaltar as diferenças e não somente as similitudes, para assim proceder uma tipologia dos sistemas econômicos nacionais, estabelecendo tipos ideais e comparando-os.¹⁷

¹⁶ Sobre o aspecto cultural do desenvolvimento e sobre a formulação de um sistema de cultura, ver Furtado (1964a), particularmente os capítulos 1 (“Reencontro da dialética”) e 2 (“O desenvolvimento econômico no processo de mudança cultural”). Em Borja (2009) encontra-se uma breve apresentação das reflexões de Furtado sobre o tema.

¹⁷ “Esta comparação é recurso metodológico indispensável para, estabelecendo as similitudes e diferenças, chegar a conhecer a conexão de sentidos da ação social, nos dois casos. É, no fundo, a construção de tipos ideais, na perspectiva teórica elaborada por Max Weber, influência já anotada no trabalho de Celso Furtado” (Oliveira, 2003b, p. 96).

Num período em que o debate acadêmico era polarizado entre neoclássicos, keynesianos e marxistas, Furtado evita rótulos ou filiações, exercendo a crítica permanente a estas correntes. Rechaça tanto o caráter “a-histórico” e generalizante dos neoclássicos e keynesianos, como o mecanicismo e o determinismo do marxismo de orientação estalinista então em voga. O que não impede, porém, que tenha sido influenciado por todos, apesar de tão opostos entre si.¹⁸

Furtado tenta buscar em fontes tão ecléticas e díspares os recursos à construção de uma teoria inovadora, onde todos os conceitos devem ser redefinidos para que sejam apreendidos em um novo contexto teórico. Talvez esteja na sua concepção da função social dos intelectuais o motivo deste ecletismo: via o intelectual como alguém que deveria zelar pelas bases teóricas que subsidiassem as ações práticas.¹⁹ Esta obrigação de formular guias que nor-teassem as intervenções do ser humano sobre a realidade pesou muito na teoria de Furtado, a ponto de, por vezes, fazê-la desandar. Entretanto, foi esta mesma força motora que elevou as propostas de Furtado à condição de uma das principais bases teóricas da ideologia nacional-desenvolvimentista, orientadora das políticas de diversos Estados latino-americanos durante largo período (Bielschowsky, 1988).²⁰

¹⁸ “Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes de pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a eclosão keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social” (Furtado, 1961a, p. 13).

¹⁹ “A outra influência, não citada, é de Karl Mannheim, do ponto de vista de uma ação racional voltada para fins objetivos; longe da indeterminação, do acaso, os sujeitos da cena política, econômica e social agem conforme um plano racional, voltado a preservar seus interesses” (Oliveira, 2003b, p. 78).

²⁰ Furtado trabalhou na Cepal de 1949 a 1957, e ocupou diversos cargos políticos no Brasil: algumas passagens pelo Banco Nacional de Desenvolvi-

Esse ímpeto para colocar suas ideias em prática fez a construção teórica de Furtado ser rigorosa e socialmente determinada, isto é, aplica-se a um período histórico específico e a um objeto de estudo muito claro. O próprio método de trabalho utilizado impede maiores generalizações, pois ressalta as especificidades de cada época e de cada lugar. Assim, tem-se uma teoria que não se pretende geral, ou mesmo generalizante, mas que tem antes a intenção de generalizar o método, dado que somente ele poderia ser aplicado a distintas realidades e situações concretas, enquanto a teoria deveria ser reformulada constantemente, em um processo contínuo sem a possibilidade de equilíbrio, tal como o desenvolvimento dos países e suas trajetórias históricas.

III.1 O caráter histórico-estrutural do subdesenvolvimento

As primeiras intervenções de Furtado no debate internacional têm exatamente esse tom de desconfiança quanto à possibilidade das teorias então vigentes darem conta da compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento. Em seu primeiro trabalho de dimensão internacional, “Formação de capital e desenvolvimento econômico”;²¹ afirma sua posição cética quanto a estas formulações teóricas:

to Econômico e Social (BNDES), onde presidiu o Grupo Misto Cepal-BNDE em 1953; a criação e a presidência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959; a inauguração do Ministério do Planejamento em 1962; e também o recém inaugurado Ministério da Cultura em 1986. Após ser exilado pelo golpe civil-militar de 1964, assumiu, em 1965, a cátedra de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Paris, permanecendo lá durante os 20 anos de ditadura. Também foi professor visitante de outras universidades estrangeiras, como a Universidade de Yale, nos EUA, e a Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

²¹ Este artigo foi escrito em resposta às conferências pronunciadas por Nurkse no Instituto Brasileiro de Economia em 1951. Publicado na *Revista Brasileira de Economia* em 1952, em *El Trimestre Económico* em 1953 e em *International Economic Papers* em 1954, foi reeditado na coletânea organizada por Agarwala e Singh, *A economia do subdesenvolvimento*.

A inexistência de material informativo de base e o resultante desconhecimento da realidade econômica criaram nos economistas dos países subdesenvolvidos o hábito de raciocinar por analogia, na ilusão de que a determinado grau de generalidade os fenômenos econômicos seriam iguais em toda parte. Infelizmente, nem sempre é possível tirar conclusões aplicáveis a situações concretas de teorias que, se bem apresentam grande consistência lógica, estão construídas em elevado grau de abstração. (Furtado, 1969, p. 315)

Percebe-se o mesmo tom em sua participação na mesa-redonda realizada no Rio de Janeiro, em 1957. Nesta ocasião, embora não tenha apresentado um artigo de sua autoria, ficou responsável pelos “Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan” (Furtado, 1964b). Nestes comentários fica clara sua divergência com os Pioneiros, e aponta-se o rumo que seguia sua definição conceitual do subdesenvolvimento.

Primeiramente, creio que pecaríamos por um excesso de generalização se, de início, não definíssemos o que entendemos por subdesenvolvimento. Creio que esse conceito possui uma dimensão histórica que não se deve perder de vista. Não há economias subdesenvolvidas por si, mas tão somente em comparação com outras economias contemporâneas. A Inglaterra do século XVII ou a Itália do século XVI não podem ser consideradas economias subdesenvolvidas.

O segundo fato que cumpre destacar é o seguinte: o desenvolvimento econômico dos últimos 150 anos, corretamente qualificado de industrialização, é um fenômeno qualitativamente distinto dos processos de desenvolvimento que as economias tipicamente comerciais conheceram. O crescimento de uma economia industrial é, basicamente, um processo endógeno, inseparável do progresso tecnológico, enquanto que as economias comerciais cresciam principalmente por aglutinação, isto é, por expansão horizontal. (Furtado, 1964b, p. 87)

Esta é a tônica de seus estudos da década de 1950 que formariam a base para duas de suas obras mais impactantes. Após des-

vendar os percalços da *Formação econômica do Brasil* em 1959, expõe suas considerações a respeito das diferenças históricas e estruturais entre *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* no ano de 1961. Ali define o que seria um país subdesenvolvido, com base nas formas de difusão do modo de produção capitalista a partir da Revolução Industrial Inglesa do século XVIII.

Segundo o autor, a formação de um núcleo industrial na Europa e a consolidação de um sistema capitalista mundial, capitaneadas pela Inglaterra após sua Revolução Industrial, condicionaram o desenvolvimento econômico de quase todas as regiões do planeta. Os impulsos dinâmicos propagados por este núcleo exerceram-se em distintas direções e com distintos resultados, segmentando os países de acordo com seu posicionamento dentro do sistema. Furtado identifica três linhas de evolução diferentes: a primeira marca a linha de desenvolvimento dentro da própria Europa; a segunda assinala um deslocamento das fronteiras europeias para novas terras ainda desocupadas e com características físicas similares às da Europa; e a terceira se distingue pela expansão da economia industrial europeia rumo às terras de antiga colonização onde havia um sistema econômico de base artesanal já instalado.²²

No primeiro caso estão os países europeus que lideraram o processo de formação da economia industrial, onde houve contínua desarticulação da antiga base de produção artesanal pré-capitalista, com conseqüente absorção da mão de obra em níveis cada vez mais altos de produtividade. Esta linha de desenvolvimento conta, na visão do autor, com duas fases, nas quais a tecnologia desempenha papéis diferentes de acordo com as condições estruturais: na primeira, atuaria no sentido de aumentar a

²² Essa interpretação é influenciada pela concepção de Caio Prado Júnior a respeito das diferenças entre colônias de povoamento e colônias de exploração. Segundo Oliveira (2003b), Caio Prado consta na bibliografia da tese de doutorado de Furtado, obtida na Universidade de Paris em 1948, com o título de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*.

produtividade do capital; e, na segunda, no sentido de aumentar a produtividade da mão de obra:

[...] na primeira, a liberação de mão de obra era mais rápida que a absorção, o que tornava a oferta desse fator totalmente elástica; na segunda, a oferta da mão de obra, resultante da desarticulação da economia pré-capitalista, tende a esgotar-se, o que exige uma reorientação da tecnologia. (Furtado, 1961a, p. 179)

Estabelecido o modo de produção capitalista dentro do núcleo industrial europeu, o sistema econômico começa a expandir-se em direção às novas terras de recente colonização. A segunda linha de desenvolvimento é expressão deste deslocamento da economia industrial europeia para além de suas fronteiras, em busca de condições físicas similares às da Europa, com intuito de replicar seu modelo de desenvolvimento. Furtado destaca que estas novas colônias só se estabeleceram onde de fato houve condições econômicas excepcionalmente favoráveis, o que contribui para explicar a rápida elevação dos níveis de produtividade e renda alcançados nestas terras. Também chama atenção o fato do autor considerar particularmente o mundo anglo-saxão nesta categoria de análise, deixando claro o alto grau de integração econômica existente entre a metrópole inglesa e suas colônias.

Uma terceira linha de expansão da economia industrial europeia destinou-se às terras de antiga colonização, algumas já densamente povoadas e contando com sistemas econômicos já estabelecidos e de tipos variados, porém marcados por condições não capitalistas. A interação entre as expansivas economias capitalistas do núcleo industrial e estas regiões coloniais se deu quase sempre pelo intercâmbio de matérias-primas necessárias à produção dos gêneros industriais; em alguns casos, pela simples abertura de linhas de comércio e, em outros, pela produção direta destas matérias-primas pelo capital europeu. De uma forma ou de outra, a resultante deste contato direto foi a constituição de estruturas

híbridas, parte funcionando integrada ao sistema capitalista e parte ainda funcionando nos termos não capitalistas.

Esse tipo de estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. (Furtado, 1961a, p. 180)²³

III.2 O desenvolvimento dependente das forças produtivas

Furtado tenta abarcar numa única teoria, a do subdesenvolvimento, as principais vertentes da economia política latino-americana. Em sua abordagem, parte do conceito de centro-periferia, desenvolvido pioneiramente por Raúl Prebisch, utilizando-o para diferenciar o posicionamento geoeconômico e geopolítico dos Estados da América Latina e ligando-o à espécie de dependência externa que caracteriza tais países. Assim, a condição periférica e a condição de dependência se tornam dois pilares para uma categoria mais ampla que seria o subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento se funda essencialmente na forma de assimilação do progresso técnico dentro do sistema capitalista mundial. Neste sistema instituiu-se uma divisão internacional do trabalho, baseada no princípio das vantagens comparativas e no liberalismo comercial, e esta divisão relegava os países periféricos à qualidade de primário-exportadores, sendo os países centrais os grandes produtores e exportadores da tecnologia dominante. Assim, ao assimilar uma tecnologia elaborada em outras bases históricas e sociais, os países periféricos estariam introduzindo maiores contradições em seu processo de desenvolvimento.

Furtado destaca que existem duas vias de difusão do progresso técnico, a assimilação de produtos finais de consumo e a assimila-

²³ Szmrecsányi (2007) aponta Paul Baran como uma das influências de Furtado na definição de desenvolvimento e subdesenvolvimento como dois processos históricos qualitativamente distintos.

lação de processos produtivos. A condição periférica de primário-exportador qualificava tais países a assimilar o progresso técnico quase que exclusivamente pela via dos novos produtos, uma vez que o processo produtivo utilizado era baseado nas formas tradicionais de produção, intensivas em mão de obra e terra, ambos os fatores em extrema abundância nestes países, o que contribuía para diminuir o fluxo de inovações na produção.

Dessa forma, e tendo em vista a integração comercial operada no sistema mundial, o aumento extensivo da produção primário-exportadora garantia uma ampliação do excedente suficiente para que os países periféricos pudessem adquirir, via comércio exterior, os bens de consumo industrializados vindos dos países centrais. Devido à especialização produtiva e à alta concentração de renda características deste sistema econômico, consuma-se a *modernização* das sociedades periféricas, isto é, segundo Furtado, a diversificação da estrutura de demanda sem uma contrapartida na estrutura produtiva, com assimilação da cultura material oriunda do centro do sistema.²⁴ A modernização é uma das faces mais relevantes da dependência, uma vez que a demanda por bens de consumo industrializados não pode ser suprida por produtores internos e tem de recorrer à importação. Traço marcante da *dependência tecnológica*, primeiramente observada na difusão dos bens de consumo final.

Em sua interpretação, após a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, os países periféricos iniciaram um processo mais intenso de industrialização, como resposta aos choques externos e à desorganização das linhas de comércio internacional.²⁵ A in-

²⁴ O conceito de modernização perpassa toda sua obra, mas pode ser visto com maior clareza de definição em Furtado (1974), precisamente no segundo ensaio, “Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”, onde são apresentados também alguns aspectos culturais da dependência.

²⁵ A interpretação de Furtado sobre a formação econômica do Brasil e sobre as origens de sua industrialização foi alvo de importante controvérsia envolvendo representantes de diversas áreas das ciências sociais, com destaque

dustrialização por substituição de importações marca um novo período na história dos países periféricos, intensificando a concentração de renda característica dos países subdesenvolvidos. O caráter substitutivo da industrialização latino-americana se expressa na intenção da produção nacional reproduzir internamente bens similares aos antes importados. Isto implicou não só uma redefinição das decisões de investimento, desviando-se da produção primário-exportadora e rumando para a indústria de bens de consumo para o mercado interno, mas também uma tentativa de assimilar os processos produtivos em operação no centro do sistema mundial, onde vigorava uma tecnologia poupadora de mão de obra — o que intensificou a concentração de renda nos países subdesenvolvidos.²⁶

Havia, portanto, a necessidade de mimetizar tanto os produtos finais, como também as estruturas de preços e de custos, para que fosse possível competir em pé de igualdade com as empresas estrangeiras. Somente com o início da industrialização, as duas vias de difusão do progresso técnico alcançariam com toda força a periferia, aprofundando o quadro da dependência, que passaria a abranger tanto bens de consumo, como bens intermediários e de capital.

O fio condutor desta análise parte do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da interação entre progresso técnico e acumulação de capital. Observadas a incapacidade de geração autônoma de progresso técnico e a dependência tecnológica, resta observar como a acumulação de capital é entorpecida na peri-

para a divergência com a Escola de Campinas, como apontado neste volume por Bielschowsky (p. 221-243).

²⁶ Em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966, o autor chegou a considerar que isso traria consigo uma tendência à estagnação. Este se tornou, então, tema central de uma das principais controvérsias da história do pensamento econômico brasileiro, especialmente pela intervenção de Tavares e Serra ([1971] 1973). Analisada neste livro por Salm (p. 163-190 deste volume).

feria, em benefício do centro. Sendo, de imediato, três as principais formas de transferência do excedente gerado: a primeira está na clássica tese de Prebisch sobre a deterioração dos termos de intercâmbio;²⁷ a segunda seria o controle do capital estrangeiro sobre as atividades comerciais, financeiras e produtivas locais; e a terceira, justamente sobre a dependência tecnológica, na medida em que a pauta de importações se torna cada vez mais rígida.

As três contribuem para moldar a forma de utilização do excedente, desviando o potencial de acumulação da periferia para alimentar o pleno funcionamento das indústrias dos países centrais, ou seja, ao fraco dinamismo da demanda externa por bens primários soma-se o fraco dinamismo da demanda interna por bens industrializados, notadamente voltada para a importação. Não se completa, desta forma, o sistema produtivo nacional, sendo de muito difícil substituição a indústria de bens de capital, uma vez que o investimento, tido como a variável chave de todo o sistema, desvia sua demanda potencial para a indústria estrangeira.

Abordado em sua amplitude, o subdesenvolvimento expressa a conjugação da posição periférica com as formas de dependência, configurando um quadro de heterogeneidade e desequilíbrio do balanço de pagamentos. Estes adquirem caráter estrutural, pois refletem as formas de inserção destes países no sistema mundial e as formas de assimilação do progresso técnico sobre a estrutura interna dos sistemas nacionais, estando ambos essencialmente ligados à transferência contínua de excedente no sentido periferia-centro, o que enfraqueceria a acumulação produtiva e definiria uma tendência à concentração de renda também no plano interestatal.²⁸

²⁷ A tese cepalina da deterioração dos termos de intercâmbio, originalmente desenvolvida por Prebisch, está exposta de forma exaustiva em Rodriguez (1981).

²⁸ Daí a impossibilidade metodológica de, tal qual em Lewis (1969), se tratar os países subdesenvolvidos como “economias fechadas”, dado que sua formação histórica se dá pela difusão do modo de produção capitalista a partir

O desequilíbrio do balanço de pagamentos está diretamente imbricado à transferência do excedente, pois tanto a deterioração dos termos de intercâmbio e a dependência tecnológica, pelo lado da balança comercial, como a remessa de lucros das empresas estrangeiras, pela conta de capital, contribuem para o déficit global do balanço. Já a heterogeneidade tecnológica funda-se na fraca acumulação produtiva da periferia, ou seja, no desvio da utilização do excedente em direção ao consumo de bens importados, ou mesmo produzidos localmente, porém com base na tecnologia desenvolvida pelos países centrais — quando não há o controle direto da produção local pelo capital estrangeiro.

A assimilação de novos produtos e processos produtivos impõe uma necessidade de acumulação de capital não disponível nos países subdesenvolvidos, impedindo a plena difusão das técnicas. Entre os distintos setores produtivos, e mesmo intrasetores, observa-se frequentemente uma heterogeneidade tecnológica. Porém, mais importante do que isto é o fato do próprio modo de produção capitalista não se difundir por todo o sistema econômico, havendo uma cisão, em nível mais elevado de abstração, entre o setor capitalista e o setor não capitalista. De forma que um setor encontra-se integrado ao sistema capitalista mundial, consumindo seus produtos e utilizando suas técnicas de produção, de acordo com a lógica da maximização de lucros; enquanto o outro setor pouco participa do mercado capitalista, produzindo com técnicas rudimentares para o autoconsumo, delineando um setor de subsistência.

III.3 O mito do desenvolvimento e a ideologia nacional-desenvolvimentista

Ao diferenciar desenvolvimento e subdesenvolvimento como formas sincrônicas de evolução do capitalismo no sistema mundial, Furtado renega a ideologia do progresso presente nos Pioneiros

do centro, e o tipo de inserção no sistema mundial define suas características estruturais de dependência externa.

da economia do desenvolvimento enquanto base para proposições políticas que busquem alcançar melhores condições de vida para as grandes massas de população da periferia. Rejeita-se a perspectiva do atraso e o progresso linear, pois seguir a trilha do crescimento almejando mimetizar o padrão de consumo e o grau de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais não conduziria nenhum país periférico ao status de desenvolvido,²⁹ mas sim ao aprofundamento das raízes estruturais do subdesenvolvimento. Seria necessário elaborar e seguir um modelo de desenvolvimento³⁰ alternativo que observasse as especificidades nacionais.

Dentro desta formulação, explicita-se a impossibilidade, mediante a reprodução do modelo de desenvolvimento dos países centrais, do *catch-up* e do nivelamento do grau de acumulação e do patamar de renda *per capita* entre os países do sistema mundial. Assim, também é rechaçada qualquer expectativa quanto à aproximação pelos países subdesenvolvidos do padrão de consumo dos países desenvolvidos, sendo esta tentativa uma das principais causas da reprodução das desigualdades sociais e, em última instância, do subdesenvolvimento, já que este padrão de consumo só pode ser obtido por uma minoria privilegiada, seja ela os habitantes dos países centrais dentro do sistema mundial ou a pequena elite internacionalizada dos países periféricos.

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor

²⁹ “A aceitação dessa doutrina implica em ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento, a ela se deve a confusão entre economia subdesenvolvida e ‘país jovem’; e a ela se deve a concepção do desenvolvimento como uma sequência de fases necessárias, *à la* Rostow” (Furtado, 1974, p. 22).

³⁰ A análise do padrão de acumulação brasileiro e as propostas políticas envolvendo sua transformação constituem outra importante controvérsia na história do pensamento econômico brasileiro, analisada neste livro por Bielschowsky (p. 221-243).

dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o **desenvolvimento econômico**, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os standards de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do **progresso**, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial. (Furtado, 1974, p. 16, grifos originais)

Ao analisar a formação do sistema capitalista mundial e as distintas trajetórias históricas de desenvolvimento, Furtado destaca o papel fundamental desempenhado pela iniciativa deliberada de políticas industrializantes como fator de emancipação e afirmação de determinados Estados nacionais. Somente onde houve uma atitude ativa de negação da teoria das vantagens comparativas, por meio de uma política industrializante, foi possível alcançar a capacidade de autodeterminação indispensável à ascensão dos países dentro do sistema capitalista mundial.

Com base nos casos europeus de industrialização tardia do século XIX que, recorrendo ao protecionismo e diminuindo a dependência do comércio exterior, conseguiram adentrar o núcleo do sistema mundial, Furtado vê na consolidação de um sistema econômico nacional autônomo e calcado em centros nacionais de decisão um fator indispensável à superação do subdesenvolvimento.³¹ Percebe-se em tais conceitos a preeminência da

³¹ Furtado faz referência ao trabalho de Gerschenkron: “Sobre a especificidade da industrialização retardada, na Europa, particularmente no que respeita aos aspectos institucionais, veja-se o trabalho clássico da A. Gerschenkron, *Economic backwardness in historical perspective* (Cambridge, Mass., 1966)” (Furtado, 1974, p. 24, nota 7).

“questão nacional”, do Estado nacional e de sua preponderância enquanto unidade de análise e referência para as iniciativas de transformação social.

O protecionismo e o fechamento do sistema econômico nacional surgem como o caminho a ser seguido pelos países periféricos em busca de maior autonomia nas decisões estratégicas ao desenvolvimento. Diminuir a dependência dinâmica do comércio exterior e do capital estrangeiro se faz, então, fundamental para garantir a independência da economia nacional enquanto motor do desenvolvimento, e do Estado nacional enquanto centro preferencial de tomada de decisões. Estes são alguns dos postulados que vieram a constituir a ideologia nacional-desenvolvimentista.³²

A integração do território nacional, o fechamento da economia, a consolidação do mercado interno e a busca da identidade nacional são temas recorrentes desta ideologia. Pretende-se, com isso, que a conscientização dos grupos hegemônicos na composição do Estado para a questão do subdesenvolvimento e para a questão nacional se sobreponha às disputas entre as diferentes classes sociais. Furtado argumenta que as classes heterogêneas e pouco organizadas dos países subdesenvolvidos deveriam se unir em torno de um projeto nacional, e somente o Estado nacional aberto à participação popular estaria em condições de nortear a luta contra o subdesenvolvimento, particularmente se guiado por uma burocracia estatal que efetivasse o planejamento econômico.

³² “A substância ideológica do socialismo latino-americano será seguramente extraída da consciência crítica formada na luta pela superação do subdesenvolvimento. Essa luta tem lugar dentro de marcos políticos nacionais, os quais delimitam os centros de decisão que comandam as atividades econômicas tanto em seus aspectos internos como externos. [...] A conjunção dessas duas ideias-força — a afirmação nacionalista e o desejo de superar o subdesenvolvimento — constitui o núcleo do pensamento ideológico que, por caminhos vários, está provocando a transformação da vasta comunidade de povos que constituem o Terceiro Mundo” (Furtado, 1966, p. 17).

Escrevendo nos anos 1980, o autor resume suas propostas políticas para transformação social:

As inferências, no plano da política econômica, de minhas reflexões dos anos 50 sobre o subdesenvolvimento apontavam em três direções:

1. Abandono do critério de vantagem comparativa estática como fundamento da inserção na divisão internacional do trabalho.

2. Introdução do planejamento como instrumento ordenador da ação do Estado, cujas funções no campo econômico tenderiam a crescer na medida em que se ampliasse o esforço para superar o subdesenvolvimento.

3. Fortalecimento das instituições da sociedade civil (principalmente dos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos), de cuja ação se poderia esperar a renovação das bases sociais de sustentação do Estado e a contestação dos padrões prevalecentes de distribuição de renda. (Furtado, 1989, p. 25)³³

Furtado pensa dentro dos marcos do capitalismo, afirmando que somente a correta utilização do aparelho estatal levaria a melhorias nas condições de vida das grandes massas da população. Porém, para tanto, seria necessário primeiro reformar o Estado, dotando-o de capacidade organizacional suficiente para cumprir suas novas funções e abrindo espaço para a maior representatividade dos trabalhadores. Propõe que a burocracia estatal lidere o processo de transformação social: não seriam as massas proletárias que realizariam eficazmente as transformações estruturais demandadas, mas sim o Estado dotado de sua racionalidade superior que iria levar a cabo uma “revolução social planejada” (Furtado, 1964a).³⁴

³³ A péssima distribuição de renda característica dos países subdesenvolvidos foi uma preocupação constante de Furtado. Nos anos 1970, este foi tema central de uma acalorada controvérsia, sistematizada neste livro por Malta (p. 191-220).

³⁴ A disputa entre uma estratégia de superação do subdesenvolvimento via reformas ou via revolução consiste numa das mais acirradas controvérsias

Embora as grandes massas da população não tomassem a dianteira do processo de reforma revolucionária, torna-se de fundamental importância a participação crescente das bases de apoio popular, no sentido de modificar a estrutura de poder vigente e legitimar as transformações operadas pelo Estado, que porventura alterariam a correlação de forças e iriam em sentido contrário aos interesses dos grupos que historicamente se perpetuaram no poder.³⁵

Falando sobre a conjuntura brasileira em *Dialética do desenvolvimento*, livro publicado em janeiro de 1964, Furtado adverte:

O objetivo político a alcançar nos países subdesenvolvidos — isto é, o objetivo cuja consecução assegurará um mais rápido desenvolvimento econômico em uma sociedade pluralista — consiste em criar condições para que os assalariados urbanos e a massa camponesa tenham uma efetiva participação no processo de formação do poder. [...] Essa ampliação das bases políticas é essencial para que tome o seu rumo definitivo, com o custo mínimo para a coletividade, o processo de transformações sociais que já está em curso de realização. Não há nenhuma dúvida de que para nós se abriu uma época de revolução social. Resta saber se esse processo revolucionário se desenvolverá sob a forma de **atividade prática crítica**, ou como a tragédia de um povo que não encontrou seu destino. (Furtado, 1964a, p. 87-88, grifos originais)

Nesse sentido, o golpe civil-militar de março de 1964 representou a “tragédia de um povo”, levando Furtado a concluir, em fins de 1984, que a “História fez que prevalecesse a segunda hipótese, interrompendo-se a evolução política por dois decênios, o

brasileiras, como apontado neste volume por Rocha (p. 245-288) e Castelo (p. 289-325).

³⁵ Sobre a concepção de Furtado a respeito do Estado e sobre sua análise da estrutura de poder, ver Furtado (1964a), particularmente os capítulos 3 (“As lutas de classe no desenvolvimento das instituições políticas”) e 4 (“As ideologias de classe na luta pelo poder”).

que conduziu a considerável acúmulo de problemas no plano social” (Furtado, 1989, p. 27).

IV. Conclusão: uma nova controvérsia na periferia do capitalismo

De acordo com o método de história do pensamento aqui utilizado,³⁶ pretendeu-se apontar como a base analítica da teoria se relaciona intimamente com a história e com os conflitos político-ideológicos da época. Tais fatos condicionam a produção teórica e ficam explícitos nas proposições concretas de políticas para o desenvolvimento derivadas da teorização de cada autor. Também não se toma aqui a história do pensamento como uma via única de consensos, com caráter cumulativo, mas, ao contrário, busca-se identificar as controvérsias estabelecidas e as rupturas teóricas empreendidas por determinados autores.

Os principais acontecimentos da primeira metade do século XX nos mostram que importantes questões surgiram em virtude das guerras, das crises e das revoluções ocorridas no período. Longe de conduzir a qualquer tipo de consenso, esta experiência histórica concreta influenciou uma profusão de formulações em torno da controvérsia sobre a economia do desenvolvimento. Assim, é fundamental captar os efeitos da Guerra Fria sobre esta produção teórica, diretamente influenciada por fatores geopolíticos, evidenciados pelo esforço do governo dos EUA e de suas instituições “multilaterais” em consolidar o desenvolvimento econômico como uma forma de legitimação da hegemonia norte-americana em sua área de influência, e também como forma de contenção do avanço socialista.

Isto fica mais explícito ao expor as propostas políticas dos autores, como, por exemplo, em Rosenstein-Rodan, quando propõe a coordenação internacional; em Nurkse, quando defende a intensificação do comércio internacional para melhor aproveita-

³⁶ Ver Malta *et al.* neste livro (p. 21-50).

mento das vantagens comparativas; em Lewis, quando argumenta por uma maior participação dos lucros na renda nacional como forma de incentivar a expansão do setor capitalista; ou em Ros-tow, quando aponta de forma etapista o processo pelo qual as distintas sociedades atingem a “era do consumo em massa” e o Estado de Bem-Estar Social. Todos defendendo a superioridade do modelo capitalista de desenvolvimento sobre a experiência alternativa da União Soviética, e a viabilidade de se replicar o modelo de desenvolvimento norte-americano na periferia.

Esta produção teórica, ideologicamente orientada, guarda traços comuns que a identificam e, de certa forma, dão alguma unidade a estes autores tidos como Pioneiros da economia do desenvolvimento. Tais autores — embora também com grande influência da teoria neoclássica — são teoricamente filiados à tradição clássica no que diz respeito ao tratamento da acumulação de capital. Segundo estas formulações, nos países atrasados, de baixa renda *per capita* e baixo nível de investimento, o contínuo processo de acumulação tenderia a alcançar patamares quantitativamente similares aos dos países considerados desenvolvidos, o que levaria, num ponto futuro e a partir de um receituário básico, à eliminação do atraso.

Esse “pretensão universalismo” do corpo teórico e de suas propostas políticas define fundamentalmente os Pioneiros e, neste sentido específico, Furtado faz a crítica da economia do desenvolvimento, pois o caráter universal e genérico do receituário apresentado aos países atrasados é completamente rejeitado enquanto forma concreta de intervenção na realidade.

Assim, muda completamente os termos da controvérsia ao precisar conceitualmente o que seria o subdesenvolvimento, não mais tratado como uma questão de atraso temporal e quantitativo, mas como uma questão histórico-estrutural, ou seja, como uma trajetória histórica qualitativamente distinta de desenvolvimento, cujas características estruturais seriam pautadas pelo processo de difusão do modo de produção capitalista no mundo e

pela consolidação do sistema capitalista mundial após a Revolução Industrial Inglesa do século XVIII.

De acordo com Furtado, os países subdesenvolvidos seriam histórica e estruturalmente dependentes dos países desenvolvidos, de forma que esta dependência tenderia a se reproduzir no tempo em caráter polarizante, e não como trajetórias convergentes. O processo de desenvolvimento das forças produtivas num país periférico do sistema mundial seria pautado pela dependência tecnológica e pela transferência contínua de excedente no sentido periferia-centro, o que levaria ao enfraquecimento da acumulação de capital na periferia.

Aplicando o método histórico-estrutural, Furtado amplia o escopo de análise para ver na difusão histórica do modo de produção capitalista as especificidades estruturais da formação econômico-social dos países subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento seria, então, parte integrante da estrutura do sistema, onde se observa uma tendência à concentração de renda, não só dentro dos Estados nacionais, mas também no plano interestatal — razão pela qual critica a especialização produtiva com base nas vantagens comparativas, a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro e a modernização das sociedades ditas atrasadas, tomando como modelo ou tipo ideal a civilização industrial estabelecida originalmente na Europa e depois consolidada em novas bases nos EUA. Estas são apontadas como elementos perpetuadores da dependência, de modo que o desenvolvimento econômico, tal como teorizado pelos Pioneiros, se apresentaria como um mito.

Partindo de sua construção teórica, conclui-se que a polaridade desenvolvimento-subdesenvolvimento é constitutiva do sistema capitalista mundial. Assim, embora seja possível a superação do subdesenvolvimento por um Estado nacional individualmente considerado, esta superação não seria acessível a todos os países do sistema. A percepção desta competição interestatal pela apropriação do excedente, e de sua tendência à concentração, torna-se

fundamento das proposições políticas que se organizaram em torno da ideologia nacional-desenvolvimentista. Embora se colocando de uma perspectiva que não busca o rompimento das relações capitalistas, é nítida na argumentação de Furtado a esperança de que as reformas institucionais adquirissem dimensões revolucionárias, por meio da ação estatal planejada visando à transformação social e ao estabelecimento de um modelo alternativo de desenvolvimento.

Se, na literatura acadêmica anglo-saxônica, a possibilidade de promover a “decolagem” dos países atrasados havia se tornado ponto pacífico, na periferia do sistema capitalista mundial tornava-se evidente a inadequação do corpo teórico utilizado e deslocava-se a controvérsia a partir de um novo paradigma, criado pela teoria do subdesenvolvimento. Daí em diante seu eixo giraria em torno dos elementos histórico-estruturais, sejam eles do sistema capitalista mundial ou internos às economias subdesenvolvidas. A tradição estruturalista latino-americana segue essencialmente esta nova controvérsia em torno das origens históricas do subdesenvolvimento e de seu caráter estrutural. Particularmente no que concerne ao pensamento econômico brasileiro, este tem em Furtado sua pedra angular onde se apoiam e se ramificam diversas outras controvérsias de grande impacto sobre a sociedade brasileira, como a tendência à estagnação, a distribuição de renda, as características do modelo de desenvolvimento, a dependência externa, as vias de superação do subdesenvolvimento, ou mesmo a própria formação econômico-social desses países — porém, todas tendo como ponto de partida a categoria subdesenvolvimento.

Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais: entendendo o *modus operandi* do regime civil-militar no Brasil (1964-1985)

Victor Leandro C. Gomes • Hélio de Lena Júnior

I. Introdução

Com a derrubada do governo constitucional do presidente João Goulart, em 1964, e o abrupto processo intervencionista, iniciava-se o ciclo militarista que entraria pela década de 1980 e marcaria em definitivo a história do Brasil. Apesar de ter sido o precursor dos governos militares latino-americanos, muitas interpretações passaram a analisar o regime militar brasileiro não no que ele tinha de específico, o que era particular das instituições militares, mas sim em suas semelhanças genéricas com os demais países do continente onde existia o predomínio das Forças Armadas.

A explicação para o golpe civil-militar de 1964 dificilmente poderia ser fundamentada numa só razão. Foram vários fatores que contribuíram para o seu êxito e somente com o fim da ditadura pôde ser estabelecida uma espécie de hierarquia entre tais fatores por meio de entrevistas com os principais conspiradores, perseguidos políticos, do acesso a documentos internos e da análise das inúmeras obras sobre este singular período histórico nacional.

Ao se analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro é fundamental levar em consideração duas etapas: a primeira, antes de 1964, quando havia uma intervenção militar na política objetivando um suposto restabelecimento da ordem institucional para, em seguida, transmitirem a condução do Es-

tado aos civis. E a segunda, depois de 1964, amparada pela Doutrina de Segurança Nacional — instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra (ESG) —, quando os militares assumem a função de condutores dos negócios do Estado, transformando-se em verdadeiros protagonistas políticos, com os civis tendo a mera atribuição de conceder ao regime uma fachada de democracia e legitimidade. Ainda nesta fase, é imperativo perceber a proposição das Forças Armadas de uma estranha sistematização jurídica imposta pelos Atos Institucionais (AI) que legitimariam e legalizariam uma estrutura de governo civil-militar.

Nesse sentido, os militares adotam os AIs — que viriam a ser normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 — como medidas precípua de gestão política. Logo no primeiro AI se afirmava que o regime recém instaurado não procuraria legitimar-se por meio do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia sua legitimação por intermédio daquele ato. Ao todo foram promulgados 17 AIs, que, regulamentados por 104 Atos Complementares (AC), conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país.

Após a proclamação da República, as constantes intervenções das Forças Armadas criaram uma espécie de cultura militar no Brasil. Melhor dizendo, a ingerência dos militares na esfera política aparece como necessária para a preservação dos interesses maiores da nação. A própria formação militar, desde os primórdios, era muito mais política do que profissional, fazendo com que se desenvolvesse, no interior da corporação, a crença de que eram eles os mais identificados com os interesses nacionais e, portanto, lhes caberia a missão, e até o dever, de arbitrar as crises políticas em nome da ordem interna. Esta visão estimulou o surgimento do chamado *padrão moderador* das Forças Armadas brasileiras (Borges, 2007, p. 18). No entanto, no golpe militar de 1964, alicerçado na Doutrina de Segurança Nacional e, concomitantemente, pela adoção dos AIs, estabeleceram-se novas

especificações e diretrizes para a atribuição dos militares no processo político. A tradicional ação arbitral-tutelar foi abandonada para o exercício de uma multiplicidade de funções políticas e administrativas, ou seja, o papel desempenhado passava a ser o de dirigente.

Pretendemos analisar aqui a Doutrina de Segurança Nacional enquanto indispensável para a implementação e disseminação de uma nova ideologia daquele modelo de Estado, bem como os Atos Institucionais enquanto legitimadores de uma prática política genuinamente militar.

II. Escola Superior de Guerra: o começo

A fundação da Escola Superior de Guerra, a partir da Lei nº 785/49, está intimamente associada a dois fatores na história militar do Brasil: a participação na Segunda Guerra Mundial, por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), e o debate político acerca da exploração do petróleo.

Após a queda do Estado Novo, nos debates sobre os caminhos da exploração petrolífera, inúmeros oficiais das Forças Armadas se colocavam perante um tema que aparece subjacente à proposição essencial: a segurança nacional. É a própria questão do nacionalismo — entendido no sentido da possibilidade do desenvolvimento econômico autônomo e autossustentado — que norteia o país na década de 1950 e que não é apartado dos problemas de segurança nacional ao nível da controvérsia militar (E. R. de Oliveira, 1976, p. 19). A criação da ESG assume alto significado político de um “movimento” que tem o objetivo — não expresso em documentos — de um reforço de sua posição no aparelho de Estado, por meio de estudos geralmente sigilosos e circunscritos a pequenos grupos. Também é tarefa da ESG garantir a não dispersão deste agrupamento político-militar, bem como assegurar a possibilidade de difusão ideológica entre as “elites civis e militares”.

Como declara Eliézer de Oliveira (1976, p. 21):

A mobilização política e ideológica levada a efeito pela ESG reveste-se do significado de um reforço da tendência à predominância do grande capital (no meio do qual ressalta o capital estrangeiro) como elemento indispensável ao desenvolvimento econômico e à implementação de uma política de segurança nacional.

Não é de se espantar, portanto, que a ESG receba influência direta da congênera norte-americana National War College. Ao contrário da escola americana, a ESG se propôs a incluir estagiários civis, oriundos de setores governamentais dos demais poderes e organizações profissionais, com a condição de que fossem de nível universitário ou equivalente. Contudo, é importante frisar que as ideias norte-americanas foram amplamente aceitas porque os militares brasileiros já concordavam antes com seus pressupostos e puderam, assim, reformulá-las e adequá-las à sua própria percepção dos problemas de desenvolvimento e de segurança do país.

Nesse contexto, a partir de 1964, os altos escalões da administração federal eram ocupados por ex-estagiários “esguianos”, fato que fica especialmente comprovado na configuração ministerial do governo Castello Branco (1964-1967). Aliás, por volta de 1979, 27,8% dos cargos civis da administração pública, direta e indireta, foram preenchidos por militares formados na ESG (Valder de Góes *apud* Borges, 2007, p. 20).

Explicitando o argumento, embora seja parte de um aparelho repressivo (Forças Armadas), a ESG é, antes de tudo, uma *escola* com objetivos técnicos e político-ideológicos: técnicos, na medida em que oferece o curso que está no topo da formação do militar brasileiro, o de Estado Maior e Comando das Forças Armadas; político-ideológico, pois seus demais cursos têm a intenção de garantir um tratamento uniforme a civis e militares direta ou indiretamente ligados a questões de segurança nacional. Ainda que não possa ser dissociada de uma instituição, a ESG consegue

desenvolver atividades ideológicas, quer promovendo treinamento técnico de oficiais, quer articulando e difundindo entre as elites políticas a Doutrina de Segurança Nacional.

Exatamente por meio dessa Doutrina, a ESG assume a dianteira das críticas às instituições do Estado brasileiro da década de 1950 como incompatíveis ao equacionamento da problemática de desenvolvimento econômico e segurança nacional, ao mesmo tempo que procura bloquear ideologicamente a chamada “via socializante”. Neste sentido, difunde-se nas Forças Armadas — e também fora delas — a predisposição a intervenções no quadro político-institucional brasileiro.

Por fim, é indispensável lembrarmos que a Doutrina de Segurança Nacional é concebida num momento particular em que profundas transformações são operadas tanto na sociedade brasileira como no contexto internacional. O combate ao “neutralismo”, a propugnação do envolvimento incondicional do Brasil no bloco ocidental, a ênfase na defesa do continente americano contra possíveis agressões “externas” aparecem como ligadas a essa estratégia de preparação econômica, política e ideológica para o embate entre Ocidente e Oriente, entre capitalismo e comunismo. Alfred Stepan assinala que desde o princípio a ESG era anticomunista e estava empenhada na Guerra Fria. Já que o comunismo era o inimigo, “os Estados Unidos, sendo o principal país anticomunista, eram um aliado natural” (Stepan, 1975, p. 132). E é justamente a ostensibilidade deste anticomunismo que faz com que a Doutrina se torne um elemento potencialmente aglutinador de diversos setores das classes dominantes brasileiras em nível ideológico.

III. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional

Partindo das similitudes das ditaduras latino-americanas embaçadas na Doutrina de Segurança Nacional, é possível perceber as possibilidades de combinação de dois fatores fundamentais emer-

gindo como princípios elucidativos para a compreensão dessas experiências. De um lado, o fator repressivo decorrente da enorme pressão exercida pelo capital internacional e pelas elites locais para imposição de um novo modelo de acumulação. E por outro, os regimes originários na Doutrina procederam da radicalização das contradições de classe, bem como do avanço de projetos reformistas (ou revolucionários), principalmente a partir da Revolução Cubana.

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional é a rejeição da ideia de divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em choque com a noção de unidade política. Melhor dizendo, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas (Padrós, 2008, p. 144). Tal coesão política pressupõe, necessariamente, o fim do pluralismo político, condição essencial para a resolução de conflitos. Além da afirmação da pátria como unidade, destaca-se a função disciplinadora que está implícita na sua aceitação. Trata-se de formar as novas gerações inculcando-lhes valores como fidelidade, conformismo, docilidade e obediência.

O perigo é identificado nas chamadas “ideologia estranhas”, externas, diferentes das locais. Consta-se que aqueles cidadãos que acabaram se associando internamente com essas ideologias foram tratados como adversários perigosos da nação, ou seja, como hostis aos interesses da unidade nacional. É por isso que o elemento desestabilizador, aquele contrário à unificação proposta pela Doutrina, é considerado “subversivo”, “inimigo”, um estranho que não tem direito de pertencer à nação.

O conflito ideológico permanente e a possibilidade de uma guerra total entre Ocidente e Oriente — em função da qual a nação deveria se mobilizar integralmente — fornecem condições fundamentais para a formulação da Doutrina de Segurança Nacional à brasileira. Em princípio, coube ao general Golbery do

Couto e Silva a missão de imprimir um tratamento teórico que acabou não se restringindo ao pensamento militar, fazendo com que suas obras ganhassem uma relativa notoriedade. Foi atribuição deste general, também, a criação do sistema de segurança e informação dos governos militares. Aliás, em sintonia com sua abordagem estratégica, Golbery estava convencido de que “a guerra deixou de ser um simples hiato trágico num mundo de tranquilidade e de paz” (Couto e Silva, 1967, p. 4).

III.1 A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil

Para Joseph Comblin (1978), o Brasil representou, na América Latina, um verdadeiro marco à ideologia de segurança nacional. Segundo ele, raramente uma geração teria mostrado tanta perseverança e continuidade para pôr em prática suas estratégias. Os empreendedores do golpe civil-militar foram extraordinariamente fiéis às ideias sobre as quais haviam longamente refletido, quando a perspectiva de poder ainda lhes parecia bastante remota e confusa (p. 151).

Mais importante do que reescrever a história do sistema de segurança nacional no Brasil desde 1964 é entender a maneira por meio da qual este sistema conseguiu dirigir o Estado e como a Doutrina revelou-se muito eficaz para o alcance deste objetivo. Afinal, não bastava que as Forças Armadas tomassem o poder para que, num passe de mágica, todos estivessem resignados a uma forma de exercício e manutenção do poder. Pelo contrário, houve necessidade expressa de uma ação lenta, sistemática e progressiva.

Antes, é imperioso reafirmar que o golpe de Estado no Brasil foi dado com o auxílio determinante de muitos civis; ademais, o Exército conseguiu concentrar numerosos elementos que não estavam necessariamente integrados num esquema de segurança nacional. Em suma, todos os setores da nação — autoproclamados “moderados” — mobilizaram-se em torno de duas causas primordiais: a luta contra o comunismo e uma renovação da eco-

nomia a partir de uma ortodoxia capitalista que almejava uma integração ao sistema econômico americano.

Examinando as concepções teóricas do general Golbery percebe-se que um país onde o planejamento é voltado exclusivamente (ou predominantemente) para o bem-estar da população poderá destinar recursos insuficientes aos encargos da segurança nacional:

O que mais está a Segurança Nacional a exigir, num país do tipo do nosso, é sobretudo a ampliação da nossa infraestrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente evoluída. (Couto e Silva, 1955, p. 29)

Essa visão, tipicamente militar, aponta que o sacrifício parcial e conjuntural do bem-estar do povo brasileiro configura um elemento reforçado da segurança nacional que, por sua vez, poderá promover, no futuro, os instrumentos para a retomada da prosperidade. Tal pensamento denota de maneira explícita as diretrizes encaminhadas aos órgãos governamentais de planejamento responsáveis pela elaboração de programas aplicáveis nas áreas política, econômica e social.

Não apenas Golbery, mas praticamente todos os pensadores militares vinculados à ESG tratam dos laços do Brasil com o Ocidente. Esta questão assume variadas formas, ora enfatizando os aspectos econômicos, ora os político-ideológicos da ligação. A participação política brasileira é realçada tanto no contexto da Guerra Fria, que tornava provável uma “guerra total”, como após a internalização do conceito de segurança nacional, que promove considerações acerca do conflito interno ou da chamada “guerra subversiva”. Neste caso, em particular, se trataria não apenas de uma agressão direta às instituições da sociedade brasileira, mas de uma nova tática comunista de agressão aos Estados Unidos.

Assim, o Ocidente está duplamente ameaçado: primeiro, pela possibilidade sempre presente de uma guerra total contra o mun-

do comunista; em segundo lugar, embora a cultura e os padrões ocidentais tenham se disseminado na maior parte do mundo, a “democracia ocidental” não dispõe de mecanismos eficientes para combater a infiltração comunista, especialmente entre a juventude. Sendo vulnerável à penetração comunista nos países desenvolvidos, o Ocidente é ainda mais débil no tocante à preservação de seus valores nos países subdesenvolvidos. Desta forma, somente os Estados Unidos e as grandes nações europeias poderão defender as áreas subdesenvolvidas da perigosa expansão comunista (Oliveira, 1976, p. 33). Em resumo, a Doutrina de Segurança Nacional é a expressão de uma ideologia assentada sobre uma concepção de *guerra permanente e total* entre o comunismo e os países ocidentais. Ou nas palavras contundentes de Comblin (1978, p. 17):

A Doutrina de Segurança Nacional é uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se única realidade e resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina escraviza espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, ela ultrapassa esse continente para ameaçar todo o Ocidente. Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea.

Nesse sentido, o conceito de *guerra total* precisa ser entendido de duas maneiras. Primeiramente, a guerra faz um apelo a todas as formas de participação, excluindo terminantemente a neutralidade. Em segundo lugar, a ideia de totalidade da guerra emerge do entendimento de que o antagonismo dominante se encontra no interior das fronteiras nacionais. Portanto, a agressão pode vir tanto do exterior (comunismo internacional) como do interior (inimigo interno). Fica evidente, pois, que a infiltração generalizada do comunismo consolida e justifica a repressão interna por meio dos órgãos de informação do governo. É neste quadro de conflito e tensão contínua que a Doutrina promoverá a submissão das atividades da nação à sua política de segurança.

Ocorre, no entanto, que a Doutrina de Segurança Nacional trabalha com o campo da conjuntura internacional, mas dentro do quadro da geopolítica, cujos postulados surgiram no último quarto do século XIX. Na verdade, tal noção de geopolítica se apresenta como uma teoria a serviço de um conceito de Estado absoluto. Isto nada mais é do que a aplicação prática da teoria da “ditadura soberana”, elaborada pelo jurista alemão Karl Schmidt (Borges, 2007, p. 26).

A base do conceito de “ditadura soberana” se encontra na convicção de que o direito não consiste em normas gerais e constantes estabelecidas por um poder juridicamente regulado de maneira a reger as múltiplas situações concretas ou individuais. Mas, ao contrário, o Estado editaria normas individuais sem limitações substantivas ou processuais e, por outro lado, o governo (absoluto) passaria a ser aquele que é encarregado de decidir sobre a situação de crise e, conseqüentemente, aquele que teria o poder de suspender a vigência constitucional ou de modificar a própria Constituição. Desta forma, o governo se afirmaria como o órgão (ou a pessoa) que decreta um estado de crise, suspendendo os direitos e instaurando restrições à ação política. A ditadura soberana se caracteriza não somente pela usurpação do poder, mas também pela concentração em suas mãos de todos os poderes e funções do Estado, substituindo toda a jurisdição pré-existente.

Ao regime fundado sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional se atribui uma “vocaçãõ revolucionária”, legitimada por ela mesma e destinada a modificar o *status quo*. Constata-se, assim, que a geopolítica dos militares latino-americanos em geral visa não somente estabelecer os limites geográficos do Estado, mas trabalhar com fronteiras ideológicas (via Doutrina), um tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada nação. Ocupando posições estratégicas no interior do Estado, os militares estabelecem os limites e restringem a ação civil (Borges, 2007, p. 27).

Ora, para que a Doutrina possa impor seu projeto político é indispensável que se apele para a guerra psicológica. Trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos e, de outra parte, de assegurar a não oposição contra o projeto político proposto pela Doutrina. As técnicas psicossociais e os meios de comunicação adquirem uma grande importância na manifestação das massas.

Ainda segundo Borges (2007, p. 29), “a essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica antissubversiva contra o inimigo comum”. O *terror* passa a ser utilizado a fim de intimidar principalmente o inimigo interno e dissuadir os indecisos. O uso sistemático dos órgãos de segurança e informação, por meio de tortura, de assassinato e de prisões arbitrárias, é a forma de guerra psicológica colocada em prática pelo chamado Estado de segurança nacional.

Podemos concluir que a razão precípua do inimigo interno é manter a coesão e o espírito de corpo do grupo que mantém o poder. Por outro lado, a existência do inimigo interno e a necessidade da guerra permanente servem, também, para manter uma condição ininterrupta de crise que, mesmo sobre uma base fictícia, é muito efetiva do ponto de vista policial e jurídico. Neste contexto permite-se, ainda, impor restrições às liberdades e aos direitos individuais, além de instituir procedimentos arbitrários.

IV. Atos Institucionais: o aparato jurídico do regime

Até agora, de acordo com nossas interpretações, compreendemos que o regime civil-militar implementado a partir de 1964 foi o resultado de uma construção binomial. Como visto anteriormente, o primeiro termo deste binômio político refere-se à Doutrina de Segurança Nacional. Na equação política que estamos propondo, o segundo termo refere-se à possibilidade de interpretar a

construção do supracitado regime pela adoção de um aparato jurídico conhecido como Atos Institucionais (AI).

Em larga medida, para o Brasil do pós-1964, acreditamos que a adoção da Doutrina de Segurança Nacional somada aos AIs resultou na construção de um Estado Burocrático-Autoritário (BA). Essa chave interpretativa, em consonância com as proposições do cientista político Guillermo O'Donnell (1990), seria um dos elementos esclarecedores para a compreensão da montagem do aparelho autoritário desenvolvido no Brasil pós-João Goulart.

Os Estados Burocrático-Autoritários são caracterizados por O'Donnell a partir de alguns pontos relevantes. Acreditamos que estes estão relacionados a uma proposição que interpretou este modelo estatal como a manifestação de um Estado característico de uma sociedade capitalista. Segundo o autor, “o Estado capitalista é fiador e organizador das relações sociais capitalistas e, portanto, da dominação que elas concretizam” (*ibid.*, p. 25).

Não podemos distinguir, grosso modo, esse Estado como um Estado burguês; muito pelo contrário, ele é, em essência, um Estado capitalista. E aquilo que conceitualmente pode aparecer como sinônimo, na prática não é. Esta modalidade de Estado tornou-se garantidora e organizadora das “classes que se entrelaçam nessa relação. Isto inclui as classes dominadas, embora sua garantia seja no sentido de repô-las ou reproduzi-las como classes dominadas” (*ibid.*).

Retomando os itens apresentados por O'Donnell para a caracterização dos BAs, encontramos, no primeiro, o argumento de que a base social deste Estado é a grande burguesia que, neste estágio, se encontra oligopolizada e transnacionalizada. Assim, “a dominação é exercida através de uma estrutura de classes subordinada às frações superiores de uma burguesia” (*ibid.*, p. 60).

De forma complementar, os BAs estão incumbidos de duas tarefas: a “reimplantação da ‘ordem’ mediante a ressubordinação do setor popular, por um lado, e a ‘normalização’ da economia,

pelo outro” (*ibid.*, p. 61). No caso concreto do Brasil, a reimplantação da ordem estava ligada à ideia de contenção e coerção dos setores populares (urbano e rural) que haviam criado um espaço de movimentação no governo João Goulart. No que diz respeito à normalização da economia, recordamos as declarações iniciais dos setores golpistas ao pregarem que a movimentação militar tinha duas funções: estabelecer a ordem e conter a inflação.

Além dessas duas ideias anteriores, uma terceira característica surge como expressão dessa modalidade de Estado: a exclusão política dos setores populares. As imposições de rígidos controles eliminaram qualquer participação popular do cenário político. Para nossas argumentações, investigaremos como a adoção dos AIs demonstraram, aos militares, uma especial forma de se fazer política.

A exclusão apontada como quarto item

[...] provoca a supressão da cidadania e da democracia política. Também é a proibição do que seja popular que impede (respaldando-o com a sua capacidade coativa) invocações enquanto povo e, naturalmente, enquanto classe. (*Ibid.*, p. 61)

Deste modo, entre a sociedade e o Estado, duas mediações elementares deste relacionamento são suprimidas: a cidadania e o popular. No caso brasileiro, à medida que o regime civil-militar foi se consolidando, tais mediações foram sendo suprimidas em detrimento de uma organização jurídica que legitimava os setores detentores do poder e excluía, temporariamente, os setores subalternos de qualquer participação.

Tais exclusões políticas somente podem ser pensadas em consonância com os elementos econômicos da vida material. À proporção em que se promove a normalização econômica, somada a adoção de um padrão de acumulação de capital fortemente dirigido em prol dos grandes grupos oligopolizados de capital privado e de alguns empreendimentos estatais, as desigualdades existentes são aprofundadas.

Somada a radicalização das assimetrias sociais, o BA apresenta, em sua essência, uma despolitização das questões sociais, submetendo-as a racionalidade dos “critérios neutros e objetivos”. Evitando as concepções classistas ou populares, os BAs atribuem a esta cientificidade a solução dos problemas estruturais.

Por fim, os BAs fecham “os canais democráticos de acesso ao governo e, junto com eles, os critérios de representação popular ou de classe” (*ibid.*, p. 62). Assim posto, as vias de ingresso existentes são exclusivas das Forças Armadas, das grandes organizações e das grandes empresas (públicas e privadas). Depreendemos, pois, que a constituição do BA no Brasil representou o aprofundamento não somente da coerção, como da acumulação capitalista em sua fase financeira.

Conjuntamente à ascensão dos militares ao poder, uma forma de relação com a sociedade brasileira surgiu e floresceu nos anos posteriores, e estava relacionada diretamente com a adoção de um aparato *legal* que justificaria o regime em toda sua extensão cronológica. Conhecidos como AIs, resultaram em 17 ações legalizadoras, completadas por 107 Atos Complementares, e, ainda, eram justificados pelos chamados Atos do Comando Supremo da Revolução.

O primeiro Ato Institucional, em 9 de abril de 1964, pode ser caracterizado como a primeira ação concreta dos militares no poder. Não podemos esquecer que a participação dos setores civis no golpe foi relevante para seu sucesso. Nos meses que antecederam o mesmo, os principais órgãos noticiosos do país vinham ocupando seus editoriais com uma campanha contra o governo João Goulart.¹ De acordo com as palavras dos artífices do movimento — já que o supracitado AI foi assinado pelos representantes das Forças Armadas, Arthur da Costa e Silva, Fran-

¹ A despeito da disputa entre as datas de deflagração do golpe (31 de março ou 1º de abril), consideramos que a instituição do AI-1 marcou, definitivamente, a vida política brasileira.

cisco de Assis Correia de Mello e Augusto Hamann Rademaker Grunewald:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. (AI-1, 1964)

Isso posto, cabe o registro de que o conceito clássico de revolução se distancia em larga escala da acepção adotada pelos idealizadores do golpe de 1964. Sociologicamente, uma das características marcantes de uma revolução, segundo Eisendadt (1979) seria a conjugação de um tripé analítico, nos quais estariam contidos: a violência, a novidade e a totalidade da mudança. Esta proposição de Eisendadt pode ser corroborada com as interpretações de Hannah Arendt: “é crucial, portanto, para a compreensão das revoluções da Idade Moderna, que a ideia de liberdade e a experiência de um novo começo sejam coincidentes” (Arendt, 1988, p. 23). Todavia, transferindo estas duas interpretações para o caso brasileiro, verificaremos que, no que diziam respeito ao movimento civil-militar de 1964, as assertivas se distanciam enormemente do desenrolar concreto dos fatos.

Mesmo que a convocatória correspondesse aos “desejos” da nação, os golpistas entendiam que aquela movimentação tratava-se, efetivamente, de uma revolução de tipo novo.

Em toda a extensão do primeiro AI, os golpistas referiram-se ao restabelecimento de uma pretensa ordem democrática que, no seu entendimento, tinha sido esgarçada pelo governo de João Goulart. Para a não radicalização da pretensa “revolução”, a Constituição de 1946 foi mantida, mas o perigo do comunismo foi afastado. Segundo Lincoln de Abreu Penna (1999, p. 266), o Alto Comando da Revolução propunha-se a “restaurar a legalidade” e “eliminar o perigo da subversão”. O cerne da nova ordem democrática estava na limitação e modificação:

[...] apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. (AI-1, 1964)

Pelas palavras do comando golpista, as relações com o Congresso Nacional estavam mantidas. Mesmo que a “revolução” não se legitimasse por meio do Congresso, o Legislativo foi coagido seguidamente durante toda a extensão do golpe.

Dos 11 artigos do AI-1, que vigorou, em tese, até a data de 31 de janeiro de 1966, destacamos os parágrafos relacionados à ação silenciadora do regime. Objetivamos compreender como esta atuação se formou nos primeiros momentos do golpe. Então, dois artigos saltam aos olhos: o sétimo e o décimo.

O sétimo artigo regulamentou o seguinte: “Ficam suspensas, por 6 (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”. No primeiro parágrafo do sétimo artigo a ação foi explicitada:

Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (AI-1, 1964)

O Ato nº 2, do Comando Supremo da Revolução, datado em 10 de abril de 1964, cassou o mandato de 40 parlamentares. O dado curioso foi a repetição de alguns nomes, tanto no Ato

nº 1 como no Ato nº 2. O regime discricionário começava a mostrar sua face. Todavia, a ação do AI-1 seria complementada pelo Ato do Comando Supremo da Revolução nº 3, de 11 de abril de 1964. Esta ação complementar cassou 77 militares do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica.

Já no décimo artigo do AI-1 os alvos atingidos foram os civis. De acordo com sua redação:

No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes em Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (AI-1, 1964)

Como dito anteriormente, no Ato nº 1 do Comando Supremo da Revolução, de 9 de abril de 1964, os civis também teriam seus direitos políticos suspensos por dez anos, chegando ao impressionante número de 100 pessoas atingidas. Dentre os cassados estavam Luiz Carlos Prestes, João Goulart, Leonel Brizola, Celso Furtado, Josué de Castro e Francisco Julião.

As ações complementares foram acrescidas de mais alguns atos. Em 13 de abril do mesmo ano, o Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1 cassou mais cinco direitos políticos e transferiu para a reserva sete oficiais das Forças Armadas (Ato do Comando Supremo da Revolução nº 6). Na mesma data, o Ato do Comando Supremo da Revolução nº 7 levou para a reserva 17 oficiais das Forças Armadas.

O golpe mais duro ainda estava por ser desferido, em 14 de abril de 1964. Mediante uma série de considerações acerca do papel das Forças Armadas, da ordem democrática e do desenvolvimento de organizações de resistências ao novo regime, os golpistas decidem instituir o Ato do Comando Supremo da Revolução nº 8. Este ato determinou a abertura dos Inquéritos Policiais Militares (IPM):

[...] a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no país, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. (AC-8, 1964)

Segundo Penna (1999, p. 266),

[...] típico expediente dos regimes discricionários, essas comissões de inquéritos foram criadas para fiscalizar as atividades de funcionários públicos, civis e militares supostamente envolvidos em práticas subversivas.

Via de regra, a tônica destas investigações foi o uso do arbítrio e da força, reforçando sobremaneira a suposta ordem legal e constitucional que estava sendo instaurada pelos “revolucionários”. Não podemos nos esquecer de que este tipo de ação apregoada pelos IPMs se incorporou aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional com o objetivo de combater o suposto inimigo interno, ou seja, os comunistas.

O AI-1, complementado pelo AC, marcou não apenas a legitimação do regime, mas também abriu espaço para a corporificação de toda uma legislação arbitrária que nos anos posteriores se consumou. Lúcia Klein e Marcus Figueiredo (1978, p. 26) interpretam a constituição do regime afirmando que se trata de um “período em que a defesa da segurança nacional se consolida como princípio absoluto e passa a requerer a neutralização de grande parte das normas até então em vigor”.

Para tanto, é necessário compreender que, além das causas aparentes para a realização do golpe, outras motivações acabaram por justificar o desenrolar dos fatos. Segundo nossas interpretações, o primeiro momento do golpe civil-militar foi representado por este escopo jurídico que legitimou as primeiras ações do regime recém-instaurado. Porém, imediatamente após a consumação do golpe, foi se organizando o aparelho de Estado coadunado

com as proposições do primeiro AI e conformado pelos Atos do Comando Supremo da Revolução.

De acordo com Oliveira (1976), o momento inaugural desse novo ordenamento no Estado brasileiro foi representado pela chegada ao poder do marechal Castello Branco. Para compreender este período, é necessário que o analisemos não apenas como um bloco monolítico, mas, sim, entendendo que, como qualquer governo, é possível dividi-lo em fases ou momentos. Assim, podemos dividir o governo Castello Branco em duas etapas.

A primeira corresponde ao recorte cronológico compreendido entre os meses de abril e junho de 1964. Neste momento, havia o reconhecimento do cenário político existente. Observam-se os atores sociais, as movimentações dos mesmos e as correlações de força. Pela concepção golpista, o país se encaminhava para a implantação de uma “República sindicalista” com a anuência de João Goulart. Por esta ótica, o golpe se legitimou pela ideia de contenção aos setores à esquerda. Oliveira (1976, p. 57) menciona, ainda, uma posição defensiva “escudada no aparato constitucional”.

Mesmo que essa posição defensiva se apresente como ambígua, consideramos que o aspecto intervencionista dos militares na vida política e movimentações anteriores (1954 e 1961) ao supracitado golpe de 1964 nos levam a considerar que esta ideia de contenção, reafirmada pela Doutrina, se fez mais presente do que os fatos mostraram.

Ainda dentro destes primeiros limites postos e em complementaridade a esta visão intervencionista, o arcabouço teórico fornecido pela ESG já “havia fornecido um projeto nacional, no qual o planejamento da segurança nacional subordinaria as demais atividades da nação” (Oliveira, 1976, p. 58).

E, por último, ainda referente ao ambiente militar, havia um esgarçamento ideológico nas visões militares. Explicamos: em documento fixado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

(ESAO), em 4 de março de 1964, sugestões foram apresentadas, a serem dirigidas ao Comando Revolucionário:

- 1) Cassar os mandatos de parlamentares comunistas e os direitos políticos dos ex-integrantes do Ministério de Goulart;
 - 2) Afastamento imediato de Oficiais ligados à situação anterior;
 - 3) Impedir que ambições políticas favoreçam os oportunistas;
 - 4) “É de máximo interesse que os chefes militares continuem tutelando, efetivamente, as decisões dos poderes civis responsáveis, de forma a obviar conchavos e fórmulas acomodáticas que favoreçam, como já ocorre, a ação psicológica esquerdista”.
- (ESAO *apud* Oliveira, 1976, p. 58)

Foi singular a forma que esse documento moldou a construção do AI-1. Como visto até agora, o AI-1 tinha um caráter regulatório para a vida política, por meio do qual institucionalizar o regime era a ação fundamental e definitiva.

Distinta também foi a “desarticulação das organizações populares através do alijamento de suas lideranças” (Oliveira, 1976, p. 59). Por sugestão do documento da ESAO consubstanciado por intermédio do AI-1, as esquerdas, os movimentos populares e os setores democrático-populistas foram silenciados pela ação selvagem do corte provocado pelos militares. Esta situação foi agravada pelos golpistas nos momentos posteriores da sua consolidação, como veremos mais adiante.

O segundo momento cronológico do governo Castelo Branco, citado por Oliveira (1976, p. 60), foi representado por um recorte de tempo maior. De junho de 1964 a outubro de 1965, conheceu:

[...] a definição da hegemonia militar; atribuímos ao termo “hegemonia” o sentido de condução militar do processo político que se desenvolve no âmbito militar, em função da presença preponderante de um determinado setor das Forças Armadas. É baseada no jogo político entre os diversos grupos militares — o que inclui, entre outros fatores, a possibilidade de levantes armados — que se define a hegemonia militar.

Os elementos distintos que se uniram e se integraram como resultado da deposição de João Goulart se mostraram inconsistentes à definição dos novos caminhos do regime golpista e da política econômica. É sintomático citar que, entre 1964 e 1966, o governo pôs em funcionamento um plano trienal: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Ao contrário do governo Goulart, o PAEG:

[...] não precisaria passar pela difícil etapa da negociação política, inerente aos regimes efetivamente democráticos. O Congresso, a rigor, é tão somente informado da existência desse plano, não tendo portanto qualquer participação em sua elaboração ou apreciação. (Penna, 1999, p. 267)

Elaborado pelos ministros Roberto de Oliveira Campos (Planejamento) e Otávio Gouveia de Bulhões (Fazenda), o PAEG mencionou a “necessidade de atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e a melhoria das condições de vida” (Penna, 1999, p. 267); entretanto, os objetivos para o campo social eram extremamente vagos. Seja como for, com a chegada dos golpistas ao poder, toda estrutura econômica foi reformulada a fim de responder às demandas de uma economia capitalista contemporânea em que o Brasil se inseria.²

Para retornarmos ao ambiente político que sustentou o governo Castelo Branco, as análises de Oliveira (1976, p. 72) apontam na direção de uma situação que se resolveu apenas dentro do contexto ideológico da Doutrina de Segurança Nacional, no qual as relações:

[...] entre legalidade e legitimidade encontra-se o primeiro movimento de superação do Estado-Nação, apontada na análise da Doutrina de Segurança Nacional, no sentido de que a nação,

² Ainda de acordo com Penna (1999, p. 267), o “modelo” econômico que começou “a se desenhar nos primeiros momentos do regime só ganharia configuração definitiva quando da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em setembro de 1966”.

ao criar um novo Estado, era a garantia da realização de seus objetivos, libertando-se da agressão do comunismo.

Essa hipotética legitimidade propalada pelos golpistas se fundamentou no “consenso da nação acerca da sua própria vontade geral expressa pelos propósitos do movimento de 1964 e, mais diretamente, pelo governo Castelo Branco” (Oliveira, 1976, p. 72).

Recuperando as ações políticas discricionárias do governo Castelo Branco, não podemos esquecer que em 27 de outubro de 1965 foi decretado o Ato Institucional nº 2, co-assinado por Juracy Montenegro Magalhães, Paulo Bossisio, Arthur da Costa e Silva, Vasco Leitão da Cunha, Eduardo Gomes e, claro, pelo presidente da República. O AI-2, em conformidade com os golpistas, manteve a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas e “destinava-se a controlar o Congresso Nacional, a reduzir as prerrogativas do Poder Judiciário e a modificar a representação política” (Penna, 1999, p. 269).

Reiterando a forma de interlocução com a sociedade, os golpistas de 1964 abriram seus diálogos sempre com um “À Nação”. Desta forma, na abertura do AI-2, os militares confirmaram que

[...] a Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um Governo que afundavam o país na corrupção e na subversão.

Com a necessidade de reafirmar seus fundamentos legítimos, os militares foram levados a reiterar sua “missão redentora”. Potencializando o equivocado caráter revolucionário do movimento iniciado em 31 de março, eles pautaram sua argumentação em três lemas:

a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação; b) a revolução investe-se, por

isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma; c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular. (AI-2, 1965)

Sobre o primeiro item, os golpistas mantiveram a ideia de que a suposta “revolução” não se fez por vontade ou interesse de um grupo, mas assim — repetindo a tônica presente no AI-1 — o movimento representava uma vontade superior da nação brasileira. No que diz respeito à investidura do regime recém-emposado, em tese, este se legitimaria, segundo os militares, por si só graças à ação moralizadora; na prática, os militares criaram gradativamente uma legislação que corroborava com a sua estada no poder. Ao conclamar o povo como “único titular”, os golpistas transferiram a responsabilidade do exercício da direção do país ao cidadão; contudo, na prática, este poder era cada vez mais exercido de forma arbitrária pelos artífices do movimento civil-militar. Em suas palavras:

A Revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional. (AI-2, 1965)

Dando mais intensidade ao discurso de consolidação da “nova democracia”, os militares justificaram sua permanência no poder à medida que foram fechando os canais de comunicação da sociedade civil com o governo. Esta prática apenas consolidou o caráter restritivo do regime. De acordo com Marcelo Ciotola (1997, p. 114), estava “a legitimação relacionada ao fato da revolução ter vindo da inspiração do povo, a fim de atender suas aspirações, resumidas na erradicação de uma situação de corrupção e subversão”. No mesmo sentido, as análises de O’Donnell (1986) são sintomáticas em identificar os regimes de exceção que surgiram na América Latina à revelia dos canais institucionais tradicionais da vida política.

Também, diante da eleição dos governadores Negrão de Lima (Guanabara) e Israel Pinheiro (Minas Gerais), o AI-2 demonstrou que o regime se negava a conviver com o contrário. Ademais, como consequência do AI-2 e, especialmente, do Ato Complementar nº 4, surgiram duas legendas — fortalecedoras do bipartidarismo — “que acomodaram as correntes políticas até então existentes, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), situacionista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro)” (Penna, 1999, p. 269).

A fase inicial do regime estava se consolidando. Todavia, se fez necessário ampliar esta inserção na vida política. O êxito eleitoral da oposição, com as expressivas vitórias na Guanabara (atual RJ) e Minas Gerais, e a aproximação de novas eleições naqueles estados que não haviam realizado os pleitos levaram o regime a editar, em 5 de fevereiro de 1966, o Ato Institucional nº 3.

Utilizando-se, ainda, do tradicional expediente da interlocução para introduzir os AIs, os militares consideravam que o poder da “revolução” era intrínseco e que tais medidas garantiriam a manutenção dos ideais originários do movimento. Na mesma interlocução eles ressaltaram a adoção das eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República; esta atitude seria esten-

didada aos governadores e vice-governadores e para os prefeitos das capitais do país. Segundo Penna (1999, p. 270), ficava evidente

[...] para a opinião pública que o regime não toleraria qualquer contestação. Era preciso, na visão de seus mentores, que o lado amargo das medidas de saneamento econômico, financeiro e político não poderia correr risco da consulta popular.

A título de esclarecimento, tal atitude foi completada pelo AC-19, que adotou a fidelidade partidária nas votações, tornando-as simples rituais homologatórios.

Com essas ações restritivas e autoritárias a oposição foi derrotada nas eleições de 1966. Regido pelo signo da exceção, o processo sucessório ocorreu com o constante constrangimento à oposição congregada em torno do MDB. Concomitantemente à organização das novas legislaturas e governanças estaduais, o regime civil-militar preparava o texto da nova Constituição, “em meio ao descontentamento generalizado de lideranças e correntes políticas que irão, pouco a pouco, se distanciando do regime” (Penna, 1999, p. 270).

O fechamento do Congresso Nacional pelo AC-23, durante um mês, auxiliou o esgarçamento das relações, já deterioradas, entre o Executivo e o Legislativo. Esta ação permitiu ao governo legislar sem os presumíveis entraves promovidos pelo Legislativo, como se isto fosse necessário num regime autoritário. A reconvocação do Congresso Nacional ocorreu a 7 de dezembro de 1966, com o Ato Institucional nº 4. Esta convocatória tinha como objetivo aprovar o novo texto constitucional. Possuindo ampla maioria no Congresso, a Constituição é aprovada nos primeiros dias de 1967.

É peculiar observar que à medida que os AIs foram sendo promulgados, o diálogo com a sociedade foi diminuindo. Se o AI-1 continha uma ampla exposição dos princípios norteadores da “revolução”, a convocação do diálogo aberto com os cidadãos brasileiros era necessária. Entretanto, já o AI-4 contava apenas

com quatro considerações que informavam a sociedade das ações tomadas. Esta peculiaridade, para nós, é sintomática. Explicamos: se no início do golpe civil-militar era necessário explicar cada passo dado, com o avançar do tempo tal postura tornava-se desnecessária e supérflua.

O destaque dado aos resultados da nova Constituição referia-se à anuência de um Congresso constantemente coagido, para que o Executivo legisse nas matérias de segurança nacional e finanças públicas. Ao Congresso caberia aprovar ou rejeitar em bloco estas matérias, não havendo espaço para a inclusão de emendas. Neste clima de coerção e pretensa legitimação, a oposição estava abrigada sob o imenso “guarda-chuva” do MDB. Deste lado surgiu, com defecções daqueles que apoiaram o movimento civil-militar (como, por exemplo, Carlos Lacerda), a necessidade de reunir os amplos espectros da oposição democrática na famigerada Frente Ampla.³

Com a Constituição aprovada por aclamação e a sucessão presidencial se aproximando, Castello Branco cedeu às pressões do “núcleo duro” militarista e não pôde impedir a candidatura de seu ministro da Guerra, o marechal Arthur da Costa e Silva. A peculiaridade deste processo sucessório — ímpar na história republicana brasileira — foi a sucessão ter ocorrido restritamente no ambiente militar. Em nome da “unidade e coesão do regime e a 3 de outubro de 1966 o marechal Costa e Silva foi homologado pelo colégio eleitoral, assumindo a presidência no dia 15 de março de 1967” (Penna, 1999, p. 270).

O governo Costa e Silva não se distanciou do governo Castello Branco no que dizia respeito à política econômica.⁴ Lembremos que houve uma unidade no que se referiu à manutenção do modelo econômico. No campo político, as divergências entre o

³ Ver, especialmente, Araujo (2007).

⁴ Ao seguir as diretrizes adotadas pelo antecessor, o governo Costa e Silva, para o triênio 1966-1970, lançou o seu Programa Estratégico de Desenvolvimento, semelhante ao PAEG.

“grupo da Sorbonne” e os “duros” eram mais claras em virtude das manifestações de contestação ao regime. Mesmo que este não tivesse atingido o ponto mais alto e contundente, havia aqueles que consideravam a ditadura como um mal necessário para conter a onda subversiva que assolava o mundo.

Desde a implantação do golpe em 1964 e com o crescente silêncio imposto aos grupos de oposição, as esquerdas — especialmente aquelas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) — foram obrigadas a arregimentar uma forma de resistência ao regime. A opção encontrada por eles foi a luta armada.⁵ Via de regra, os espaços legais se apresentavam como ilusórios e o atalho insurrecional foi um dos poucos caminhos encontrados pela esquerda para se expressar.

É preciso recordar que o regime civil-militar foi se consolidando com desenvoltura, principalmente após a superação dos entraves encontrados no governo Castelo Branco e ainda mais com a edição do AI-5,⁶ em 13 de dezembro de 1968. Assumindo a institucionalização do movimento de 1964, os militares reiteraram a:

⁵ Seria muito interessante enveredar nossas interpretações pelo caminho da luta armada, contudo, elas nos desviariam dos nossos objetivos principais.

⁶ O AI-5 autorizava o presidente da República, independente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos; a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição; a cassar mandatos eletivos; a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão; a demitir e aposentar qualquer funcionário público civil ou militar; a estender a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação; além de suspender a garantia de *habeas corpus*. Participaram da reunião que decidiu pela instituição do AI-5, 24 membros do governo, mas, por questão de praxe, somente o presidente Costa e Silva e os 16 ministros assinaram o documento: Gama e Silva (ministro da Justiça), Augusto Rademaker (da Marinha), Lyra Tavares (do Exército), Magalhães Pinto (das Relações Exteriores), Delfim Netto (da Fazenda), Mário Andreazza (dos Transportes), Tarso Dutra (da Educação e Cultura), Ivo Arzua (da Agricultura), Jarbas Passarinho (do Trabalho), Leonel Miranda (da Saúde), Márcio de Souza e Mello (da Aeronáutica), Costa Cavalcanti (de Minas e Energia), Edmundo de Macedo Soares (da Indústria e Comér-

[...] ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria”. (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964)

Aproximando-se da discursividade autoritária encontrada nos AIs anteriores, os militares desferiram seu golpe mais irascível. Com 12 artigos, as poucas válvulas de escape democráticas que ainda existiam foram suprimidas uma a uma, encaminhando o regime ao seu obscurantismo mais profundo.

Eduardo Navarro Stotz (1986, p. 18) adverte que seria preciso um recorte cronológico para entender o regime civil-militar. Conforme suas interpretações, três fases poderiam ser identificadas. A primeira, compreendida entre 1964 e 1968, referia-se a “conjuntura da crise na implantação do movimento golpista”. Em relação a esta, os setores militares se defrontavam “com os compromissos herdados da ampla coalizão reacionária que havia conduzido ao golpe, na qual eles apareciam como ‘braço armado’”. Destacamos que esta fase inicial se apresentou como uma:

[...] organização de elite do “bloco de poder multinacional e associado” da burguesia, o complexo IPES/IBAB estruturava-se numa ampla rede civil e militar. Seus dirigentes vinham da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da Federação das Indústrias de São Paulo, da Câmara Americana, da Associação dos Diplomados de Guerra. Contudo, o IPES/IBAB não operava sozinho no campo do movimento golpista. A presença de políticos conservadores e de direita, como Magalhães Pinto, Carlos

cio), Hélio Beltrão (do Planejamento), Albuquerque Lima (do Interior) e, finalmente, Carlos Simas (ministro das Comunicações).

Lacerda e Adhemar de Barros, representando outros interesses, como sejam, os do latifúndio e das classes médias, se fez na perspectiva de Goulart e afastar os trabalhadores organizados da cena política, “limparia o terreno” para a ansiada sucessão presidencial. (*Ibid.*, p. 18-19)

Ademais, lembramos que a política econômica do período, conjugada pelas orientações políticas, optava pelo aprofundamento da integração à hegemonia do capital em sua forma transnacional. Um bom exemplo desta opção foi o arrocho salarial imposto pela Lei nº 4.725, de julho de 1965.

Ainda segundo Stotz (1986, p. 18), a segunda fase, de 1968 a 1969, refletiu diretamente aquele primeiro momento, com o qual se relacionava à “conjuntura de solução da crise”. Na visão do autor, os dados a serem considerados eram o esvaziamento da vida parlamentar e o esgarçamento da Frente Ampla. Com as medidas restritivas impostas pelo regime e as determinações da Doutrina, “a burguesia e a pequena-burguesia abandonavam os seus representantes políticos tradicionais e aderiam à perspectiva de um governo forte” (*ibid.*, p. 21). Esta opção política contribuiu para Borges (2007, p. 21) realçar que

[...] as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante.

A terceira e última etapa está compreendida entre os anos de 1969 e 1973, na qual os setores mais duros do regime, ancorados pela edição do AI-5, fomentaram o aparelho repressivo que, mesmo não sendo uma criação dos militares, foi aperfeiçoado e ampliado. Este período pode ser definido como a “conjuntura de consolidação do regime” (Stotz, 1986, p. 18). Para Stotz:

O esqueleto dessa estrutura política compôs-se de uma rede de informações políticas, ligadas ao Poder Executivo através do Serviço Nacional de Informações (regulamentado em junho de

1964); órgãos voltados para ações especificamente repressivas, essencialmente montados a partir da generalização para o país, da experiência da Operação Bandeirantes (OBAN), ligadas ao Segundo Exército, com sede em São Paulo, e que adquiriu uma estrutura definida com a criação, em 1970, dos Centros de Operação de Defesa Interna (CODI) e de seus órgãos diretores, os Departamentos de Operações e Informações (DOI); de grupos de controle político no interior das Forças Armadas, de caráter secreto, chamados de E-2 no Exército, de M-2 na Marinha e de A-2 na Aeronáutica. (*Ibid.*, p. 21-22)

Essa última etapa somente foi possível graças, como já mencionamos anteriormente, ao fechamento e endurecimento do regime civil-militar pelo AI-5, em 1968. Contudo, esta ação discriminária somente se completou com a edição do AI-6, em 1º de fevereiro de 1969. De acordo com os termos deste Ato:

Considerando que, como decorre do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, a Revolução brasileira reafirmou não se haver exaurido o seu poder constituinte, cuja ação continua e continuará em toda sua plenitude, para atingir os ideais superiores do movimento revolucionário e consolidar a sua obra; considerando que, como órgão máximo do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal é uma instituição de ordem constitucional, recebendo da Lei Maior, devidamente definidas, sua estrutura, atribuições e competências; considerando haver o Governo, que ainda detém o poder constituinte, admitido, por conveniência da própria Justiça, a necessidade de modificar a composição e de alterar a competência do Supremo Tribunal Federal, visando a fortalecer sua posição de Corte eminentemente constitucional e, reduzindo-lhes os encargos, facilitar o exercício de suas atribuições; considerando que as pessoas atingidas pelas sanções políticas e administrativas do processo revolucionário devem ter igualdade de tratamento sob o império das normas institucionais e demais regras legais delas decorrentes. (AI-6, 1969)

Compreendemos que se o AI-5 representou o fechamento do regime, o AI-6 representou, a seu turno, a institucionalização de-

finitiva do Estado autoritário. “Sobre a égide do princípio de segurança nacional, o Executivo tornou-se o poder por excelência” (Penna, 1999, p. 277). Para tanto, a Justiça e o Parlamento, até então acuados, passaram a ser definitivamente silenciados, tudo em nome da segurança de um regime que se isolava.

De forma complementar, entendemos que o período empreendido entre 1968 e 1973 “foi assinalado por uma retomada do crescimento econômico, fase proclamada de ‘milagre econômico’, que registrou altas taxas do PIB” (*ibid.*, p. 277). Em contrapartida, a dívida externa foi elevada, passando dos US\$ 3,9 bilhões, em 1968, para US\$ 12,5 bilhões, em 1973. Sobretudo a dívida social, “de vez que o crescimento beneficiou o setor industrial, mantendo-se quase estagnada a produção de alimentos, o fato é que seus efeitos se fizeram presentes na vida do país” (*ibid.*, p. 279).

Essa paradoxal situação — de crescimento econômico e estagnação na produção de alimentos — provocou uma curiosa declaração, em 1968, do então presidente Emílio Garrastazu Médici: “o país vai muito bem, mas o povo vai mal”. Ainda segundo Penna (*ibid.*, p. 277):

[...] desde a criação da correção monetária idealizada pela área econômica do governo Castello Branco, e o incentivo à poupança nacional, voluntária e compulsória implementada pelo ministro Delfim Netto, do governo Costa e Silva, através do Plano Econômico de Desenvolvimento, a classe média aderiu à lógica do sistema, minimizando num primeiro momento seus efeitos perversos sobre a massa trabalhadora.

Durante o período do presidente Médici (1969-1974), a situação econômica e financeira já se encontrava racionalmente sob controle. Durante seu governo, o fluxo de investimentos estrangeiros se manteve inalterado. Além disso, foram criados os seguintes programas: Programa de Integração Social (PIS), o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras (Proterra) e o Programa de Formação do Patrimônio do

Servidor (Pasep). Aditou-se também o “sistema de minidesvalorizações da moeda. Ademais, criara-se também um sistema de incentivos fiscais visando atrair mais recursos estrangeiros (capital e tecnologia)” (Penna, 1999, p. 280).

Podemos acrescentar que essas medidas refletiam no Brasil o pleno processo de acumulação capitalista. O clima eufórico do “Brasil grande” se interligou à Doutrina de Segurança Nacional, voltada para garantir a estabilidade política. Ainda no mesmo governo foi concebido o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).⁷ Entre 1972 e 1974, os objetivos eram, basicamente, a modernização das instituições, os subsídios às exportações e também privilégios ao setor de bens duráveis. Segundo Penna, “a produção de automóveis e eletrodomésticos foi incentivada, bem como autoestradas construídas para estímulo à internalização do desenvolvimento” (*ibid.*, p. 280).

Via de regra, mesmo com a veloz desnacionalização da economia, os setores médios da sociedade brasileira se beneficiaram do crescimento econômico verificado no período, mediante o funcionamento de um sistema de crédito ao consumo.

V. Da distensão à (re)construção democrática

Consolidado o regime civil-militar por meio dos AIs, com as oposições armadas silenciadas mediante a organização de um eficiente aparelho repressivo estatal e a oposição democrática atuando nos poucos e restritos espaços existentes, os signatários do poder mostraram de maneira indelével sua forma peculiar de fazer política.

Se, anteriormente, Stotz (1986) demonstrou que era possível entender a ditadura pelo espaço de tempo compreendido entre 1964 e 1973, com a chegada, em 1974, do general Ernesto Geisel

⁷ Para maiores informações acerca do I PND, ver P. Bielschowsky neste volume (p. 221-243).

à presidência, o regime civil-militar experimentou o seu segundo recorte cronológico que perdurou até 1985 com o processo de redemocratização.

Um interregno, compreendido entre 1973 e 1974, pode explicar como as oposições democráticas se articularam na tentativa de fazer frente ao regime discricionário. Da campanha para a presidência da República — do antecandidato Ulysses Guimarães — às denúncias crescentes de violação dos direitos humanos, a oposição democrática demonstrou que a suposta solidez alardeada pelo regime era sustentada apenas pelos aparatos jurídicos construídos ao longo dos primeiros anos.

A vitória de Ernesto Geisel no Colégio Eleitoral demonstrou que os setores mais duros do regime se encontravam em refluxo. Mediante uma fórmula política teorizada por Golbery do Couto e Silva, os setores menos empedernidos do Exército acreditavam que seria possível se pensar numa saída compreendida como uma distensão “lenta, gradual e segura” que devolvesse o Estado às mãos civis.

Foi com esse espírito que Geisel assumiu o poder. Todavia, seu governo encontrou duas situações adversas que fariam sua passagem presidencial se apresentar como a mais dúbia de todas.

O primeiro infortúnio, de ordem econômica, foi causado por uma movimentação internacional: o “primeiro choque do petróleo”. Ocorrido em 1973, foi um reflexo do aumento do preço do barril de petróleo adotado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e pela redução da sua produção. O país, que vivia a euforia do “milagre econômico”, se viu numa encruzilhada. De acordo com Penna (1999, p. 296),

[...] o quadro crítico que se inaugurava — na verdade, esgotamento do modelo concentracionista administrado de forma ortodoxa foi o fator determinante — não há dúvida de que este elemento exógeno contribuiu para os desajustes da economia brasileira.

No plano interno, o primeiro reflexo desta crise internacional foi a substituição de Delfim Netto por Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda. Uma segunda manifestação de dificuldade no plano interno foi o rompimento do monopólio da exploração do petróleo.

Com a gravíssima crise do petróleo, o regime se viu forçado a conceber o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).⁸ Objetivando recuperar o atraso do setor produtivo, investiu-se maciçamente na produção de alimentos e na geração de energia (especialmente no setor petrolífero). A meta principal foi romper a barreira do subdesenvolvimento e inserir o país no seletor *hall* das economias desenvolvidas.

Necessariamente, o subdesenvolvimento não foi rompido, muito pelo contrário: ainda com problemas estruturais graves oriundos de uma economia débil, percebeu-se uma crescente dependência do capital externo e uma mudança no padrão tecnológico de produção. No entanto, tais mudanças operadas foram mais sentidas em alguns setores. A agricultura sofreu o processo de modernização com o alargamento e mecanização da fronteira agrícola em direção à Região Centro-Oeste. Não podemos esquecer, ainda, que nesse período a dívida externa cresceu substancialmente, em especial graças à subordinação nacional ao petróleo.

A segunda situação adversa, de natureza política, foi causada pelo crescimento eleitoral da oposição representada pelo MDB. As eleições de 1974 anunciavam uma vitória ampla da Arena e o regime acreditou que esta previsão se concretizaria graças aos altos índices de crescimento econômico e o constante constrangimento imposto à oposição. Contudo, o resultado eleitoral apresentou uma surpresa: “o MDB saía das eleições como o grande vencedor, superando até suas próprias expectativas” (Penna, 1999, p. 290). Este crescimento foi proporcionado pela inserção nas redes de

⁸ Para maiores informações acerca do II PND, ver P. Bielschowsky neste volume (p. 221-243).

televisão de campanhas de candidatos que falavam uma linguagem compreensível ao eleitorado; ademais, os setores mais combativos do MDB denunciavam a repressão “dos organismos do regime e o caráter perverso do modelo econômico, responsável pelo processo de concentração de renda em grande escala” (*ibid.*).

A necessidade em conter a oposição do MDB levou o presidente Geisel a impor, em julho de 1976, o Decreto-Lei nº 6.639, conhecido como Lei Falcão (então ministro da Justiça). De acordo com esta lei, ficava proibido o acesso dos políticos ao rádio e às redes de televisão, permitindo apenas a exibição das fotografias e dos currículos dos candidatos. Os setores mais duros do regime, ainda ativos, ligados aos órgãos de informação e repressão acreditavam que a tal distensão representava a derrota da “revolução de 1964”. Para conter tal expectativa, o governo promoveu uma repressão aos candidatos ligados ao PCB que haviam decantado a participação comunista nas eleições de 1974.

Para as eleições de 1976, a fim de evitar os problemas ocorridos nos pleitos anteriores, o governo Geisel lançou o “Pacote de Abril”. De acordo com este pacote:

Tornava permanentes as eleições indiretas dos governadores, aumentava a representação dos estados do Norte e Nordeste (cuja população menos politizada favorecia o mandonismo político da Arena), estendia a Lei Falcão para as eleições estaduais e federais, criava a figura do senador indireto (biônico), cuja eleição se daria pelo mesmo colégio eleitoral encarregado de escolher os governadores de estado — e entre outros artigos — ampliava a duração do mandato do presidente da República. (Penna, 1999, p. 291)

Todavia, os setores mais beligerantes ainda atuavam de forma livre nos porões do regime. Em duas oportunidades eles demonstraram sua força. O primeiro episódio, em 1975, se refere à morte do jornalista Wladimir Herzog. O segundo, em 1976, reporta-se à morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho. Nas duas circunstâncias,

a versão oficial apontava suicídio como a causa das mortes. Setores da sociedade civil se levantaram e apontaram os dois episódios como expressões das tendências mais inflexíveis e macabras do regime.

Por outro lado, as manifestações de oposição ao regime civil-militar ganhavam corpo à medida que um movimento de caráter nacional e suprapartidário tornava-se patente. A efervescência em prol da “anistia ampla, geral e irrestrita” foi capaz de reunir as oposições em torno de uma ação cívica contrária ao regime. Podemos destacar também as lutas dos trabalhadores no ABCD paulista em defesa da restauração mínima de sua dignidade, na

[...] condição de setor espoliado pela política econômica dos sucessivos governos militares. Era, na verdade, o aparecimento do “novo sindicalismo”, autêntico e combativo. As greves de 1978-1979 afirmaram-no. (Penna, 1999, p. 296)

O ciclo autoritário foi se esgotando com o fim do AI-5, em dezembro de 1978, e com as engrenagens políticas, tal como a Anistia, em novembro de 1979, propostas pelo governo Geisel. A dubiedade do governo se escancarava em suas contradições. Internamente os comunistas eram caçados como inimigos do Estado. Externamente, Geisel foi capaz de reconhecer a República Popular da China como único representante do povo chinês e, no ano seguinte, deu-se o “reconhecimento do governo marxista de Angola, sob a direção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o que motivou, na ocasião, notas de protestos face à atitude do governo” (*ibid.*, p. 297).

O reconhecimento da política de distensão promovida por Geisel-Golbery somente ocorreu na posse do general João Figueiredo na presidência da República. Esta ação, concretizada de forma conservadora e pelo alto, não atendeu os desejos da “consciência democrática nacional, porém sua adoção havia reduzido consideravelmente o arbítrio do regime” (*ibid.*, p. 298). A supressão definitiva do AI-5, o retorno do *habeas-corpus*, a redução da

censura, o regresso da maioria dos exilados políticos eram situações nada desprezíveis.

O governo Figueiredo, iniciado em 1979, aprofundou a reorganização das oposições, concretizada ao longo do processo de redemocratização. Lembramos que, tal distensão, em verdade, sempre se apresentou com uma descompressão política que manteve todo o controle do processo nas mãos dos militares. A truculência das declarações do presidente, somada ao letárgico processo de liberação do regime, demonstrou um grau de maturidade da sociedade brasileira. Em larga medida, este processo reiterou, de maneira esdrúxula, algumas ideias políticas de Golbery, que acreditava na estruturação do mundo da política por meio da inusitada tese da *sístole-diástole*. Em síntese, o general estava convicto de que a característica

[...] dominante da história política brasileira era a da permanente sucessão de períodos, ora marcados por constrangimentos democráticos, ora por extrema liberalidade democrática, ambos alimentando o porvir do seu oposto, da sua negação. (Penna, 1999, p. 300)

Seja como for, mesmo com as frases e atitudes conservadoras do último presidente militar, os anos subsequentes mostraram que a sociedade brasileira se encaminhou, paulatinamente, para uma abertura democrática que acabou por incorporar os predicados básicos de um regime democrático.

VI. Considerações finais

A partir de 1964 os militares e os tecnocratas assumem o centro real e formal do poder político e o processo de decisão e execução das políticas públicas no Brasil. Considerando sua estrutura organizacional, em que prevalecem os princípios de hierarquia, disciplina e missão, os militares brasileiros se definem como os mais aparelhados para responder pelo destino do país, cuja proteção

está sob a égide do Estado de segurança. Esta certeza do melhor preparo das Forças Armadas para governar repousa na convicção de que os militares estão acima dos interesses individuais e de grupos. Tal complexo de superioridade se acentua à medida que as Forças Armadas se apresentam como o autêntico (e único) representante do Estado.

Em virtude da imensa importância conferida à Doutrina de Segurança Nacional surge um novo profissionalismo dos militares, que não significa simplesmente se remeter a um novo tipo de militar, mas a uma nova dimensão da política interna do país na qual o militar assume, agressivamente, um papel de interventor e usurpador do *locus* da política. Neste sentido, a preocupação do regime em manter uma aparência de legitimidade torna-se um anseio inconsistente e estapafúrdio, como podemos comprovar na análise dos Atos Institucionais.

Na prática, a Doutrina, por meio dos seus conceitos e fundamentos, permeou, durante os governos militares, toda a estrutura do poder público brasileiro, introduzindo-se, inclusive nas escolas, disciplinas obrigatórias como educação moral e cívica, organização social e política do Brasil e estudos de problemas brasileiros, cujos conteúdos programáticos eram formulados tendo por base preceitos de segurança nacional. Assim, a base ideológica do regime civil-militar perpassava todos os segmentos da sociedade civil. À medida que a Doutrina era difundida, cada governo militar articulava uma nova estrutura jurídica para o país, de acordo com o momento que pudesse incorporar seus princípios.

Verifica-se que, para a ideologia oficial dos governos militares, desenvolvimento e segurança se constituem em conceitos comuns para conclamar o que a ESG chama de poder nacional nos campos político, econômico, social e militar (Borges, 2007, p. 39).

Dessa construção podemos depreender que a organização estatal brasileira, no período pós-1964, pode ser compreendida pela chave proposta por O'Donnell (1990) para os Estados Burocrático-Autoritários.

Nessa manifestação, a crise desencadeadora do autoritarismo não apareceu como um elemento exclusivo da burguesia. Muito pelo contrário, os elementos que atingiram a burguesia — como, por exemplo, a inflação alta, a transferência de renda intersetoriais e a atitude rebelde, aliada aos discursos radicalizados das camadas subalternas — também levaram os setores médios a mobilizar suas inclinações mais defensivas em prol de um possível restabelecimento da ordem e de uma normalização da economia.

Isso posto, a convocatória para essa manifestação autoritária estava em consonância com o perigo propagado pela Doutrina de Segurança Nacional e repercutia nos setores médios da sociedade brasileira, bem como na grande burguesia.

De acordo com O'Donnell (1990, p. 60), a especificidade do BA em relação a outros Estados

[...] autoritários da América Latina passada e presente é que aquele surge como uma crispada reação das classes dominantes e seus aliados ante uma crise que, centralizada ou não, tem no seu tecido histórico um fator fundamental.

Nesta modalidade, os setores populares se encontram ativados e autônomos frente às camadas dominantes. Assim, o que dá aos BAs sua condição legitimadora são o controle e a tutela dos setores populares; sua implantação e implementação estão em conformidade com o controle da crise e com a submissão destes setores autonomizados à “nova ordem”. Neste sentido, a tarefa delegada aos militares golpistas estava concentrada na contenção dos setores populares e no disciplinamento da economia.

Podemos concluir, pois, que o somatório da Doutrina de Segurança Nacional, dos Atos Institucionais e das tarefas políticas desempenhadas pelos militares — após o golpe civil-militar de 1964 — resultou no arquétipo do Estado brasileiro, em sintonia com o modelo de Estado Burocrático-Autoritário.

O debate sobre a tendência à estagnação

Claudio Salm

I. Introdução¹

O objetivo central deste texto é apresentar a crítica feita em 1970 por Maria da Conceição Tavares e José Serra à percepção de Celso Furtado quanto a uma tendência à estagnação da economia brasileira, tendência que estaria evidenciada pelos anos de baixo crescimento (1962-1967). Tavares e Serra indicam como os problemas apontados por Furtado poderiam ser contornados e como, depois do golpe de 1964, gesta-se um novo padrão de desenvolvimento, incapaz, porém, de superar as heterogeneidades típicas do subdesenvolvimento. O novo padrão vai promover a retomada do crescimento por meio de estímulos à demanda tanto do consumo de duráveis como do investimento. O artigo reconhece a importância da contribuição de Tavares e Serra, mas não chega a ver nela uma ruptura teórica com Furtado.

Na seção II, de forma pouco convencional e despreziosa, dado que baseado em meras reminiscências pessoais, o artigo tece algumas considerações sobre a época pertinente ao debate com a intenção de apresentar aos jovens um pouco dos ares de então.

¹ Agradeço a Tadeu Valadares e à equipe do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema), do IE-UFRJ, especialmente à Maria Malta, as observações críticas à versão preliminar do texto. Como de praxe, as deficiências que permaneceram são de minha responsabilidade.

A seção III se refere aos fundamentos da percepção de Celso Furtado quanto a uma tendência à estagnação da economia brasileira — tendência que estaria evidenciada pelos anos de baixo crescimento (1962-1967) —, e a crítica feita em 1970 por Maria da Conceição Tavares e José Serra.²

Para Furtado, esgotado o processo de substituição de importações em sua fase “fácil”, isto é, com base na reserva de mercado, a estagnação acabaria por se impor. Na medida em que o processo avançasse na indústria mais intensiva em capital, encontraria barreiras por falta de dinamismo da demanda e pelo encarecimento dos investimentos diante das limitações impostas ao aproveitamento das escalas mínimas de produção. Para Tavares e Serra, aqueles anos de baixo crescimento devem ser vistos como um período de transição para um “novo padrão de desenvolvimento” que poderia ser bastante dinâmico, ainda que incapaz de superar as mazelas do modelo anterior, em especial as grandes disparidades inter e intrassetoriais quanto à produtividade — um novo padrão de desenvolvimento, mas sem a eliminação das desigualdades sociais. Em que pese a ortodoxia na condução da política macroeconômica pós-1964, é inegável a importância do papel do Estado tanto para a retomada do crescimento ainda na década de 1960 como para a promoção do desenvolvimento ao longo do regime militar.

Tendo em vista o momento atual de refluxo da ideologia neoliberal e, portanto, de revalorização do papel do Estado, o artigo acrescenta ao final (seção IV) uma nota que resgata, tanto em Furtado como no “*Más Allá*”,³ alguns *insights* importantes sobre a natureza do Estado brasileiro.

² A respeito da visão de Furtado quanto a tendência à estagnação, ver Furtado (1961b) e Furtado (1966). O artigo de Tavares e Serra, “Além da estagnação”, está em Tavares ([1972] 1973). Bruno Borja oferece, no texto presente neste volume (p. 77-122), uma visão abrangente do pensamento de Furtado.

³ “*Más Allá*” é como muitos se referem ao artigo de Maria da Conceição Tavares e José Serra.

II. O contexto

II.1 De Juscelino Kubitschek (JK) ao golpe militar

Não é por acaso que os anos JK são lembrados como os anos dourados. O salário mínimo chegou ao ápice em 1958, ano em que também conquistamos, na Suécia, com Didi, Garrincha e Pelé, nossa primeira Copa do Mundo, feito importante para nossa autoestima. Falava-se com orgulho da criação da nossa nova indústria (automobilística, naval etc.), mas era mais do que isso. Os serviços urbanos de utilidade pública foram mais dinâmicos que a indústria de transformação, inclusive na criação de mais e melhores empregos.

Nessa época, era possível vender qualquer coisa que se produzisse aqui, situação que não iria durar muito tempo.⁴ Esgotados os efeitos dinâmicos dos investimentos do Plano de Metas, implementado durante o governo JK, a economia brasileira carecia de projetos novos. O problema não estava nas deficiências do já bem avançado parque produtivo instalado, o mais diversificado da América Latina, mas se manifestava do lado da demanda, muito concentrada, e dos recursos necessários para o financiamento de novos investimentos.

Ao final da década de 1950, a inflação, embora ainda não parecesse algo devastador, deixou de cumprir seu papel de transferir renda para os mais ricos, o que até então garantira mercado para os bens de maior valor unitário, a par de lucros generosos. No início da década de 1960 a inflação se acelera, minando o poder de compra da metade mais pobre da população e estreitando o mercado de consumo popular sem gerar qualquer ampliação da demanda por parte das classes médias (Tavares, [1972] 1973).

⁴ Em 1960 alguém perguntou ao presidente da VW do Brasil se não temia a estreiteza do mercado brasileiro diante das escalas mínimas da indústria automobilística. A resposta foi que não, pois o Brasil, segundo ele, era um país de “rendas ocultas”.

Some-se a isso a política anti-inflacionária ortodoxa, a contração do crédito e dos investimentos públicos e, já com João Goulart na presidência, a aprovação, em 1962, de uma lei restritiva à remessa de lucros, o que vai afastar o capital estrangeiro. Em 1962-1963, cai o investimento e se estanca o crescimento, ao mesmo tempo em que aumenta assustadoramente a inflação — que vai superar os 50% em 1963.

No meio da crise, a primeira do pós-guerra, o presidente Jânio Quadros toma um porre maior do que os usuais e finge que renuncia, encaminhando ao Congresso uma carta que deveria ter sido um ardil. Quando acorda no dia seguinte em São Paulo, de onde pensava retornar a Brasília nos braços do povo, leva um susto: o Legislativo levava a sério a carta-renúncia! Jânio curou a ressaca no navio que o levou para a Europa. Com o objetivo de limitar o poder do vice-presidente João Goulart — que na ocasião estava na China —, criou-se o parlamentarismo e se abriu um período de instabilidade política enquanto a crise econômica se agravava com crescente inflação.

No fim de março de 1964 um coronel afoito desceu a serra em direção ao Rio de Janeiro à frente da tropa, antecipando o início do golpe que vinha sendo articulado cuidadosamente. A conspiração que levou ao golpe militar envolveu militares, civis e grande parte da classe política. Recebeu ostensivo apoio de amplos setores das classes dominantes, “burguesia nacional” incluída, ademais do governo americano.

Nessa altura, eu estava na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no Recife, onde o ódio dos golpistas e o peso da repressão caíram mais fortemente sobre os militantes das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, embora estudantes, intelectuais e funcionários do governo Arraes também fossem presos. Registre-se, porém, que foram muitos os recifenses, assim como ocorreu em outras cidades, que saíram às ruas em demonstrações de apoio ao golpe, muitas delas lideradas por senhoras católicas da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Em 1965, fui fazer o mestrado na Escolatina, Universidade do Chile, e terminei a dissertação no Intitute for Development Studies (IDS), Universidade de Sussex, Inglaterra. Voltei para o Brasil em meados de 1968 e fui trabalhar no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ao chegar ao Rio, confesso que não entendi nada. Vi uma foto enorme do Che Guevara numa das salas do Ipea, a do Albert Fishlow se não me falha a memória. Artigos veementes circulavam na imprensa contra as arbitrariedades da ditadura. Destaco os de Carlos Heitor Cony, Hermano Alves e Márcio Moreira Alves, no *Correio da Manhã*. Passeatas de protesto, várias — a mais famosa e concorrida teria sido a dos Cem Mil. A Igreja estava dividida e não eram poucos os padres que participavam dos protestos. Numerosos perseguidos encontraram refúgio nos conventos pelo Brasil afora.⁵

Na noite de 13 de dezembro de 1968 foi divulgado o AI-5. A ditadura endureceu e os anos de prosperidade que se seguiram fortaleceram o regime.

Se no Brasil estávamos sob regime militar, o Chile ainda vivia em plena democracia. Santiago chegou a abrigar uns 5 mil brasileiros exilados ou autoexilados. O que mais discutiam eram os rumos da revolução brasileira. Dominava um clima de “ano que vem no Brasil”. Havia a convicção de que as crises econômicas seriam determinantes para a criação de condições pré-revolucionárias.⁶ Ou seja, havia muito de *wishfull thinking* quanto à aposta na continuidade do relativo marasmo econômico (1962-1967), percepção cada vez mais difícil de sustentar diante da retomada da economia e das altas taxas de crescimento do “milagre”.

O artigo de Tavares e Serra deu uma sacudida na ideia de que os militares iriam se dar mal por conta da economia e de que,

⁵ Para dar uma ideia, durante os anos mais duros da repressão a CNBB conferiu o prêmio Margarida de Prata ao filme *São Bernardo*, de Leon Hirzmann, judeu e comunista.

⁶ O que para Furtado (1964a) constituía uma “ilusão teórica” de Marx.

portanto, a ditadura chegaria ao fim em breve, como de fato viria a acontecer, mas só dez anos depois. No final dos 1960, ocorre justamente o contrário.

II.2 “Brasil Grande Potência”

Victor Gomes e Hélio de Lena Jr. apresentam neste livro um artigo sobre o golpe de 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional.⁷ Como os demais artigos que compõem esta obra, este também foi precedido de uma exposição na qual surgiu uma questão interessante, entre muitas outras: que tipo de país os militares queriam? Os autores discutiram sobre o assunto de forma competente, mas no que toca mais de perto a geopolítica e a economia, caberia acrescentar que no ideário castrense o projeto de tornar o país uma potência tinha um lugar de destaque.⁸ A importância de mencionar esse aspecto do projeto militar reside em que para adquirir o *status* de potência, o país teria de preencher determinados pré-requisitos. A partir da análise de algumas das características das superpotências da época, EUA e URSS, foram definidos os critérios ou as condições consideradas necessárias para dar o suporte material ao “Brasil Grande Potência”. Esse objetivo tinha inclusive data marcada para ser alcançado. Não me recordo dos números, mas as condições eram quatro: extensão territorial mínima, condição cumprida com folga graças à ganância e à tru-

⁷ Ver o capítulo presente neste volume *Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais: entendendo o modus operandi do regime civil-militar no Brasil (1964-1985)*.

⁸ Vale lembrar que entre os militares não eram poucos os que assumiam posturas nacionalistas, estatizantes. Não havia “pensamento único” na corporação e talvez por isso a censura tenha sido bem mais amena no debate econômico do que em outras áreas. Reafirmo que no Ipea havia ampla liberdade e aproveitamento para dar os devidos créditos ao ministro Reis Velloso e ao superintendente de então, Roberto Cavalcanti, que não só garantiram a liberdade de opinião e pesquisa como jamais permitiram, que eu saiba, qualquer ingerência dos órgãos de segurança no Instituto.

culência dos bandeirantes; pelo menos 200 milhões de habitantes, esta não cumprida até hoje;⁹ tamanho mínimo para o Produto Interno Bruto (PIB) e para a participação, neste, do Produto Industrial. Não importam os números nem a lógica subjacente, se é que havia alguma, mas chegar o mais rápido possível às metas foi, sem dúvida, razão importante para entender o entusiasmo dos militares pelas altas taxas de crescimento econômico, pelas metas ambiciosas do II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁰ e pelas obras faraônicas a toque de caixa. Exemplos: a Transamazônica e a Hidrelétrica de Balbina, ambas desastrosas tanto do ponto de vista econômico como do ambiental, ou a Ferrovia do Aço, não terminada. O “Brasil Potência” pode também ter influenciado a decisão do general Geisel de pisar fundo no acelerador depois da subida “cavalar” do preço do petróleo em 1973, decisão conducente à crise da dívida externa que, esta sim, quebrou o país, afundou-nos na recessão em 1981 e produziu a primeira das duas “décadas perdidas”. Pelo menos, no lado positivo, apressou o fim da ditadura.

III. O debate sobre a tendência à estagnação

A taxa média de crescimento do período 1962-1967, 4% ao ano (a.a.), é baixa em relação à média do período 1950-1980 ou quando comparada à média dos anos do chamado milagre, 1968-1973. Mas obviamente não pode ser considerada, de forma alguma, uma taxa de crise, o que só vai acontecer em um ano do período, 1963 (0,6%), como mostram a tabela e o gráfico que se seguem.

⁹ Os militares opunham-se a qualquer política de controle da natalidade, percebidas como imposição imperialista, o que não impediu que por essa época as mulheres brasileiras passassem a praticar o controle.

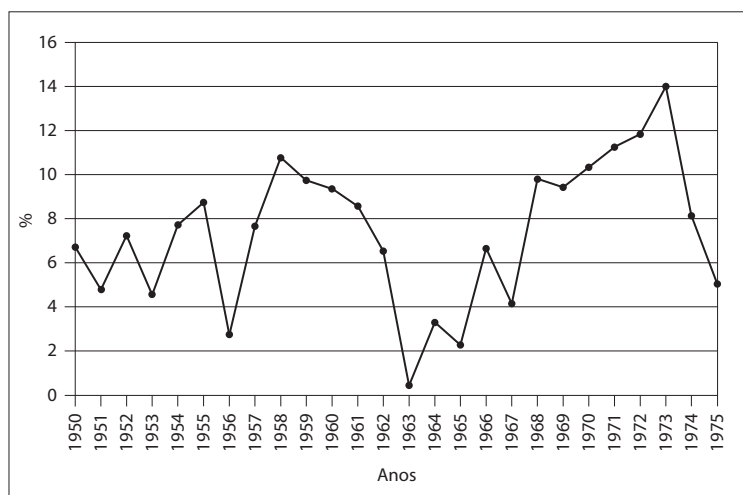
¹⁰ Ver Bielschowsky, artigo presente neste volume (p. 221-243).

Taxas médias de crescimento anual do PIB

1950-1955	6,7
1956-1961	8,2
1962-1967	4,0
1968-1973	12,2
1974-1980	7,1

Fonte: IBGE

Variações anuais do PIB, 1950 a 1975



Fonte: IBGE

Diante do que viria a ocorrer nas décadas de 1980 e 1990, aquela desaceleração nos anos 1960, em si mesma, não deveria ter suscitado tanta polêmica. Acontece que a importância do debate transcende o comportamento das taxas de crescimento. O que estava em jogo, ademais dos problemas postos pelo “modelo econômico”, eram questões de fundo relativas à transição social brasileira, processo ainda em curso e ainda repleto de incertezas, nem todas novas.

III.1 As razões estruturais

Cabe de início lembrar alguns pontos essenciais do pensamento progressista, no qual a obra de Furtado se insere, com todo o seu magnífico voo próprio. Tanto o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como os nacional-desenvolvimentistas¹¹ identificavam o atraso rural — o latifúndio — e o imperialismo como as forças mais reacionárias. Ambas propugnavam pelo fortalecimento da burguesia nacional, associada ao Estado, sem o quê não haveria como consolidar um autêntico capitalismo nacional.

Propunham a reforma agrária, em nome da ampliação do mercado interno e da maior elasticidade da oferta agrícola,¹² e a nacionalização das empresas de capital estrangeiro por conta da transferência de parte do excedente para o exterior, o que limitaria nossa capacidade de importar e de investir.

No início dos anos 1960, nossa industrialização já não era mais considerada algo artificial, um delírio, um equívoco imposto a um país “essencialmente agrário”. Mas, também não podíamos nos considerar um país industrializado no sentido pleno do termo. Para Furtado, era claro que a industrialização nos países desenvolvidos fora um processo bem mais complexo do que a construção de galpões industriais. Significou, também, autonomia nacional, capacidade de gerar e, principalmente, incorporar inovações tecnológicas, bem como a criação de estímulos endógenos à taxa de acumulação, além de crescente participação das exportações de manufaturados no comércio mundial. Ademais, dizia respeito a mudanças nas estruturas sociais e nas instituições. Concomitantemente à liderança da burguesia industrial, Furtado

¹¹ Ver Rocha, presente neste volume (p. 245-288).

¹² Furtado (1964a, p. 130) afirma que “a atuação dos grupos agrários semifeudais reveste-se da forma de uma esclerose do sistema econômico, estrangulando a industrialização mediante uma extrema rigidez na oferta de alimentos”, embora este não fosse aqui um gargalo tão grave como o era no Chile, por exemplo.

realça a importância do fortalecimento das organizações sindicais, capazes de levar os trabalhadores a participar dos ganhos do aumento da produtividade, contribuindo dessa forma para o dinamismo da economia via expansão do mercado interno.

Entretanto, a despeito do avanço de nossa produção industrial, faltavam-nos os avanços sociais e institucionais: “Em síntese, o Brasil não conheceu o tipo de revolução burguesa que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, até metade do século passado” (Furtado, 1964a, p. 129).

Para bem compreender a análise econômica de Furtado, deve-se levar em conta sua visão da formação social brasileira. Para ele erguia-se um parque industrial em meio a estruturas econômicas e sociais arcaicas, o que carregava nas tintas da velha imagem dualista dos “Dois Brasis”.

Um dos efeitos mais destacados dessa dualidade seria a opressão que exerce sobre os trabalhadores — tanto os incorporados à indústria moderna como os assalariados em geral — via baixos salários, precária consciência de classe e falta de voz nos assuntos públicos. Não que inexistissem movimentos de trabalhadores e sindicatos combativos. No Nordeste, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais na zona açucareira estavam em ascensão acelerada (Furtado, 1964a). O mesmo ocorria nas cidades modernizadas pela indústria, embora muitos dos sindicatos se concentrassem nos serviços estatais de utilidade pública e fossem ao mesmo tempo bastante protegidos e manipulados pelo Estado. Tanto assim que os golpistas de 1964 acusavam João Goulart de pretender instalar uma “República Sindicalista” no Brasil.

Mas a verdade é que os conflitos de classe no Brasil estavam muito aquém do que seria de se esperar numa sociedade capitalista já tão avançada na industrialização e, ao mesmo tempo, tão desigual.

A dependência tecnológica era flagrante e a burguesia local ligada às atividades modernas aparecia, sobretudo, como sócia

menor das iniciativas estatais e do investimento estrangeiro. Nas palavras de Furtado:

Parece ocioso inquirir se existe nos países latino-americanos uma classe industrial com maturidade e sentido de identidade nacional capaz de encabeçar o processo de desenvolvimento dos respectivos países. [...] A redução da classe de empresários nacionais a um papel de dependência interrompeu na América Latina o processo de desenvolvimento autônomo de tipo capitalista, que chegara apenas a esboçar-se [...]. As empresas autenticamente nacionais e privadas, com raras exceções, tiveram um comportamento reflexo, cumprindo tarefas auxiliares ou confinando-se em setores estagnados. As companhias nacionais com atuação em setores estratégicos são quase sempre estatais. (Furtado, 2003, p. 53)

Para ele, a experiência europeia deveu muito à penetração de inovações tecnológicas na produção de bens de capital, tornando-os mais baratos em termos de bens de consumo. Em outras palavras, o progresso técnico, ao permitir elevar a produção de máquinas por unidade de investimento, garantiu tanto a taxa de acumulação como a absorção de mão de obra liberada pelos setores pré-capitalistas (artesanato, pequena agricultura). Esgotado esse excedente de mão de obra, os trabalhadores passaram a ter melhores condições para reivindicar maiores salários, fator fundamental para o dinamismo da economia capitalista.

Não era, entretanto, o que ocorria aqui. Por isso, nossa formação social fundamentava o pessimismo de Furtado quanto à construção de uma moderna sociedade urbano-industrial. Estruturas sociais retrógradas e o baixo poder de reivindicação dos trabalhadores pareciam comprometer o dinamismo do capitalismo:

Com efeito, a existência de um grande reservatório de mão de obra à disposição dos capitalistas constitui uma força inibitória de todo o processo de luta de classes. Desta forma o setor capitalista das economias subdesenvolvidas apresenta-se, via de

regra, com pouco dinamismo, acostumando-se a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais serão efetivamente postas em xeque pela luta de classes. A este fato se devem que, em muitas economias subdesenvolvidas, o setor capitalista se mantenha praticamente estacionário, alcançando aquela mesma paz social que caracteriza a velha agricultura feudal, sinônimo de estagnação... (Furtado, 1964a, cap. 6, p. 80).

Verifica-se, assim, que, para Furtado, a tendência à estagnação expressa questões que extrapolam os limites das teorias do crescimento econômico, pois “tem raízes profundas nas estruturas sociais” (Furtado, 1964a). Tratava-se de avaliar a real possibilidade de desenvolver plenamente o capitalismo num país subdesenvolvido. Se pelo advérbio “plenamente” entendermos a necessidade de uma burguesia nacional assumir a hegemonia que lhe permita sobrepor seus interesses aos das demais classes dominantes, então a tese estagnacionista adquire um sentido forte.

Tal entendimento remete à concepção de Marx, que via no avanço do capitalismo sob o comando de uma burguesia revolucionária (em relação aos antigos senhores), agente do progresso, fator necessário à criação das condições materiais para o advento do socialismo.

Assim, para Furtado, a burguesia nacional, em aliança com “seus” trabalhadores, deveria ser capaz de construir um Estado desenvolvimentista com tudo o que isso implica em favor da própria classe hegemônica, especialmente no que tange aos estímulos à acumulação.

O desenvolvimento do capitalismo também requer a ampliação dos mercados consumidores — neste sentido, a participação dos trabalhadores assalariados nos ganhos decorrentes do aumento da produtividade mostrou-se fundamental nas trajetórias dos países desenvolvidos. Este processo encontraria sérias limitações em sociedades como a nossa, marcada pelo dualismo estrutural, como assinalado por Furtado:

O dualismo da estrutura econômica reflete-se, por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa. Com efeito, a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo. Essa ausência de vigor da classe assalariada também é fator de entorpecimento da formação do mercado interno. Desta forma, o excedente em mãos da classe dirigente tende a originar formas de consumo suntuário ou a filtrar-se para investimentos no exterior. (Furtado, 1964a, p. 30-31)

Em suma, a sociedade carece de um grupo de assalariados que, por sua colocação estratégica no sistema econômico e por sua organização, venha a capacitar-se para modificar o sistema de forças que define a distribuição da renda [...]. (Furtado, 1981, p. 72)

Mas, se entendermos que o capitalismo pode, eventualmente, avançar numa sociedade “dual”, e que a burguesia local, mais que conviver, pode se imbricar com as velhas oligarquias e associar-se, ainda que de forma subalterna, ao capital estrangeiro, a tese da estagnação perde força.¹³

A industrialização conjugada à permanência de estruturas típicas da velha sociedade levava a análises que identificavam como prostração econômica e falta de dinamismo, a incapacidade do capitalismo (ou da burguesia) em superar o dualismo: “[...] a classe industrial não tomou consciência de quaisquer conflitos de interesses com a classe agrária [...]” (Furtado, 1964a, p. 130).

¹³ Será preciso, também, repensar o caráter universal das conexões estabelecidas por esquemas interpretativos mecânicos do pensamento de Marx. Marx, inclusive, vai rever sua concepção original nos últimos anos de vida quando, já pessimista quanto às perspectivas revolucionárias na França e, principalmente, na Alemanha, surpreende-se com a evolução dos acontecimentos na Rússia, socialmente e institucionalmente tão atrasada. Ver Attali (2007), p. 330.

Em princípio, essa identificação não está errada do ponto de vista do interesse nacional, dizem Tavares e Serra. Mas observam que, da perspectiva dos interesses capitalistas, a existência de pobreza e de subemprego não constitui necessariamente problema fundamental para a dinâmica capitalista, como certamente é o caso da falta de oportunidades de investimento.

III.2 A análise econômica

Em sua análise econômica sobre a tendência à estagnação, Furtado dá muita ênfase à esperada evolução decrescente da relação produto-capital (Y/K) na medida em que avançava nossa industrialização.¹⁴

No contexto de uma economia subdesenvolvida, as etapas sucessivas da industrialização, que exigiriam funções de produção cada vez mais intensivas em capital e crescentes escalas mínimas de operação, deparam-se com um mercado muito restrito, o que propicia a formação de capacidade ociosa que, por sua vez, deprimiria a relação Y/K . Dada a taxa de acumulação (ou taxa de poupança/investimento, na linguagem convencional), quanto menor a relação Y/K , menor a taxa de crescimento da economia.

Maior taxa de acumulação poderia, portanto, compensar a menor relação Y/K e assim permitir a manutenção do ritmo de crescimento. Afinal, como sublinhado por Furtado, quando a industrialização se faz, como aqui, preservando um importante setor pré-capitalista, mantém-se (*à la Lewis*) situação de oferta ilimitada de mão de obra a salários determinados pela renda média desse setor, o que impede a participação dos trabalhadores na

¹⁴ Se os salários não caem, a queda na relação Y/K implica em menor taxa de lucro. Em termos muito abstratos, é como se a lei de rendimentos decrescentes agisse sobre a intensificação do capital — o aumento do capital por trabalhador —, redundando em menores acréscimos na produtividade do trabalho na ausência de mudança tecnológica. A forma mais importante de contra-arrestar essa evolução, como já visto, sempre foi a inovação tecnológica embutida nos novos bens de capital.

maior produtividade das novas atividades. Ademais, a adoção de técnicas cada vez mais intensivas em capital resulta em menor absorção de mão de obra por unidade de investimento, o que, com salários estáveis, reduz a participação da massa salarial no produto (concentração funcional da renda). Logo, não faltaria espaço para uma maior taxa de acumulação. O perfil da demanda é que vai impedir o aumento da poupança.

Furtado vincula a estagnação à estrutura da demanda — logo, à distribuição da renda. Enfatiza que a industrialização não alterou a demanda altamente concentrada e diversificada dos segmentos de renda mais alta, herdada da economia primário-exportadora. A industrialização com base na substituição de importações não gerou seu próprio mercado (diferentemente do ocorrido desde o início com o mercado de massa americano) e manteve os padrões de consumo mimetizados das classes de maior renda, o que impedia o aumento da taxa de poupança.

Maria da Conceição Tavares e José Serra criticam a ênfase dada por Furtado à evolução da relação Y/K , pois ela seria um resultado, dizem,¹⁵ que não nos permite explicar a dinâmica — para eles nenhum empresário pensa nessa relação ao decidir investir, mas sim na taxa de lucro esperada. Principalmente nas indústrias mais modernas, a taxa de lucro poderia se manter, mesmo que a relação Y/K tendesse a declinar. Isto vai depender da relação excedente-salário e, como tantas vezes apontado por Furtado, da tecnologia embutida nos novos equipamentos que poderão aumentar a “produtividade” do capital.

Contudo, reconhecem que devido a problemas de escalas mínimas e à necessidade de preços atrativos para produzir equipamentos internamente, a relação Y/K , em termos físicos ou em

¹⁵ Um resultado, sem dúvida, mas melhor seria dizer que a relação Y/K é uma *resultante* de uma miríade de fatores que determinam o quanto de produto uma sociedade pode extrair de uma unidade de capital. Tem a ver, portanto, com a ideia de produtividade sistêmica.

valores, tende a ser relativamente baixa em economias como a nossa, em certos casos ou períodos. Mas nada indicaria uma fatalidade ou a permanência indefinida dessa situação, afirmam. Nada sinalizaria que a relação Y/K deva assumir a importância que lhe confere Furtado.

Para os dois, o importante é saber em que medida o excedente vai se transformar em novos investimentos. Os entraves maiores não decorreriam do consumo exacerbado das elites e da consequente insuficiência de poupança, como afirmava Furtado, mas sim dos problemas de financiamento da demanda, tanto para a ampliação do consumo das classes médias, como para aumento do investimento.

III.3 Um novo padrão de desenvolvimento

Tavares e Serra propõem distinguir entre expansão e crescimento. Períodos de baixo crescimento não significam necessariamente estagnação, na medida em que podem estar ocorrendo importantes mudanças na economia, como novas formas de financiamento, maior integração produtiva e financeira com a economia mundial, e implantação de novas atividades capazes de diversificar a economia.

Baixo crescimento, portanto, nem sempre significa estagnação. Pode “representar, pelo contrário, uma necessária e dinâmica fase de transição a um novo tipo de economia” (Tavares, [1972] 1973, p. 174). É aqui que reside a grande contribuição de Maria da Conceição Tavares e José Serra ao debate.

É importante lembrar que eles escreviam em 1970, já durante os anos do chamado “milagre” econômico brasileiro (1968/1973), e que procuravam entendê-lo.

A tabela a seguir apresenta pequeno número de indicadores macroeconômicos que bem demonstram a enorme diferença entre os anos de baixo crescimento e os do “milagre”.

Brasil: Alguns indicadores macroeconômicos – média anual dos períodos

	1964-1967	1968-1973
Taxa de crescimento do PIB	4,2	11,1
Inflação (IGP, dez.-dez., % a.a.)	45,5	19,1
Investimento (% do PIB)	15,5	19,5
Taxa de crescimento das exportações (US\$, % a.a.)	4,1	24,6
Idem importações	2,7	27,5
Saldo do BP em US\$ milhões	-13,8	1.102,8
Dívida externa líquida/exportações (vulnerabilidade externa)	2,0	1,4

Fonte: Veloso *et al.*, 2007.¹⁶

É certo que o crescimento do PIB a taxas elevadíssimas entre 1968 e 1973 recebeu o impulso da expansão do comércio mundial, da melhoria nas relações de troca e da entrada de capitais estrangeiros, seja na forma de empréstimos, seja como investimentos diretos.¹⁷

Essas fortes mudanças na economia mundial entram, sem dúvida, na explicação do “milagre brasileiro”. Mas quando o artigo foi escrito ainda não eram claramente perceptíveis, pelo menos quanto ao vigor da sua continuidade. Tavares e Serra intuíram a importância do movimento que, para eles, não poderia ser atribuído apenas àqueles fatores externos. Haveria que buscar tam-

¹⁶ A tabela consta de um artigo apologético do PAEG, o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966).

¹⁷ Ver Veloso *et al.* (2007). De fato, enquanto entre 1960 e 1967 o comércio mundial cresceu uns 65%, em 1967/1968 a curva sofre uma forte inflexão positiva. De 1967 a 1974, o comércio mundial mais que triplica (em dólares correntes). E entre 1970 e 1973, por conta da reciclagem dos petrodólares, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e os empréstimos internacionais a juros baixos aumentaram 74%.

bém explicações no plano interno para o engajamento brasileiro nesse maior dinamismo mundial, engajamento que vai configurar para eles um novo padrão de desenvolvimento. Desde logo, haveria que levar em conta as reformas introduzidas pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado por Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos.¹⁸

Promoveu-se a abertura ao exterior por meio da eliminação de restrições à entrada de capitais estrangeiros e mediante a adoção de diversos incentivos às exportações.¹⁹

A reforma tributária levou a forte ajuste fiscal que visava não só combater a inflação, considerada como “de demanda”, como também criar as condições para o aumento da capacidade do governo para financiar o crescimento dos investimentos públicos.²⁰

A reforma do sistema financeiro — criação do Banco Central, instituição da correção monetária aplicada aos títulos públicos (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, ORTN) —, viabilizou a política monetária e o financiamento dos déficits públicos.²¹ Outras medidas importantes foram a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) acoplado a uma nova e importan-

¹⁸ As reformas introduzidas pelo PAEG são apresentadas aqui de forma bem resumida, com base em Veloso *et al.*, 2007.

¹⁹ Isenção do imposto sobre as exportações de produtos industrializados; isenção do imposto de renda sobre os lucros das exportações; devolução dos impostos de importação incidentes sobre matérias-primas e componentes importados que tenham sido utilizadas em produtos exportados; isenção do imposto sobre a circulação de mercadorias sobre as exportações de produtos manufaturados (Veloso *et al.*, 2007).

²⁰ Ver Bielschowsky, neste volume (p. 221-243). Como resultado da reforma ocorreu uma significativa elevação da carga tributária, que passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967, cortando o déficit fiscal pela metade (Veloso *et al.*, 2007).

²¹ Enquanto em 1963 as emissões monetárias financiaram mais de 85% do déficit federal, em 1966 proporção semelhante já era financiada pelos títulos públicos. A dívida pública financiou integralmente o déficit governamental em 1969 (Veloso *et al.*, 2007).

te fonte de recursos, o FGTS, e à expansão do crédito ao consumidor. Em seu conjunto, promoveram a construção civil e o aumento da demanda por bens de consumo duráveis, com destaque para a indústria automobilística.

Durante algum tempo (1964-1967), o aumento da carga fiscal e o arrocho salarial só fizeram piorar o marasmo econômico. Empresas fecharam, aumentou a concentração com o fortalecimento de grandes grupos econômicos e a entrada de capitais estrangeiros. Entretanto, a forte queda no valor do salário mínimo favoreceu os lucros e permitiu a abertura do leque salarial, com as consequências que já veremos.

O Estado brasileiro que emerge com o golpe de 1964 não teria maiores compromissos com a chamada burguesia nacional e disporia de grau maior de liberdade para estabelecer novas formas de associação com o capital estrangeiro em setores estratégicos. Ao empresariado nacional, no novo esquema, restava um papel secundário, cabendo ao Estado prover as multinacionais de insumos e de infraestrutura. Estado e multinacionais se associam em grandes empreendimentos (mineração, petroquímica, transportes, energia), o que vai configurar um novo estilo de desenvolvimento capitalista no Brasil, cujos traços principais foram o maior peso, a complementaridade mais ampla de seus setores de ponta e a mais visível “solidariedade” entre o Estado e o capital estrangeiro no que tange aos investimentos mais dinâmicos (Tavares, [1972] 1973).

Tavares e Serra sugerem que nesse novo padrão já não seria mais tão importante, para o processo de acumulação, a contribuição da mão de obra miserável e “superexplorada”, como aquela ocupada em atividades de preparação para a expansão da grande lavoura — derrubada de matas e limpeza do terreno, agricultura de subsistência, construção de estradas vicinais etc. Sem menosprezarem as formas mais primitivas de acumulação, como a expansão da fronteira agrícola e a exploração dos recursos naturais, afirmavam que o Estado e as empresas multinacionais passaram

a ser os protagonistas principais.²² À massa não incorporada diretamente aos novos setores industriais ou aos serviços modernos, restariam os serviços domésticos e pessoais que, no máximo, contribuiriam para sustentar a demanda atendida pelos setores mais tradicionais.

Significa dizer que a partir de meados da década de 1960 eram as novas e grandes empresas os agentes principais na geração de excedentes para o investimento, inclusive porque os salários não acompanhavam os aumentos de produtividade e porque nada obrigava aquelas empresas a repassar a maior produtividade aos consumidores via queda de preços. A economia continuava protegida da concorrência externa. Tão ou mais importante, destacam também a emergência da acumulação financeira e seu papel que se manifestava por meio de novas agências, principalmente estrangeiras, dedicadas a realizar a tarefa básica de qualquer sistema financeiro, o de transferir recursos de setores superavitários para os propensos a se endividar para investir.

Não havia, portanto, razão para pensar em limitações pelo lado da poupança para o financiamento do investimento. Mas, enfatizam eles, a emergência do capital financeiro entre nós seria importante fator de promoção da concentração da propriedade, relevante para se entender a concentração de renda.²³

Tampouco havia motivo para esperar que desse novo padrão surgisse a superação do nosso quadro de desigualdades. Ao contrário, para Tavares e Serra a heterogeneidade tendia a se acentuar devido a fatores que restringiam o ritmo e o escopo da modernização. Faltariam incentivos para investir nas atividades tradicio-

²² Nesse sentido, pode parecer que divergiam dos que, sob variadas formas, entendiam as relações arcaicas de produção como funcionais para o processo de acumulação nessa etapa mais avançada da industrialização. Entretanto, como se verá mais abaixo, não é o caso.

²³ Não detalham o tema no “Más Allá”, o que será feito por Maria da Conceição Tavares em estudos posteriores, inclusive nos incluídos em Tavares, ([1972] 1973).

nais na medida em que o padrão de distribuição de renda garantia boa rentabilidade à produção voltada para os grupos de mais alta renda. O excedente gerado no polo moderno, portanto, tendia a nele ser reinvestido, o que restringia a modernização dos setores atrasados apenas às atividades daqueles que tivessem relação direta com a expansão dos setores modernos. Na agricultura, a baixa elasticidade-renda da demanda dos grupos mais ricos preservaria as formas tradicionais de exploração que continuavam a dar conta do recado.²⁴

Maria da Conceição Tavares e José Serra sublinham que as empresas mais produtivas que atuavam no universo de empresas tradicionais deixavam que estas formassem os preços e, assim, dados seus custos mais baixos, podiam auferir uma quase renda, ou renda diferencial. Este estado de coisas implicava, pois, a coexistência generalizada de grandes diferenciais de produtividade, não apenas intersetoriais, mas também intrasetoriais. A análise realça a constante (re)criação de diferenciais de produtividade em todos os setores, em lugar de insistir na contraposição entre dois setores, moderno e tradicional, ambos bem delimitados, como no esquema agricultura *versus* indústria.

Quanto ao emprego, seria próprio de qualquer processo de difusão tecnológica a destruição de atividades atrasadas e a realocação da mão de obra redundante nas novas atividades. No nosso caso, entretanto, o saldo do emprego produtivo nesse processo de destruição-incorporação mostrava-se “manifestamente insatisfatório” (Tavares, [1972] 1973).²⁵ Rejeitam, porém, a importância

²⁴ Como já assinalado, nunca tivemos um problema geral de oferta de produtos da agricultura, apesar de seu atraso social e tecnológico. Além disso, vários insumos para a indústria, produzidos pelos setores tradicionais — como as fibras naturais, por exemplo —, vinham sendo rapidamente substituídos por sintéticos, o que contribuía para o enfraquecimento dos vínculos intersetoriais.

²⁵ Acredito que esse balanço negativo tenha ocorrido também nos países avançados ao longo da industrialização. Entretanto, contaram com poderosas

atribuída à dependência tecnológica, que levaria ao uso de “tecnologias inadequadas” — ou seja, demasiado intensivas em capital — em contradição com a disponibilidade de mão de obra. Como já indicado, o problema maior, para ambos autores, estaria na forma de utilização do excedente produzido pela maior produtividade das atividades intensivas em capital. Concentrando-se nos setores modernos ou penetrando apenas parcialmente nos setores atrasados, os investimentos acentuavam a heterogeneidade tecnológica e provocavam a marginalização da mão de obra que vai se concentrar em “áreas econômicas residuais”, ainda que funcionais:

Neste sentido, incorporação e expulsão passam a ser duas tendências simultâneas e contraditórias do processo de expansão e modernização, que assume então em sua plenitude um caráter desigual e combinado. (Tavares, [1972] 1973, p. 192)

A heterogeneidade pode se agravar sem que, por isso, a dinâmica do capitalismo entorpeça.

Quanto a um ponto central, o da concentração/desconcentração da renda pessoal, Tavares e Serra creditam à política econômica de então a capacidade de gerar a demanda adequada às necessidades do aparelho produtivo montado, o que contornaria a estreiteza do mercado consumidor e evitaria a queda na relação Y/K . Como? Basicamente por meio de dois mecanismos já referidos: a criação do sistema de financiamento para aquisição de bens duráveis de consumo e a promoção da queda do valor do salário mínimo, o que, ao permitir a abertura do leque salarial, favoreceu as classes médias.²⁶ Ambos mecanismos teriam contri-

válvulas de escape como a emigração e a expansão dos serviços sociais como educação e saúde.

²⁶ O salário mínimo é um preço fixado institucionalmente e pode sofrer diminuição sem provocar escassez de mão de obra “simples”. A remuneração da mão de obra mais qualificada está sujeita aos mecanismos de mercado. Daí que o crescimento econômico com arrocho do salário mínimo resulta na

buído decisivamente para a recuperação da economia via estímulo à demanda.

Em decorrência, a massa de renda capaz de sustentar o consumo “moderno” ou dinâmico teria quase dobrado na década de 1960. Seria, portanto, um equívoco falar em tendência à estagnação seja pela falta de mercado consumidor decorrente da má distribuição de renda, seja pela insuficiência de poupança. Antecipam, assim, o que o censo de 1970 iria mostrar: maior concentração de renda em comparação com 1960, fenômeno que a versão oficial atribuirá às desigualdades educacionais, com base na Teoria do Capital Humano.²⁷ Aqueles anos de baixo crescimento não poderiam, portanto, ser interpretados como manifestação de tendência à estagnação. Àquela altura, a economia brasileira, não obstante o subdesenvolvimento, já apresentaria problemas cíclicos de realização do excedente, como qualquer economia capitalista madura.

III.4 Ruptura teórica?

No âmbito desse debate, Tavares e Serra apresentam, quanto à dinâmica da economia, uma perspectiva distinta da adotada por Furtado. Esta mudança de foco pode ser entendida como “uma inflexão teórica, já que [para Tavares e Serra] a recuperação cíclica se faz pelo lado do crédito/demanda autônoma, e não baseada em maior poupança [...]” (Bastos e D’Ávila, 2009).

A ênfase na demanda como determinante da ampliação do consumo e dos investimentos, e, portanto, como determinante da

abertura do leque salarial. Cabe lembrar, contudo, que em boa parte da indústria preservou-se o valor real dos pisos salariais que descolaram do salário mínimo em queda.

²⁷ Ver Langoni (1973). Langoni fez o trabalho a pedido do Delfim Netto para responder às críticas quanto à concentração de renda. A controvérsia a respeito das causas da concentração de renda está exposta no capítulo de Maria Malta, presente neste volume (p. 191-220).

retomada do crescimento, foi uma contribuição importante de Tavares e Serra. Entretanto, reluto em afirmar que o “Más Allá” representa uma “ruptura teórica” com o pensamento de Furtado, posto que Furtado jamais foi alheio a este olhar.

Não é fácil enquadrar a análise econômica de Furtado na moldura constituída pelas várias correntes das teorias do crescimento. Esta dificuldade persiste mesmo se apontarmos para sua preocupação com a geração de poupança como limitante do investimento.²⁸

A importância que, nos textos aqui referidos, Furtado confere à poupança tem mais a ver com o longo prazo, com sua denúncia do consumismo de nossa elite endinheirada e alienada e com suas consequências em termos de orientação de investimentos. Querer enquadrá-lo numa determinada corrente é um exercício de lana caprina; enquadrá-lo como “neoclássico” porque via o nível de consumo dos mais ricos como limitação à taxa possível de investimento, pior ainda, é procurar chifre em cabeça de cavalo, uma atitude característica do fundamentalismo econômico.

²⁸ Percebe-se a influência do modelo Harrod-Domar, no qual se supõe que a poupança potencial — aquela permitida pelo uso normal da capacidade produtiva — determina o investimento e o crescimento efetivo. Mas também é inegável que Furtado se afasta dos postulados neoclássicos e que comunga com os economistas das teorias heterodoxas do crescimento. Como indica Serrano (2007), estas teorias distinguem-se fortemente das teorias neoclássicas por:

- Determinação da distribuição a partir do princípio clássico do excedente;
- Determinação exógena do salário e existência de um piso mínimo para o salário real dado por padrões sociais de subsistência;
- Abundância de mão de obra e ausência da tendência automática ao pleno emprego;
- Logo, o produto potencial da economia é limitado basicamente pelo es-toque de capital acumulado e sua eficiência. Neste caso, o crescimento desta capacidade produtiva vai depender crucialmente da evolução do investimento.

IV. Nota sobre a natureza do Estado brasileiro

A discussão suscitada pela exposição de Victor Gomes e Hélio de Lena Júnior sobre o golpe de 1964 levantou outra questão: estaria o regime militar mais voltado para a continuidade ou para a ruptura? Da perspectiva do desenvolvimento econômico, não arrisco resposta definitiva, embora minha sensação penda mais para continuidade, a despeito da análise de Tavares e Serra. A meu ver, mesmo da perspectiva política, opiniões de peso que enxergam no regime militar traços de continuidade com nossa tradição republicana devem ser levadas em conta:

A manifestação de mais um ciclo autoritário [o de 1964-1985] com a retomada de muitas das instituições do Estado Novo, da sua ideologia da grandeza nacional, do seu estilo [...] indicava que, além de causas contingentes, razões mais profundas na nossa vida republicana estariam por detrás da recorrência a soluções políticas autoritárias. O autoritarismo político seria constitutivo à nossa formação, ora sob formas brandas, ora exasperadas, na eventualidade, como era o caso em 1964, da emergência de surtos democráticos na sociedade que viessem a ameaçar sua reprodução. (Werneck Vianna, 2009)

Estamos num momento em que o tiroteio histórico contra o Estado, se não chegou ao fim, pelo menos deu uma trégua. O liberalismo está, de novo, em baixa, sem credibilidade. Abriu-se, assim, espaço para que voltem a ser ouvidos os intelectuais que sempre defenderam o papel insubstituível do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e da proteção social.²⁹ Não tenho dúvida que a oportunidade será aproveitada. Mas, estou longe da certeza de que a defesa da intervenção estatal virá acompanhada da visão crítica da natureza do Estado brasileiro.

²⁹ Não incluo nesse conjunto de atribuições a defesa dos direitos humanos. Esta, até agora, não apresenta correlação positiva com o poder de intervenção do Estado.

Essa análise é absolutamente necessária no nosso caso, especialmente numa conjuntura em que a valorização do Estado como protagonista do desenvolvimento é proclamada por um governo de coalizão que não demonstra, ou não pode demonstrar, maior disposição para enfrentar os tradicionais “donos do poder”.

Não se trata aqui de tentar tal empreitada, mas apenas de indicar que tanto em Furtado³⁰ como no artigo de Maria da Conceição Tavares e José Serra (Tavares, [1972] 1973), encontramos percepções da maior importância a respeito desse tema crucial. Um Estado aparentemente poderoso, diante de uma sociedade civil fraca, é levado a internalizar conflitos que em outras sociedades de tradição democrática mais arraigada não chegam a apresentar a mesma carga de dramaticidade política como é a nossa.

Registro, a respeito, a ideia de que para cada nova etapa do desenvolvimento capitalista (“periférico e dependente”)

[...] se necessita um reordenamento dos mecanismos de poder — desde os instrumentos de controle estatal e as novas formas de solidariedade com os agentes do capitalismo internacional, até o plano das alianças de classe. (Tavares, [1972] 1973, Parte II, p. 206)

Disso resulta que problemas econômicos comuns em economias capitalistas, como, por exemplo, crises periódicas, entre nós se manifestariam também como crises sociais e políticas, na medida em que representam mudanças importantes no padrão de desenvolvimento capitalista. Com isso Furtado certamente concordaria:

[...] quando o capitalismo industrial penetrou em sociedades que praticamente desconheciam governos representativos, o desenvolvimento econômico causou repetidas rupturas no

³⁰ Especialmente Furtado (1964a).

processo político através de movimentos em que se combinavam elementos revolucionários e contrarrevolucionários. (Furtado, 1964a, Parte I, cap. 5)³¹

A forte presença do Estado no nosso desenvolvimento capitalista, sob formas brandas (“Brasil, potência emergente”) ou exacerbadas (“Brasil, grande potência”), já levou à elaboração de analogias com experiências importantes, como a da Alemanha de Bismarck. Para alguns, o Brasil seria um caso a mais entre os países que optaram pela “via prussiana”. Cuidado! A advertência feita por Tavares em 1996 continua a ter seu valor:

Periodicamente, algum cientista político desavisado, comparando o país com outras experiências de capitalismo tardio, invoca a “via prussiana” como paradigma de nosso autoritarismo. Ora, nem mesmo o Estado Novo, ou o período dos Generais de 1964/85 podem ser chamados de via prussiana, já que não cumpriram qualquer das tarefas das chamadas revoluções burguesas tardias. Nem a questão da terra, nem a questão da educação, nem a questão da endogeneização do progresso técnico foram resolvidas, como nas verdadeiras experiências de via prussiana (Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Taiwan). (Tavares, 1996)

Acredito que se Furtado ainda estivesse entre nós estaria festejando a retomada do crescimento econômico com aumento nos

³¹ Ver também Furtado, 1964a, Parte II, cap. 1. Ceci Juruá resgata uma distinção que pode ajudar a entender a nossa instabilidade política provocada por questões econômicas. Cito livremente: “os países de capitalismo avançado lograram separar a luta econômica do conflito político, como no caso da disputa capital x trabalho em torno da apropriação. Onde isso não foi possível, o Estado foi o foco de uma luta de massa. Interessa-nos dar relevo, nesse contexto, à necessidade de diferenciar os dois processos sociais: a) as lutas de classes que colocam em confronto representantes do capital e do trabalho, típicas de um país como a França, por exemplo, e b) as lutas de massa onde os contendores se organizam em torno de concepções distintas acerca da configuração do Estado, como parece ter ocorrido no Brasil por ocasião da Proclamação da República e da Revolução de 1930, mas também no golpe civil-militar, reacionário, de 1964” (Juruá, 2009).

rendimentos dos segmentos mais pobres. Poderia, até mesmo, estar visualizando o começo do fim da nossa dualidade, logo do nosso subdesenvolvimento. Mas, acredito também que estaria empenhado em nos alertar sobre a insustentabilidade desse processo caso as questões apontadas por Tavares não sejam enfrentadas.

Sensos do contraste: o debate distributivo no “milagre”

Maria Mello de Malta

I. Introdução

A questão da distribuição de renda está presente na economia política desde seu nascimento. A pesquisa sobre a forma como a renda é distribuída entre seus produtores é irmã siamesa daquela que se pergunta sobre a origem e a causa da riqueza das nações. Os primeiros formuladores de questões econômicas no capitalismo, que já perseguiram a noção do lucro como o motor do sistema gerador de tanta riqueza, não podiam deixar de ver a pobreza, fruto do mesmo processo, e se perguntavam sobre a distribuição da renda.

Fato é que, por mais liberais que fossem, os economistas clássicos sempre pensaram em como se dava a distribuição da renda entre as classes sociais. Tais classes, em sua concepção, tinham relação direta com a propriedade sobre os meios de produção que concorriam para a geração do produto que representava a renda anual de uma nação. Desta forma, a renda era encarada como algo advindo da propriedade sobre a terra, o capital ou o trabalho, e tal propriedade, por menos que fosse questionada, era derivada e mantida por um processo histórico que montara as estruturas políticas, econômicas e jurídicas que a tornavam parte essencial deste sistema.

Uma nova formulação sobre como a renda era distribuída entre os membros da sociedade capitalista surgiu com o adven-

to da teoria marginalista.¹ Na década de 1870, várias obras² vieram a público questionando o princípio da distribuição, naquela época chamado ricardiano, e apresentando uma alternativa que tomava como base analítica do problema o indivíduo com sua contribuição produtiva, abrindo mão das classes sociais e das estruturas históricas em sua explicação.

As principais escolas europeias de economia passaram a adotar essa abordagem para a questão a partir de 1890, com o trabalho de Alfred Marshall,³ destacado professor do centro de produção intelectual sobre economia mais influente na época — a Universidade de Cambridge, Inglaterra. Marshall se anunciava como um continuador revisionista da obra de Ricardo (e não como um crítico que rompia com a tradição ricardiana) e se autointitulava como um autor neoclássico.

A dicotomia interpretativa sobre a distribuição de renda jamais se resolveu de forma definitiva. Assim, formular a questão da distribuição de renda como um resultado de uma coalizão distributiva formada pelas diferenças de poder econômico e político das classes sociais ou pensá-la por meios de características específicas pessoais dos indivíduos é uma controvérsia que a economia política tem em seu interior por mais de 100 anos. Especialmente quando se trata de uma análise mais concreta da realidade de um país ou de um grupo social de referência, a disputa fica ainda mais evidente.

¹ Uma boa análise sobre a construção da teoria do valor e da distribuição na história do pensamento econômico pode ser encontrado em Garegnani e Petri (1983).

² Stanley Jevons publicou *A teoria da economia política* em 1871, Carl Menger trouxe a público o seu *Princípios de economia política* também em 1871 e Leon Walras publicou os *Elementos de economia política pura* em 1874.

³ O livro de Marshall se intitulava *Princípios de economia* e fora adotado por mais de 40 anos como a grande referência de formação dos economistas de todo o mundo.

O debate sobre a distribuição de renda no Brasil — que saiu dos estritos círculos acadêmicos dos economistas e ganhou a arena pública nos anos 1970 — bebe nessa fonte da controvérsia original, porém sua motivação histórica foi a apresentação dos resultados do Censo Demográfico de 1970 à sociedade brasileira.

No ano de 1972, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou o Censo 1970 com dados variados referentes à população brasileira. Entre estes dados aparecia um resultado importante que jogava um pouco de água fria na fervura dos elevados índices de crescimento econômico alçados pela economia brasileira sob a ditadura civil-militar. Tal resultado era que, durante a década em questão, olhada por qualquer aspecto, havia piorado a distribuição de renda no país.

Dada a situação política extremamente esgarçada, tanto a oficialidade precisava de uma boa explicação para justificar a piora da distribuição de renda, no contexto do que àquela altura já era considerado o sucesso do modelo de desenvolvimento posto em prática pós-1964 (Delfim Netto, 1973), como os críticos, inclusive aqueles preocupados com os “estritos cuidados da investigação científica” (Cardoso, 1975, p. 9), precisavam se posicionar sobre a situação do Brasil e sobre as políticas que estavam sendo postas em prática para preservá-la.

As estrelas desse debate foram, do lado oficial, Carlos Langoni, Antônio Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen;⁴ e do lado dos críticos destacava-se o economista norte-americano Albert

⁴ Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen tinham cargos no Estado brasileiro na época do debate. Eram, respectivamente, ministro da Fazenda e presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Simonsen viria a assumir a pasta da Fazenda em 1974, quando Delfim assumiu a posição de embaixador do Brasil na França, apenas retornando como ministro de Estado em 1979. Vale dizer que Langoni, na introdução de seu livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*, agradece nominalmente a Delfim por seu apoio, inclusive na obtenção de dados para a pesquisa.

Fishlow, ao lado de Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Beluzzo e dos jovens pesquisadores José Sérgio Leite Lopes, John Wells, Pedro Malan, Rodolfo Hoffmann⁵ e José Serra, entre outros.

A remontagem dessa controvérsia nos parece importante não apenas do ponto de vista da história do pensamento econômico brasileiro, mas também como o marco da sistematização do debate distributivo no Brasil, em sua articulação clássica com a questão do desenvolvimento econômico, sob a batuta das grandes construções teóricas em confronto no centro capitalista desde o final do século XIX. Naqueles mesmos anos que abrigaram essa controvérsia foram sendo fundadas as escolas de pós-graduação em economia no Brasil,⁶ que, em 1973, se organizaram na Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec) (ver Ganem, p. 51-75 deste volume).

Os debates econômicos no Brasil, a partir de meados dos anos 1960, ganharam uma face mais acadêmica, e tanto os críticos como os economistas da oficialidade buscavam em alguma teoria a base interpretativa para os resultados que a economia brasileira apresentava. Vale a pena a incursão no tema.

II. Os termos originais do debate sobre a distribuição de renda no Brasil

Nos anos anteriores à publicação do Censo 1970, o debate sobre o desenvolvimento brasileiro já se articulava de forma fundamental com a questão da distribuição. A famosa formulação de Furta-

⁵ Hoffmann, apesar de jovem, já era professor do Instituto de Economia da Unicamp e da Esalq da USP nessa época.

⁶ A primeira escola de pós-graduação em economia no Brasil foi a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, criada em 1966 sobre as raízes do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE), ambos concebidos com participação central de Mário Henrique Simonsen.

do referente ao possível processo de estagnação a ser vivido pela economia brasileira — que adotara um modelo de acumulação excludente e se baseava em uma estrutura de demanda incapaz de manter a dinâmica necessária para a expansão capitalista no Brasil — já havia sido questionada por Tavares e Serra no artigo “Mas allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente”, publicado em 1971 (Salm, p. 163-190 deste volume).

Furtado organizava sua análise sobre a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição de renda com base na ideia de que o crescimento econômico no Brasil se processava com abundância de mão de obra (tal qual os modelos de acumulação clássicos e o modelo de *Sir Arthur Lewis*). Neste tipo de modelo, como não figurava a suposição de escassez da força de trabalho no longo prazo, a taxa natural de crescimento, definida como a taxa de crescimento resultante da soma do crescimento da força de trabalho e do crescimento da produtividade do trabalho, acabaria por se ajustar à taxa de crescimento efetivamente obtida. Este ajuste ocorreria por meio de migração de trabalhadores, como também mudanças na taxa de participação na população economicamente ativa (PEA) e no tamanho do setor informal, ou ainda com desemprego disfarçado. Desta forma, os trabalhadores teriam pequeno poder de barganha durante o processo de mudança estrutural e isto favoreceria a incorporação dos ganhos de produtividade à parcela dos lucros na renda e não à dos salários.

Como já explicou Salm em seu texto, neste livro:

Furtado vincula a estagnação à estrutura da demanda — logo, à distribuição da renda. Enfatiza que a industrialização não alterou a demanda altamente concentrada e diversificada dos segmentos de renda mais alta, herdada da economia primário-exportadora. A industrialização com base na substituição de importações não gerou seu próprio mercado (diferentemente do ocorrido desde o início com o mercado de massa americano) e manteve os padrões de consumo mimetizados das clas-

ses de maior renda, o que impedia o aumento da taxa de poupança. (Salm, p. 177 deste volume)

Tavares e Serra ([1971] 1973) identificavam em Furtado uma ênfase excessiva na influência da relação produto/capital sobre a dinâmica de crescimento. Para além disso, viam que Furtado baseava grande parte de seu argumento na noção de que não se formara mercado de massas para a absorção da produção de um país mais industrializado, por conta da coalizão de classes (latifundiários e burguesia) específica de estruturas subdesenvolvidas como a brasileira. Tavares e Serra, por seu turno, davam ênfase maior à dinâmica do investimento na análise que apresentavam. Segundo estes autores era possível manter altas taxas de crescimento em um modelo concentrador de renda quando o investimento e a demanda externa ganhavam o papel central na dinâmica de demanda do novo padrão de acumulação.⁷

Assim, a desigualdade social brasileira era analisada como fruto de um processo histórico que se renovava em termos de forças produtivas, mas cujas relações sociais de produção só se modificavam no sentido de manter a estrutura desigual cuja base social de apoio se mantinha virtualmente a mesma. A desigualdade de renda, por seu turno, era vista como resultado de uma série de escolhas políticas que privilegiaram historicamente padrões de acumulação concentradores. A inovação da interpretação de Tavares e Serra ([1971] 1973) estava em esclarecer que padrões de acumulação concentradores podem se manter vigorosos, na medida em que poderiam basear sua dinâmica de realização nos setores produtores de bens de capital e de bens de consumo de luxo (ou bens de consumo dos capitalistas, como referido na tradição kaleckiana).⁸

⁷ A noção de padrão de acumulação com a qual esses autores trabalham diz respeito às relações entre a estrutura produtiva e a distribuição social da renda.

⁸ Veremos o desdobramento dessa posição na próxima seção deste artigo.

Antes disso, a desigualdade no Brasil fora pensada em termos de sua estrutura dual, onde atraso e modernidade conviviam formando o estranho amálgama brasileiro que se expressava na existência simultânea e estruturalmente importante de formas produtivas de baixa produtividade com organizações da produção de alta produtividade, gerando “dois Brasis” totalmente diversos. Como afirma Antonio Candido em seu prefácio de 1967 ao *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda,

[...] no pensamento latino-americano a reflexão sobre a realidade social sempre foi marcada [...] pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários — apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições. (Candido, 1967, p. xiv)

Assim, a tradição do debate brasileiro sobre a distribuição de renda sempre fora focada nas estruturas produtivas e políticas do país. As classes sociais, suas rendas e seus padrões de consumo se apresentaram de forma perene nessa controvérsia. Intelectuais de um dos países mais desiguais do mundo não poderiam negar tal questão.

III. A oficialidade: lições básicas de “culinária” econômica

Negar a questão distributiva estava fora de cogitação, porém era necessário retomá-la em novos termos, pois os resultados do Censo 1970 trouxeram o problema da distribuição de renda de volta para a arena política brasileira, cenário este que, em 1972, estava dominado por um Estado orientado por um aparato jurídico-institucional montado a partir de 1964 sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional e concretizado nos Atos Institucionais (Gomes e Lena Júnior, p. 123-161 deste volume). A instituição de referência para esta sistematização foi a Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei n. 785/49 com a missão de “desenvolver e consolidar os *conhecimentos* necessários para o exercício

das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (grifo nosso), conforme aponta seu artigo 1º. Tiveram ingresso na instituição, como garante seu artigo 5º, “oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às Forças Armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional”. Assim, além dos próprios militares, boa parte dos ministros civis do período, como Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto, haviam sido influenciados pelo pensamento da ESG.

Resultados ruins da política econômica pós-1964 para o “bem-estar” da população brasileira poderiam ser facilmente relacionados com o tipo de planejamento para o desenvolvimento e a segurança nacionais aprendidos na ESG. A piora na distribuição de renda não era uma questão controversa. O próprio governo havia publicado os resultados. Não havia a possibilidade de escamoteá-los em qualquer instância, ou por qualquer medida. Tratava-se de explicá-los.

Mário Henrique Simonsen, então presidente do Mobral (e futuro ministro da Fazenda), preocupou-se em se pronunciar sobre os resultados afirmando que as estatísticas do Censo 1970 poderiam ocultar o essencial. Listou alguns motivos para isso: erros de estimação ligados às classes abertas; desconsideração de rendas não monetárias recebidas pelos indivíduos, por exemplo, na forma de serviços gratuitos prestados pelo governo ou na forma de produção para autoconsumo, como nas roças do fundo do quintal, onde algumas famílias plantam sua subsistência; além de classificarem as rendas por indivíduos e não por família, o que, de seu ponto de vista, daria melhores resultados para as camadas mais pobres da população, pois nestas trabalham um número maior de membros da família.⁹

⁹ A revista *Veja* (1972) atribuiu todas essas afirmações a um discurso recente de Simonsen, porém não tivemos acesso à íntegra deste discurso.

Serra (1975) traz um quadro comparativo dos resultados apresentados em alguns estudos da época que servem para ilustrar os números sobre os quais se construiu o debate:

Distribuição de renda no Brasil (participação na renda total)

	40% mais pobres		5% mais ricos	
	1960	1970	1960	1970
Fishlow	10,49	7,14	28,55	38,22
Hoffman/Duarte	11,20	9,05	27,35	36,25
Ministério da Fazenda	11,57	10,00	não disponível	não disponível

Fonte: Serra (1975)¹⁰

Do ponto de vista do positivismo dominante na ESG se poderia interpretar adequadamente o fenômeno objetivo que os dados do Censo demonstravam com base nos estudos das “leis gerais” que regessem o fenômeno. Além disso, vale a pena lembrar que:

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional é a rejeição da ideia de divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em choque com a noção de unidade política. (Gomes e Lena Júnior, p. 128 deste volume)

Há uma teoria econômica que não divide a sociedade em classes, que pensa em seus indivíduos como ponto de partida da análise produtiva e distributiva harmônica, bem como acredita ter encontrado as leis gerais, naturais do comportamento econômico. Esta teoria é a marginalista (ou neoclássica, como denominou Marshall). A teoria neoclássica do valor e da distribuição relaciona diretamente a remuneração dos indivíduos à produtividade marginal do fator de produção com o qual contribuem para a geração do produto.

¹⁰ No trabalho de Langoni, saem publicados os números 27,69% da renda concentrada nas mãos dos 5% mais ricos em 1960 e 34,06% em 1970.

No final da década de 1950, essa análise da distribuição ganhou aportes importantes, a partir de algumas pesquisas desenvolvidas principalmente nos Estados Unidos. O economista americano Theodore Schultz, professor da Universidade de Chicago, começou a trabalhar uma nova noção que relacionava a rápida recuperação econômica da Alemanha e do Japão do pós-Segunda Guerra com os altos níveis de educação e saúde dessas populações.¹¹ Avaliou que indivíduos mais saudáveis e mais bem formados têm uma produtividade maior e com isso formulou o conceito de capital educacional. Neste sentido, afirmava que a melhor forma de se desenvolver um país era “investindo em pessoas”, como acabou intitulado seu livro de 1981. Em artigo de 1961 na *American Economic Review* já trazia o conceito que seria recuperado por Gary Becker e Barry Chiswick (ambos economistas da Universidade de Chicago) no ano seguinte, para a construção de um modelo formal que relacionava o nível de educação com os rendimentos dos indivíduos: o conceito de capital humano.

A estrutura teórica marginalista original, juntamente com a construção da percepção de que os rendimentos dos indivíduos teriam origem nos investimentos em sua própria educação, era uma forma de tratar o problema que eximiria a política econômica da ditadura civil-militar das responsabilidades sobre a piora na distribuição de renda. Além disso, a interpretação do desenvolvimento econômico segundo esta análise identificava a concentração de renda como um efeito (neo)clássico de uma economia que

¹¹ Vale destacar que este movimento de Schultz fez parte do que Solow (1994) chamou de terceira onda de interesse na teoria do crescimento. Para Solow, em seu artigo *Perspectives on growth theory* (JEP, 1994), houve três ondas de interesse na teoria do crescimento durante os cerca de 50 anos anteriores à sua publicação. A primeira associada com os trabalhos de Harrod (1939) e de Domar (1948). A segunda foi o desenvolvimento do modelo neoclássico de crescimento (o modelo do próprio Solow). E a terceira, que se iniciou como uma reação às omissões e deficiências do modelo neoclássico, fundamentalmente a partir de meados dos anos 1950 e na década de 1960.

passa por uma fase de crescimento acelerado, causada apenas por um desajuste temporário nos mercados de fatores de produção, que seria resolvida pela própria dinâmica de mercado no sentido do equilíbrio geral. Se a concentração de renda era um resultado natural do processo de crescimento e a distribuição desigual da renda teria relação com características pessoais dos indivíduos, restaria explicar por que a opção pelo crescimento econômico se justificaria do ponto de vista do “bem-estar” coletivo. A revista de circulação nacional *Veja*, de 7 de junho de 1972, dá voz ao argumento oficial, perguntando ao final de sua reportagem de capa: “Mas qual país de bom senso abdicaria do privilégio de instalar uma indústria automobilística só porque ela não distribui com justiça a renda entre seus empregados?” (Reportagem sem assinatura, *Veja*, 1972). Foi a este mesmo raciocínio que Cardoso (1975, p. 10) se referiu quando afirmou que

[...] com isto se quer fazer crer à opinião pública que sem a continuidade do processo de acumulação desigual das rendas não há produção nem crescimento, enquanto qualquer política de redistribuição leva, necessariamente, ao populismo e à perda de velocidade no processo de acumulação.

Tal reportagem da revista *Veja*, com o objetivo de dar estofamento científico às conclusões trazidas em seu corpo, apresentava também o “novo estudo” que o Ministério da Fazenda — cujo ministro na época era o professor licenciado da Universidade de São Paulo (USP), Antônio Delfim Netto — havia financiado no Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, realizado por Carlos Langoni.

O estudo de Carlos Langoni, também pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), buscou executar a tarefa de explicar por meio de uma teoria harmônica da distribuição, sem referência a classes sociais, os resultados que o modelo de desenvolvimento implementado no período do exercício de Delfim na pasta da Fazenda havia gerado. Recém chegado da Universidade

de Chicago, onde desenvolvera seus trabalhos de mestrado e doutorado em economia, Langoni já tinha em seu *currículum* um artigo sobre “A rentabilidade social dos investimentos em educação no Brasil” e sobre “As causas do crescimento econômico no Brasil”.

Como o próprio autor deixa claro em seu livro, além de um amplo acesso aos dados do Censo 1970, lhe foram também facultados os dados do Imposto de Renda (IR) e da Lei dos 2/3 vinculada à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que lhe deu também acesso aos dados das rendas individuais. Isto tornou seu estudo mais simples, pois não foi necessário criar estimativas para os extremos das classes abertas.

O livro de Langoni — a primeira edição saiu em 1973, mas o estudo de referência já estava sendo amplamente divulgado desde 1972 — pretendia responder, nas palavras de Delfim, “a superficialidade com que o assunto foi inicialmente tratado”, se referindo aos artigos de Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972), que relacionavam a política econômica do governo brasileiro com aqueles resultados distributivos perversos. Mais do que isto, estes autores, Hoffmann em especial, afirmavam que o tipo de crescimento vivido pelo país no período da ditadura estava condicionado e favorecido por tal concentração da renda.¹²

O trabalho de Langoni introduz a noção de capital humano sobre a base de explicação da distribuição de renda via teoria marginalista com o objetivo de explicar o diferencial salarial entre indivíduos. Sua formulação se inspirava no modelo de Gary Becker e Barry Chiswick, que encara o período de educação formal como uma fase de investimento em um ativo de capital (o capital humano) que vai sendo acumulado e trará uma renda mais elevada após o período de investimento, aumentando a renda

¹² Como já estava apontado no artigo de Tavares e Serra ([1971] 1973) e fora reforçado em Tavares (1975).

média do indivíduo, já ajustada pelo período de formação, no qual “deixou de ganhar” rendimentos.¹³ Segundo o diminuto prefácio de Delfim, o autor “prova que o aumento observado na desigualdade era consequência direta dos desequilíbrios de mercado característicos do processo de desenvolvimento” (Delfim Netto, 1973, p. 13-14), e que tendo esta natureza, seriam naturalmente corrigidos pelo próprio processo de ajuste de mercado.

Langoni (1973, p. 19) monta o seu argumento partindo da ideia que a descrição que irá apresentar da renda no Brasil tem três aspectos fundamentais, distintos dos trabalhos já realizados sobre o assunto:

- 1) o uso de dados individuais de renda que permitem descrever o perfil da distribuição sem nenhum ajustamento artificial;
- 2) reconhecimento explícito de que a distribuição de renda é heterogênea e por isso para sua caracterização correta é necessário [...] combinar índices agregados [...] com medidas menos sintéticas [...]; utilizar diferentes fontes de dados que permitam verificar a consistência das séries; analisar separadamente a distribuição de renda dentro de grupos relativamente mais homogêneos da população; 3) [...] ir um pouco além de modelos meramente descritivos para identificar e medir fatores sistemáticos que contribuem para as diferenças observadas das rendas individuais.

¹³ A ideia sob a qual se assenta a teoria do capital humano é simples: os investimentos em educação resultam em acréscimos de produtividade cuja contrapartida no mercado são ganhos em salário real. A variável idade também pode ser justificada pela teoria do capital humano, pois a idade é *proxy* de experiência. Mais interessante é a forma como sexo cabe no esquema: estabelece-se a hipótese de que *coeteris paribus* mulheres são menos produtivas que homens, por isso terão sempre salários menores. Em Langoni (1973, p. 103) consta uma citação que explicita exatamente sua base analítica na teoria do capital humano e seu acordo com as ideias acima listadas, mesmo destacando o fato de que o que ocorre com a remuneração feminina teria base em preconceito, mas, como ocorre na realidade, não pode ser desconsiderado na montagem do modelo.

Dessa forma, o autor deixa claro que seu objetivo é explicar os diferenciais de renda individuais e que fará isso com acesso a dados que nenhum outro pesquisador teve. Assim, apresenta muitos capítulos com várias formas de tratamento dos dados da pesquisa, correlacionando os resultados da piora da distribuição de renda com a migração do campo para a cidade, com um aumento da participação de jovens e mulheres na população economicamente ativa (PEA), e com disparidades regionais, e indica que o processo que impulsionou estes movimentos foi o de um crescimento econômico com progresso tecnológico associado.

Apesar de todas as cuidadosas considerações sobre as limitações das medidas de renda que utiliza em seu trabalho, especialmente na parte baseada nos dados do censo demográfico, conclui que o impacto destas considerações “sobre as medidas de desigualdade é bem menor do que possa parecer à primeira vista” (Langoni, 1973, p. 205). A única consideração relevante, de seu ponto de vista, é que a concentração de renda aumenta quando se passa de um predomínio econômico do setor rural para o setor urbano. “O índice de Gini passa de 44% no primário, para 49% no secundário e 57% no terciário” (*ibid.*, p. 205).

Em seu entendimento, a inclusão em seus dados das fontes do IR e da Lei dos 2/3 da CLT lhe parece favorecer a análise, na medida em que seria capaz de separar o rendimento do capital físico daquele do capital humano, ou seja, separar os salários da parcela dos lucros e juros. A informação cedular contida no IR permitiu-lhe identificar a origem dos rendimentos. A Lei dos 2/3 informa os salários dos trabalhadores regidos pela CLT. Em ambos os casos sua percepção é de que, pelo fato destes rendimentos estarem concentrados em setores urbanos, seus resultados mostram ainda maior concentração na renda. Por outro lado indica que “os dados do Imposto de Renda confirmaram que a remuneração do capital físico (juros, lucros e aluguéis) é bem mais desigualmente distribuída que a remuneração do capital humano (salários e ordenados); o índice de Gini assume o valor de 47% na distribuição dos salá-

rios, em contraste com 78% para a distribuição dos lucros” (*ibid.*, p. 206), porém não levanta qualquer questão sobre uma possível desigualdade na distribuição da riqueza, ou seja, da propriedade.¹⁴

Langoni então se propõe comparar a desigualdade entre os iguais como uma forma mais adequada de medir o problema no Brasil, ou seja, desigualdade entre mulheres, entre nordestinos, entre os mais pobres, entre os com menor escolaridade, entre agricultores, entre metalúrgicos etc. O mais interessante nesta parte do estudo é a conclusão que retira da observação de que, segundo os dados da Lei dos 2/3, a renda tende a ser mais bem distribuída nas indústrias tradicionais de baixos salários (alimentação, têxtil e construção civil) do que nas indústrias modernas de salários elevados (automobilística, mecânica e eletrônica). Sua conclusão da observação desses dados é que estão “sugerindo o pouco significado dos índices de concentração como indicadores de bem-estar” (*ibid.*, p. 206). Nas palavras do próprio autor:

[...] uma das lições mais importantes desta pesquisa é a de que existe um conjunto de forças trabalhando no sentido de aumentar o grau de desigualdade numa economia em que o nível de renda *per capita* é ainda relativamente baixo, mas as taxas de crescimento são extremamente altas. A identificação destas forças torna, porém, falaciosa a tentativa de atribuir a este aumento de concentração qualquer conotação de piora do ou redução do bem-estar. (*Ibid.*, p. 15)

A tese central perseguida pelo autor é que o aumento da desigualdade é consequência das profundas modificações que acompanharam o desenvolvimento econômico brasileiro entre 1960 e

¹⁴ Singer (1975) tem o cuidado de usar as próprias tabelas de Langoni (1973) para apresentar outra visão dos dados. Sua metodologia faz considerações sobre a história de formação econômica e social do Brasil e suas mudanças estruturais, incorporando dados sobre a estrutura de propriedade agrícola e industrial que são impressionantes no sentido da identificação de uma concentração importante da propriedade sobre a terra e sobre o capital industrial no Brasil.

1970. Tais modificações são fundamentalmente o progresso das forças produtivas da economia brasileira e um aumento da renda da população, em termos absolutos, o que não significaria diminuição do bem-estar. Para explicar, então, a piora na distribuição de renda, procura mostrar que grande parcela do aumento da concentração observada estaria intimamente ligada às mudanças qualitativas (nível de educação, idade, sexo) e alocativas (setorial e regional) da força de trabalho.

A conclusão do estudo de Langoni (1973) é a mesma de seu ponto de partida, com destaque para o fato de que a educação seria a variável, medida em termos do seu modelo, com maior impacto sobre o diferencial de remuneração dos indivíduos, seguida pela idade, que tal como no âmbito da teoria do capital humano é suposta como *proxy* de experiência, portanto também ativo de capital humano. Em seu livro conclui que, em fase de crescimento acelerado do processo de desenvolvimento econômico, há um aumento da desigualdade da distribuição de renda porque tal fase oferece possibilidade para exploração de ganhos extras na renda, tanto no mercado de capital humano como no mercado de capital físico. Segundo esta interpretação, o aumento da desigualdade é autocorrigível em longo prazo, na medida em que a renda *per capita* comece a se elevar e a taxa de crescimento alcance valor estável, bem como haja pleno emprego nos mercados dos fatores produtivos.

Finalmente, ficou colocada “cientificamente” para o público o que se tornou conhecida como a “teoria do bolo”,¹⁵ ou seja, a ideia de que é necessário que a riqueza cresça primeiro para que depois se possa dividi-la.

Em plena consonância com o raciocínio até agora apresentado, não será surpreendente para o leitor apreciar a última citação

¹⁵ Vale a referência a Serra (1975) em sua nota de rodapé nº 7, que dá nome aos maiores divulgadores da “teoria do bolo”, destacando, entre eles, Eugênio Gudim, Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen.

retirada do livro de Langoni, dada a atualidade que este tipo de declaração possui enquanto proferida por boa parte dos *policy makers* dos últimos 20 anos:

Uma das principais lições deste trabalho é mostrar que, no caso brasileiro, há necessidade de se apurar qual deva ser realmente a preocupação da sociedade: se a desigualdade da distribuição *per se* ou o fato de que ainda existe uma porção considerável da população recebendo renda monetária inferior àquilo que poderíamos chamar de mínimo do ponto de vista social. No primeiro caso o objetivo fundamental seria a igualdade da distribuição e, no segundo, a eliminação da pobreza. (Langoni, 1973, p. 213)

Como se ambas as coisas não pudessem ser alcançadas simultaneamente sob o risco de se cortar um bolo cru ou solá-lo.

IV. Os críticos: recuperando os argumentos histórico-estruturais

Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli organizaram em 1975 um livro com a contribuição dos vários autores que conjuntamente compuseram o que, nas palavras de Cardoso (1975), foi a “consciência crítica” sobre a situação brasileira do período. O livro *A controvérsia da distribuição de renda no Brasil* discute teórica e empiricamente a questão da distribuição de renda e sua relação com o desenvolvimento econômico. Os dados de referência são aqueles publicados pelo IBGE — os mesmos utilizados por Langoni (1973) —, porém os autores não tiveram acesso aos dados do IR tal como o contratado do Ministério da Fazenda. Esta postura de limitação de acesso aos dados foi amplamente denunciada. O autor do estudo foi duramente criticado, especialmente no sentido de que estaria impedindo a replicação dos seus resultados por outro pesquisador, o que os tornaria não passíveis de validação pela comunidade científica.¹⁶

¹⁶ Este debate aparece em Lopes (1975).

Os autores da referida coletânea produziram seus textos em espaços acadêmicos e políticos bastante diferentes. Foram professores da Unicamp, da UnB, da USP de Piracicaba, da UFRJ e da Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (Flacso), bem como pesquisadores do Ipea, da Finep, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e do Center of Latin American Studies em Cambridge que contribuíram para o livro. Poucos deles atuavam juntos academicamente e suas matrizes de pensamento variavam bastante. Todos, porém, não apenas identificaram que a piora da distribuição de renda no Brasil dos anos 1970 em relação à década de 1960 expressava o resultado de um determinado estilo de crescimento econômico que se baseava prioritariamente no consumo de minorias privilegiadas e no investimento em setores de mais altas rendas, como também discordavam de qualquer relação explicativa que se originasse nos diferenciais de oportunidades na educação para a piora na distribuição de renda, como propunha a leitura oficial. Neste caso, todos denunciaram fundamentalmente a correlação espúria entre a variável educação e a distribuição de renda, pois ambas são permeadas por uma terceira variável independente delas, constituída pela riqueza das famílias, que é a distribuição desigual anterior da propriedade. Do ponto de vista teórico os autores recolocavam a necessidade de uma análise mais estrutural para a avaliação da questão da distribuição de renda no Brasil.

Luiz Gonzaga Beluzzo (1975) traz para a cena o debate teórico sobre o confronto entre as teorias do valor e da distribuição clássicas e marxistas em contraste com o aparato analítico neoclássico. Beluzzo revela uma visão extremamente influenciada pelas controvérsias de Cambridge, na época recente, na qual Joan Robinson e Piero Sraffa ganham destaque especial. O autor conclui seu texto construindo as relações entre a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda. Explica que, do ponto de vista teórico, as análises da distribuição pessoal da renda se restringiram a aspectos estatísticos e descritivos, comumente acom-

panhados de hipóteses explicativas muito gerais que não configuram teorias coerentes. Já as análises de distribuição funcional da renda buscaram incorporar em sua base analítica a diversificação dos aparatos burocráticos das empresas e do Estado no estágio do capitalismo oligopólico para compreender os diferenciais salariais.¹⁷

Maria da Conceição Tavares (1975) apresenta uma interpretação da evolução do padrão de acumulação no Brasil¹⁸ com base no modelo kaleckiano de representação de setores econômicos e divisão do produto entre classes sociais. Tavares faz um esforço teórico que caracteriza como

[...] forçar a história para dentro de um ligeiro “esboço” do padrão clássico de acumulação e em mostrar posteriormente, que mesmo com um espartilho teórico similar, o modo de reprodução de uma economia subdesenvolvida é radicalmente diferente desde sua constituição. (p. 40)

Sua interpretação da distribuição se mantém na tradição estruturalista, porém o modelo de crescimento que orienta sua análise da relação entre desenvolvimento econômico e distribuição é do tipo que supõe que, mesmo no longo prazo, ao menos parte do investimento da economia é autônomo. O crescimento do investimento autônomo é determinado por progresso técnico e/ou fatores financeiros. É o aumento desse investimento autônomo que lidera a expansão da economia, o que o coloca na família dos modelos de crescimento liderados pela demanda. No entanto, o fato de nem todo investimento ser induzido, embora resolva o

¹⁷ Belluzzo (1975) cita o trabalho de Edward Nell, “Theories of income distribution” — publicado no *Journal of Economic Literature*, v. X, n. 2, jun. 1972 —, sobre as teorias da distribuição de renda para se referir ao debate teórico acerca do estudo de diferenciais salariais. Bacha (1975) recorre à sociologia para estabelecer um raciocínio semelhante.

¹⁸ Sobre a controvérsia do padrão de acumulação, ver Bielschowsky neste livro (p. 221-243).

problema da instabilidade fundamental¹⁹ existente em modelos do tipo Harrold-Domar,²⁰ não permite que a capacidade se ajuste

¹⁹ Baseando-nos em Serrano (1996), podemos dizer que Harrod pensa o crescimento econômico a partir de dois problemas propostos com base no conceito de taxa natural de crescimento e taxa garantida de crescimento. A taxa natural de crescimento foi concebida com sendo a taxa resultante da soma do crescimento da força de trabalho e do crescimento da produtividade do trabalho. A taxa garantida seria resultado da relação entre a taxa de poupança e a relação capital/produto. De outra forma:

$gn = n + a$, onde gn é a taxa natural de crescimento, n é o crescimento da força de trabalho e a o crescimento da produtividade do trabalho.

$gg = s/v$, onde gg é a taxa garantida de crescimento, s é a taxa de poupança, e v é a relação capital produto (K/Y).

Os dois problemas colocados por Harrod dizem respeito a como se chegar à taxa de crescimento sustentável (de *steady state*), mas são colocados da seguinte forma:

1) É a igualdade entre a taxa efetiva e a taxa natural que garante a absorção de todo o crescimento da mão de obra da economia no longo prazo.

2) É a relação entre a taxa efetiva e a taxa garantida que vai garantir a plena utilização das novas capacidades criadas pelo novo investimento (absorção da capacidade produtiva, do novo capital).

Harrod supõe que todo consumo é induzido pelo nível da renda e que todo investimento é induzido pela variação esperada da demanda. Desta forma, a poupança potencial é independente, pode ser diferente do nível de investimento e mostra que isto leva ao que ele chamou de instabilidade fundamental. Se o investimento for menor que a poupança potencial, o grau de utilização da capacidade cairá abaixo do seu nível normal. Esta subutilização provavelmente levará a uma revisão para baixo do nível de investimento, o que faz, via multiplicador, a demanda agregada cair na mesma proporção. Isto reduzirá ainda mais o grau de utilização da capacidade e gerará um processo cumulativo. O mesmo raciocínio serve para o caso oposto. Somente por uma coincidência será possível crescimento sustentável com plena utilização da capacidade.

²⁰ Roy Harrod publicou "An essay in Dynamic Theory" no *Economic Journal* de março de 1939. Este mesmo artigo foi revisado e ampliado, tendo sido publicado em 1949 em *Toward a Dynamic Economics*. Evsey Domar, em dezembro de 1948, escreveu o artigo "The problem of capital accumulation" na *American Economic Review*. Em março de 1947 também havia escrito nesta mesma revista o artigo "Expansion and Employment" no qual também apresentava uma interpretação semelhante para o processo de crescimento.

plenamente à demanda, pois pode tornar a taxa de crescimento efetiva permanentemente diferente da taxa garantida. Estes modelos foram desenvolvidos originalmente, e principalmente, por Kalecki e Steindl. Em Tavares (1975), a autora associa esta base analítica ao método histórico-estrutural de Furtado para realizar o seu trabalho de interpretação do caso brasileiro e ainda critica o uso e as implicações das análises distributivas baseadas no conceito de capital humano.

Paul Singer (1975) traz uma análise cuidadosa do fenômeno da piora na distribuição de renda, preocupando-se em manter os dados apresentados pelo estudo financiado pelo Ministério da Fazenda como referência. Singer remonta a história econômica brasileira desde 1930, destacando todo o impacto do desenvolvimento econômico sobre os setores primário, secundário e terciário, tanto do ponto de vista do aumento da produtividade com base em mudanças nas forças produtivas, como também das alterações nas relações sociais de produção decorrentes, especialmente quanto à estrutura proprietária de cada setor. Com base nesta análise encontra na sucessão de decisões políticas na história do desenvolvimento brasileiro a causa da enorme desigualdade existente no país. E ainda alerta ao leitor que:

[...] a repartição da renda não se dá a frio, movida unicamente por mecanismos "econômicos". Ela se dá no contexto de um sistema de dominação, que dita os parâmetros que determinam de um lado a repartição do produto entre necessário e excedente (política salarial, sindical, previdenciários, etc.) e do outro o modelo de apropriação do excedente (política fiscal, de crédito, de preços, etc.). (Singer, 1975, p. 76)

Esse alerta sobre a importância da análise política associada ao estudo histórico que apresenta vai formar a base para a crítica à explicação oficial do problema da piora da distribuição de renda no Brasil entre 1960-1970. De forma simples, Singer lembra que a correlação entre nível de escolaridade e remuneração era tão

boa em 1960 como em 1970, o que transforma a explicação da variação na distribuição com base na educação uma falácia em princípio e afirma que uma estrutura tributária regressiva e que isenta os lucros de impostos, associada a uma política de contenção salarial, explica muito melhor a diferença de resultados entre 1960 e 1970. Do ponto de vista do diferencial entre salários de alta e baixa qualificação, Singer o associa à seleção social do sistema escolar que coloca os indivíduos que vêm de famílias de classes mais abastadas em níveis de formação profissional de mais alta qualificação. Desta forma, o padrão social que orienta a determinação salarial nos setores de qualificação mais elevada reflete os níveis habituais que estas classes consideram como padrão de vida minimamente digno.

O artigo de Edmar Bacha (1975) entra nesta polêmica trazendo outra visão, que pode ser considerada complementar à apresentada em Singer (1975). De seu ponto de vista, é a hierarquia no interior da empresa que define a matriz salarial. Bacha considera que executivos e burocratas sejam parte do que chama classe dirigente, juntamente com os proprietários. Esta classe se diferencia da classe dirigida, formada por trabalhadores e funcionários, independentemente de sua qualificação. O apelo à sociologia americana para explicar a construção das noções sob as quais trabalha é uma forma muito engenhosa de construir a base para sua explicação social da determinação do leque salarial em uma sociedade industrial. Sua pesquisa é uma incursão rara dos economistas na seara dos sociólogos para explicar fenômenos tradicionalmente reivindicados pela ciência econômica. De seu ponto de vista, a remuneração da classe dirigente fica associada à participação dos lucros na renda, o que cria uma cooperação “classista” entre executivos e proprietários. Os burocratas supostamente teriam seus rendimentos associados a esta parcela na distribuição funcional da renda por serem parte dos trabalhadores improdutivos, portanto, aqueles que vivem do excedente, que em sua pri-

meira instância é o lucro. Bacha (1975, p. 128-129) afirma que, para seus propósitos:

[...] basta salientar que, na empresa capitalista, a autoridade delegada encontra seu fundamento último na propriedade privada; assim, a burocracia industrial, que exerce autoridade delegada é por virtude de sua posição, parte da classe dirigente, no sentido de que é de seu interesse de classe a manutenção do *status quo* pela conservação das relações de autoridade existentes.

Assim, conclui que a teoria proposta por estes novos desenvolvimentos estabelece que as forças determinantes da relação entre a remuneração gerencial e os salários dos trabalhadores são as mesmas que explicam a repartição da renda entre capitalistas e assalariados nos modelos tradicionais. Deste modo, dentro de uma perspectiva de análise clássica, admite que a variável-chave da determinação da distribuição de renda seja a taxa de exploração, definida como a relação entre lucros e salários da classe dirigida, ou seja, a remuneração dos gerentes vai disputar a parcela do sobre-trabalho juntamente com os lucros. Finalmente, Bacha explica que a relação entre a remuneração dos gerentes e os salários dos trabalhadores tem a ver com a razão entre lucros e salários existente na economia, pois quanto maior esta relação maior será o espaço para uma remuneração mais dilatada entre estes dois grupos de assalariados. Apesar disso, para Bacha a qualificação limita-se apenas a definir socialmente quem será ou não aceito para exercer determinadas funções no sistema, porém não determina seus salários relativos.

Rodolfo Hoffmann (1975), cuja pesquisa é fundamental na construção desta controvérsia no Brasil, escreve um texto na coletânea de Tolipan e Tinelli que tem um duplo mérito: critica o trabalho de Langoni, identificando sua matriz analítica e mostrando seus problemas metodológicos²¹ e, ao mesmo tempo, apre-

²¹ Vale destacar que Hoffmann aponta para uma mesma questão que Langoni e Simonsen, qual seja, os dados da distribuição de renda serem baseados

senta uma interpretação diversa da relação entre o crescimento e distribuição de renda efetivamente ocorridos no Brasil. Na linha que já vinha imprimindo aos seus trabalhos sobre o tema, Hoffmann (1975) demonstra, a partir de seus estudos realizados em parceria com João Carlos Duarte, que metade da população brasileira não foi atingida pelos benefícios do crescimento econômico em termos monetários, e outros 30% da população obtiveram benefícios apenas marginais. Isto colocaria 80% da população de fora da grande melhoria de “bem-estar” produzida pelo crescimento no modelo concentrador vigente. Concretamente, traz os dados sobre um crescimento dos salários muito inferior ao da produtividade e destaca a tendência de uso de tecnologia capital-intensiva como um limite importante para a absorção da mão de obra em um país que já tem um excedente estrutural nesta área. Finalmente, Hoffmann vai à raiz do problema da distribuição no Brasil identificando-o com a posse da terra e afirma que

[...] as distribuições da renda e da riqueza em um país parecem ter características bastante estáveis, isto é, na ausência de revoluções sociais os índices de concentração só se modificam pouco e lentamente. (*Ibid.*, p. 112)

Conclui, então, com a percepção de que essa estabilidade mostra que intenções de alterar este padrão distributivo da renda não serão facilmente executadas, seja por razões econômicas, seja por razões socio-políticas. Sob esta percepção afirma que as relações mais importantes entre distribuição de renda e crescimento econômico são: (i) o padrão de distribuição condiciona a estrutura da pauta de importações e a estrutura produtiva por meio da

fundamentalmente em rendas do trabalho, na medida em que são de fontes sobre renda pessoal. Porém, Hoffmann dá outro sentido para o escamoteamento que este tipo de dado pode trazer. Afirma que boa parte da concentração da renda fica encoberta pela ausência de referência à parcela dos lucros, exceto pela pequena parte que pode vir a compor os salários de alguns altos executivos.

extensão de mercados para bens específicos; (ii) o grau de concentração de renda está, em uma economia capitalista, relacionada à capacidade de poupar e investir. Juntando ambas as noções, observa que a concentração de renda no Brasil facilitou o tipo de crescimento rápido ocorrido entre 1967-1973, garantindo mercados em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, inclusive a partir de investimento estatal para estabelecimento de infraestrutura específica para este tipo de mercado, que utiliza tecnologia importada e é controlado por capital estrangeiro. Com base neste raciocínio, o autor evoca as palavras de Joan Robinson: "a tarefa da geração hoje em revolta é reafirmar a autoridade da moralidade sobre a tecnologia; a missão dos cientistas sociais é auxiliá-la a ver quão necessária e difícil essa tarefa vai ser" (Robinson, 1971 *apud* Hoffmann, 1975, p. 120).

Na linha das críticas metodológicas mais mordazes à interpretação oficial do fenômeno distributivo do modelo de desenvolvimento da ditadura, Albert Fishlow contribui afirmando que a especificação do modelo apresentado por Langoni (1973), em termos econométricos, traz consigo o problema de que "se muito da desigualdade é explicada pela educação, também muito pouco o é, na medida em que a idade e a educação juntas não correspondiam a um terço da variação nas rendas individuais" (Fishlow, 1975, p. 181). Fishlow (1975) ainda destaca que aceitar a relação entre as variâncias especificadas no modelo de regressão apresentado por Langoni "e a conclusão de que a desigualdade é influenciada diretamente pela taxa de retorno e pelo número de anos de escolaridade é em parte um ato de fé" (*ibid.*, p. 182). Malan e Wells (1975) fazem um escrutínio detalhado do trabalho de Langoni, criticando-o metodologicamente, capítulo a capítulo, e o desconstruindo enquanto uma análise científica séria. Porém, o trabalho de Fishlow (1975) e o de Wells (1975) vão além da crítica metodológica, pois ambos apresentam novas formas estatísticas de tratar o problema da distribuição de renda no Brasil. Vale, porém, destacar que em ambos os casos a matriz analítica marginalista tem

um peso importante, a despeito da forte crítica à teoria do capital humano e ao vício perpetrado pelos defensores da interpretação oficial de se aplicar a teoria pura às análises de situações concretas.

Serra (1975, p. 263) agrega a última pitada de articulação entre teoria econômica e política no campo da economia abrindo seu artigo com a seguinte afirmação:

Se os teoremas da Geometria contrariassem os interesses dos homens, surgiriam legiões de matemáticos para refutá-los. Posto que a reconcentração da distribuição da renda pessoal no Brasil durante os anos sessenta não é tão inofensiva para os setores sociais como as verdades dos teoremas da geometria, surgiram não legiões, mas pelo menos um grande número de economistas para tentar ao menos relativizar seu significado.

O autor parte da hipótese de que o movimento perpetrado pelo Ministério da Fazenda em contratar um trabalho para justificar os resultados do Censo 1970 faz parte de um retorno à teoria econômica apologética, cuja essência consiste em racionalizar todas as dimensões do sistema que defende, bem como suas expressões históricas. Sua crítica é violenta no que se refere ao uso dos critérios paretianos da economia do bem-estar para avaliação do significado econômico da piora da distribuição no país. Afirma que se estabelece um abandono da noção relativa de pobreza na análise da situação interna no país, enquanto o mesmo grupo de especialistas governistas alerta sistematicamente sobre o perigo de se crescer a taxas inferiores às das economias desenvolvidas, dado que isto poderia conduzir o país a uma situação de pobreza relativa deplorável. Serra (1975) também desmonta o argumento à Solow²² de que

²² Os modelos neoclássicos de crescimento iniciam seu desenvolvimento com Solow tentando responder o primeiro problema de Harrod. Supõem que a taxa natural é a que determina a taxa efetiva por meio do mecanismo de substituição de fatores, por intermédio do qual sempre será possível combinar qualquer quantidade de trabalho com um dado estoque de capital. O segundo problema de Harrod não foi uma questão para Solow porque

a concentração de renda privilegia o crescimento do produto em termos do seu nível, na medida em que aumenta a taxa de poupança da economia, e afirma, a partir de uma perspectiva keynesiana clássica, que em economias capitalistas não se investe porque existem poupanças previamente disponíveis, e sim de acordo com a rentabilidade *vis-à-vis* o custo de obter recursos financeiros.²³

Apesar de seu apelo crítico altamente teórico, Serra coloca a questão da relação entre distribuição de renda e desenvolvimento no Brasil em termos muito claros. Em uma economia como a nossa, em que a maior parte do investimento naquele período foi realizada pelo Estado e onde parcela importante do investimento privado é feita pelas grandes empresas estrangeiras, a poupança privada nacional tem relativamente pouco significado e menos ainda a poupança pessoal. Apesar disso, em uma economia de renda concentrada como a brasileira a poupança potencial é muito elevada e se boa parte dela não fosse dissipada em consumo suntuário isso acarretaria problemas de realização importantes a curto-prazo, colocando o dilema investimento-consumo em um nível de importância irrisório.²⁴

seu modelo simplesmente supõe que a poupança vai acabar determinando o investimento implicitamente, via mecanismo da flexibilidade da taxa de juros, de acordo com a teoria dos fundos emprestáveis. Sendo assim, não apareceria o problema do uso da capacidade no longo prazo.

O que o modelo de Solow faz é mostrar que a taxa garantida se ajusta à taxa natural devido aos efeitos dos rendimentos marginais decrescentes sobre a relação capital-produto (K/Y).

A implicação da solução de Solow é que a taxa de poupança não terá efeito permanente sobre a taxa de crescimento sustentável. Esta teoria é, então, chamada de crescimento exógeno, pois a taxa de crescimento não depende da taxa de poupança, dependendo apenas da taxa de crescimento da força de trabalho (n) e da produtividade do trabalho (a).

²³ Importante debate sobre esta questão no Brasil está em Tavares e Serra ([1971] 1973) e no livro de Tavares (1972).

²⁴ Serra trabalha de forma muito articulada com o modelo de crescimento de Joan Robinson no qual, como se supõe que no longo prazo a economia tem

Finalmente, para desconstruir o argumento apresentado pelo governo de que a piora na distribuição teria relação com a baixa qualificação do trabalhador brasileiro, gerando um desequilíbrio no mercado de trabalho que privilegia os mais qualificados sob a nova matriz tecnológica, Serra utiliza-se de dados sobre a educação no Brasil, extraídos dos anuários estatísticos do IBGE, e sobre a variação na remuneração dos cargos de nível superior, obtidos em pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O autor apresenta de forma simples o argumento de fundo presente em todas as críticas ao trabalho de Langoni (1973): “com frequência se confunde correlação com causalidade, descobrindo-se assim ‘explicações’ pseudo científicas” (Serra, 1975, p. 273).

Pode-se notar que a variedade de abordagens e explicações para a questão da distribuição de renda apresentadas sob o título *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento* é muito grande. O único elemento que todos os trabalhos apresentados tinham em comum era a necessidade crítica em relação à nova roupagem que se punha na teoria marginalista da distribuição e sua utilização para a explicação do fenômeno brasileiro concreto vivenciado na década transcorrida entre 1960 e 1970.

O trabalho de Tolipan e Tinelli (1975) em organizar uma publicação com a principal produção crítica sobre a questão da distribuição de renda no Brasil no início dos anos 1970 foi inestimá-

uma restrição de oferta, o investimento determina a poupança por meio de variações na distribuição, através do mecanismo de poupança forçada que faz com que, diante de um excesso de demanda agregada, os preços subam mais que os salários nominais e a renda se redistribua a favor de classe capitalista que, por hipótese, poupa relativamente mais. Nesta teoria o investimento é autônomo e a taxa garantida se ajusta à taxa efetiva por meio deste mecanismo de poupança, gerando sempre a taxa de poupança necessária para garantir a plena utilização da capacidade. Tal modelo é muito importante dentro da tradição pós-keynesiana de modelos de crescimento, porém não são propriamente modelos liderados pela demanda, na medida em que se supõe que se continua com restrição de oferta mesmo diante de aumentos na capacidade.

vel e teve o impacto de reforçar o debate sobre o problema. Ao mesmo tempo, colocou em evidência a variedade de interpretações ortodoxas e críticas sobre a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição, alçando a discussão do tema a um novo patamar do ponto de vista científico. Deu-se voz à controvérsia, à ironia e à crítica na busca de se reconstruir um ambiente rico de debate que evidenciava a inseparabilidade entre a economia e a política. Há, porém, que se reconhecer que a crítica à visão oficial teve maior escuta no meio acadêmico. O debate público foi cuidadosamente recortado pela leitura política organizada pela ditadura civil-militar.

V. Considerações finais

Este texto teve como objetivo recuperar a importância e a ampliação das visões teóricas que combateram na arena da interpretação sobre a distribuição de renda no país e sua relação com o desenvolvimento econômico.

O pensamento oficial buscou construir uma formulação cientificamente qualificada para dar conta de explicar o potencial positivo das altas taxas de crescimento associadas a uma piora importante na distribuição de renda. Naquele período se construiu a porta de entrada da teoria do capital humano nas discussões sobre distribuição no Brasil. Desde então, o arsenal teórico em torno do tema está marcado não apenas pela teoria marginalista, mas principalmente pela versão que enxerga trabalhadores como proprietários de capital humano.²⁵

A partir desse período criou-se uma persistente crítica que busca desnudar a interpretação com base na teoria do capital

²⁵ Infelizmente a lógica por trás da teoria do capital humano tem se espalhado nas ciências sociais, dando origem inclusive a fórmulas derivadas de interpretação da inserção social de cada indivíduo como parte de mais uma "propriedade" que recebe ao nascer: o "capital social".

humano para justificar a má distribuição no país, bem como para orientar políticas públicas. Tal crítica objetiva evidenciar seja a falácia de princípio da teoria supracitada, seja sua fragilidade teórica. Nos anos 1970 vários estudiosos se organizaram para debater o tema da distribuição e apresentaram inúmeras alternativas interpretativas de perfil crítico, tais como as marxistas e kaleckianas, mas também algumas que permaneciam sob a orientação da teoria da distribuição marginalista. Temos a hipótese de que todos aqueles autores que se uniram sob o mesmo título crítico em 1975 conviviam em torno da luta contra a ditadura vigente, porém suas diferenças teóricas eram tão grandes que, sob uma nova conjuntura política, estiveram em campos diferentes na controvérsia sobre a distribuição.

Finalmente, vale destacar que a controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil e sua relação com o desenvolvimento econômico é uma questão perene em nosso país.²⁶ Mesmo quando todas as atenções estiveram voltadas a expressões de fenômenos macroeconômicos sob a atmosfera de crise foi impossível negar a essencialidade do debate distributivo e a necessidade de sua solução prática. Sendo assim, não se poderá deixar de levar em conta o jogo de interesses atrás de cada teoria no que tange à construção das políticas públicas distributivas, algo que ficava bem mais aparente no tempo da ditadura civil-militar.

²⁶ Podemos utilizar os trabalhos de Hoffmann após 1975 como fio condutor para acompanhar a perenidade da controvérsia da distribuição de renda no país.

Crescimento, distribuição de renda e progresso técnico: a controvérsia sobre os padrões de acumulação

Pablo Bielschowsky

I. Introdução

O crescimento é problema central da reflexão econômica desde seu nascimento. O pensamento econômico surge da necessidade de compreender a dinâmica de crescimento das atividades produtivas, para propor políticas de estímulo à expansão da riqueza. Ao longo dos séculos, este problema mantém sua centralidade na história do pensamento econômico.

No Brasil, a preocupação com as políticas de estímulo ao crescimento ganha força com o processo de industrialização e reforma do Estado que se inicia na década de 1930. No entanto, os argumentos em defesa das políticas de industrialização se baseavam em um frágil arsenal analítico, incapaz de explicar a dinâmica da economia brasileira. Esta fragilidade fortalecia os economistas liberais, munidos de uma teoria que atribuía a expansão do produto à eficiência alocativa promovida pela liberdade de funcionamento do mecanismo de mercado.

Coube à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) formular um instrumental analítico capaz de explicar a dinâmica das economias periféricas, legitimando os argumentos em defesa das políticas de industrialização. No Brasil, a Cepal promove uma intensa militância em defesa do projeto industrial durante a década de 1950. Entretanto, no final desta década, o otimismo inicial da Cepal dá lugar a uma decepção

quanto aos resultados da industrialização, que aumentou as desigualdades sociais. Celso Furtado inicia um esforço de revisão da análise do desenvolvimento periférico que ajudou a formular na Cepal, abrindo a controvérsia sobre o padrão de acumulação da economia brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Este conceito de padrão de acumulação se refere à relação entre o crescimento, a distribuição de renda e o progresso técnico.

O presente artigo busca recuperar as contribuições de Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro para a controvérsia do padrão de acumulação da economia brasileira nos anos de 1960 e 1970. Outros autores também contribuíram na análise da relação entre crescimento, distribuição de renda e progresso técnico (F. Oliveira, 1972; Singer, 1973; Malan e Bonelli, 1976), mas não organizam seu pensamento a partir da tradição da Cepal e, por isso, não são abordados neste artigo.

A controvérsia sobre o padrão de acumulação se desenrola em duas fases. A primeira é resgatada na seção II por meio do debate sobre o problema da estagnação nos anos 1960, destacando as contribuições de Furtado, Tavares, Lessa e Castro. A seção III apresenta uma análise simplificada do que se entende como a transição entre os debates da desaceleração e das fontes internas de crescimento, realizada por meio do trabalho de Tavares e Serra, já bastante discutido em Salm (p. 163-190 deste volume). Na seção IV se aborda, finalmente, a segunda fase da controvérsia por meio da discussão sobre a questão das fontes internas de crescimento no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) à luz das contribuições de Tavares, Lessa e Castro e Souza.

II. O problema da desaceleração

No início da década de 1950, a Cepal se destaca por sua contribuição à teoria do desenvolvimento, ao colocar como objeto a industrialização a partir da condição periférica — que ocorria de fato em diversos países da América Latina. Para a Cepal, a condi-

ção periférica de produtor de bens primários implicava um modelo de crescimento para fora, em que a dinâmica da economia era governada pela variável exportação (exógena). A industrialização superaria este passado ao impor um modelo de crescimento para dentro, cuja dinâmica é governada por decisões internas.

A Cepal atribui a transição entre os dois modelos ao estrangulamento externo na década de 1930. No entanto, esta transição não é garantida. A industrialização deveria partir do modelo exportador, cuja estrutura produtiva, especializada em bens primários e com baixa produtividade em todos os setores, exceto o exportador, gera escassez de divisas e de poupança como condições de partida. Por outro lado, a industrialização periférica se realiza com importação de tecnologia intensiva em capital, o que exige elevados requisitos de divisas e investimentos. Esta contradição justificaria o planejamento e a ação do Estado em viabilizar a implantação da indústria pesada, capaz de criar tecnologias adequadas às economias latino-americanas.

A partir de meados dos anos 1950 o processo de industrialização na América Latina começa a apresentar dificuldades. A inflação crescente da segunda metade da década obriga a Cepal a responder às propostas de políticas de estabilização em diversos países, resultando na teoria estruturalista da inflação. A desaceleração em vários países da região no início dos anos 1960 agrava ainda mais a conjuntura, levando a Cepal a formular as teses dos limites estruturais ao crescimento e das reformas necessárias para desobstruir a expansão.

Na década de 1960, enquanto a maioria dos autores da Cepal estava ocupada nas controvérsias acerca da inflação e dos limites estruturais ao crescimento, os economistas da “Cepal do Brasil” precisavam explicar o sucesso da industrialização no país.

Além de explicar o êxito da industrialização brasileira nos anos 1950, contornando as teses cepalinas sobre os limites estruturais ao avanço da industrialização, os economistas da Cepal

do Brasil também precisavam explicar as raízes estruturais da desaceleração do crescimento da economia nacional entre 1963 e 1967, para refutar a tese dos economistas conservadores que atribuíam a desaceleração a problemas conjunturais de inflação de demanda.

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que é posto em prática a partir de 1964, pode ser tomado como referência do pensamento econômico conservador na primeira metade dos anos 1960. A crise é atribuída à inflação de demanda, cujo controle orienta tanto as políticas de arrocho dos salários, como as reformas estruturais para solucionar o suposto problema da poupança. Ao afirmar que o controle da inflação é necessário para o desenvolvimento, o PAEG se apropria e esvazia de sentido o termo desenvolvimento, colocado como mera justificativa para políticas de saneamento do sistema de preços que resultariam “naturalmente” no crescimento.

O desafio de explicar simultaneamente o sucesso e a desaceleração da industrialização resultará num pensamento original entre os cepalinos do Brasil: Celso Furtado, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro. Lessa (1981, p. 167) nos conta:

O traço que mais chamava atenção, tanto a Maria quanto a mim, era o invulgar dinamismo da economia brasileira, ou seja, os chamados obstáculos à industrialização (que era o grande tema que o pessoal da Cepal estava enfrentando na entrada dos anos 1960) nos parecia dizer muito pouco em relação ao caso brasileiro. [...] Então, nós, ainda que usando o paradigma da Cepal, que é o que está por trás do trabalho da Maria e, de certa maneira inspira também o meu, estávamos bem mais preocupados em captar outras dimensões que explicariam porque o Brasil tinha uma trajetória distinta daquela implícita dentro do grande paradigma cepalino.

Para explicar o sucesso da industrialização no Brasil, os referidos autores analisam as origens desta industrialização, destacando

as etapas de Colônia de Exploração, Modelo Primário Exportador (MPE), Modelo de Substituição de Importações (MSI), e segunda fase do MSI marcada pela industrialização pesada e ampliação do papel do Estado. No entanto, divergem quanto ao significado desta última etapa e da desaceleração dos anos 1960.

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Furtado (1961a) argumenta que, na periferia, a concentração de renda resulta em uma estrutura de demanda concentrada e diferenciada, que orienta o progresso técnico para a adoção de técnicas do centro, resultando em uma estrutura de oferta intensiva em capital com altas escalas técnicas de produção. As elevadas escalas técnicas se chocam com as limitações do mercado, resultando na subutilização da capacidade, que restringe a lucratividade das empresas, desestimulando os investimentos e provocando a desaceleração da economia. Ademais, a alta intensidade em capital aumenta concentração de renda, reforçando aquela estrutura de demanda concentrada e diversificada. Em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Furtado (1966) adota o argumento de Tavares ([1963] 1972), defendendo que o aumento da relação capital/produto resulta em retornos macroeconômicos decrescentes.¹

Em “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”, Tavares ([1963] 1972) afirma que, na segunda fase do MSI, o aumento da relação capital/produto promove a concentração da renda, que se combina com a quase eliminação de setores ainda não ocupados por produtores nacionais (candidatos à substituição), resultando no baixo crescimento da demanda por produtos industriais. Ademais, afirma que os poucos setores onde a substituição ainda seria possível possuíam alta relação capital/produto, resultando em rendimentos macroeconômicos decrescentes. Tavares também concluía que a tendência à estagnação era estrutural, exigindo a mudança do modelo de desenvolvimento.

¹ Para uma análise cuidadosa de Furtado ver o texto de Borja (p. 77-122 deste volume); e sobre a estagnação ver Salm (p. 163-190 deste volume).

Em *Quinze anos de política econômica*, Lessa ([1964] 1975) nega que, na segunda fase do MSI, o baixo crescimento da demanda por produtos industriais resulte na tendência à estagnação. Lessa argumenta que nesta fase coube ao Estado determinar o nível dos investimentos,² e atribui a desaceleração ao deslocamento da prioridade da política econômica para o controle da inflação.

Nos ensaios “Uma tentativa de interpretação do modelo histórico latino-americano” ([1967] 1969a) e “Agricultura, emprego e desequilíbrios regionais no ‘modelo brasileiro’” ([1967] 1969b), Castro nega a tese do baixo crescimento da demanda industrial na segunda fase do MSI. Para ele, os efeitos adversos do aumento da concentração de renda e da eliminação de setores candidatos a substituição sobre a demanda industrial são compensados pelos efeitos positivos do aumento dos gastos públicos, da expansão da demanda das regiões fora do eixo RJ-SP, e do crescimento da demanda entre as empresas industriais. Castro também afirma que a complementação industrial, a modernização dos setores tradicionais (especialmente a agricultura) e a expansão das empresas do Rio de Janeiro e de São Paulo para fora de sua região em busca de matérias-primas e mercados tendem a eliminar a dualidade e a heterogeneidade estrutural.

Desse modo, a primeira etapa da controvérsia sobre o padrão de acumulação da economia brasileira se articula em torno do problema da desaceleração da industrialização no início da dé-

² Para Lessa (1964), após as profundas mudanças institucionais do segundo governo de Vargas, o Plano de Metas buscava apenas ampliar a participação do Estado na economia por meio da adaptação dos instrumentos desenvolvimentistas existentes e de um sistema improvisado de coordenação central via BNDE e Sumoc, sem realizar uma reforma do Estado. No entanto, o Plano termina resultando na mudança qualitativa do papel do setor público na dinâmica econômica, que se torna o principal determinante do volume e “alocação” do investimento — diretamente via investimento público ou por meio da influência no investimento privado.

cada de 1960. Ante a tese de Tavares ([1963] 1972) de que a baixa demanda por produtos industriais limita o crescimento, Lessa ([1964] 1975) afirma que a baixa demanda na indústria não limita o crescimento liderado pelo Estado, e Castro ([1967] 1969a e [1967] 1969b) nega a ocorrência de baixa demanda industrial. Além disto, Tavares ([1963] 1972) e Furtado (1966) defendem a tese de rendimentos macroeconômicos decrescentes.

III. O surgimento do problema do padrão de acumulação

Na segunda metade da década de 1960, a Cepal realiza um esforço de revisão do seu arsenal analítico, em resposta às mudanças nas condições econômicas e políticas que ocorriam na América Latina. As tentativas de implantar as reformas estruturais defendidas pela Cepal não se concretizam na primeira metade dos anos 1960, e são ignoradas pelos governos militares que se espalham pelo continente a partir da segunda metade da década. No Brasil, onde os cepalinos afirmavam o sucesso da industrialização nacional e buscavam influir nas reformas do presidente João Goulart por meio do debate sobre a desaceleração, o golpe civil-militar elimina pela raiz a discussão sobre o rumo das “reformas”, desfazendo as esperanças quanto a um modelo de desenvolvimento mais equitativo de Furtado (1961a) e Tavares ([1963] 1972), ou mais autônomo e liderado por políticas de complementação e políticas horizontais de Lessa ([1964] 1975). Ante estas condições adversas, a Cepal promove uma revisão de sua base analítica, que resultará em dois textos com grande influência no pensamento social brasileiro: (i) o livro de Cardoso e Faletto (1970), que destaca a importância da análise dos fatores políticos para a compreensão da realidade latino-americana;³ e (ii) o texto de Tavares

³ Florestan Fernandes criticou o Iseb-PCB por analisar apenas a dominação externa, ignorando o problema da especificidade da luta de classes no Brasil. O livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desen-*

e Serra ([1971] 1973), que analisa a dinâmica interna da economia brasileira.

Na segunda metade dos anos 1960, parte da esquerda brasileira alimentava esperanças quanto a um “colapso” do governo militar, que não fez as “reformas de base”. Estas esperanças são desfeitas pela retomada do crescimento no “milagre” de Delfim e pelo Ato Institucional nº 5.⁴ Em 1967, a mudança de governo abre espaço para uma “retirada honrosa” da política econômica de Castello Branco. O grupo de Delfim, que chega ao poder com Costa e Silva em 1967, adota uma postura pragmática na defesa do crescimento econômico, criticando a política anti-inflacionária do PAEG por ignorar a inflação de custos, que tornaria ineficaz a política monetária do plano. A partir deste diagnóstico, Delfim adota uma política monetária e fiscal expansionista, abrindo um inesperado período de crescimento econômico habilmente batizado como “milagre econômico”.

Ainda no início deste período de expansão, Maria da Conceição Tavares e José Serra substituem o problema da desaceleração pelo problema do padrão de acumulação da economia brasileira, com o texto “Além da estagnação”. Tavares e Serra ([1971] 1973) enfrentam um triplo desafio: negar a tese de colapso do regime adotada por setores da esquerda, negar o discurso governista que atribui a recuperação à política de Delfim, e rever criticamente as teses da Cepal para criar uma proposta de desenvolvimento adequada à realidade brasileira.

volvimento na América Latina, parte deste problema e propõe um método semelhante ao de Florestan, enfatizando a interdependência entre as relações econômicas e as relações políticas, internas e externas. Para Cardoso e Faletto (1970), o desenvolvimento depende das relações econômicas externas, que são viabilizadas pelas relações políticas. Para uma análise do método de Florestan, ver Castelo neste volume (p. 289-325). Para uma análise da crítica de Cardoso ao PCB ver Rocha neste volume (p. 245-288).

⁴ Para uma análise do AI-5 ver texto de Gomes e Lena Júnior (p. 123-161 deste volume).

Tavares e Serra negam a existência de retornos macroeconômicos decrescentes, e atribuem os problemas de demanda nos anos 1960 à inadequação entre a estrutura de demanda herdada pelo MSI e a estrutura de oferta criada pelo Plano de Metas. Em seguida, afirmam que as reformas e a concentração de renda no PAEG resultaram na constituição de um novo padrão de acumulação, que promove a retomada do crescimento por meio de estímulos à demanda, adequando a estrutura de demanda à estrutura de oferta. Deste modo, o PAEG, ao invés de um período de estagnação, marca a transição para o padrão de acumulação do “milagre” de Delfim, em que a economia se torna capaz de gerar endogenamente suas fontes de expansão (Salm, p. 163-190 deste volume).

Ao limitar a modernização dos setores tradicionais e da agricultura, este novo padrão de acumulação agrava a heterogeneidade estrutural, acirrando as desigualdades sociais. No entanto, para Tavares e Serra ([1971] 1973) este aumento das desigualdades, ao invés de limitar o dinamismo econômico, como afirmava Furtado (1961a e 1966) e Tavares ([1963] 1972), é funcional ao crescimento por ampliar a demanda pelos bens de consumo duráveis produzidos pelas multinacionais.

A Cepal enfatizava os fatores econômicos externos como determinantes do processo de industrialização. Cardoso e Faletto (1970) destacam a importância dos fatores políticos para a análise do desenvolvimento, e afirmam que ele exige a abertura do mercado para as multinacionais. Tavares e Serra ([1971] 1973) destacam a importância dos fatores econômicos internos, argumentando que o PAEG resultou no surgimento do novo padrão de acumulação do “milagre”, que cria as condições econômicas internas onde se engancham as multinacionais. Nesta análise, o padrão de acumulação interno confere à nação certo grau de autonomia econômica, necessária para viabilizar um projeto nacional de desenvolvimento. Deste modo, Tavares e Serra fecham a controvérsia sobre o problema da desaceleração, e abrem a controvérsia sobre as fontes internas de dinamismo da economia

brasileira, realizando a transição entre as duas fases da controvérsia sobre o padrão de acumulação.

Tavares e Serra destacam os traços gerais deste novo padrão de acumulação: a indústria pesada elimina os problemas de produção do excedente, a realização ocorre por meio dos efeitos dinâmicos dos gastos em investimento das multinacionais e do Estado, e está sujeita a movimentos cíclicos de sobreacumulação. No entanto, duas questões são deixadas em aberto por Tavares e Serra: as condições históricas que permitiram o surgimento deste novo padrão de acumulação; e a operação específica dos efeitos dinâmicos do investimento neste novo padrão. Estas duas questões irão orientar o esforço inicial do Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

IV. O debate sobre o II PND

Os textos de Cardoso e Faletto (1970) e de Tavares e Serra ([1971] 1973) são produzidos na Cepal do Chile. No entanto, o golpe militar naquele país em 1973 e a criação do Departamento de Economia na Unicamp⁵ mudam o polo de atração dos economistas de esquerda na década de 1970.

A Unicamp apresentou-se como escola de pensamento capaz de contestar a todos os níveis as propostas oriundas da FGV, tornando-se o centro de uma elite intelectual alternativa. O cerne do debate teórico *hard* [...] gira em torno da aplicabilidade do modelo de equilíbrio geral tal como formulado por Kenneth Arrow e Gérard Debreu no início dos anos 50 [...]. A postura da Unicamp consistiu na busca de um paradigma alternativo,

⁵ O Departamento de Economia e Planejamento Econômico (Depe) é criado em 1968, dentro do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Inicia as atividades de ensino de economia em nível de graduação em 1970, de mestrado em 1974 e de doutorado em 1977. Por fim, o Instituto de Economia (IE) é criado em 1984.

fruto de um *mélange* entre o keynesianismo, a economia do desenvolvimento e as diversas correntes de crítica da economia política. Mas o centro dos esforços jamais foi este debate estratosférico e sim o nível [...] de aplicação dos mais variados elementos teóricos à história para forjar uma nova análise dos rumos do desenvolvimento brasileiro. Apresentar um caminho para o Brasil em meio à crise era o objetivo central dos campineiros; daí sua escolha pela pesquisa na macroeconomia e na economia política, bem como sua forte ligação com os partidos de oposição. (Lessa e Earp, 2004, p. 9-10)

A produção de Campinas pode ser dividida em duas safras. Na primeira se destacam, além da tese teórica de Belluzzo (1975),⁶ as teses complementares entre si de Mello (1975) e Tavares (1974), que buscam responder às questões deixadas em aberto por Tavares e Serra ([1971] 1973). Mello (1975) analisa as condições históricas que resultaram no padrão de acumulação dos anos 1970,⁷ e Tavares

⁶ Para Belluzzo (1975), Marx mostra que a existência do capital como fenômeno geral da sociedade requer duas condições. Em primeiro lugar, a lei do valor deve ser válida. Para tanto, o trabalho deve ser realizado com o objetivo de criar riqueza abstrata (como trabalho humano abstrato), o que só ocorre em uma sociedade mercantil — onde os produtores independentes só estabelecem relações de produção na troca, e estas relações se expressam como valor na mercadoria. Em segundo lugar, a lei do valor deve se transformar em lei da valorização. Esta transformação exige que o trabalho humano abstrato produza mais-valia (valorize o capital), o que só ocorre quando a força de trabalho se torna mercadoria. Uma vez estabelecida a existência do capital, a busca por mais-valia extraordinária conduz ao surgimento de forças produtivas especificamente capitalistas, que impõem as relações de produção capitalista para toda a sociedade, constituindo o modo de produção especificamente capitalista, e libertam o capital dos limites impostos pela força de trabalho, resultando na autodeterminação do capital.

⁷ A partir das contribuições de Fernando Novais e Sérgio Silva, *O capitalismo tardio* de João Manuel Cardoso de Mello (1975) analisa o surgimento do modo de produção capitalista em três etapas, criticando Furtado e Castro. Para Mello, nas etapas da Economia Colonial e da Economia Mercantil-Escravista Nacional, o capital mercantil (da metrópole e depois nacional) entra na produção por intermédio da compra da mercadoria-escravo e se realiza

(1974) analisa a dinâmica deste padrão de acumulação. A segunda safra de Campinas surge em resposta ao II PND. Os textos complementares de Tavares (1978) e Lessa ([1978] 1988) buscam compreender o padrão de acumulação do II PND. Tavares (1978) analisa a dinâmica endógena da economia no período, e Lessa ([1978] 1988) destaca o caráter autoritário e megalomaniaco do plano. Coube a Castro fazer o contraponto crítico à análise de Campinas. Castro (1979) critica os modelos endógenos formulados pela Unicamp. Castro e Souza (1985) destacam a importância do II PND e criticam as interpretações de Lessa e Tavares sobre o plano.

O II PND surge como resposta às condições econômicas e políticas, externas e internas, que o governo militar enfrentava em 1974. No plano externo, o longo período de prosperidade do pós-guerra nos países centrais termina na década de 1970. Os sucessivos ataques contra o dólar obrigam os EUA a abandonar a convertibilidade de sua moeda com o ouro em 1971 e a adotar o sistema de câmbio flexível em 1973. A crise internacional se instala com o choque do petróleo de 1973. Após um breve período de escassez de crédito internacional, a aplicação das divisas dos exportadores de petróleo no sistema financeiro internacional aumenta a disponibilidade de crédito, que flui para financiar os crescentes déficits comerciais dos países periféricos não exportadores de petróleo (Carneiro, 2002).

por meio do comércio externo. A terceira etapa abrange três fases. Na fase Exportadora Capitalista (1888-1933), as relações de produção capitalistas criam condições para o surgimento da acumulação industrial. O capital entra na produção cafeeira e industrial por intermédio da compra de mercadoria, força de trabalho e meios de produção, mas a realização é exógena tanto para o capital cafeeiro que depende do mercado mundial, como para o capital industrial que depende do mercado interno gerado pela cafeicultura. Na fase de industrialização restringida (1933-1955), a realização se torna endógena ao capital industrial, mas a transformação de capital-dinheiro em capital-produtivo é restringida pela ausência de forças produtivas especificamente capitalistas. Na fase da industrialização pesada, que se inicia em 1955, Mello nos remete a Tavares (1974).

No Brasil, o “milagre” promoveu um ciclo de investimentos no setor de bens de consumo duráveis. Quando estes investimentos entram em operação, ocorre um aumento da capacidade produtiva ante a demanda corrente, o que provoca a redução do ritmo dos investimentos, resultando na desaceleração cíclica da economia em 1974. No plano político, Ernesto Geisel assume a presidência em 1973. Ante o desafio de responder às novas restrições externas, evitar a reversão cíclica da economia e atender os anseios desenvolvimentistas de Geisel, o grupo do Ministério do Planejamento liderado por Reis Velloso lança o II PND em 1974, deixando para Simonsen, na Fazenda, a tarefa de evitar que as pressões macroeconômicas impedissem a implantação do plano.

O II PND se propõe completar a substituição de importações na indústria pesada e modificar a matriz energética, enquanto estratégia que permitiria simultaneamente reduzir a vulnerabilidade externa e alçar o Brasil à condição de país desenvolvido. Esta estratégia principal se desdobra em estratégias específicas: (i) promover a indústria de base (bens intermediários e bens de capital), a infraestrutura de energia e transportes, a desconcentração industrial, as exportações de manufaturados, a inovação e a modernização dos setores tradicionais; (ii) fortalecer o capital nacional; (iii) promover a integração nacional; (iv) estimular o desenvolvimento social; e (v) incentivar a integração com a economia mundial. Estas estratégias deveriam orientar o manejo dos instrumentos de política econômica. As políticas fiscal, monetária, salarial, de preços e de balanço de pagamentos ficam incumbidas de criar condições para o crescimento acelerado, o controle da inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos. Por fim, o II PND apresenta as políticas de energia, desenvolvimento urbano e preservação do meio ambiente, detalha os programas de investimento no período 1975-1979, analisa as oportunidades de emprego, expõe a política científica e tecnológica, e apresenta propostas de modernização do Estado.

Entre 1974 e 1976 o governo busca implantar integralmente os projetos previstos pelo II PND. A queda dos investimentos no setor de bens de consumo duráveis é compensada pelo aumento dos investimentos das empresas estatais no setor de insumos básicos e das empresas privadas nacionais no setor de bens de capital, resultando no superaquecimento da economia em 1976. Entre 1976 e 1979 o governo reduz os investimentos das empresas estatais, mantendo os investimentos prioritários, o que gera capacidade ociosa e queda dos investimentos no setor de bens de capital (Carneiro, 2002).

Tavares (1978), Lessa ([1978] 1988) e Castro e Souza (1985) divergem quanto ao significado e resultados do II PND. Para Tavares e Lessa, o II PND evitou que a desaceleração da economia em 1974 se convertesse em uma crise devastadora, mas agravou os problemas de excesso de capacidade e de inflação. Para Castro, o II PND transformou a estrutura produtiva, reduzindo a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Vejamos com mais detalhe a controvérsia.

IV.1 Tavares e Lessa: o fracasso do II PND

Nas teses *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, de 1974, e *Ciclo e crise*, de 1978, Tavares aprofunda sua análise da dinâmica de crescimento da economia brasileira iniciada em “Além da estagnação”. Tavares (1974) parte da categoria padrão de acumulação, como uma forma lógico-histórica específica de acumulação do capital por meio da produção e realização do excedente, vinculada a uma articulação também específica entre o progresso técnico e a distribuição de renda. Para a autora, quando o progresso técnico resulta no surgimento de forças produtivas especificamente capitalistas, o padrão de acumulação de capital passa a depender exclusivamente das condições de realização do excedente determinadas pelas decisões de investimento e operação do multiplicador, e pelos ciclos de sobreacumulação. Em

seguida, Tavares utiliza esta categoria para analisar a economia brasileira. Repete a análise de Mello (1975) sobre o período 1888-1955 e afirma que o Plano de Metas, ao implantar os setores de bens de capital e de insumos básicos, estabelece um novo padrão de acumulação, onde: (i) as forças produtivas especificamente capitalistas eliminam os limites de produção do excedente, e (ii) a realização ocorre por meio de decisões de investimento e de um multiplicador endógeno da renda muito particulares do Brasil. Tavares chega assim ao problema de sua tese de 1974: as decisões de investimento e a operação do multiplicador no ciclo econômico do Brasil. Na tese de 1978, este problema é retomado para analisar o II PND, sob a denominação do problema do ciclo com estrutura setorial desequilibrada.⁸

⁸ Na tese de 1978, Tavares destaca algumas contribuições de Kalecki: (a) os capitalistas ganham o que gastam (esquemas de reprodução); (b) o investimento determina o consumo (multiplicador); (c) a decisão de investimento decorre da demanda efetiva, da ocupação da capacidade e das condições de financiamento sujeitas ao princípio do risco crescente (acelerador); (d) o investimento tem efeito imediato na demanda efetiva e defasado na capacidade, resultando na ascensão e reversão do ciclo; (e) a necessidade de financiamento do investimento abre a possibilidade de valorização fictícia. Em seguida, expõem sua leitura de Keynes, afirmando que quando os investimentos param de crescer, surgem problemas de realização que provocam o colapso da eficiência marginal do capital, o que promove a separação entre o capital financeiro e o capital produtivo, que se expressa na preferência pela liquidez e especulação financeira. Tavares conclui defendendo que Marx deve ser lido à luz da economia industrial e da macroeconomia de Kalecki e de Keynes. Após repetir a análise de Belluzzo (1975) sobre a transformação da lei do valor em lei da valorização, Tavares afirma que o desenvolvimento das forças produtivas e do capital financeiro termina por negar a realidade da lei do valor, uma vez que o lucro deixa de ser regulado pela mais-valia, pois: (i) com o desenvolvimento das forças produtivas, o preço passa a ser determinado apenas pela concorrência; e (ii) o desenvolvimento das relações financeiras abre a possibilidade de valorização financeira independente da mais-valia. A politização dos preços e salários completa a negação da lei do valor.

Em suas teses acadêmicas, Tavares (1974 e 1978) analisa a ascensão do ciclo liderada pelas empresas estrangeiras e estatais a partir de uma situação de demanda deprimida. Para a autora, as empresas estrangeiras do setor de bens de consumo duráveis (BCD) e as empresas estatais do setor de insumos básicos investem em capacidade com relativa autonomia ante a demanda.⁹ Estes investimentos geram demanda intraindustrial para os setores de bens de capital e de insumos específicos, que também começam a investir. Esta onda de investimentos provoca o aumento do emprego e da renda, ampliando a demanda final por bens de consumo duráveis e não duráveis. Por fim, o setor de não duráveis também começa a investir. Enquanto ocorre este bloco de investimentos, a economia é capaz de gerar demanda suficiente para realizar os lucros em todos os setores. Deste modo, Tavares explica o funcionamento do padrão de acumulação onde “se engancham” as empresas estrangeiras, fundamentando sua análise da dinâmica do crescimento iniciada no texto *Além da estagnação*.

Tavares (1974 e 1978) argumenta que, no Brasil, os setores líderes não são capazes de criar sua própria demanda quando se esgota o bloco de investimentos, convertendo a desaceleração em crise,¹⁰ e explica esta insuficiência de demanda de duas formas.

⁹ No setor de bens de consumo duráveis (BCD) o predomínio das multinacionais elimina o risco crescente do financiamento, e a estrutura de mercado de oligopólio diferenciado impõe o investimento à frente da demanda para criar barreiras à entrada. No setor de insumos básicos, a decisão de investimento das empresas estatais depende das circunstâncias políticas. Assim, a decisão de investimento nos setores líderes não depende do princípio do risco crescente e da demanda efetiva como afirmava Kalecki. Nos setores de bens de capital e insumos específicos, a decisão de investimento depende da demanda intraindustrial, e não apenas da demanda gerada pelo multiplicador da renda como previa o modelo de Kalecki. No setor de bens de consumo não duráveis, a decisão de investimentos segue o modelo do economista polonês.

¹⁰ Na tese de 1974 a autora defende que os limites à realização de um lucro crescente também contribuem para converter a desaceleração em crise. Segundo Tavares, a prática de elevados preços de oligopólio resulta em lucro

Na tese de 1974 repete o argumento de “Além da estagnação”, afirmando que a modificação da estrutura de oferta no Plano de Metas não foi acompanhada por uma mudança na estrutura de demanda, resultando na crise do início dos anos 1960. Na tese de 1978 afirma que a pequena participação dos setores líderes na produção industrial total (estrutura setorial desequilibrada) resultou em uma demanda intraindustrial insuficiente para sustentar o crescimento econômico após o fim do bloco de investimentos do “milagre”, provocando a desaceleração da economia entre 1974 e 1977.

Deste modo, para Tavares (1978), a queda do investimento privado em 1974 resultou em desaceleração do crescimento econômico. O II PND evitou que esta desaceleração se convertesse em crise, ao garantir um volume de investimentos no setor de insumos básicos suficiente para manter o crescimento da renda e da demanda por bens de capital. No entanto, esta forma de evitar a crise gera novos problemas de insuficiência de demanda e inflação. O setor de insumos básicos não é capaz de gerar demanda para si mesmo. Assim, a capacidade produtiva criada pelos investimentos no setor fica ociosa quando entra em operação, o que provoca a deterioração financeira das empresas estatais. Ademais, as empresas reagem à desaceleração elevando suas margens de lucro via aumento dos preços, e a ciranda financeira¹¹ provoca o

potencial crescente. Para que possam ganhar mais, realizando este lucro crescente, os capitalistas devem gastar mais (em investimento e consumo). No entanto, os capitalistas não podem aumentar seus gastos indefinidamente, o que limita a realização.

¹¹ Segundo Tavares (1978 e 1983), as reformas financeiras de 1964-1968 criaram duas formas de liquidez: o dinheiro monetário de curso forçado que funciona como meio de pagamento e de crédito no mercado bancário, e o dinheiro financeiro (títulos do governo) que funciona como unidade de conta e meio de reserva-valorização no mercado financeiro. No período 1968-1974, o governo aumenta as taxas de juros dos títulos públicos para atrair capital externo e emite títulos públicos para evitar que este ingresso de dólares provoque aumento da oferta de moeda (cruzeiro), promovendo o

aumento do custo financeiro das empresas que também é repassado aos preços, provocando o aumento da taxa de inflação.

Apesar de mostrar como as empresas estrangeiras e o Estado se inserem no padrão de acumulação, falta em Tavares (1974 e 1978) uma análise mais cuidadosa da atuação do Estado. Esta tarefa foi realizada por Lessa ([1978] 1988) no texto *A estratégia de desenvolvimento*.

Ao lançar o II PND, Geisel (1974) anuncia que “ultrapassaremos, sem grandes delongas, a fronteira do desenvolvimento pleno”, recusando as “profecias sinistras” e “sombrias” da economia mundial, com a afirmação “com fé, tudo pode”. Ademais, o II PND articula as ideologias do desenvolvimento e da segurança nacional.¹²

Em consonância com o binômio Desenvolvimento e Segurança, objetiva a Revolução construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida — moderna, progressista e humana. O objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem brasileiro, nas suas diferentes dimensões e aspirações. Assim, aquela construção nacional se fará segundo modelo brasileiro de sociedade aberta, social, racial e politicamente. (II PND, 1974, p. 28)

Lessa ([1978] 1988) destaca o caráter autoritário do II PND, afirmando que o plano, que utiliza o paradigma militar para declarar guerra ao subdesenvolvimento, transplanta a hierarquia militar para a relação entre o Estado e a sociedade nesta guerra, e coloca o desenvolvimento como condição para a democracia. Ao

casamento entre a dívida externa e a dívida interna. A partir de 1974, a rolagem dos títulos públicos com juros crescentes resulta no crescimento explosivo da dívida interna, que ganha uma dinâmica própria. Atraídos pelas altas taxas de juros e grau de liquidez dos títulos públicos, os bancos restringem o crédito para as empresas, que fica cada vez mais caro. As empresas repassam este aumento do custo do crédito para os preços, acelerando a inflação. O governo reage contendo o crédito para controlar a inflação, aumentando ainda mais o custo das empresas, o que acelera novamente a inflação...

¹² Para uma análise da ideologia da segurança nacional ver texto de Gomes e Lena Júnior neste volume (p. 123-161).

impor de forma autoritária o II PND, o Estado teria rompido sua aliança com a burguesia nacional. Lessa também destaca a megalomania do II PND, que, além de completar a industrialização pesada e promover o capital nacional, prometia manter o equilíbrio macroeconômico e ainda promover o desenvolvimento social, agrícola, regional, urbano, respeitando o meio ambiente.

Um leitor mal-intencionado poderia suspeitar de megalomania, um leitor desiludido com a leitura de outros planos poderia concluir tratar-se de um exercício de retórica abrangente; um leitor benevolente pode concluir tratar-se de injetar fé em combalidos corações ante a crise do petróleo; um leitor místico poderia ali encontrar a palavra revelada de um ser onipotente. (Lessa [1978] 1988), p. 75)

Para Lessa, o II PND pretendia estabelecer um novo padrão de acumulação, no qual as empresas estatais de insumos básicos geram demanda para o setor de bens de capital controlado pelo capital privado nacional, assegurando a industrialização pesada. No entanto, os problemas macroeconômicos em 1976 obrigam o governo a cortar os investimentos das empresas estatais para controlar a inflação, e importar bens de capital para obter crédito externo, resultando no abandono do plano. O corte de investimentos e a importação de bens de capital provocaram a rebelião do setor de bens de capital, evidenciando o descolamento entre o governo e suas bases de sustentação.

Os textos de Mello (1975), Tavares (1974 e 1978) e Lessa ([1978] 1988) formam uma unidade, ressaltando aspectos distintos da dinâmica da acumulação de capital no Brasil. Mello trata da sucessão de padrões de acumulação na economia brasileira até o Plano de Metas, Tavares analisa as fontes internas de crescimento no padrão de acumulação que surge com o Plano de Metas, e Lessa destaca o caráter autoritário e megalomaniaco do padrão de acumulação proposto pelo II PND. O contraponto à análise de Campinas fica por conta de Antonio Barros de Castro.

IV.2 Castro: o sucesso do II PND

Em *O capitalismo ainda é aquele*, Castro critica os modelos endógenos de Mello e Tavares. Para Castro (1979), a ênfase na demanda efetiva dada pelos keynesianos-kaleckianos-marxistas abstrai das condições fundamentais para a compreensão do ciclo: o mercado de trabalho, a relação entre capital industrial e capital financeiro, e os saltos tecnológicos. Por isso, o efeito defasado do investimento adquire uma importância formal que não possui na realidade.

No livro *Economia brasileira em marcha forçada*, escrito em parceria com Francisco Eduardo Pires de Souza, Castro se insere na controvérsia sobre a dívida externa, e retoma a controvérsia sobre o padrão de acumulação aprofundando sua crítica aos modelos endógenos.

Castro e Souza (1985) argumentam que o ajuste estrutural do II PND resultou na redução da vulnerabilidade externa na década de 1980, tornando a moratória da dívida externa desnecessária. Castro se insere na controvérsia sobre a dívida externa discordando das teses de Delfim, que atacava o financiamento externo no II PND e atribuía o saldo comercial à política de ajustamento do início da década de 1980, e de Tavares, que atribuía o agravamento do problema da dívida externa ao financiamento externo. Para Castro, o financiamento externo no II PND foi necessário para permitir o crescimento econômico, viabilizando o ajuste da estrutura produtiva e a mudança da matriz energética, que resultou na forte redução das importações e aumento das exportações no início dos anos 1980, reduzindo a vulnerabilidade externa da economia brasileira ao promover o ajuste estrutural do balanço de pagamentos.

Castro retoma a controvérsia sobre o padrão de acumulação discordando da tese de Mello (1975) e Tavares (1974) de que o período de transição iniciado nos anos 1930 dá lugar a um modo de produção especificamente capitalista em 1955. Castro separa o

MSI em duas etapas: (i) o período 1948-1974, quando a ênfase em bens de consumo duráveis resulta na atrofia da indústria pesada, mantendo a dinâmica do modelo, no qual o crescimento econômico recoloca o estrangulamento externo; e (ii) o período do II PND, quando a economia avança em marcha forçada para setores intensivos em capital e tecnologia, rompendo com a dinâmica do MSI.

Castro critica a tese de modelo autoritário de Lessa ([1978] 1988), afirmando que o Estado redirecionou os impulsos do mercado no II PND, mas não deu ordens ao setor privado. Em sua opinião, a implantação da indústria pesada não atende os interesses imediatos da burguesia industrial, exigindo certo distanciamento destes. Mas isto não significa se opor aos interesses da burguesia como um todo.

Para Castro, após o sobreaquecimento da economia em 1976, os projetos do II PND foram desacelerados, mas não foram abandonados como defende Lessa ([1978] 1988). Além disto, Castro afirma que os projetos do II PND eram de médio e longo prazo, e não foram concluídos em 1978 como Tavares dizia.

Castro também afirma que a estrutura de oferta de uso universal da indústria pesada implantada pelo II PND é compatível com a distribuição de renda. Deste modo, o II PND elimina o problema apontado por Tavares e Serra ([1971] 1973) e Tavares (1974) de que estrutura de oferta liderada pelo setor de bens de consumo duráveis exige uma estrutura de demanda concentrada, estimulando a concentração de renda. Esta nova estrutura produtiva abre a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento inclusivo.

Comentando a controvérsia sobre o padrão de acumulação no II PND, Mantega (1997b, p. 57) afirma:

No final dos anos 70, ainda era cedo para se verificar com clareza quais seriam as repercussões do II PND para a economia brasileira. [...] Foi isso que levou Carlos Lessa e outros autores respeitáveis a concluir que esse plano fora mal sucedido. Não

acredito, por tudo que foi visto até aqui, que o II PND abortou em 1976 diante do agravamento das condições nacionais e internacionais, conforme afirma Lessa. [...] não creio tampouco que o II PND tenha apenas reforçado o nosso velho padrão de financiamento e ajudado a construir a crise dos anos 80. Se não logrou mudar esse padrão, o II PND certamente não agravou a dívida e chegou mesmo a reduzir a vulnerabilidade externa do país, por meio da substituição de importações e aumento das exportações. Nesse sentido, estava correta a análise de Antonio Barros de Castro, que percebeu isso em primeira mão no início dos anos 80.

O livro de Castro, publicado em 1985, se insere em um contexto político diferente das outras obras dos anos 1970 analisadas neste artigo. Os militares estavam de saída. A crise da dívida e a inflação colocavam novos desafios ao pensamento econômico.

V. Considerações finais

Como vimos, a controvérsia sobre o padrão de acumulação da economia brasileira ocorre em duas fases. A primeira na década de 1960, quando esta controvérsia se orienta pelo problema da desaceleração da economia brasileira. Furtado (1961a) mostra que a concentração de renda resulta em uma estrutura de demanda diferenciada e concentrada, que promove uma estrutura de oferta intensiva em capital e escala, provocando estagnação e reforçando a concentração de renda. Tavares ([1963] 1972) destaca que o aumento da intensidade em capital reduz a demanda para a industrial, e acrescenta os retornos macroeconômicos decrescentes como causa da desaceleração. Discordando da tese estagnacionista de Furtado e Tavares, Lessa ([1964] 1975) atribui o dinamismo da economia à importância do Estado, enquanto Castro ([1967] 1969) destaca as novas fontes de demanda para o setor industrial.

Tavares e Serra ([1971] 1973) concordam com Furtado que a estrutura de demanda concentrada e a estrutura de oferta inten-

siva em capital se alimentam mutuamente, promovendo a concentração de renda. Mas afirmam que concentração de renda gera dinamismo, ao ampliar a renda da classe média em condições de adquirir bens de consumo duráveis. Deste modo, substituem o problema da desaceleração pelo problema das fontes internas de crescimento, abrindo a segunda fase da controvérsia.

Nas teses de 1974 e 1978, Tavares busca compreender o padrão de acumulação endógeno da economia brasileira. Argumenta que o bloco de investimentos liderado pelas empresas estatais e estrangeiras promove ascensão do ciclo e sustenta a realização do lucro em todos os setores. No entanto, com o fim do bloco de investimentos, os setores líderes se revelam incapazes de gerar a própria demanda, e a desaceleração do ciclo se converte em crise. A partir desta análise, Tavares afirma que o II PND evitou que a desaceleração de 1974 se convertesse em crise, mas gerou novos problemas de insuficiência de demanda e inflação crescente. Lessa ([1978] 1988) destaca o caráter autoritário e megalomaniaco do II PND, e afirma que o plano foi abandonado em 1976, em virtude de problemas macroeconômicos de inflação e balanço de pagamentos.

Castro e Souza (1985) criticam a tese do padrão endógeno de acumulação, afirmando que o modelo de substituição de importações continua vigorando no Brasil até o fim do II PND. Para Castro e Souza, o II PND modificou a estrutura produtiva da economia brasileira, reduzindo sua vulnerabilidade externa estrutural. Ademais, argumentam que a estrutura de oferta de uso geral do II PND é compatível com uma estrutura de demanda menos concentrada, o que permite conciliar crescimento econômico com distribuição de renda.

Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP

Marco Antonio da Rocha¹

I. Introdução

Dentro do atual estado da arte da ciência econômica, incluir o debate sobre a chamada Revolução Brasileira em um livro sobre história do pensamento econômico pode parecer um tanto fora de propósito. Esta temática não foi desenvolvida diretamente por economistas, salvo a contribuição de Celso Furtado. Ao contrário, envolveu contribuições em diversas áreas das ciências sociais, o que dificilmente permitiria caracterizá-la apenas como um debate econômico, e, no entanto, forneceu contribuições originais para o entendimento ulterior de fenômenos como o subdesenvolvimento, desenvolvimento, dualidade e dependência.

Outro aspecto significativo da inclusão do debate é a maneira como ele molda um conjunto de simbolismos e de diretrizes para a condução da política econômica, dentro do qual se pode citar a necessidade da formação da indústria de base, do fortalecimento do capital nacional e o consenso em torno do crescimento, como talvez os exemplos mais importantes dos elementos que serão apropriados e subvertidos pela ditadura. Neste conjunto, pode-se incluir até mesmo o próprio termo “Revolução Brasileira”, tam-

¹ Doutorando em Economia pelo IE/Unicamp e Pesquisador do Lema/IE/UFRJ e do NEIT/IE/Unicamp, o autor agradece o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

bém apropriado pelo governo militar, que se referia constantemente ao regime instaurado em abril de 1964 como “Revolução”.

Durante os anos 1950 não foram poucos os eventos políticos na América Latina que contribuíram para tornar o debate sobre a revolução nacional uma preocupação relevante. Em alguns países da região, os movimentos nacionalistas — que já haviam se tornado uma força política importante no continente — em menor ou maior grau radicalizaram seu teor popular, constituindo-se em uma via de acesso à política das classes populares em seus respectivos países. Em 1952, tem início o processo de Revolução Boliviana por meio do Movimento Nacionalista Revolucionário, pondo em prática em 1954 o programa de reforma agrária e incorporando à política nacional a população camponesa, sobretudo a de origem indígena. Na Argentina, se presencia o auge do peronismo como movimento nacional e popular e as diversas tentativas das classes dominantes de neutralizá-lo enquanto força política. Finalmente, na virada da década, a revolução cubana, de início uma revolução de caráter nacionalista, se torna em poucos anos a primeira revolução socialista na América a conquistar o poder.

Embora o uso do termo Revolução Brasileira tenha tido origem ainda na década de 1920 dentro do movimento tenentista (Del Roio, 2000), o final dos anos 1950 até meados da década de 1960 foi o período de maior repercussão do debate. Ao longo dos anos 1950, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a construção da hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista durante o governo JK, o debate sobre a Revolução Brasileira ganha repercussão pública, movendo um debate não só acadêmico, como também presente no simbolismo político pré-golpe. Por outro lado, como apontado pelos próprios envolvidos no debate, o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico no período dos anos 1950 haviam aprofundado as contradições da economia brasileira ao seu limite,

polarizando as posições políticas de ambos os lados e trazendo o vocabulário da revolução ao debate.

A sucessão de eventos citados fornece uma ideia da percepção que existia, ao final da década de 1950, de que havia um processo revolucionário em curso na América Latina. Neste contexto, a intelectualidade ligada ao movimento nacionalista intensifica o debate sobre o processo da revolução nacional brasileira como um movimento de ruptura definitiva com o passado colonial e de constituição do Estado-Nação.

Ao longo da década, o debate converge para algumas questões sobre as relações que afirmariam o caráter nacionalista do desenvolvimento econômico. A relação entre a questão da afirmação nacional e o desenvolvimento econômico será o primeiro grande eixo do debate, isto é, a discussão entre avanço das forças produtivas, a questão nacional e o desenvolvimento econômico. Um segundo eixo em torno do qual se deu parte da discussão foi sobre as contradições fundamentais que bloqueiam o desenvolvimento nacional e as forças que se opunham à dependência, sendo, neste sentido, uma discussão sobre o caráter progressista ou não das diversas frações de classe que compunham a sociedade brasileira. A Revolução Brasileira foi, acima de tudo, um debate sobre interpretações do Brasil e sobre o horizonte político de uma autêntica política de desenvolvimento nacional, derivada dessas interpretações.

Este trabalho tem como objetivo apresentar em linhas gerais o desenrolar da controvérsia sobre a Revolução Brasileira, ou em outros termos, a forma como diversos representantes do pensamento social brasileiro procuraram entender o processo de transformação estrutural pelo qual passava então a economia brasileira. Os autores procuraram, ao longo do debate, compreender a natureza das transformações que a sociedade brasileira havia experimentado nos anos 1950, assim como tentaram também apontar formas de alterar o ritmo do processo e os rumos da

mudança. Neste sentido, o debate sobre Revolução Brasileira permite reconstruir como as transformações econômicas foram percebidas e como ao longo dos anos 1960 essas percepções se alteraram, modificando o caráter do debate sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento brasileiro.

Na seção II será apresentado em maiores detalhes o desdobramento do debate sobre Revolução Brasileira em uma economia política do desenvolvimento brasileiro, por meio da construção da ideologia do nacional-desenvolvimentismo pelo Iseb e por outros autores. Na seção III será discutida a posição crítica de Caio Prado Júnior aos termos do debate. As posições do autor também serão retomadas na seção IV, na qual são apresentadas as principais influências que Prado Júnior exerceu sobre a agenda de pesquisa levada adiante pelos pesquisadores da chamada Escola de Sociologia da USP² e em uma parte dos trabalhos desenvolvidos no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Procurou-se resgatar desta forma o papel que Caio Prado Júnior teve, por intermédio das questões levantadas em suas obras, na formação de uma nova geração de pesquisadores e na alteração dos rumos do debate sobre desenvolvimento.

II. A revolução brasileira e o nacional-desenvolvimentismo

Embora o acelerado processo de transformação econômica durante os anos 1950 tenha contribuído para a ideia de revolução social, foi a desaceleração econômica no final da década que fortaleceu o movimento intelectual em torno do debate sobre a Revolução Brasileira. A estagnação trazia consigo certa ideia de que a ruptura com o passado era não só desejável como necessária,

² A denominação Escola de Sociologia da USP, embora rejeitada pelo próprio Florestan Fernandes, foi adotada neste texto em razão de sua utilização já ter se tornado usual; para maiores detalhes ver Castelo neste volume (p. 289-325).

como forma de se evitar a catástrofe social. A superação do atraso era vista assim como condição para a integração nacional, e o desenvolvimento econômico como um processo diretamente ligado à constituição do Estado Nacional. Logo, os termos do debate eram guiados em primeiro lugar, e inicialmente, por uma percepção sobre a constituição do Estado que tinha como premissa o modelo europeu de revolução burguesa, seja a via clássica ou a “prussiana”, e que cabia a esta revolução burguesa a eliminação dos resquícios do passado colonial, cristalizados no imaginário político pela imagem dos “dois Brasis”. Mas que, no debate sociológico e econômico, encontrava nas teses sobre a dualidade do sistema econômico brasileiro sua formulação mais rigorosa. O debate, portanto, e em segundo lugar, era também guiado pela associação direta entre dualidade e subdesenvolvimento e pela relação destes fenômenos com a subordinação ao sistema capitalista internacional.

Nesse contexto, os desequilíbrios acumulados por esse desenvolvimento subordinado, cujos fenômenos mais destacados seriam a inflação e o endividamento externo, assim como a grande penetração do capital estrangeiro durante o governo JK, acirraram as agitações em torno de uma agenda nacionalista de desenvolvimento econômico. Agenda forjada por uma ideologia própria, o nacional-desenvolvimentismo, que encontraria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) seu principal formulador.

O Iseb foi fundado a partir do projeto surgido da reunião de um grupo de intelectuais em 1952, na cidade de Itatiaia, Rio de Janeiro. Em 1953, o chamado Grupo de Itatiaia funda o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) — por meio de convênio firmado com a Capes, então sob a liderança de Anísio Teixeira — com a finalidade de promover uma série de debates sobre os problemas brasileiros da época. Entre 1953 e 1956, o Ibesp publica os seis números dos *Cadernos de Nosso Tempo*, contando com a colaboração de muitos autores que mais tarde

viriam a fundar o Iseb. Nos *Cadernos* já pode se encontrar o conjunto de ideias básicas que viriam a se consolidar no Iseb. Em 1955, o Iseb é fundado como instituição vinculada ao Ministério da Educação com o projeto de articular uma ideologia nacionalista e voltada ao desenvolvimento social, e que seria o núcleo duro do pensamento nacional-desenvolvimentista. Esta diretriz marcará profundamente a produção intelectual do Iseb, adotando sempre uma perspectiva nacionalista, dual-estruturalista e em defesa do pacto de classes como forma de superação do subdesenvolvimento. Entre os principais integrantes do Iseb podemos destacar Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré (Schwartzman, 1979; Toledo, 1997; Bresser Pereira, 2004a).

A partir da visão dos pesquisadores do Iseb sobre o caráter contraditório do processo de desenvolvimento econômico em relação ao imperialismo, o tema da Revolução Brasileira vai se confundindo com o debate sobre as possibilidades de superação da dependência econômica, abrindo uma série de questionamentos sobre os aspectos estruturais do desenvolvimento. Será, portanto, dentro do próprio Iseb, neste período, que se formularam talvez as definições mais categóricas a respeito do caráter da Revolução Brasileira. A década de 1950 representa o amadurecimento do debate em torno da Revolução Brasileira, entendida como um processo que estaria em curso desde a Revolução de 1930, interpretada esta, portanto, como um momento do processo de consolidação da revolução burguesa no país. Ainda no período do Ibesp, encontramos a formulação de que os desequilíbrios apresentados pela economia brasileira a partir do fim da Segunda Guerra Mundial encontram-se na crise estrutural resultante da fase de transição da economia brasileira de uma economia semi-colonial para uma economia nacional autônoma, isto é, com “capacidade endógena de crescimento” (Ibesp, [1956] 1979, p. 177). Esta formulação será a base para o debate posterior no interior do

Iseb; dela pode-se retirar a caracterização da economia brasileira como uma economia semicolonial, cuja internalização dos centros decisórios na esfera política já havia se concretizado, porém não tinha alcançado sua autonomia frente aos centros decisórios na condução da economia nacional. A falta de autonomia se devia à dependência do comércio exterior como fonte de impulso dinâmico, à falta de divisas necessárias para a modernização dos setores industriais e à insuficiência de controle sobre o reinvestimento produtivo da acumulação capitalista, ou seja, à definição endógena das variáveis de tomada de decisão sobre os investimentos capitalistas.

Deste modo, o Iseb entendia o desenvolvimento econômico como uma política de constituição interna dos centros decisórios sobre a economia nacional, logo, indispensável em uma estratégia de afirmação nacional. Assim, o nacional-desenvolvimentismo passa a ser dentro da visão do Iseb um momento fundamental da Revolução Brasileira, se constituindo como um imperativo frente às agitações políticas da virada dos anos 1950. A partir de 1958, com o afastamento de Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos, o Iseb se aproxima cada vez mais da política de frente ampla que aproximava o Partido Comunista Brasileiro (PCB) do trabalhismo getulista, tendo a frente as figuras de Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, ambos de orientação marxista (Toledo, 1997).

Com a Declaração de Março de 1958 do PCB, o partido consolidava um posicionamento que estava em construção desde a tomada de posição frente ao suicídio de Vargas e a campanha pela sucessão presidencial. Em parte, também por influência teórica de Nelson Werneck Sodré, o partido se aproximava da composição de forças que compunham o bloco de apoio ao nacional-desenvolvimentismo, incorporando uma parte significativa das concepções desenvolvimentistas em seu programa partidário, sobretudo o apoio às chamadas reformas de base. Neste ponto, o partido via no avanço das forças produtivas e na diferenciação

social dele decorrente uma forma de animar a contradição entre nação e imperialismo (Segatto e Santos, 2000), compondo, como denominou Aarão Reis (2000), uma espécie de ala esquerda do trabalhismo getulista.

O ano de 1958 marca também uma radicalização da posição dos autores ligados ao nacional-desenvolvimentismo no sentido de apontar um processo revolucionário em marcha em decorrência do caráter excludente do desenvolvimento econômico observado no governo JK e do acirramento das contradições da não superação da questão nacional, isto é, os desequilíbrios provocados pela opção do governo JK em levar adiante uma forma de desenvolvimento dependente do capital estrangeiro. Encontraremos neste último período do Iseb, sobretudo em Nelson Werneck Sodré, a formulação mais completa sobre a Revolução Brasileira.

Werneck Sodré publica em 1958 *Introdução à Revolução Brasileira*,³ livro em que procura conjugar seus estudos sobre a evolução das classes sociais no Brasil com a formação da economia nacional, buscando demonstrar como as diversas classes que se formam a partir das diferenciações ocorridas dentro do desenvolvimento da economia colonial, ou seja, que se formam fora da relação entre latifúndio e capital mercantil europeu, se tornam forças constituintes da economia nacional. Desta forma, as contradições presentes no desenvolvimento da economia colonial, isto é, aquelas presentes na reprodução da estrutura criada na colônia como mero apêndice do capital mercantil europeu, fornece a base para o surgimento de outra economia voltada ao fornecimento de alguns gêneros para o mercado interno.

³ O livro *Introdução à Revolução Brasileira*, publicado em 1958, sofre algumas modificações nas reedições seguintes, em 1963 e 1967. As citações aqui reproduzidas foram retiradas da segunda edição, de 1963, na qual foram incluídos alguns textos escritos pelo próprio autor no mesmo ano de lançamento da primeira edição do livro. Porém, para que seja preservada a ordem cronológica das publicações que compuseram o debate, o livro será citado como Werneck Sodré ([1958] 1963).

Werneck Sodré ([1958] 1963; 1962) aponta como os primeiros surtos industriais no Brasil são impulsionados por medidas que visavam corrigir a balança comercial ou o déficit fiscal, por meio da elevação do principal imposto do período do Império à República Velha, o aduaneiro. Deste modo, ao lado da economia colonial vai se estruturando uma economia nacional, cuja capitalização depende fundamentalmente da acumulação de capitais nacionais. Assim, essa outra economia que se forma a partir da economia colonial entra em contradição com o setor primário exportador, por intermédio da disputa pelo excedente. Como a relação entre o setor colonial agroexportador e a metrópole caracteriza-se pela permanente expropriação de recursos da economia colonial, internamente gera-se uma contradição entre esse setor e a economia nacional em formação, obrigada a transferir renda em prol do setor agroexportador.

Até o início do século, a contradição entre a nação e o imperialismo, de um lado, e a contradição entre os setores internos do latifúndio exportador e da capitalização nacional não chegara à consciência de nossa gente. A capitalização era débil e nenhuma forma tinha condições para opor-se ao mecanismo que a freava, enquanto a população consumidora não percebia as relações de causa e efeito que a sobrecarregavam. O desenvolvimento brasileiro altera profundamente esse quadro de conformismo e de simples sujeição. Agravam-se não só as contradições entre a nação e o imperialismo como a contradição entre as velhas relações de produção e as novas forças produtivas em expansão. (Werneck Sodré, 1962, p. 371)

Dentro do quadro exposto por Werneck Sodré, encontram-se, portanto, duas economias: uma ligada ao complexo agroexportador, de origem colonial; e outra, em constituição, que fornece ao mercado interno e tem sua lógica de acumulação ditada por esse mercado. A contradição presente nessa dualidade é a resistência ao avanço das forças produtivas exercida pelo latifúndio, que, ao se articular com formas de expropriação de renda pré-capitalistas,

impede a modernização da agricultura e o aumento da sua produtividade, condição imprescindível para um crescimento industrial equilibrado. Logo, a resistência do latifúndio à penetração capitalista barrava a modernização de parte significativa da estrutura agrária brasileira, impedindo que os preços agrícolas apresentassem uma tendência de queda e bloqueando a redução do custo de reprodução da força de trabalho (Werneck Sodré, 1962).

Desse modo, o complexo agroexportador colonial entra em contradição com a consolidação da economia nacional. Sendo assim, torna-se imperativo, para as classes ligadas materialmente à economia nacional, a superação do regime latifundiário, logo, da dualidade da estrutura agrária brasileira. Dualidade esta, resultado da evolução desigual da agricultura brasileira, composta de uma parte voltada para o mercado nacional, estruturada em médias e pequenas propriedades, e de outra parte articulada com o mercado internacional, fruto da herança colonial, e composta por latifúndios. Há de se notar que a dualidade em Werneck Sodré possui um caráter de oposição entre economia colonial e economia nacional, no sentido em que as relações de produção vigentes nos setores ligados à economia colonial fornecem entraves para o avanço das forças produtivas, resultando, em aparência, na existência de um setor atrasado e um moderno.

Tudo isso mostra, em suma, que o monopólio da terra é a causa do atraso no campo. Só com a sua eliminação as forças produtivas poderão desenvolver-se na medida das necessidades da população. A pequena propriedade é esmagada pela grande propriedade. (Werneck Sodré, 1962, p. 355)

Por outro lado, a constituição da economia nacional é afetada ainda por outra contradição, no plano externo, entre nação e imperialismo. Esta contradição, segundo Sodré, se apresenta também na forma como o comércio exterior e a penetração dos investimentos estrangeiros descapitalizam a economia nacional. A penetração do capital estrangeiro no setor colonial cria no país

de origem a perda de controle sobre parte do saldo comercial em decorrência da necessidade de conversão em moeda estrangeira dos ganhos obtidos por intermédio de lucros, juros ou royalties, constituindo um veículo de aprofundamento da dependência em relação ao complexo agroexportador, produtor de fato dos eventuais saldos comerciais.

Como a disponibilidade de divisas é imprescindível ao avanço das forças produtivas, a retomada do controle sobre o saldo exportador é condição indispensável para o desenvolvimento da economia nacional. Logo, a consolidação da economia nacional é afetada também pela contradição entre a própria economia interna e o imperialismo. Werneck Sodré entende, desta forma, que a internalização dos centros decisórios da economia brasileira somente ocorreria por meio da afirmação do desenvolvimento econômico; dado que a dualidade presente na economia brasileira apresenta fortes entraves para esse desenvolvimento, o avanço das forças produtivas colocaria em antagonismo a economia nacional em formação com a estrutura herdada da economia colonial, sendo o próprio desenvolvimento das forças produtivas um momento de afirmação nacional.

Por que Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinaram em resistência, já não tutelam o país. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se assim, como libertação. (Werneck Sodré, [1958] 1963, p. 180)

O autor defende, assim, o desenvolvimento econômico como uma forma de mobilizar a composição de forças ligadas mate-

rialmente à economia nacional. O desenvolvimento das forças produtivas seria, então, uma maneira de forçar a polarização entre as classes ligadas à formação do Estado Nacional e aquelas ligadas ao imperialismo. Como o próprio Werneck Sodré classifica, a indústria que fornece ao mercado interno e sofre concorrência das estrangeiras, os pequenos proprietários rurais ligados ao abastecimento do consumo interno, o setor comercial que fornece produtos nacionais e a imensa maioria do povo brasileiro que vende a sua força de trabalho seriam, portanto, os portadores da ideologia nacionalista, por estarem em posição antagônica à penetração do imperialismo no Brasil (Werneck Sodré, [1958] 1963).

A perspectiva de que o desenvolvimento das forças produtivas era tarefa imediata da Revolução Brasileira — que, em grande medida, permitia a política de frente ampla que unia PCB, Iseb, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outras forças ligadas ao trabalhismo getulista — procurava conjugar o apoio das mais diferentes frações de classe ao projeto nacional-desenvolvimentista. Perspectiva semelhante, com nuances importantes em relação a Nelson Werneck Sodré, também pode ser percebida nas inserções de Celso Furtado na controvérsia. Furtado publica *A pré-revolução brasileira* em 1962, porém são raras as suas obras neste período que não dialogam pelo menos implicitamente com o tema, contribuindo para a formulação do seu próprio conceito de subdesenvolvimento — tratado em Borja, neste mesmo volume (p. 77-122). Existem pelo menos duas contribuições de Celso Furtado de enorme importância para o debate: sobre dualismo e processo revolucionário e sobre internalização dos centros decisórios da economia brasileira. É em torno dessas contribuições teóricas que Furtado divergirá da perspectiva de Werneck Sodré a respeito da evolução do processo da Revolução Brasileira. Embora fosse consenso no debate o viés nacional-estatista, Werneck Sodré se aproxima de uma perspectiva de forçar os limites do

regime democrático no Brasil, enquanto Furtado procura estabelecer uma opção à ruptura do regime democrático por meio do apoio à constituição de uma economia de planejamento voltada ao desenvolvimento industrial, tendo na racionalização da burocracia estatal e da política de Estado a principal forma de construção da autonomia frente aos interesses de classes.

Nesse ponto, Furtado se aproxima da ala dissidente do Iseb, representada principalmente por Hélio Jaguaribe. Jaguaribe (1962) defendia que, frente às tensões políticas resultantes do desenvolvimento econômico em condições de industrialização tardia, cabia ao Estado assumir o papel de árbitro entre as classes sociais que compunham o bloco nacionalista. O “efeito demonstração” exercido pelas economias desenvolvidas — isto é, os padrões de consumo e o nível de vida que os países desenvolvidos demonstravam à periferia — trazia um senso de imediatismo para as classes sociais que apoiavam o desenvolvimento nacional em relação ao ritmo da melhoria de suas condições materiais, resultando em uma disputa crescente pela apropriação dos resultados desse desenvolvimento; o que, por sua vez, colocava em risco a capacidade do Estado de fazer o uso devido do excedente, condição indispensável para o prosseguimento do desenvolvimento econômico.

Decorria daí a defesa de um modelo que Jaguaribe denominava de neobismarckianismo, no qual caberia ao chefe de governo a arbitragem sobre as camadas sociais,

[...] baseada na contabilidade nacional objetiva, que assegure a maior capacidade possível de investimento tolerável pela comunidade, regulando a participação de cada camada de acordo com sua capacidade política de reivindicação. (Jaguaribe, 1962, p. 63)

Neste papel, também cabia ao chefe de governo assegurar a liderança dos empresários nacionais sobre o processo de desenvolvimento econômico.

Hélio Jaguaribe transforma, portanto, a chamada “via prussiana” de revolução burguesa em uma sugestão de modelo possível de ser adotado com sucesso no caso brasileiro. Celso Furtado não chega a tanto. A principal preocupação de Furtado era sensibilizar certas parcelas que compunham o bloco desenvolvimentista em relação ao fato de que os benefícios do desenvolvimento econômico, se não fossem mais bem distribuídos, gerariam um acirramento das posições mais radicalizadas, colocando, assim, em risco o regime democrático.

Para o autor haveria uma correspondência entre o dualismo presente na estrutura econômica e uma forma de dualidade no encadeamento do processo revolucionário brasileiro. Assim como Werneck Sodré, Furtado considera o dualismo estrutural como um fenômeno diretamente ligado ao subdesenvolvimento, isto é, pela formação histórica dessas economias a partir da penetração de uma “cunha capitalista, sob a forma de atividades produtivas destinadas à exportação” em uma estrutura econômica de caráter pré-capitalista (Furtado, 1961a). Como resultado dessa dualidade, há também uma evolução paralela de duas classes dirigentes.

O processo de colonização se traduzia na criação de uma cadeia de núcleos urbanos de dimensões e significação variáveis, os quais constituíam a estrutura básica do poder político e da organização administrativa. Ao lado dessa rígida estrutura administrativa responsável pela defesa dos interesses da Metrópole, formava-se um sistema econômico altamente descentralizado, sob a direção de uma classe de senhores com prerrogativas semifeudais. Naquelas regiões em que o controle da Metrópole resultou ser menos estrito, desenvolveram-se atividades comerciais à base do contrabando, as quais abriram caminho para a formação de um grupo social urbano com certo poder econômico. Fenômeno similar ocorreu ali onde uma atividade altamente lucrativa pôde ser exercida fora do controle da classe de proprietários de terra, como no caso da mineração aluvial no Brasil. O que importa assinalar é que as atividades lucrativas exercidas fora do controle dos senhores

de terra estavam vinculadas aos núcleos urbanos e eram dirigidas por homens cuja lealdade ao poder metropolitano era muito menos estrita. (Furtado, 1966, p. 53)

Dessa estrutura dual, fruto da evolução de uma economia pré-capitalista que passara a se comunicar com o mercado internacional por meio de um setor capitalista imbricado nessa economia, resultava não só a presença de classes dirigentes de origens distintas como também em comportamentos distintos das diversas frações da classe trabalhadora frente a essas classes. A atitude diferenciada frente ao processo revolucionário pode ser explicada a partir da dinâmica do funcionamento da estrutura econômica dual e das inter-relações do setor capitalista com o pré-capitalista.

Assim como Werneck Sodré, Furtado também atribuía às relações entre o setor capitalista e o setor pré-capitalista os grandes custos sociais do desenvolvimento experimentado no Brasil nas décadas que antecederam ao golpe militar. A estrutura fundiária altamente concentrada e apoiada na apropriação de renda da terra contribuía para reduzir o excedente comercializável fora da grande unidade agrícola e, desta forma, via expropriação dos trabalhadores ligados ao setor de subsistência, o setor pré-capitalista se constituía em uma estrutura pouco monetizada e com forte resistência   mudança (Furtado, [1967] 1983). A existência de uma grande parcela da população inserida no setor pré-capitalista permitia, ao manter em níveis muito baixos o nível de subsistência, exercer pressão permanente no sentido de rebaixar o s l rio no setor capitalista.

A constitui o de um sistema industrial tinha como efeito o surgimento de uma série de ocupações diferenciadas, permitindo a eleva o dos s l rios nas atividades ligadas aos núcleos industriais. Nesse grupo estariam os operários industriais, constituindo uma fra o de classe em melhores condições do que aquelas ligadas ao setor pré-capitalista (Furtado, 1966), mas não são em condições de vida material, como também em rela o aos direitos

políticos e individuais, sendo assistida por uma legislação trabalhista e por uma estrutura previdenciária.

À luz da experiência histórica, não é difícil explicar por que a classe camponesa, no Brasil, é muito mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária, se bem que, do ponto de vista da ortodoxia marxista, esta última deveria ser a vanguarda do movimento revolucionário. É que nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jogo democrático, as suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é totalmente diversa. (Furtado, 1962, p. 28)

Dessa forma, como argumenta Celso Furtado (1966, p. 13), o desenvolvimento industrial no capitalismo clássico criou condições para a elevação dos padrões de consumo e o estabelecimento de classes com clara consciência dos seus interesses e de sua inserção na sociedade, abrindo “as portas ao reformismo”, enquanto no caso brasileiro, “a penetração da técnica engendra a instabilidade social”. Esta posição marca também uma postura crítica do autor quanto às comparações entre as revoluções burguesas europeias e a constituição do Estado Nacional em economias periféricas. A heterogeneidade característica das massas urbanas inseridas nas atividades ligadas ao núcleo industrial dificulta a formação de consciência e a formulação de um programa político autêntico; por outro lado, as formas de exploração existentes no setor pré-capitalista e o distanciamento do padrão de consumo deste setor em relação ao das atividades urbanas impulsionam seus trabalhadores a adotar uma postura radical e imediatista frente ao processo de transformação da sociedade. Nesse ponto, Furtado expõe sua principal perspectiva sobre a Revolução Brasileira: dado os avanços obtidos pelas classes trabalhadoras urbanas, qualquer opção que fugisse a um regime democrático seria um retrocesso. A melhoria dos padrões de vida da maioria da

classe trabalhadora como um todo constituía, portanto, tarefa imprescindível da Revolução Brasileira como forma de sustentação do marco político-democrático.

Diante dessa constatação, Furtado (1962, p. 31) aponta duas “diretrizes de ordem geral” para o processo de transformação da sociedade brasileira: “prevenir toda forma de retrocesso em nosso sistema político-social” e “criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país”. Desta forma, o autor insere o desenvolvimento econômico como uma tarefa indispensável para a manutenção da estabilidade do marco político brasileiro, salvando-o de tentativas de implantação de regimes autoritários tanto por parte da esquerda como da direita.

A substância ideológica do socialismo latino-americano será seguramente extraída da consciência crítica formada na luta pela superação do subdesenvolvimento. Essa luta tem lugar dentro de marcos políticos nacionais, os quais delimitam os centros de decisão que comandam as atividades econômicas tanto em seus aspectos internos como externos. A solidez de um marco político nacional constitui fator decisivo na luta pelo desenvolvimento. Entretanto, é somente através do próprio desenvolvimento que se torna possível dar maior solidez e eficácia ao marco político. [...] Em outras palavras: a estagnação econômica engendra o enfraquecimento do marco político e a perda progressiva da capacidade de autodeterminação, o que por seu lado limita a capacidade para superar os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento. (Furtado, 1966, p. 17)

Logo, a resolução da questão nacional passa pela superação dos entraves estruturais do desenvolvimento. O que significa que, pelo lado externo, tem-se a confrontação com o imperialismo, e pelo lado interno, a superação da concentração fundiária como forma de elevar o nível de subsistência da classe camponesa. Percebe-se que Furtado revela certo otimismo nesse período em relação à capacidade de autodeterminação da economia nacional, o que permitiria a adoção de uma via reformista mesmo em oposi-

ção aos interesses imperialistas. Essa perspectiva tem fundamentação, sobretudo, nas considerações do autor sobre a mudança de atitude dos Estados Unidos em relação à América Latina no período posterior à Revolução Cubana.

Furtado revela esse otimismo principalmente em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961a). A superação da estrutura colonial pode ser constatada a partir de dois fenômenos: a mudança do centro dinâmico do setor agroexportador para o industrial, ligado ao mercado interno; e a transferência dos centros de decisão sobre a economia brasileira para as mãos de uma classe dominante ligada aos setores voltados ao mercado interno. A internalização dos centros decisórios deve-se, em primeiro lugar, à constituição durante os anos 1950 de um setor de bens de produção, capacitando a indústria nacional para o atendimento de parte da demanda de equipamentos e insumos básicos e dotando-a de capacidade para sustentar seu próprio crescimento (Furtado, 1961a). Em segundo lugar, Furtado (1962) argumenta que apesar da penetração do capital estrangeiro na economia brasileira, sobretudo durante o governo JK, a manutenção dos setores básicos — como petróleo e siderurgia — sob controle estatal havia permitido a autonomia desses setores em relação aos grupos estrangeiros, fortalecendo a capacidade de comando nacional sobre a economia.

A transferência dos centros decisórios marcaria também a virada na composição do bloco de classes dominantes, cujo papel de classe dirigente transferia-se para as mãos da burguesia industrial, que dispunha de um grau de autonomia frente ao imperialismo muito superior ao da classe primário-exportadora. Essa virada marcaria também a consolidação da hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista; como os interesses da indústria estariam ligados ao mercado interno e à elevação do padrão de consumo da população, haveria a possibilidade da Revolução Brasileira se consolidar em torno de um programa popular-democrático, assim como na visão de Nelson Werneck Sodré e do PCB.

Como será tratado na seção seguinte, Caio Prado Júnior assumia uma postura crítica em relação aos desdobramentos dessas interpretações no conteúdo programático sugerido pelos autores. Sua crítica tem como principal ponto de origem o questionamento quanto à possibilidade de um processo autêntico de transformação ser levado adiante dentro do sistema político-partidário brasileiro, comandado pelos partidos criados por Vargas. Mas a partir dessas críticas, publicadas na *Revista Brasiliense*, o debate sobre a Revolução Brasileira se desdobrará em uma articulação com a obra do autor, e logo com a sua interpretação do Brasil.

III. Caio Prado Júnior e a construção da crítica ao nacional-desenvolvimentismo

Caio Prado Júnior não foi propriamente o que se poderia chamar de um pensador econômico — seus primeiros estudos, por exemplo, foram nas áreas de geografia e história. Também no debate sobre desenvolvimento econômico se inseriu de forma indireta por meio da temática da Revolução Brasileira. Grosso modo, pode-se dizer que Caio Prado desenrola sua trajetória intelectual em torno de dois grandes debates: o primeiro sobre a formação e o sentido das instituições socioeconômicas do Brasil, colocando-se desde seus primeiros trabalhos em posição crítica às interpretações típicas do nacionalismo autoritário, que haviam tomado força durante as décadas de 1920 e principalmente 1930;⁴ e um

⁴ Fausto (2001) define essa corrente como um pensamento constituído a partir da década de 1920, apesar da declarada influência das obras de Alberto Torres da década de 1910, e que tem em Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos seus principais nomes. Esta corrente se agrega inicialmente em torno da defesa da inadequação das instituições liberais no Brasil, da crítica à Constituição de 1891 e na defesa do centralismo político e da ampla participação do Estado na constituição das formas representativas. Estes autores, assim como figuras mais ligadas inicialmente ao Integralismo como Miguel Reale, não só tiveram intensa participação na construção das

segundo debate — ainda que articulado com o primeiro — sobre a chamada Revolução Brasileira. É principalmente em seus ensaios na *Revista Brasiliense* na década de 1950 e nos seus livros da década de 1960 que Caio Prado se aproxima do debate de desenvolvimento econômico por intermédio de sua inserção na polêmica sobre a Revolução Brasileira. Este período marca também a radicalização da concepção de Revolução Brasileira em Caio Prado Júnior e seu afastamento final do conteúdo da revolução proposto pelo PCB.

Os três grandes trabalhos de Caio Prado Júnior na década de 1960 — que serão também seus últimos trabalhos de maior projeção —, *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* (1960a), *A Revolução Brasileira* ([1966] 2004) e *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro* ([1968] 1999), formam um conjunto teórico no qual Prado Júnior explicita formalmente o conteúdo de sua divergência, tanto teórica como prática, da agenda do PCB e dos desenvolvimentistas.

No primeiro dos livros (Prado Júnior, 1960a), segundo o próprio autor e em sintonia com o debate do período, busca-se realizar um esforço de síntese para superar a divisão metodológica existente nas ciências econômicas, integrando a economia política, a história econômica e a história das doutrinas econômicas. Nesse esforço, Prado Júnior procurava embasar o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos como o Brasil em uma teoria que contemplasse a natureza específica de economias marcadas pela subordinação e situação de dependência quanto à divisão internacional do trabalho. Logo, o livro de 1968, *História e desenvolvimento*, como o próprio subtítulo já informa — “contri-

instituições durante os períodos de mercado autoritarismo, como compuseram boa parte do imaginário político-ideológico ligado ao autoritarismo brasileiro. Ver também Lamounier (1978), Souza (1999) e W. G. Santos (2002).

buição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento” —, marca um retorno ao tema, isto é, Caio Prado procura emprestar ao conceito de desenvolvimento econômico, tal qual ele é tratado na teoria econômica e no debate político, uma dimensão histórica e específica. O livro de 1968 representa, em grande parte, uma síntese conclusiva do sentido da obra de Caio Prado, integrando o sentido da evolução histórica da estrutura socioeconômica brasileira, apresentada ao longo da obra do autor com uma política autêntica de superação deste sentido, entendida por ele como o que seria o real sentido do desenvolvimento nacional, sobretudo no tocante à superação da dinâmica de reprodução das estruturas sociais tipicamente coloniais que bloqueiam a formação da economia nacional integrada, como denomina o autor.

Em *A Revolução Brasileira*, o autor procura apresentar seus pontos de divergência em relação à estratégia revolucionária proposta pela ala majoritária da esquerda brasileira. Ao mesmo tempo, fornece indícios de que sua perspectiva sobre o desenvolvimento econômico estava ligada diretamente a sua concepção de Revolução Brasileira, ou seja, que desenvolvimento econômico autêntico só poderia ser realizado por meio da superação do sentido colonial da estrutura econômica brasileira, ou seja, via formação de uma “coletividade nacionalmente integrada, isto é, voltada para si mesma” (Prado Júnior, [1966] 2004, p. 86). Este sentido também é o mesmo dado ao conceito de desenvolvimento no livro de 1968, no qual o desenvolvimento nacional é identificado com a refundação da economia sobre bases nacionais e a internalização dos seus centros decisórios, reafirmando a capacidade de autodeterminação da base econômica nacional. Apesar da semelhança na forma como o conceito é tratado entre os autores, Caio Prado distingue sua divergência quanto à perspectiva, ainda que por vezes implícita em alguns autores, que associava a Revolução Brasileira diretamente ao desenvolvimento das forças produtivas.

Em grande medida, era a perspectiva de que o desenvolvimento das forças produtivas era tarefa imediata da Revolução Brasileira que permitia a política de frente ampla que sustentava o projeto desenvolvimentista. Isto explica de certa forma a proximidade programática entre o PCB, o nacional-desenvolvimentismo e outras forças ligadas ao trabalhismo getulista. Neste caso, o livro *História e desenvolvimento* compõem com os outros dois a crítica ao desenvolvimento nacional tal qual exposto e entendido por duas corrente importantes na época: parte da ala comunista ligada ao debate da Revolução Brasileira, majoritária dentro do PCB e identificada com a necessidade da Revolução Democrática-Burguesa; e os “desenvolvimentistas”, mais à esquerda, como Celso Furtado, que identificavam a ausência de reformas estruturais com a estagnação econômica.

Desde meados da década de 1950, Prado Júnior formulava suas intervenções a partir do que ele também percebia como os dois grandes eixos aglutinadores do debate sobre os rumos do país; pelo lado do debate político, considerava o nacionalismo como a grande ideologia que permitia no Brasil a mobilização de um verdadeiro movimento de massas; e no debate econômico, via no desenvolvimentismo a direção hegemônica do debate brasileiro (Prado Júnior, 1959a; 1959b). Em sua perspectiva, Prado Júnior buscou conjugar estes dois movimentos, construindo uma visão sobre desenvolvimento econômico que tivesse como premissa a possibilidade de mobilização do que o autor denominava de “forças nacionalistas”. Considerava, portanto, uma teoria que, a partir de sua prática, se constituísse um polo aglutinador das forças sociais interessadas na emancipação nacional. Este foi o sentido atribuído à formulação do que Prado Júnior julgava uma estratégia de desenvolvimento autenticamente nacional. Este será o ponto de chegada do livro de 1960, ou seja, procurar estabelecer as premissas de uma teoria econômica que contemplasse a superação do subdesenvolvimento a partir da compreensão da natureza própria desse fenômeno no Brasil.

Pode-se observar ultimamente, em alguns setores da opinião pública, e relativamente às perspectivas da economia brasileira e à política econômica a ser seguida, uma certa confusão — embora mal percebida e não formulada expressamente — entre nacionalismo e desenvolvimento. Ou antes, tende-se a fazer do nacionalismo, desenvolvimento, e vice-versa, do desenvolvimento, nacionalismo, sem precisar muito bem a natureza própria e específica de cada uma dessas circunstâncias político-econômicas. Ocorrem, é verdade, muitas variantes na maneira de se propor o assunto, mas em qualquer delas, é-se levado a ver o desenvolvimento brasileiro, isto é, na transição do Brasil de um estágio de subdesenvolvimento, para o de um país economicamente desenvolvido, a realização e afirmação do nacionalismo. (Prado Júnior, 1959b, p. 9)

Caio Prado, seguindo a formulação típica do debate, argumenta que basicamente as economias podem ser classificadas em economias coloniais, economias em transição e economias nacionais, isto é, que lograram constituir uma Nação (Prado Júnior, [1966] 2004). Para o autor, o Brasil havia dado um passo importante no sentido da transição para uma verdadeira economia nacional, que foi a independência política em relação a Portugal, possibilitando a internalização dos centros decisórios sobre a política nacional (Prado Júnior, [1933] 2007). O país se encontrava, portanto, em uma posição de transição que poderia resultar tanto na formação da Nação como em uma reversão colonial. A característica geral dessa economia em transição encontra-se no fato de que a internalização dos centros decisórios sobre a economia não rompeu com os laços de dependência e subordinação ao sistema capitalista internacional (Prado Júnior, 1960a). A formação do Estado ao não questionar a posição ocupada dentro da divisão internacional do trabalho manteve, assim, uma organização econômica tipicamente colonial, com a dinâmica que lhe é própria, embora tendo internalizado alguns centros decisórios.

A consolidação do que o autor denomina de sistema econômico colonial tem início somente com o declínio do ciclo açucareiro

e o início do ciclo da mineração, com ocupação subsequente do Centro-Sul, que propiciará a integração das atividades diferenciadas dentro da colônia. O ciclo do ouro, ao articular as atividades econômicas marginais, fornece à colônia seu primeiro esboço de sistema econômico, articulando os rebanhos de gado do São Francisco e do Sul, com as regiões das Minas e o porto do Rio de Janeiro (Prado Júnior, [1945] 1969).

Essa articulação interna da economia colonial estrutura a base a partir da qual o sistema econômico brasileiro se desenvolverá, porém sem nunca superar seu caráter — caráter este resultado da estrutura dual que constitui uma economia colonial. Dualidade, que na obra do autor — diferentemente da utilização mais comum do conceito dentro do debate econômico — se define como a articulação interna da economia colonial, ou seja, a existência de um setor que se forma para o fornecimento de gêneros ao centro capitalista e subordinado a este, e de um segundo setor estruturado a partir das necessidades do setor exportador, e que é, portanto, inseparável da forma de inserção brasileira na divisão internacional do trabalho (Sampaio Júnior, 1999).

Em síntese, a presente fase do processo histórico brasileiro se caracteriza, vimo-lo no correr do presente trabalho, pelas contradições que resultam fundamentalmente de uma dualidade de setores ou sistemas econômicos imbricados um no outro: um, o tradicional, centrado na produção de gêneros primários destinados à exportação; o outro, emergente desse e constituído em seu seio, mas que se volta para o mercado interno, e tem por base essencial a indústria. Trata-se de um dualismo, porque essencialmente ambos os setores se caracterizam a parte um do outro e não se recobrem. Isto é, cada um deles tem sua orientação comercial própria e exclusiva — um para o mercado externo, outro para o interno —, e somente se confundem e sobrepõem secundária e subsidiariamente; e até mesmo, muitas vezes, apenas excepcionalmente. (Prado Júnior, [1968] 1999, p. 131)

Logo, há algumas diferenças importantes quanto ao uso do conceito de dualidade em Caio Prado. A dualidade não é definida como uma coexistência de modos de produção diferentes em um sistema econômico, como a define, por exemplo, Ignácio Rangel (1957) e Furtado (1966) em particular. A dualidade era um fato inseparável da economia colonial, resultado da estruturação de um setor voltado ao atendimento das necessidades do centro capitalista, se constituindo em nada mais que um apêndice complementar do sistema capitalista internacional. Independente das forças produtivas ou das relações de produção que comandem cada setor, a superação da dualidade somente seria possível pela construção de uma forma independente de inserção no sistema capitalista internacional.

A continuidade com a forma de inserção subordinada ao sistema capitalista internacional resulta nas características que distinguem os países subdesenvolvidos, e desta inserção resulta a lógica de reprodução dos desequilíbrios típicos que afetam essas economias (Prado Júnior, 1960a). O subdesenvolvimento, entendido como as manifestações típicas da economia colonial, incluindo os baixos níveis de progresso material, é resultado da pequena parcela da acumulação capitalista que se transforma novamente em poder aquisitivo no mercado interno. Entre as principais razões desse “desfalque de poder aquisitivo”, o autor aponta a inserção tanto financeira como comercial desses países e a inexistência de um setor com escala apreciável de bens de produção (Prado Júnior, 1960a).

A inserção comercial resulta precária em razão da excessiva especialização desses países em alguns poucos produtos primários de maior valor, o que tem como consequência justamente a dificuldade crescente de se colocar maiores quantidades desses produtos nos mercados mundiais, provocando uma tendência de queda em seus preços (Prado Júnior, 1960a). A dependência da aquisição sempre crescente de bens no exterior provoca a pene-

tração nessas economias de quantidades crescentes de produtos ou empresas estrangeiras, que ou acirram o déficit comercial ou servem para ampliar as necessidades de saldos financeiros externos para cobrir os pagamentos de *royalties* e as remessas de lucros que a penetração do capital estrangeiro implica (Prado Júnior, 1957; 1960a; 1962).

Em ambos os casos, Caio Prado argumenta como a própria normalidade do funcionamento das economias desse tipo implica em sucessivos desequilíbrios que resultam por sua vez na continuidade e acirramento da condição de dependência. Neste mesmo sentido, a existência de um setor voltado ao atendimento das demandas do centro capitalista e a penetração das empresas estrangeiras contribuem ainda criando uma massa de capital cuja reinversão é definida por fatores externos à economia nacional, acirrando ainda mais a fragilidade da conjuntura e a falta de autodeterminação características do sistema econômico colonial.

Desse modo, o desenvolvimento econômico na obra de Caio Prado não está ligado propriamente ao desenvolvimento das forças produtivas. Desenvolvimento nacional é, sobretudo, o fim do dualismo, no sentido empregado pelo autor, ou seja, é a adequação de toda estrutura econômica às finalidades de atendimento às necessidades básicas do conjunto da população brasileira — logo, é a integração entre produção e consumo ou, nos termos de Prado Júnior, a superação da economia colonial e a formação da economia nacional (Prado Júnior, 1960a) como unidade econômica integrada cuja estrutura produtiva responde às necessidades de consumo da coletividade nacional. O desenvolvimento se refere à política de superação da base econômica de estruturação da sociedade brasileira ou do “sentido da colonização” (Prado Júnior, 1943) como coloca o autor, independente da natureza da(s) sua(s) força(s) produtiva(s). A diferença básica desta perspectiva reside em não sugerir uma associação indispensável entre desenvolvimento econômico e avanço imediato das forças produtivas.

Para Prado Júnior a industrialização levada adiante pelo governo JK, ao garantir tratamento preferencial para o capital estrangeiro — por meio das instruções da Sumoc — contribuía para ampliar a posição de dependência tecnológica e os desequilíbrios financeiros do país. O autor percebia que as grandes empresas do centro capitalista ao entrarem em fase de transnacionalização — principalmente as de bens de capital — traziam consigo a possibilidade de industrialização da periferia. Nesse caso, a industrialização da maneira como estava sendo feita acirrava ainda mais o caráter colonial da economia brasileira, que ao invés de importar os produtos manufaturados do centro capitalista passava a produzi-los internamente por intermédio de empresas estrangeiras ou de concessões feitas a empresas nacionais por empresas estrangeiras. De qualquer forma, a política de industrialização seguida apenas tornava a questão mais complexa, sem alterá-la substancialmente, isto é, consistia em um avanço das forças produtivas internas sem, entretanto, questionar a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e sem internacionalizar os centros decisórios. Nesse sentido, abria-se a possibilidade de uma industrialização sem conflito com o imperialismo.

Pelo caminho que vamos seguindo, o processo de industrialização do nosso país, em vez de resultar num decisivo ascenso da economia brasileira, e acentuado ritmo de progresso dos padrões de vida do conjunto da população do país, irá dar simplesmente, como já está sendo o caso, em nova forma, embora mais complexa e menos aparente, de exploração imperialista, a par de outra que vem de longa data e que vem a ser a de um simples fornecedor de matérias-primas e de gêneros alimentares, ao comércio internacional. (Prado Júnior, 1959a, p. 5)

A despeito das semelhanças entre os termos utilizados por Caio Prado e o restante dos desenvolvimentistas, o autor procura negar a identificação entre desenvolvimento e industrialização, muito comum dentro do debate. Essa percepção foi decisiva na

crítica de Caio Prado Júnior ao apoio do PCB às correntes ligadas ao trabalhismo getulista.⁵

Ao apontar para a forma como a internacionalização das empresas estrangeiras criava também condições para uma industrialização dependente, o autor indicava outro fenômeno importante para a Revolução Brasileira. A exploração do mercado interno por empresas estrangeiras tornava estas empresas também interessadas na ampliação desse mercado, o que possibilitava a acomodação de interesses entre burguesia nacional e imperialismo. Este fenômeno fomentava ainda mais o caráter associativo da burguesia brasileira, fosse ela primário-exportadora ou industrial. A industrialização seguida ao longo do governo JK ao invés de ter contribuído para a internalização dos centros decisórios resultou na complexificação do problema colonial e no distanciamento da capacidade de autodeterminação da economia brasileira.

Ao apontar a forma como as transformações no sistema capitalista internacional modificavam as perspectivas da Revolução Brasileira, Caio Prado influenciou uma série de trabalhos que, de certa forma, foram herdeiros dos termos da discussão. São, sobretudo, nos trabalhos relacionados à construção da teoria de dependência que os ecos do debate sobre a questão nacional dos anos 1950 e 1960 podem ser percebidos. A seção seguinte explora alguns desdobramentos do debate posteriores ao golpe.

⁵ “A outra razão de cegueira dos comunistas em frente à realidade política, razão essa derivada da primeira apontada [*afastamento do partido em relação às massas trabalhadoras e populares*], se encontra nas absurdas concepções deformadoras de sua linha política que vêm há longos anos dominando. Esquemáticamente, essas concepções se reduzem ao seguinte: o capitalismo constitui na fase atual do Brasil um sistema ‘progressista’, cabendo pois aos comunistas ampararem e promoverem esse sistema, o que resultará no ‘desenvolvimento’ do país. E com isso se encaixa a ação política dos comunistas, no ‘desenvolvimentismo’ do Sr. Kubitschek” (Prado Júnior, 1960b, p. 15).

IV. A Escola de Sociologia da USP: crítica ao dualismo e ao pacto desenvolvimentista

Nos anos posteriores ao golpe, entre os trabalhos sobre a controvérsia, *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Júnior foi aquele que mais influenciou a geração seguinte. O período que vai da publicação do livro de Prado Júnior ao afastamento de Florestan Fernandes e de seu grupo da Escola de Sociologia da USP marca também um breve período de proximidade entre o historiador e o grupo da USP, que segue até o período da fundação do Cebrap por parte dos professores afastados pelo regime civil-militar em 1969 (Bresser Pereira, 2004a). Este será o período inicial da construção das críticas ao dualismo estrutural e ao uso do conceito de burguesia nacional, por influência direta das obras de Caio Prado e Florestan Fernandes — a influência de Fernandes, porém, somente será abordada no próximo capítulo (Castelo, p. 289-325).

Os trabalhos elaborados na USP durante a década de 1960 traziam, ainda que implicitamente em alguns casos, tentativas de estabelecer diálogos com certos pontos abordados por Caio Prado Júnior e levá-los adiante em suas consequências práticas. Para resgatar esses pontos vale retomar alguns pormenores da obra do autor. Pode-se apontar duas críticas importantes contidas nas obras de Prado Júnior, e consequências de sua própria perspectiva sobre a evolução das estruturas sociais brasileira: a primeira era a crítica ao fato do atraso do setor voltado à produção para o mercado interno ser resultado do bloqueio à penetração capitalista nesse setor, interpretação comum ao debate; e a segunda, a suposição da existência de uma “burguesia nacional” em oposição ao imperialismo. Ao longo dos anos 1960 uma série de trabalhos produzidos pelo grupo sob orientação de Florestan Fernandes na USP, e posteriormente pelos pesquisadores do Cebrap, procurou desenvolver essas questões.

Tanto nos textos reunidos no livro *A questão agrária* (1979) — mas que já tinham sido publicados na *Revista Brasiliense* no

período pré-golpe — como em *A Revolução Brasileira* ([1966] 2004), Caio Prado Júnior defende que as formas de ocupação agrária brasileira, seja o latifúndio primário-exportador ou as áreas ocupadas pela agricultura de produção de gêneros de subsistência, possuem uma gênese mercantil, ou seja, são constituídas integradas na finalidade de produzir bens para exportação. Este fato constitui uma peculiaridade da formação do campesinato brasileiro, isto é, a baixa densidade da população existente antes da utilização mercantil do solo, e que constituísse resistência à penetração das relações mercantis de produção, é um fato relativamente raro na expansão mercantil europeia, sobretudo quando comparado ao caso asiático como fazia o PCB. Deste modo, a produção de gêneros para o mercado europeu não se articulou a uma agricultura já constituída para o consumo interno, mas formou esta a partir de sua expansão, instituindo uma via alternativa de formação do campesinato e das relações de produção no campo. Logo, apesar da aparência de atraso, resultado da herança escravista, o setor de subsistência da agricultura já era integrado à produção mercantil e, portanto, não constituía empecilho para expansão desta.

O teor dessa argumentação é retomado por Octávio Ianni (1963; [1968] 1975, cap. IV) procurando demonstrar como a agricultura já havia entrado ao longo da década de 1950 em franco processo de modernização produtiva, intensificando o uso de defensivos e maquinário agrícola. Logo, apesar do descompasso da modernização da produção agrícola para o mercado interno em relação à intensidade do desenvolvimento industrial, em parte relacionada à presença do latifúndio exportador, essa estrutura não era estanque aos estímulos gerados no setor capitalista e de fato havia respondido ao desenvolvimento industrial com aumento expressivo da produtividade ao longo da década.

Portanto, as estruturas agrárias não são nem absolutamente rígidas nem absolutamente fechadas. Do ponto de vista do

desenvolvimento econômico, baseado na industrialização, a sociedade agrária deveria sofrer mudanças muito mais drásticas e aceleradas. De fato, o descompasso entre setor agrário primário e setor secundário provocaram e provocam atritos e desgastes no plano da economia global. Entretanto, é conveniente observar que as estruturas agrárias não são autônomas e imunes às mudanças. Em realidade, elas são integradas a estruturas mais amplas, nacionais e internacionais. E são esses vínculos que estabelecem as condições de mudança tanto quanto de estabilidade. (Ianni, 1968, p. 43)

Se Octávio Ianni procura demonstrar como a penetração da técnica capitalista na estrutura agrária brasileira era um fato em andamento, o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco ([1964] 1997) apresenta uma das primeiras críticas diretas à abordagem da dualidade integrada de modos de produção distintos. A autora demonstra como as atividades exercidas pelos “homens livres e pobres” durante a expansão cafeeira eram inseridas em um emaranhado de relações pessoais e de interdependência com a grande propriedade, que por sua vez dependia desses homens para realização de uma série de tarefas não comportadas pelo trabalho escravo, mas de suma importância para o êxito do empreendimento colonial.

Como argumenta a autora, a lógica da estruturação das atividades produtivas dentro e fora da grande propriedade somente é inteligível quando referida ao modo de produção capitalista, ou seja, somente tendo como referência a lógica de exploração capitalista é possível entender o sentido da conformação das características que definem a ocupação agrícola brasileira. Neste mesmo sentido, as abordagens que têm como base a aparente dualidade entre setores produtores de bens para exportação e de gêneros para o mercado interno não consideram as relações de interdependência que integram as atividades voltadas para o mercado interno com a grande propriedade. Antes de serem setores com lógicas distintas, ambos se integravam em uma rede de interesses

mútuos, resultado da unidade entre a produção de mercadorias para o mercado internacional e a produção de gêneros para subsistência em uma mesma unidade econômica, que ainda que aparentemente separadas representavam uma unidade em decorrência de sua origem e das relações de dependência que se afirmavam entre as diversas formas de exploração agrícolas.

A aparente dualidade somente pode ser compreendida considerando as condições necessárias para a produção de mercadorias em condição de isolamento, como aquelas requeridas pela exploração de gêneros tropicais. A evolução dessa “unidade contraditória” se desenvolveu no sentido da especialização das atividades mercantis e diferenciação entre estas atividades, criando uma situação de aparente “dualidade integrada”. Logo, esta aparente dualidade é resultado das próprias condições da exploração mercantil das zonas periféricas não plenamente integradas no mercado mundial e, portanto, não representa modos de produção distintos.

A produção e o consumo diretos encontram sua razão de ser na atividade mercantil, como meio que se definiu juntamente com a extensão das terras apropriadas, as técnicas rudimentares, a escravaria. A combinação colonial dos fatores de produção repousou, em larga medida, na possibilidade do latifúndio autossuprir-se. Isto posto, não basta constatar que produção para subsistência e produção para o mercado estejam arranjadas numa estrutura e sejam interdependentes. Ainda assim se correrá o risco de chegar a uma visão dissociativa dos componentes dos latifúndios e indicar que, nele, formações socioeconômicas distintas estão combinadas, compondo uma dualidade. Respeitar-se-á, ao invés, sua integridade, ao se apreender aquelas duas modalidades de produzir como práticas que são constitutivas uma da outra. Dessa perspectiva, os princípios opostos de ordenação das relações econômicas aparecem sintetizados e, ao observá-los, não seremos levados a representar a economia colonial como uma dualidade integrada, mas como uma unidade contraditória. (M. S. Franco, [1964] 1997, p. 11-12)

Presente nessa argumentação está a descrição de uma mesma gênese para os dois setores constitutivos da economia colonial, sendo resultado das necessidades da empresa colonial. Como observa Carvalho Franco, a diferenciação desses setores corresponde à lógica de produzir maiores lucros, sendo assim perfeitamente cabível sua readaptação a formas mais modernas de exploração capitalista, sem que isso signifique necessariamente o fim da heterogeneidade entre os setores que compõem a economia.

Nesse sentido, coube ao artigo de Francisco de Oliveira (1972) a demonstração de que a dualidade não só não constitui bloqueios ao avanço das relações capitalistas como é condição para o desenvolvimento e para a viabilidade deste na periferia e em condição de dependência. Para Oliveira, o arcaísmo presente em algumas atividades na periferia é fruto da maneira como o setor primário-exportador e o voltado ao mercado interno se integram, por meio da formação do custo de reposição da mão de obra.

A transferência do centro dinâmico para a indústria e a modernização das técnicas agrícolas não transformam o caráter dessa relação; pelo contrário, se desenvolvem apoiados na articulação entre os dois setores. Ao articular a produção mercantil com a produção de subsistência, mantendo um largo contingente de pessoas produzindo para subsistência, além de manter uma pressão baixista sobre os salários urbanos pelo excesso estrutural de mão de obra, como apontava também Celso Furtado, a estrutura agrária permitia reduzir também o custo de reprodução dos trabalhadores industriais. Considerando o custo de reprodução da mão de obra industrial como composto por gêneros agrícolas e gêneros industriais, e os preços agrícolas tendo em sua composição o custo de reprodução da mão de obra rural, o aumento da exploração do trabalhador agrícola estabelece um fundo de transferência de excedente entre o setor agrícola e o setor urbano-industrial.

A solução do chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para a urbano-

industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses fatores pela ação do Estado constituindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de “acumulação primitiva”. O conceito tomado de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* — isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura de exportação —, mas *se expropria excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética. (Oliveira, 1972, p. 16, grifos originais)

Por outro lado, no fornecimento dos gêneros industriais para as classes trabalhadoras, opera o que Francisco de Oliveira denominou de “economia de subsistência urbana”. A incapacidade do setor primário e secundário de ocupar o contingente de população que vai se formando ligado ao setor de subsistência resulta em um setor terciário de dimensões desproporcionais em relação aos outros setores da economia. Esse setor terciário forma um mercado informal vinculado à prestação de serviços pessoais para as classes baixas urbanas, seja no fornecimento de alimentação para os trabalhadores de baixa qualificação, no comércio ambulante de produtos de baixo custo, ou trabalhando na construção de suas próprias moradias em caráter de mutirão; constituindo, dessa maneira, outra forma de redução do custo de reprodução da mão de obra industrial.

Nesse sentido, a reprodução do arcaísmo é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema. Francisco de Oliveira constrói uma crítica à suposição apoiada por uma parte significativa do debate sobre a Revolução Brasileira de que o avanço das forças produtivas entraria em conflito com as estruturas arcaicas, heranças do passado colonial. Pelo contrário, a modernização das forças produtivas, supondo a continuidade da situação de dependência, necessariamente implica no prosseguimento da heterogeneidade entre os setores na economia brasileira.

O trabalho de Francisco de Oliveira, que talvez tenha sido o último grande desdobramento sobre a questão da dualidade, representou com certeza a formulação de uma maneira diferente de ver as formas de combinação entre o “atrasado” e o “moderno” no Brasil, como formas distintas de manifestação de um mesmo processo, assim como já argumentara Maria Sylvia de Carvalho Franco. Se os trabalhos citados acima representaram a crítica mais robusta ao dual-estruturalismo presente em muitas interpretações do Brasil — como, por exemplo, nos trabalhos do Iseb e da Cepal —, os textos de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni se concentraram em outro ponto caro à argumentação isebiana e de parte significativa da esquerda do período: a questão da “burguesia nacional” e a defesa de um varguardismo desta na constituição do projeto nacional.

A “burguesia nacional”, nessa perspectiva, corresponderia a uma fração de classe da burguesia local, cujos interesses estavam assentados na produção de bens para o mercado interno, identificando assim o crescimento da renda deste mercado como um fator decisivo para consolidar sua hegemonia e, portanto, disposta a defender uma maior participação na apropriação do excedente econômico em relação ao complexo agroexportador — logo, cujo horizonte de interesses estaria em contradição tanto com latifúndio como com o imperialismo internacional. Dado que havia certo consenso por parte das correntes de esquerda

ligadas ao nacionalismo sobre a inexistência de condições materiais para o estabelecimento direto do socialismo — que era opinião, por exemplo, compartilhada tanto por Werneck Sodré como por Prado Júnior —, caberia à burguesia nacional consolidar a revolução burguesa. Neste ponto, Caio Prado diverge da posição de Sodré quanto à capacidade da burguesia industrial brasileira levar adiante o projeto nacional.

Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado aprofundou sua interpretação sobre a industrialização conduzida pelo governo JK, reunindo opiniões que já havia expressado na *Revista Brasiliense*. Segundo o autor, o tratamento dado ao capital estrangeiro intensificava um processo que tinha raízes na formação da burguesia industrial no Brasil, isto é, seu caráter associativo com outras frações de classe burguesa, nacionais e estrangeiras. Por ter origem nos interstícios da economia cafeeira, a burguesia industrial se constitui como um elo do sistema agroexportador, inserida em um complexo de relações de apoio técnico e financeiro com as empresas estrangeiras por um lado, e em uma rede de relações pessoais com o setor cafeeiro por outro. Sendo assim, longe de ter uma vocação “nacionalista”, a “burguesia nacional” surgia na economia brasileira como uma classe já originalmente dependente do sistema capitalista internacional.

Foi sobre algumas suposições presentes nessa controvérsia que os trabalhos de Cardoso e Ianni se dedicaram, ambos defendendo posições que em muitos aspectos os aproximavam da crítica que Caio Prado dirigia ao PCB e aos intelectuais do Iseb. Fernando Henrique Cardoso, em sua tese de livre docência — que, assim como a posterior tese de doutoramento de Octávio Ianni, contou com a presença de Caio Prado Júnior como membro da banca —, defendeu uma posição crítica em relação à capacidade da burguesia industrial se constituir como uma classe coesa o suficiente para defender um projeto nacional.

Cardoso (1963) argumenta que a burguesia industrial brasileira é uma classe em ascensão recente e muito heterogênea em

sua formação, dificultando a identificação com uma ideologia por toda a classe. Essa burguesia acaba se caracterizando por uma posição arraigada em certos padrões tradicionalistas, muitas vezes adotando posições contrárias aos seus próprios interesses materiais enquanto classe. Como argumenta o autor (p. 186), “a burguesia industrial tem desenvolvido mais do que uma política, uma estratégia para responder aos desafios do desenvolvimento econômico”, reagindo sempre que se sente acuada com os conflitos da formação de uma sociedade de massas e se acomodando às exigências provenientes do Estado em sua política de desenvolvimento. Deste modo, oscilando entre as contradições próprias de uma sociedade periférica em via de industrialização.

Novamente a burguesia industrial fica entre dois fogos: não sabe se apoia com decisão e energia as massas populares que se exprimem pelas organizações sindicais, pelos grupos nacionalistas ou através de frações políticas mais radicais — ou se deve alinhar-se ao “partido da ordem”. Na primeira hipótese, teme a “revolução”, na segunda, o “imobilismo”. Por isso, a ideologia burguesa reflete sempre o temor do povo, transfigurado em “proletariado revolucionário”. Mesmo quando, objetivamente, não há uma situação revolucionária, a burguesia industrial teme a “revolução iminente”. Em função desta crença rejeita muitas vezes medidas e políticas que objetivamente são favoráveis à industrialização. [...] O delírio direitista a que se entregam alguns grupos empresariais, da mesma forma, espelha a política de avestruz que orienta parte da burguesia industrial: por temor da revolução abdicam a política de reformas deixando de lado os projetos de hegemonia política para apoiar a estratégia de reação dos grupos dominantes tradicionais. (*Ibid.*, p. 189)

Para Ianni ([1965] 2004; [1968] 1975), coube ao populismo o papel de ideologia própria da fase de transição do modelo agro-exportador para o industrial. Ao se apoiar em um nacionalismo que clamava à união nacional, frente às contradições próprias do desenvolvimento industrial em condições de dependência exter-

na, o populismo, e em sua face econômica o nacional-desenvolvimentismo, adia a resolução das contradições iminentes de uma economia voltada a exportar excedente.

Segundo o autor, o processo de industrialização ocorrido durante o período getulista, ao se apoiar em uma ampla mobilização criada pelo nacionalismo, garantiu o direcionamento da ação estatal no sentido de instituir a infraestrutura e a institucionalidade necessária para garantir o êxito do processo. Tendo em vista que o processo de industrialização ocorria em um período em que já haviam se formado os grandes oligopólios mundiais, a necessidade de capitalização das unidades industriais somente se tornou possível mediante a participação estatal, seja criando transferências de renda em prol do setor industrial ou viabilizando o surgimento das economias externas.

O desenvolvimentismo é a ideologia dessa ruptura parcial, fruto, das nações que optam pelo desenvolvimento capitalista. Implica uma concepção abstrata da história, em que contradições essenciais do sistema submergem nas soluções verbais da ideologia burguesa. A industrialização de tipo capitalista, como ocorre no Brasil, produziu-se com o desenvolvimentismo, que é seu ingrediente ideológico fundamental. Nacionalista ou associado ao capital externo, esse desenvolvimentismo faz parte da corrente de ideias característica dessa etapa de transição do sistema econômico-social nacional. [...] O Estado patrimonial se converte em Estado burguês. Nessa concepção, desenvolvimento significa industrialização. Isto é, afirma-se que é geral (desenvolvimento econômico, social, cultural, etc.) o que é, em primeiro lugar, particular (a supremacia da produção industrial). (Ianni, [1965] 2004, p. 98, grifos originais)

Nesta fase, a predominância da ação estatal reveste a revolução burguesa em processo com um caráter tecnocrático, mistificando os interesses de classe que se solidarizam com o projeto. As reformas no aparelho de Estado visam, principalmente, a sua instrumentalização para viabilizar a formação do complexo industrial,

incluindo a construção dos instrumentos necessários para articular os mecanismos de transferências de renda e financiamento. Na interpretação de Octávio Ianni, a Revolução Brasileira torna-se, a partir do nacional-desenvolvimentismo, a roupagem ideológica de uma espécie de via periférica e dependente de revolução burguesa. Mobilizando o apoio popular em torno de uma pretensão “burguesia nacional”. “Nesta linha, grande parte ou a maior parte das energias políticas do proletariado é gasta nas tarefas destinadas a fortalecer a burguesia industrial, em detrimento do ‘latifúndio’ e do ‘imperialismo’” (Ianni, [1965] 2004, p. 226).

A internacionalização do capital industrial dos países centrais abria a possibilidade de acelerar o avanço das forças produtivas, criando novas fronteiras de investimento; por outro lado, a polarização das forças populares, ao ameaçar o pacto oligárquico com a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, e a entrada de capital estrangeiro, com a Lei da Remessa de Lucros, conduzia o populismo aos limites de suas possibilidades. Ao optar pelo desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, rompendo o pacto nacionalista, a revolução burguesa no Brasil entra em sua fase antidemocrática, na qual não pode mais se apoiar em uma política de massas. Na argumentação de Octávio Ianni, o populismo, portanto, ao obscurecer as contradições presentes no desenvolvimento industrial em uma fase de consolidação do capital oligopolista internacional, dificulta a transição de um movimento de luta nacional-popular para um movimento de luta entre classes.

Essa mesma crítica também está presente nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (1969; Cardoso e Faletto, 1970) a respeito do tratamento da questão centro-periferia. As interpretações vigentes sobre o subdesenvolvimento — ao concentrarem suas explicações do fenômeno na dinâmica pela qual a subordinação nacional frente ao centro capitalista condicionava uma lógica perversa de reprodução material, que, por sua vez, impedia a afirmação do projeto nacional — implicitamente direcionavam

o problema para o campo da disputa entre nações, o que tinha como resultado a subestimação, muitas vezes, da dinâmica interna de dominação entre as classes sociais que sustentava a reprodução dessa estrutura.

A importância que adquiria ao examinar o que Cardoso (1971, p. 67) denominou de “bases internas da dominação externa” era, para o autor, também resultado da intensificação do processo de internacionalização das empresas estrangeiras que se desenrolava desde o final da Segunda Guerra — o que alterava drasticamente o equilíbrio entre associação com o capital estrangeiro e modernização das forças produtivas e, como já argumentara Caio Prado Júnior, contribuía para tornar a questão da dependência mais complexa sem alterá-la substancialmente. Defendia-se, portanto, a análise das relações constitutivas das classes sociais no Brasil como indispensável para compreender os limites das estratégias políticas e econômicas advogadas pelos diversos grupos, assim como seus resultados práticos. “Sendo assim, é preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumem em cada situação básica de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionam” (Cardoso e Faletto, 1970, p. 140). Como argumentam os autores, a estratégia de desenvolvimento conduzida desde o governo JK e consolidada com o golpe de 1964 continha a possibilidade de avanço das forças produtivas e de crescimento da renda interna por concretizar a transição do modelo primário exportador para o industrial voltado para o mercado interno. Entretanto, ao renovar seus vínculos entre burguesia local e estrangeira, não possuía condições de romper com a dependência.

Com efeito, os vínculos que ligam a situação de subdesenvolvimento ao mercado internacional já não aparecem aqui como direta e francamente políticos (como ocorre nas economias de enclave), nem são apenas o reflexo interno de decisões tomadas no mercado mundial [...]. Pelo contrário, pareceria que a relação entre economia nacional e os centros dinâmicos das eco-

nomias centrais estabelece-se no próprio mercado interno. Entretanto, em dois sentidos mantêm-se as características de heteronomia: o desenvolvimento do setor industrial continua dependendo da “capacidade de importação” de bens de capital e matérias-primas complementares para o novo tipo de diferenciação do sistema produtivo (o que conduz a laços estreitos de dependência financeira), e ademais essa forma de desenvolvimento supõe a internacionalização das condições do mercado interno. (Cardoso e Faletto, 1970, p. 127-128)

Os trabalhos produzidos na USP e Cebrap durante os anos de 1960 e 1970 marcam uma virada na perspectiva sobre desenvolvimento econômico. Se a abordagem da Cepal, endossada pelo Iseb, concentrava sua análise nos fenômenos econômicos resultantes da posição de subordinação ao sistema capitalista internacional, a perspectiva USP/Cebrap procurou direcionar o foco do problema para os nexos entre classes nacionais e estrangeiras que sustentam a condição de dependência e, assim, condicionam os distintos padrões de acumulação de capital na periferia. Em conjunto, estes trabalhos compuseram — ao lado dos trabalhos de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, entre outros — o debate que posteriormente daria origem à abordagem conhecida como Teoria da Dependência. Esta teoria se firmou ao longo dos anos 1970, e em muitos casos sendo desenvolvida no exílio, como um dos principais expoentes do pensamento social latino-americano contemporâneo.

Os trabalhos desenvolvidos por esses autores constroem uma crítica elaborada à possibilidade material de uma revolução burguesa de caráter progressista no Brasil. Em 1975, Florestan Fernandes publica *A revolução burguesa no Brasil*, que talvez tenha sido a última grande obra que integra a controvérsia sobre a Revolução Brasileira.⁶ Em parte, os próprios acontecimentos do pe-

⁶ Salvo alguns trabalhos mais recentes, de inspiração gramsciana, como Werneck Viana (1997).

ríodo fortaleceram a hipótese da imensa capacidade em combinar o “arcaico” com o “moderno” da sociedade brasileira, ou em outros termos, que era possível avançar no desenvolvimento industrial sem superar os problemas da integração nacional.

V. Considerações finais

Ao longo deste trabalho buscou-se apresentar em linhas gerais o intenso debate sobre o desenvolvimento econômico e a questão nacional. Esta polêmica foi um dos pontos centrais em que se confrontaram as diversas correntes que compuseram o movimento nacionalista, que ao longo dos anos 1950, sobretudo após o suicídio de Vargas, constituiu o principal polo aglutinador do debate político brasileiro. Depois do Golpe de 1964, o nacionalismo se viu restringido às suas correntes mais próximas do liberalismo, no debate econômico, e do autoritarismo, no debate político. Combinação estranha, mas não incomum na história política brasileira. Em grande parte, o teor das críticas posteriores ao Golpe se concentrou em apontar a insuficiência teórica contida na defesa da “política de frente ampla” que congregava em torno do nacionalismo uma grande diversidade de orientações políticas.

O ritmo das transformações sociais durante a década de 1950 no Brasil, e a rápida polarização pela qual os diversos movimentos nacionalistas na América Latina passaram, criou um sentido de urgência em superar as estruturas que pareciam ter permanecido alheias ao processo de transformação que a sociedade brasileira vinha experimentando desde a Revolução de 1930. O diagnóstico que se seguia era que, se não fossem superadas, as estruturas “arcaicas” criariam tensões sociais cada vez maiores, estando estas estruturas, portanto, em conflito com qualquer projeto de integração nacional, por serem elas próprias heranças do aparato colonial, não condizente com a Nação.

Identificava-se, desse modo, a existência de um conflito entre o desenvolvimento capitalista e os restos coloniais, impondo a necessidade de uma revolução nacional com objetivo de eliminar os entraves à homogeneização das estruturas econômicas que compunham o sistema, que, na opinião de diversos autores, era caracterizado justamente pela sua dualidade. A partir da identificação desses restos coloniais, distinguiram-se as classes materialmente interessadas na sua extinção.

As críticas que se seguiram procuraram, inicialmente, apontar para a unidade existente entre essas estruturas econômicas, questionando desta forma a vastidão das frações de classes supostamente interessadas em sua superação. Na mesma linha, ao apontar a via não convencional de formação das classes sociais que compõem a sociedade brasileira, os autores críticos ao nacional-desenvolvimentismo procuraram contestar a perspectiva, até certo ponto determinista, sobre o sentido das mudanças sociais no Brasil.

O desenrolar desse debate marcou profundamente a produção intelectual brasileira. No pensamento econômico, significou a transição de um debate sobre a superação do subdesenvolvimento e os bloqueios ao desenvolvimento para um debate sobre as condições que garantem a perpetuação da dominação externa e sobre a dinâmica de acumulação de capital em estruturas econômicas deste tipo e suas consequências sociais.

Contribui também, nesse sentido, a retomada do crescimento econômico no final da década de 1960 e, posteriormente, os planos de desenvolvimento dos governos militares, avançando na construção da indústria de bens de capital e insumos básicos, tema diretamente relacionado com a internalização dos centros decisórios — o que, por sua vez, contribui para o deslocamento de parte do debate sobre centros decisórios em direção à discussão sobre geração e incorporação de tecnologia na periferia. Vale lembrar a consideração de Octávio Ianni ([1968] 1975, p. 177) sobre os acontecimentos: “O que singulariza a política econômica

inaugurada em 1964 é o fato de que ela substituiu a *ideologia do desenvolvimento* pela *ideologia da modernização*.”

Ao mesmo tempo, as transformações nas formas de dependência, a partir da internacionalização das multinacionais e da diferenciação econômica de parte da periferia, tornavam a questão sobre os estilos de desenvolvimento também mais complexa. As intervenções militares no Iseb e na USP comprovam o esforço em silenciar as vozes divergentes sobre o estilo de desenvolvimento escolhido. Ao interromper o debate sobre as diferentes perspectivas de nacionalismo e de desenvolvimento, o regime civil-militar contribuiu para facilitar a futura penetração das ideologias globalizantes em um período em que a própria opção de desenvolvimento seguida pelo regime demonstrava sua inviabilidade. Talvez o resultado mais proeminente destes fatos, e uma das heranças mais lamentáveis do período militar, tenha sido criar uma atmosfera de anacronismo em relação ao nacionalismo e a ideia de desenvolvimento nacional autêntico, que tinha, acima de tudo, um viés de emancipação nacional e de inclusão popular democrática.

Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro

Rodrigo Castelo

I. Introdução

Florestan Fernandes é um clássico do pensamento social brasileiro. Sua obra é considerada o marco de fundação da sociologia crítica nacional e praticamente todas as publicações a respeito dos grandes intérpretes do Brasil reconhecem-no como um pensador que produziu uma das mais importantes reflexões sobre a formação histórica do nosso país (cf. Mota, 1980; Moraes *et al.*, 1986; e Ricupero, 2007).

O patrono da sociologia brasileira escreveu mais de 30 livros e abordou inúmeros temas, que vão desde os métodos da sociologia até o Partido dos Trabalhadores (PT), passando por estudos sobre a questão racial, o folclore, a política, as classes sociais e o Estado brasileiro. Dentro desta vasta obra, constatamos que algumas reflexões inserem-se na controvérsia sobre os projetos de transformação nacional ou sobre a Revolução Brasileira. Nesta área, suas contribuições são ricas e férteis para o entendimento das nossas especificidades históricas, isto é, do desenrolar contraditório do desenvolvimento econômico, social e político do Brasil. Nos seus escritos sobre o tema, Florestan Fernandes polemizou direta e indiretamente com os principais autores da época, tais como os teóricos, burocratas e dirigentes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), da Comissão Econômica para a América Latina

e o Caribe (Cepal), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Teoria da Dependência nas suas mais distintas vertentes.

Apesar disto, Fernandes não figura em nenhuma obra de referência de história do pensamento econômico brasileiro (Bielschowsky, 1988; e Mantega, 1984). É praticamente impossível acharmos nesta literatura qualquer tipo de referência às suas contribuições a respeito do desenvolvimento socioeconômico. Raras exceções são os textos de Bresser Pereira (1997 e 2004b), que, apesar de algumas citações à obra do sociólogo paulista, advertem o leitor de que “é necessário considerar Florestan Fernandes como uma figura à parte neste quadro que estamos tentando delinear das interpretações sobre o Brasil” (Bresser Pereira, 1997, p. 36).

A história do pensamento econômico brasileiro (HPÉB), desta forma, estreita as suas fronteiras, eliminando do seu interior um intelectual que participou ativamente e de maneira decisiva da acalorada controvérsia nacional dos anos 1960/1970 sobre o subdesenvolvimento, o capitalismo dependente brasileiro e as formas políticas de superação desse estado de coisas.

O objeto do presente artigo é o debate de Florestan Fernandes com os intelectuais do desenvolvimentismo, em particular os que representavam o Iseb, a Cepal e o PCB. A hipótese central do texto é que os estudos marxistas sobre processos de transição tardia de modos de produção pré-capitalistas para o capitalista ocorridos em formações econômico-sociais periféricas fornecem o instrumental analítico básico — mas não o único — para a construção das análises de Florestan Fernandes sobre a especificidade histórica do Brasil. A temática da articulação contraditória e complexa entre o arcaico e o moderno, para usarmos os termos clássicos do debate sobre a dualidade brasileira, pode ser entendida como uma espécie de fio condutor dos seus estudos sobre o subdesenvolvimento, o capitalismo dependente e a revolução burguesa.

O presente texto está dividido em três seções, além desta introdução. Na segunda, apresenta-se um balanço crítico da inserção de Florestan Fernandes nos debates desenvolvimentistas dos

anos 1960/1970. A terceira expõe as linhas gerais dos seus estudos sobre a formação econômico-social do Brasil e a revolução burguesa que conformam uma espécie de desdobramento dos seus estudos sobre subdesenvolvimento. Nas considerações finais, trataremos da ruptura de Fernandes com o desenvolvimentismo, apontando os limites insuperáveis desta ideologia como força-motriz de uma transformação social capaz de superar o subdesenvolvimento e a dependência.

II. A controvérsia de Florestan Fernandes com o desenvolvimentismo

O ofício do historiador do pensamento complica-se quando sua tarefa é estabelecer os termos da controvérsia entre Florestan Fernandes e o desenvolvimentismo, pois existem poucos estudos a este respeito,¹ além daquele silêncio já comentado dos historiadores do pensamento econômico brasileiro a respeito da obra do autor. Apesar das dificuldades aparentes, pensamos não ser arbitrário incluí-lo na controvérsia. Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999, p. 134), por exemplo, aponta que “do ponto de vista das lutas sociais, sua reflexão [de Florestan] deve ser vista como uma contraposição à ideologia do nacional desenvolvimentismo”. *A questão é, então, estabelecer como, quando e o porquê da presença de Florestan em tais debates.* Este é o nosso objetivo central.

¹ Os principais livros e artigos sobre a vida e obra de Florestan Fernandes, dos quais destacamos os textos de Carlos Nelson Coutinho (2000), Gabriel Cohn (1986, 1987), José Paulo Netto (2004) e Octávio Ianni (1986), tratam, ora explícita, ora implicitamente, dos termos da inserção de Fernandes na controvérsia da superação do subdesenvolvimento e da dependência. Uma das fontes mais recentes e interessantes de consulta é o livro *Retrato de grupo*, organizado por Flávio Moura e Paula Montero (2009). Nesta obra, fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), como Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, tangenciam análises sobre a inserção de Florestan Fernandes nos debates brasileiros sobre subdesenvolvimento e dependência, embora sejam passagens muito rápidas e pouco desenvolvidas do ponto de vista teórico-analítico.

A temática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento aparece de forma mais contundente na sua obra no final dos anos 1950 e ao longo da década de 1960. Em torno da cátedra sociologia I da Universidade de São Paulo (USP), Fernandes estabeleceu, junto com seus jovens assistentes — como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni —, uma agenda de pesquisa sobre a realidade histórica nacional. Superava-se, assim, uma fase marcada por estudos metodológicos e teóricos sobre a sociologia clássica dos países centrais, bem como seus estudos etnográficos.

O intuito era decifrar os mistérios da esfinge brasileira. Para isto, Florestan Fernandes construiu, dentro da USP, um aparelho institucional capaz de disputar a hegemonia das ideias em torno da temática do desenvolvimentismo.² Especificamente, o principal interlocutor nesta disputa hegemônica era o Iseb (Arruda e Garcia, 2003, p. 107 e Bresser Pereira, 2004b, p. 52-54).

A sua inserção no debate sobre subdesenvolvimento é marcada, desde o início, por posições críticas ao desenvolvimentismo. Em 1962, Florestan Fernandes escreve um texto no qual apresenta o tema do desenvolvimento econômico como um projeto político em disputa por burgueses e socialistas e que o desenvolvimentismo alinha-se, a partir do nacionalismo, ao lado das aspirações da ordem social competitiva.³ De todo modo, neste período da sua

² O projeto de pesquisa intitulado *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento* iniciou as suas atividades no início de 1960. A obtenção de um financiamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) permitiu condições materiais para a realização das pesquisas. Com o crescimento da equipe de assistentes, Florestan decidiu fundar o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), que serviria como uma espécie de guarda-chuva institucional para os seus propósitos de estudo da realidade brasileira. Os primeiros trabalhos escritos por Florestan Fernandes sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento estão presentes no capítulo II de *Mudanças sociais no Brasil* (1959, publicado em 1960) e nos capítulos 8 e 10 de *A sociologia numa era de revolução social* ([1962] 1976a).

³ Conforme escreve Florestan Fernandes, “queira-se ou não, ele [o desenvolvimento] significa, no mínimo, diferenciação econômica, com base na moder-

produção intelectual, o seu posicionamento diante do tema ainda é bastante contraditório.

Durante o período 1940-1960, a ideologia do desenvolvimentismo foi hegemônica no pensamento progressista brasileiro e grande parte dos pensadores da esquerda pareciam influenciados, em maior ou menor grau, por esta ideologia (Bielschowsky e Mussi, 2005). O seu impacto no pensamento social brasileiro e latino-americano foi imenso e deixou marcas em todos os que participaram dos seus debates. Tais debates foram travados a partir de uma perspectiva sistêmica, interdisciplinar e engajada, principalmente contra as teorias e projetos políticos produzidos e exportados pelos países centrais aos periféricos, como o Manifesto não-comunista de Rostow, a Aliança para o Progresso do governo John Kennedy e o Relatório Rockefeller. Como diz Florestan Fernandes (1994, p. 9):

Essas indagações tiveram grande importância cultural, científica e política na América Latina. Elas incentivavam a expansão de análises e explicações macrosociológicas, que vinculavam entre si psicologia, antropologia, sociologia, economia e história, permitiam um arejamento marxista ou crítico do trabalho acadêmico e abriam espaço para uma militância intelectual que conduzia os acadêmicos para o debate público e o engajamento político.

nização tecnológica do campo e da cidade, na industrialização, na elevação da capacidade de consumo *per capita* e do padrão de vida das massas. Esses alvos correspondem, naturalmente, a aspirações sociais contraditórias, mas adquirem homogeneidade e conteúdo nitidamente revolucionários nos ‘países subdesenvolvidos’. Essa afirmação é tão verdadeira, que o chamado ‘desenvolvimentismo’ precisou de um substrato moral próprio, para objetivar-se e expandir-se socialmente: o *nacionalismo*, que serviu de escudo tanto às medidas de reforma social voltadas para a integração nacional, quanto para a proteção artificial do crescimento econômico e para alterações radicais da política econômica internacional dos ‘países subdesenvolvidos’” ([1962] 1976a, p. 321, grifos originais).

Fernandes é um intelectual imerso nas principais polêmicas nacionais (e internacionais), e por isto reflete bem o estado da arte do seu tempo. Em certas passagens, ficamos com a sensação de que aceita e se limita aos termos do debate. Os seus textos dos anos 1950/1960 são profundamente marcados pelo linguajar da época, linguagem que expressa a hegemonia ideológica do desenvolvimentismo. Além disso, boa parte da sua bibliografia é composta por obras de autores clássicos do desenvolvimentismo — com destaque para as obras de Celso Furtado⁴ —, o que só reforça a impressão inicial da aceitação de Florestan Fernandes do horizonte intelectual imposto por aquela ideologia. Fica a sensação de que ele está preso à jaula de ferro do desenvolvimentismo e dela não pretende se libertar. Por estes motivos, é possível a interpretação de que Florestan era, no limite, uma espécie de consciência crítica do desenvolvimentismo. Uma leitura do conjunto da sua obra, todavia, é capaz de desmascarar o caráter superficial daquela impressão. A partir dos anos 1960, a história do Brasil e da América Latina sofre uma importante inflexão. Além da passagem da etapa do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a região sofre uma série de golpes mili-

⁴ No artigo “Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes”, Francisco de Oliveira (2003c, p. 476-477) afirma a influência da obra do economista paraibano no pensamento de Fernandes. Em suas palavras: “Florestan não é lido como um clássico do subdesenvolvimento nem da dependência, apesar da presença explícita dos dois temas na sua bibliografia, até mesmo em muitos títulos de seus livros. Sua produção sobre os temas é posterior à da Cepal e às fundações de Furtado. Pode-se dizer, sem desdouro para o mestre paulista, que a influência de Celso Furtado reorientou a produção teórica de Florestan, que resultou, devido à sua extraordinária bagagem e à influência do marxismo, uma obra extraordinariamente original.” Embora correta em diversos pontos, esta leitura aponta para uma complementaridade entre as obras destes dois clássicos do pensamento social brasileiro. No nosso entendimento, há pontos de influência e convergência entre Furtado e Fernandes, mas, principalmente, de ruptura e superação. Demonstrá-los é um dos objetivos do presente artigo.

tares que se inicia no Brasil de 1964. Esta passagem, operada por meio do expediente da autocracia burguesa, ocorre tardiamente em algumas partes da América Latina e tem especificidades históricas que a diferencia da ocorrida nos países centrais no final do século XIX.

Com esse novo contexto histórico, a controvérsia de Florestan Fernandes com o desenvolvimentismo muda de tom e figura. Na primeira fase da controvérsia, o sociólogo paulista tecia críticas ao desenvolvimentismo de forma velada e indireta. Normalmente elas estão implícitas em algumas passagens, e raras vezes cita seus interlocutores. Talvez a controvérsia mais explícita com pensadores do nacional-desenvolvimentismo tenha sido o debate com Guerreiro Ramos, que se desenrolou em termos metodológicos do uso de conceitos da sociologia clássica (notadamente Marx, Weber e Durkheim) para o entendimento de uma realidade social periférica.⁵

A segunda fase começa seu processo de maturação no pré-golpe militar. É possível visualizá-la por meio dos seus estudos sobre industrialização e o empresariado paulista, sobre subdesenvolvimento, imperialismo e capitalismo dependente na periferia

⁵ Ao ler a bibliografia que trata da controvérsia entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, fica-se com a impressão de se tratar de uma controvérsia maniqueísta e regionalista, com o vencedor representando a ciência e o perdedor, a ideologia; ou, em outros termos, da vitória do academicismo universitário paulista sobre o ensaísmo carioca do desenvolvimentismo isebiano. De um lado, temos aqueles que defendem a vitória da ciência, supostamente representada pela Escola Paulista de Sociologia (termo, aliás, que Fernandes repudiava), sobre a ideologia, também supostamente representada pelo Iseb; de outro, busca-se restaurar a importância das formulações isebianas a respeito do desenvolvimento brasileiro, esquecidas em um passado considerado remoto, e ignoram-se as contribuições de Florestan Fernandes e seus assistentes. Dentro desta literatura cabe destacar o balanço da controvérsia realizado de forma serena por Lucia Lippi Oliveira (1995, p. 91-110). Os termos originais do debate estão presentes em Fernandes ([1958] 1977) e Ramos (1965).

do mercado mundial e, principalmente, nas suas investigações sobre o Estado autocrático e a revolução burguesa no Brasil e na América Latina. Daí em diante, constata-se uma radicalização política e teórica de Florestan Fernandes (Candido, 1987, p. 35), na qual o marxismo emerge como a principal fonte teórica do seu pensamento e o tema da revolução/contra-revolução ocupa um lugar central nas suas investigações (Netto, 2004).

II.1 Do conceito de subdesenvolvimento ao de capitalismo dependente

Em consonância com os estudos marxistas sobre o imperialismo, com destaque para Bukhárin, Lênin e Trotsky, Florestan Fernandes entende o sistema mundial capitalista como uma totalidade composta por partes contrárias e assimétricas entre si — as nações exploradoras e as exploradas. Tais partes estabelecem relações mútuas que as tornam partícipes de uma mesma estrutura mundial, na qual umas são dominantes, outras dominadas. Além da dominação política e cultural, desenvolvem-se no sistema internacional mecanismos de exploração econômica, tais como o de produção e apropriação do excedente. Assim, a dinâmica do mercado mundial é notadamente fundada em mecanismos políticos e econômicos que estabelecem hierarquias entre nações imperialistas e nações exploradas e dominadas.

O Brasil nasce como fruto dessa expansão desigual e combinada do capitalismo ao redor de todo o globo terrestre. Desde a sua fundação, o país é uma formação econômico-social marcada pelo domínio estrangeiro, seja ele operado por forças estatais (nações), seja por forças privadas (capitais). A partir das grandes navegações e da constituição do mercado mundial, interesses externos de acumulação de riqueza, poder e território determinaram em larga medida as formas de organização social, econômica, política e cultural da nossa nação, formas estas voltadas para atender aqueles interesses externos. Em linhas gerais, de acordo com Florestan Fernandes (1968, p. 36-37), o Brasil se torna uma platafor-

ma de produção de excedente econômico a ser apropriado por nações e capitais imperialistas:

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas.

No primeiro capítulo do livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* ([1973] 1981), Florestan Fernandes descreve e analisa quatro grandes fases da dominação externa no nosso continente: o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo e o imperialismo total.

A primeira fase da dominação externa — o colonialismo, que dura do século XVI ao XIX — é marcada por relações político-jurídicas de dominação das metrópoles ibéricas frente às suas colônias latino-americanas. Dentro da divisão internacional do trabalho estabelecida pelo centro capitalista, cabe aos países periféricos produzir bens primários de acordo com as necessidades de consumo e da acumulação primitiva de capital das metrópoles. Tal produção baseia-se em modos de produção pré-capitalistas e na grande propriedade fundiária. Cabe destacar que, diferentemente do que pregavam determinadas correntes desenvolvimentistas e o PCB, Florestan Fernandes não defendia a tese da existência do feudalismo no Brasil, mas sim do escravismo ou do escravismo colonial.

Com a crise do colonialismo, que chega ao seu termo no século XIX devido à fragilidade das estruturas econômicas de Portugal e Espanha, às guerras europeias nos séculos XVIII e XIX entre França, Holanda e Inglaterra e ao descontentamento de setores

sociais internos das colônias, temos o aparecimento da segunda fase de dominação externa: o neocolonialismo. Nesta fase, a Inglaterra criou um sistema de dominação com base em operações comerciais e financeiras com os países latino-americanos. Ou seja, se antes a dominação externa da América Latina era baseada fundamentalmente (mas não exclusivamente) em mecanismos políticos e jurídicos, a partir do final do século XVIII e início do XIX, com os processos de independência política e a emergência do Império Britânico, a região passou a ser subjugada majoritariamente por mecanismos econômicos, sempre com o apoio do poderio militar das nações imperiais do Norte.

Reforçou-se, assim, o papel das nações dependentes na divisão internacional do trabalho como uma fonte de exportação de riqueza para a acumulação de capital necessária ao financiamento da revolução industrial europeia. Mais uma vez, Florestan Fernandes reafirma a importância da transferência do excedente produzido nas economias periféricas para o centro do sistema capitalista como uma forma de desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano.

A terceira fase da dominação externa da América Latina — o imperialismo, que se torna uma realidade nas últimas quatro décadas do século XIX — aprofunda os laços de integração desta região com o centro do mercado mundial. A dependência é alçada a um novo patamar, que, segundo Florestan Fernandes ([1973] 1981, p. 16), inaugura a era do capitalismo dependente na América Latina.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.

O quarto padrão de dominação externa, que se expande mundialmente no pós Segunda Guerra Mundial, é o imperialismo total.⁶ Nesta nova fase, também chamada de capitalismo monopolista,⁷ os Estados Unidos surgem como a potência imperialista central. A principal novidade é o surgimento das grandes corporações multinacionais, com suas ramificações comerciais, industriais e financeiras de alcance global. Tais empresas operam com novos padrões de produção, planejamento, concorrência, logística, comunicação, marketing e propaganda. Desta forma, as grandes multinacionais, em comunhão com os Estados imperialistas, criam mecanismos até então inimagináveis de controle externo nos países dependentes, originando um “imperialismo total”.

Em determinado momento da história econômica latino-americana, acreditou-se que as corporações norte-americanas seriam

⁶ “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.” (Fernandes, [1973] 1981, p. 18). Nesta passagem, temos a articulação metodológica entre elementos de ordem interna aos países periféricos a elementos de ordem externa do mercado mundial para entender a dependência. Como veremos mais a frente, esta é uma característica marcante dos seus estudos sobre o capitalismo dependente.

⁷ Uma diferença fundamental entre os livros de 1968 e 1973 é o peso que a categoria *capitalismo monopolista* adquire no segundo título. Tal categoria já figura na obra de 1968, mas com pouca importância, sendo citada de passagem numa nota de rodapé (Fernandes, 1968, p. 60). Já no texto de 1973, ela adquire uma centralidade marcante. Em questão de três anos, Florestan Fernandes, no rastro dos estudos de Paul Baran e Paul Sweezy, dos teóricos cepalinos (Prebisch, Furtado e Conceição Tavares) e dos teóricos marxistas da dependência (André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos) desperta para a importância das transformações estruturais operadas pelo capitalismo central nas sociedades periféricas, em particular do desempenho das corporações multinacionais em território latino-americano.

um aporte necessário de capital estrangeiro para o desenvolvimento econômico da região. Governantes e intelectuais conservadores — mas também alguns ideólogos desenvolvimentistas — saudaram a vinda de tais empresas, celebrada como uma etapa superior do desenvolvimento das forças produtivas da região.⁸ A contribuição das multinacionais ao desenvolvimento latino-americano e brasileiro se mostraria ilusória, e Florestan Fernandes foi um dos críticos desta suposta contribuição. As multinacionais, antes apontadas como impulsionadoras do desenvolvimento, passaram a ser vistas como instrumentos de aprofundamento do subdesenvolvimento.⁹

A despeito das especificidades históricas de cada fase da dominação externa, a dependência gera um resultado global nos países latino-americanos comum a todas as fases:

[...] nenhum país possui uma economia homogênea e potencialidades organizadas de desenvolvimento autossustentado efetivo. A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. (Fernandes, [1973] 1981, p. 20)

Do ponto de vista interno, os países periféricos possuem algumas características marcantes, a partir das quais podemos tomar a caracterização teórica que Florestan Fernandes ([1973] 1981, p. 20) faz do capitalismo dependente:

⁸ Hélio Jaguaribe, no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), reconhecia um papel positivo do investimento externo direto na modernização brasileira. Por conta desta defesa do capital estrangeiro, Jaguaribe saiu do Iseb, que então se radicalizava em torno de posições nacionalistas.

⁹ “[...] As estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados” (Fernandes, [1973] 1981, p. 23).

Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema [...].

Essas formulações a respeito do capitalismo dependente, que privilegiam os fatores externos sem negligenciar os fatores internos, colocam-se, em linhas gerais, de pleno acordo com as teses dos clássicos da HPEB estudados ao longo do presente livro.

Um ponto de convergência entre a teoria do capitalismo dependente de Fernandes e a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, por exemplo, é que ambos rechaçam a ideia do subdesenvolvimento como um estágio preliminar do desenvolvimento *à la* Rostow. Sob este ângulo de interpretação, os países periféricos não devem ser encarados como uma reprodução mal sucedida do capitalismo central nos trópicos, mas sim como uma contraface necessária e funcional à acumulação capitalista realizada no centro.

[...] o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é uma mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os homens a confiar em si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro. (Fernandes, 1968, p. 57).

Além disso, o subdesenvolvimento é entendido não como uma fatalidade histórica, mas como produto da luta de classes, tanto da concorrência intercapitalista quanto dos embates entre dominantes e dominados. A transplantação do padrão de civilização ocidental para o Novo Mundo não foi um processo de mera recepção dos bens materiais e imateriais produzidos no Norte e consumidos pelo Sul. Outros modos de organização social eram possíveis, mas as classes dominantes optaram pela manutenção dos seus privilégios econômicos, políticos e culturais e nunca se colocaram frontalmente contra a implantação do modo de produção capitalista. Nas suas próprias palavras:

[...] a dependência, por sua vez, não é mera “condição” ou “acidente”. A articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do polo econômico hegemônico, aceita como compensadora, útil e criadora pelo outro polo. (Fernandes, [1973] 1981, p. 54)

O método de análise de Florestan Fernandes acerca dos fenômenos da dependência e do subdesenvolvimento, destacando os modos de atuação política e de representação cultural e intelectual das classes sociais nacionais frente ao processo de internacionalização da economia brasileira, coloca a sua obra em uma perspectiva diferente do nacional-desenvolvimentismo de matriz progressista. Desta forma, o seu método trabalha as dimensões externa e interna do imperialismo e da dependência. Em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), o foco está nos elos de dominação externa que prendem a periferia à sua condição de subdesenvolvida. Na obra subsequente, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* ([1973] 1981),¹⁰ ele integra organicamente à sua análise os determinantes internos da reprodução das estruturas do capitalismo dependente das nações periféricas,

¹⁰ Cabe destacar que é marcante o abandono, nos estudos de 1970 em diante, do conceito de subdesenvolvimento a favor do uso corrente de capitalismo dependente.

pois percebia a internalização de centros decisórios no Brasil. Isto fica claro no capítulo II, um estudo sobre o comportamento das classes altas e médias, bem como da configuração do Estado na América Latina na década de 1970.

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades ásperas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. (Fernandes, [1973] 1981, p. 26)

Em síntese, para Florestan Fernandes, a situação política, econômica e social dos países periféricos, caracterizada por polarização social, autonomia limitada, integração dependente ao mercado mundial e exportação de excedente, é consequência da expansão internacional do capital para as regiões periféricas. Este é o fator sistêmico, o determinante externo da dependência e do subdesenvolvimento. Outros fatores, todavia, concorrem para determinar, em comunhão com o fator sistêmico, o desenvolvimento histórico do capitalismo na América Latina e no Brasil. As escolhas e decisões tomadas pelas classes dominantes nacionais, bem como a falta de organização, consciência e resistências das classes subalternas frente aos processos de exploração e dominação externa e interna, também têm um peso decisivo na configuração das sociedades periféricas.

[...] ficava claro que a *História* das nações latino-americanas possuía duas redes de causação em sequência: os processos internos e externos (impostos pelo antigo regime colonial, pela transição neocolonial e pela dependência, em suas duas formas sucessivas, a do capitalismo competitivo e a do capitalismo oligopolista ou monopolista) superpunham-se e se anastomoseavam. Era um equívoco considerar a evolução histórica do Bra-

sil segundo o padrão europeu clássico da sociologia (ou do socialismo). Fatores internos e externos mantinham entre si uma correlação recíproca (ou dialética), que procurei apanhar em *A integração do negro à sociedade de classes* e, principalmente, em *A Revolução Burguesa no Brasil*. (Fernandes, 1994, p. 9-10, grifos originais)

Um dos seus principais questionamentos ao nacional-desenvolvimentismo era justamente certa negligência dos fatores políticos e sociais internos à periferia que aprofundavam os aspectos mais deletérios do subdesenvolvimento. A ideologia desenvolvimentista tinha como eixo central o debate sobre os fatores externos de dominação: de acordo com a Cepal, o esquema centro-periferia e a deterioração dos termos de troca; segundo o PCB, o imperialismo. Em ambos os casos, o lado interno da dominação era abordado em breves considerações sobre a questão agrária, que envolvia a concentração fundiária e o poder político dos latifundiários, e a possível existência de uma burguesia nacional capaz de liderar a industrialização e uma revolução democrático-burguesa, que mais tarde se mostraria um erro teórico e uma aposta política frustrada.

Os ideólogos do nacional-desenvolvimentismo teorizaram determinadas relações de dominação do centro frente à periferia e correlacionaram a condição de subdesenvolvimento dos países do Sul com o desenvolvimento do Norte. Furtado, por exemplo, desmistificou o subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento, entendendo-o como resultado histórico do processo de expansão espaço-temporal do capitalismo. O nacional-desenvolvimentismo, todavia, tinha seus limites. Seus ideólogos não conseguiam transpor as relações estatais de dominação internacional para o interior dos países periféricos por meio da categoria de luta de classes,¹¹ nem estabelecer os termos gerais do desenvolvi-

¹¹ As primeiras formulações do desenvolvimentismo latino-americano tinham a industrialização por substituição de importação como o remédio certo para

mento desigual e combinado dos distintos modos de produção de cada formação econômico-social da América Latina. Esta seria, na visão dos teóricos brasileiros que se utilizavam da categoria de desenvolvimento desigual e combinado para explicar a nossa história, a principal lacuna na teorização do nacional-desenvolvimentismo.¹²

o subdesenvolvimento da região. Segundo os estudos da Cepal, a industrialização seria suficiente para acabar com a concentração de renda e reproduzir os índices sociais homogêneos e convergentes do centro na periferia. Conforme comenta José Luís Fiori (2001, p. 48), “na discussão do problema da distribuição desigual da renda e da pobreza, [a Cepal] não incorporou a visão clássica do conflito essencial entre o capital e o trabalho. Assumiu como um dado que a ‘convergência’ da renda dos indivíduos, na Europa e nos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, era a regra e não uma enorme exceção na história de um capitalismo cuja tendência, sem intervenção do Estado, foi sempre a da ‘pauperização relativa’”. Desde *Dialética do desenvolvimento* (1964), a dimensão dos conflitos sociais passou a ser contemplada nos escritos furtadianos como o motor da história, tal qual formulado por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (1848). Esta formulação do conceito de luta de classes, todavia, não ganha centralidade na sua obra, muito menos nos seus projetos políticos para o Brasil. Celso Furtado trata a luta de classes basicamente como um conflito distributivo entre lucro e salário, limitando-a basicamente a luta dos setores organizados e urbanos do proletariado ao aumento do seu poder de compra (crescimento da massa salarial), associado com o aumento da demanda efetiva global de um determinado país. De todo modo, ainda está para ser feito um balanço das categorias “conflitos sociais” e “luta de classes” na obra de Furtado.

¹² Nos dizeres de Francisco de Oliveira (2003b, p. 15, grifos originais), um dos grandes expoentes desta linhagem de teóricos marxistas que fez uso daquela categoria trotskista de explicação do desenvolvimento capitalista na periferia, “o dual-estruturalismo não é de modo nenhum uma teorização vulgar. Sua força residiu, sobretudo, em apontar a emergência de processos que não eram perceptíveis nem importantes para as outras vertentes teóricas. A dualidade ‘atrasado-moderno’ escapa, por exemplo, tanto à a-historicidade do método neoclássico quanto ao mecanicismo das ‘etapas’ e dos modos de produção sequenciais próprios do stalinismo convertido em oráculo do marxismo. Mas ele também — inclusive porque teoriza contemporaneamente os próprios processos que percebe — mascara os novos interesses de classe que se põem agora como ‘interesses da Nação.’”

Essa linha de crítica inaugurada por Florestan Fernandes ao nacional-desenvolvimentismo encontra-se plenamente desenvolvida nos seus trabalhos sobre a via não clássica do desenvolvimento capitalista no Brasil, particularmente naquele que é considerado o seu grande ensaio, *A Revolução Burguesa no Brasil*. Na próxima seção, faremos uma breve exposição sobre as suas principais teses a respeito da via não clássica percorrida pelo Brasil rumo ao capitalismo.

III. O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro

No final do século XIX e início do XX, criaram-se correntes dentro do marxismo que romperiam com a visão evolucionista da história dos modos de produção.¹³ O primeiro passo foi dado por Lênin na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1898). Neste título, o líder bolchevique escreveu a respeito do desenvolvimento capitalista numa formação econômico-social periférica, averiguando como um mesmo país comportava diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas entre setores como indústria e agricultura. Já na década de 1920, Antonio Gramsci e José Carlos Mariátegui escreveram a respeito da coexistência muito particular de diferentes modos de produção dentro de países periféricos — respectivamente, Itália e Peru. Nestas duas localidades, o desenvolvimento capitalista tinha uma história particular, que diferia dos modelos clássicos da Inglaterra e da França. Nas suas respectivas análises, setores modernos (industriais e mineração) e arcaicos (agricultura de subsistência de base familiar e indígena), localizados em regiões distintas de uma mesma nação,

¹³ Um resumo competente dos estudos de Marx e Engels da transição tardia de países para o capitalismo e daquelas correntes do marxismo é feito por Ricardo Lima no artigo “Os caminhos do capitalismo: via prussiana, revolução passiva e desenvolvimento desigual e combinado” (Lima, 2009).

operavam mutuamente com relações de produção e reprodução sociais que obedecem a lógicas de acumulação e interesses sociais muito diferentes entre si.

Contudo, uma das formulações mais fecundas a respeito de uma visão dialética da história do desenvolvimento capitalista na periferia foi elaborada por Leon Trotsky a partir da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Segundo esta lei,¹⁴ a formação econômico-social russa é vista como uma formação *sui generis* que escapa ao esquematismo evolucionista e mecanicista, pois ela mescla, de forma desigual e combinada, elementos modernos e arcaicos. Dos setores modernos, tinha-se a indústria moderna trazida pelo capital estrangeiro internacional dos países imperialistas (Inglaterra, França e Alemanha). Dos setores arcaicos, o governo autocrático dos czares e o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas rurais. Ambas conviviam dentro de uma mesma totalidade — a formação econômico-social russa — e o setor arcaico não era tido como uma barreira ao avanço do capitalismo, mas, ao contrário, proporcionava certos estímulos a ele, como a repressão autocrática do czarismo ao nascente movimento operário.

Em suma, nas primeiras três décadas do século XX, certa tradição do marxismo — Lênin, Gramsci, Mariátegui e Trotsky — se

¹⁴ “As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (Trotsky, 1967, p. 25). Sobre o histórico da formulação da lei e seus desdobramentos, recomendamos a leitura dos textos de Georg Novack ([1965] 2008) e Michael Löwy (2000).

colocou em posição de combate contra as tendências mecanicistas e evolucionistas proferidas pelos órgãos oficiais do movimento operário, como as II e III Internacionais. Tais revolucionários, a partir do princípio metodológico leninista de “análises concretas de situações concretas”, desenvolveram uma rica leitura do desenvolvimento histórico dos modos de produção, estabelecendo os elos entre relações sociais não capitalistas e capitalistas dentro de formações econômico-sociais periféricas, determinando, assim, suas especificidades históricas, e não simplesmente comparando-as com tipos ideais do desenvolvimento capitalista. Anos mais tarde, esse método marxista seria apropriado por diversos intelectuais brasileiros na tentativa de compreender a natureza do capitalismo dependente.¹⁵ Florestan Fernandes é um dos legatários nacionais desta tradição do marxismo.¹⁶ Nos seus textos dos anos 1960/1970 narra-se como se dá o processo de enraizamento do capitalismo no Brasil, que desde o final do século XIX vivencia a chegada da ordem social competitiva. A constante mercantilização da vida nacional, resultado desta nova ordem social, traz consigo os germes do capitalismo competitivo, que mais tarde, no

¹⁵ A respeito da relação entre a intelectualidade brasileira e a categoria do desenvolvimento desigual e combinado, recomendamos a leitura do artigo de Felipe Demier (2007).

¹⁶ A sua sociologia crítica não deve ser considerada um raio em céu de brigadeiro. Ela tem um passado, resgatando tanto contribuições da tradição marxista que combatia posições dogmáticas e ortodoxas advindas de determinadas direções políticas dos Partidos Comunistas, em especial do Komintern, como de uma longa tradição do pensamento social latino-americano. Segundo Antonio Candido ([1967] 1979, p. xiv) “no pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários — apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições”. No Brasil, podemos citar, por exemplo, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Ignácio Rangel como pensadores representativos desta eclética tradição do pensamento latino-americano que desvenda a realidade social a partir das suas contradições, paradoxos e dualidades.

golpe civil-militar de 1964, se desdobraria no capitalismo monopolista. No Brasil, o processo de implantação da ordem burguesa foi marcado por características muito particulares. A nossa revolução burguesa cumpriu a função de implantar o capitalismo no país, mas o fez de modo diverso ao operado nos países desenvolvidos, obedecendo à lógica particular dos padrões de dominação externa, de atuação das nossas classes dominantes e de configuração do nosso Estado nacional.

A revolução burguesa em um país periférico como o Brasil tem um caráter diverso daquele observado nos países centrais. Lá, as revoluções lograram, por meio da radicalidade da condução dos processos políticos pela burguesia, eliminar os entraves e as barreiras do mundo feudal e construir novas bases econômicas, políticas, sociais e culturais, pertinentes ao pleno desenvolvimento da sociedade capitalista. Estados Unidos e França são exemplos clássicos de revoluções burguesas que conseguiram eliminar o arcaico, entendido como o feudalismo, e fazer emergir o moderno, representado historicamente naquele período pelo capitalismo.

O início da revolução burguesa no Brasil se dá no período da passagem do Império para a República. Este início é vacilante e não presenciamos grandes atos políticos, sociais e culturais de ruptura com o passado.

O que caracteriza o desencadeamento dessa era é o seu tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro. (Fernandes, [1975] 2006, p. 240)

A mudança veio, mas de forma lenta e gradual, com compromissos firmados entre os antigos e os novos donos do poder. As oligarquias agroexportadoras adaptavam-se às novas regras do jogo de poder, trazidas pelo ingresso tortuoso do capitalismo nes-

tas paisagens. A burguesia também tratou de usar a linha de menor resistência e procurou conciliar seus interesses com os já estabelecidos no país. Apesar de tensões e conflitos, o arcaico e o moderno conviveriam sólida e frutiferamente numa aliança de dominação para a exploração e apropriação das riquezas econômicas produzidas pelas classes subalternas. Operaram-se, assim, mudanças sociais no Brasil a partir de uma perspectiva conservadora, sem maiores sobressaltos para as classes dominantes.

O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. (Fernandes, [1975] 2006, p. 241)

Cabe ressaltar que, para Florestan Fernandes, esta forma de *mudança conservadora* é uma constante na história do Brasil.¹⁷ Os processos de Independência e de Abolição da Escravatura, bem como a Proclamação da República, anunciavam novas fases de desenvolvimento da nação, mas não foram capazes de retirar os poderes econômicos e políticos das velhas oligarquias, que ainda prevalecem ocupando cargos relevantes na estrutura nacional de poder. Os latifundiários conservaram privilégios ao longo de toda a nossa história, o que lhes permitiu a manutenção de larga parcela do poder, usado tanto para manter intactos seus interesses de classe como para impedir a organização dos setores mais combativos das camadas populares que poderiam contestar o *status quo*.

¹⁷ Um dos estudos pioneiros sobre o caráter conservador das grandes transformações no Brasil é o livro *Evolução política do Brasil* ([1933] 2007), de Caio Prado Júnior, considerado por Leandro Konder (1989, p. 139) como a primeira aplicação bem sucedida do método do materialismo histórico aos estudos da realidade brasileira. A respeito da perspectiva adotada pelo historiador paulista, que segue de perto as leituras de Lênin e Gramsci sobre as vias não clássicas de desenvolvimento do capitalismo, ver Carlos Nelson Coutinho (1989). Para uma comparação crítica entre as obras de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, conferir o artigo de Coutinho (2000).

Florestan Fernandes empreende um esforço genuíno e original de entender o horizonte intelectual dos sujeitos históricos — oligarquias e burguesia — que conduziram a revolução burguesa no Brasil. Esta é a marca sociológica de entendimento do desenvolvimento nacional, mirando nos padrões de atuação social e política dos nossos grupos e classes sociais, castas e estamentos e como eles se articularam em torno do Estado para a manutenção da ordem. Na sua avaliação, a burguesia brasileira utiliza-se do Estado como uma de suas principais armas na luta de classes. É para esta máquina administrativa e política que convergem os difusos interesses da classe burguesa e nela se solidificam enquanto uma classe contraditoriamente unida.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. (Fernandes, [1975] 2006, p. 240)

Nesta linha de argumentação, Florestan descreve a sociedade brasileira a partir daquilo que Gramsci chamou de uma sociedade oriental, na qual a sociedade política (o Estado estrito senso) é extremamente desenvolvida e opera em todos os âmbitos e a sociedade civil é frágil, amorfa e pouco desenvolvida.¹⁸ Não somente o nascimento da nação, mas a própria manutenção do *status quo* era vista como produto da ação demiúrgica do Estado, ação esta operada pelos interesses das classes dominantes.

Para Florestan Fernandes, o entendimento do horizonte intelectual dessas classes é capaz de explicar boa parte dos rumos que

¹⁸ Sobre o uso dos conceitos gramscianos de Oriente e Ocidente para o entendimento da realidade nacional, bem como da gênese do Estado brasileiro, recomendamos a leitura do artigo “O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”, de Carlos Nelson Coutinho (2006).

o desenvolvimento capitalista tomou no país, sem nunca negligenciar os fatores externos. Ele tenta, assim, compreender os elos entre a ação e o pensamento das elites dominantes brasileiras que promovem a inserção do país na era moderna capitalista, sem abrir mão das estruturas coloniais e escravistas. Mas não só isto: em um pequeno artigo escrito em 1978, no qual faz o balanço da receptividade das suas teses sobre a revolução burguesa brasileira, o autor adverte-nos que o seu livro não se limita ao estudo da burguesia nacional, mas também ao estudo da sua articulação com os setores dominantes externos, articulação esta que ganha vida na estrutura autocrática do Estado brasileiro. A partir do uso escancarado da violência contra os opositores do regime, o Estado pós-1964 constrói as bases de uma estabilidade política capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico para uma pequena fração social da nação. Em suas próprias palavras:

Pelo que procuro desvendar, não é a burguesia brasileira, em si e por si mesma, que realiza uma oscilação histórica negadora da democracia como “estilo de vida”: o argumento é posto em termos mais amplos, de uma rotação em que estruturas nacionais de poder da burguesia e dinamismos internacionais de irradiação do capitalismo monopolista coincidem em forjar uma autocracia burguesa, que aparece mais claramente, no momento, nos “países capitalistas em avanço” da periferia. (Fernandes, 1978, p. 206-207)

O Estado desempenha, portanto, um papel central na nova etapa histórica da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, trata-se de descrevê-lo e analisá-lo como uma estrutura burocrática de condensação dos interesses dos capitais nacionais e internacionais que opera políticas em favor desta pequena minoria, e não como representante do interesse geral da nação, tal qual acreditava larga fatia do nacional-desenvolvimentismo. Em segundo lugar, Fernandes busca demonstrar como o Estado brasileiro opera as novas funções exigidas pelo ingresso do país na fase monopolista do

capitalismo. No lugar do Estado democrático de direito, surge o Estado autocrático, que opera seus objetivos, determinados pela conjunção de interesses das classes dominantes do Brasil e do exterior, fundamentalmente por meio da coerção e da repressão.

Segundo Florestan Fernandes, o conservadorismo cultural da nossa burguesia desdobra-se em uma dominação política extremamente repressiva, mantendo fechados os circuitos da política: aos trabalhadores, do campo e da cidade, é vedada a participação ativa na política, única forma de mudar o sistema econômico desigual e excludente no país. Daí conclui que a política brasileira opera quase sempre como um *circuito fechado* e que a mudança social estrutural dentro da ordem é uma impossibilidade numa sociedade como a brasileira, na qual o controle político é exercido por grupos conservadores que vivem sob o pânico da mobilização popular.

Nesse quesito Fernandes não economiza palavras para denunciar o caráter brutal, desumano e tirânico da autocracia burguesa no Brasil e na América Latina, e critica o silêncio de boa parte dos intelectuais a este respeito.¹⁹ Por último, explora como o Estado se estrutura em torno de instituições cada vez mais militarizadas e tecnocráticas. Em resumo, o Estado é um instrumento funcional às classes dominantes

[...] para a imposição de uma estabilidade política que se mantém pela força bruta e pela ameaça potencial e que, por sua vez,

¹⁹ “Minha impressão é que nos fechamos dentro de um círculo, deixando fora dele o elemento central da discussão: a condenação da tirania burguesa sem disfarces e do seu Estado autocrático. Se essa impressão for correta, é óbvio que falhamos diante do dever de dar um balanço nos caminhos que se abrem para o futuro, os quais nos permitiriam indagar se uma sociedade democrática é possível no Brasil e por que meios ela poderá se instaurar. [...] O que menos pode se dizer, assim, é que não afrontamos o ‘bom combate’. Chega-se a um ponto em que os homens decidem que um estado de coisas é insustentável [...]. Atingido esse ponto, os que se calam e os que falam menos do que devem se ‘comprometem com a situação’” (Fernandes, 1978, p. 206).

constitui o requisito político para a intensificação da acumulação capitalista e a aceleração do desenvolvimento econômico. (Fernandes, 1978, p. 204)

No curso de suas pesquisas, desenha-se o modo pelo qual a burguesia conduz o nosso processo de revolução burguesa. A combinação entre elementos de uma consciência burguesa com elementos típicos da consciência oligárquica resulta em uma mentalidade extremamente conservadora das nossas classes dominantes. Elas colocam seus interesses particulares e egoístas de classe acima do interesse nacional. Como aponta Florestan Fernandes (1968, p. 90-91), a burguesia opera comumente no nível das suas reivindicações econômicas mais imediatas, não transcendendo o nível corporativo de consciência.

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado “egoísmo de classe” se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em política sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito.

Em certos momentos do desenrolar da revolução burguesa no Brasil, as nossas classes dominantes, sob pressão desses imperativos de autodefesa, foram chamadas a atuar além dos limites estreitos dos seus blocos de poder. Isto aconteceu particularmente no impasse do desenvolvimentismo. O desenvolvimento capitalista é um processo intensamente marcado por contradições e crises econômicas que exigem novas acomodações e acordos políticos e sociais. O aprofundamento do capitalismo no Brasil, em particular entre as décadas de 1930 e 1960, trouxe consigo uma nova

dinâmica de lutas e acordos políticos dos novos estratos sociais, como a classe média e o proletariado, que passaram a lutar por espaços de participação que representassem seus interesses e aspirações sociais. Ademais, surgiram tensões internas no bloco de poder dominante diante das transformações necessárias à adequação das instituições nacionais para tornar viável, do ponto de vista dos circuitos internacionais de acumulação capitalista, o ingresso do país na era do capitalismo monopolista.

Setores sociais urbanos, como o proletariado industrial, começavam a se movimentar politicamente e adquirir uma feição de sujeito histórico. Suas “insatisfações profundas, amargas perplexidades e esperanças radicais”, até então sufocadas pela repressão das classes dominantes empreendidas contra os “de baixo”, surgiam intensamente e cada vez mais articuladas em torno de projetos coletivos reformistas e, em alguns casos, revolucionários, embora estes fossem expressão de uma pequena vanguarda.

Frações importantes das classes dominantes nacionais impedem, à sua maneira, a plena modernização do país. Lutam obstinadamente para conservar o regime estabelecido, ao mesmo tempo em que são obrigados a negociar espaços para sucessivas transformações do patamar evolutivo do capitalismo no país, que, como dissemos, são impostas de fora para dentro pelos interesses estrangeiros. Inúmeros pactos e acomodações são articulados de forma tensa e conflituosa com o capital internacional, produzindo equilíbrios dinâmicos e provisórios frequentemente renegociados em termos cada vez menos favoráveis às classes dominantes nacionais.

O horizonte cultural conservador dessas classes condiciona o ritmo e a profundidade do avanço do capitalismo no país. Tal avanço, todavia, é determinado em grande medida por movimentos internacionais do grande capital. Neste intrincado quadro, percebe-se que a modernidade arcaíza-se e o arcaico moderniza-se, numa dialética que só faz aprofundar o subdesenvolvimento e

a dependência capitalista no Brasil. Daí surgir a questão central da controvérsia de Florestan Fernandes com os desenvolvimentistas: quais devem ser os marcos teóricos de análise da realidade brasileira e quais devem ser as táticas e estratégias políticas usadas para a transformação social? E, por que não, quais são os agentes desta transformação?

Na perspectiva desenvolvimentista, temos a noção do desenvolvimento desigual das forças produtivas entre regiões — centro e periferia — da divisão internacional do trabalho, bem como uma incapacidade teórica de articular dialeticamente as contradições internas entre os setores moderno e arcaico de um país. Ou seja, a economia política cepalina ignorava a dimensão combinada do desenvolvimento capitalista na periferia, persistindo no erro de ver o setor atrasado como uma barreira ao pleno desenvolvimento do capitalismo na periferia.²⁰

No plano político, em um primeiro momento, defenderam a intervenção estatal na economia por meio do planejamento e da industrialização e certas reformas para a promoção de justiça social, todas no sentido de superar o subdesenvolvimento. Depois, diante do esgotamento do modelo de industrialização via substituição de importação na América Latina e da implantação de ditaduras militares — apoiadas pelas burguesias da região — houve uma radicalização teórica. Tal radicalização, entretanto,

²⁰ Segundo Francisco de Oliveira (2003b, p. 13, grifos originais), “a tese cepalino-furtadiana da dualidade distingue-se da constatação geral e histórica do ‘desenvolvimento desigual e combinado’ da tradição marxista (Lênin e Trotsky) precisamente porque para Furtado e a Cepal o desenvolvimento é desigual — tanto pelas diferenças de grau e ritmo de desenvolvimento quanto pelas diferenças qualitativas entre setores que se desconhecem entre si —, *mas não é combinado*. Os dois setores não têm relações articuladas: o setor ‘atrasado’ é apenas um obstáculo ao crescimento do setor ‘moderno’, principalmente porque, por um lado, não cria mercado interno e, por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos. Nem sequer a clássica função de ‘exército [industrial] de reserva’ o ‘atrasado’ cumpre em relação ao ‘moderno’ [...]”.

não foi acompanhada por um avanço pleno na consciência política dos desenvolvimentistas,²¹ embora já tenham admitido, nas suas formulações mais ricas — datadas dos anos 1970²² — que o desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo não passa de um mito (Furtado, 1974), pelo menos do ponto de vista da promoção de bem-estar social e democracia política plena.

Do outro lado, a tradição marxista brasileira, ancorada nos estudos de Lênin, Trotsky, Gramsci e Mariátegui, trabalha com a tese de que elementos de estratos arcaico e moderno convivem mutuamente, relação esta na qual um retroalimenta o outro. Segundo Florestan Fernandes, a passagem do capitalismo brasileiro para o estágio monopolista permitiria um novo impulso no desenvolvimento econômico, desenvolvimento este associado ao efetivo estabelecimento da autocracia burguesa e ao aumento da dependência externa e da exclusão social interna. Ou seja, na sua obra pós-1964, a permanência de velhos elementos da antiga ordem colonial não funciona como uma barreira ao desenvolvimento das relações sociais de produção e reprodução capitalista: ao contrário, impulsiona e aprofunda o capitalismo.

Nesse caso, o arcaico não impediu a entrada do Brasil na nova fase mundial do capitalismo, muito menos o conduziu para a estagnação econômica.²³ Mas, certamente conduziu a nação bra-

²¹ Esta incongruência entre avanço do ponto de vista ideológico e travamento da consciência política fica muito bem exemplificada no artigo “Entre inconformismo e reformismo”, de Celso Furtado (1989). Sobre os limites ideológicos da economia política cepalina, ver o artigo “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”, de Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2008).

²² Parafrazeando Lucien Goldmann, o “nível máximo da consciência ideológica” do desenvolvimento latino-americano está condensado nos oito primeiros textos do volume II da obra organizada por Ricardo Bielschowsky (2000, p. 495-759) sobre os 50 anos do pensamento cepalino. Um debate mais elaborado sobre esta temática pode ser encontrado em Rodrigo Castelo (2009).

²³ Celso Furtado é figura presente em algumas indicações de leitura no rodapé das suas obras de 1968 e 1973. Diante destas importantes indicações,

sileira para um impasse, provocado pelas tensões sociais que nascem de um modelo de acumulação capitalista que conjuga, ao mesmo tempo, crescimento econômico, repressão política e desigualdade de renda e riqueza.

As próprias contradições de tal modelo de acumulação implementado pela ditadura civil-militar de 1964 geravam um impasse. Abria-se a possibilidade de perda de legitimidade política do regime e, conseqüentemente, a correlação de forças poderia se deslocar progressivamente para o lado dos “de baixo”. O sucesso no aproveitamento desta conjuntura política só ocorreria caso a classe trabalhadora tivesse à sua disposição ferramentas teóricas capazes de desvendar os movimentos da realidade e estivesse organizada politicamente, particularmente em torno de organizações revolucionárias. Os circuitos da política nacional, constantemente mantidos fechados pela repressão e opressão das classes dominantes, poderiam, portanto, ser abertos de acordo com iniciativas radicais e conscientes do proletariado, colocando em tela uma

tendo em vista sua raridade na forma de exposição das ideias de Florestan Fernandes, podemos nos atrever a dizer que Furtado surge como um dos grandes interlocutores do seu pensamento nos anos 1960-1970. O debate sobre a estagnação, por exemplo, encontra-se de forma velada nas suas reflexões. Fernandes chega a arriscar previsões sobre o futuro, previsões que andam na contramão das análises estagnacionistas de Furtado e, diga-se de passagem, mostraram-se acertadas com o passar do tempo. Duas passagens do livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968, p. 102 e 132, respectivamente) atestam tal diálogo: (1) “Não só o capitalismo revela grande vitalidade, especialmente nos centros de expansão e de irradiação da grande empresa monopolista. O capitalismo dependente poderá revitalizar-se, numa economia capitalista que caminha para a internacionalização. Daí ser relevante indagar-se para onde se dirige a burguesia das sociedades capitalistas dependentes”; (2) “[...] um malogro da ordem social competitiva poderia conduzir à estagnação e, em consequência, à persistência indefinida de um subcapitalismo, de uma pré-democracia e de uma infração. Essa não parece ser, todavia, a alternativa mais provável.” Sobre a controversia da estagnação, consultar o artigo de Claudio Salm publicado no presente livro.

vasta gama de possibilidades para a mudança social, nas quais se inclui a revolução socialista.²⁴

A Revolução Brasileira caminhava, assim, para o impasse. Decidiríamos entre o passado e o futuro, como afirma Fernandes (1968, p. 115), ou como dizia Caio Prado Júnior, entre vivermos a reversão colonial ou fazer a transição da economia colonial para a economia nacional. Na avaliação do historiador paulista, o regime civil-militar não conseguiu operar qualquer tipo de ruptura com a reversão colonial; pelo contrário, a industrialização não teria alçado voo e o país teria continuado preso ao passado colonial, tendo em vista o peso dos bens primários na nossa pauta de exportação (Prado Júnior, [1968] 1999, p. 15). Fernandes, entretanto, tem um entendimento bem diferente a este respeito. Segundo suas investigações, o Brasil, apesar de todos os percalços,

²⁴ Mesmo nos momentos mais obscuros da ditadura civil-militar brasileira, Florestan Fernandes nunca deixou de entender a história como um processo em aberto, capaz de ter seus rumos alterados por meio da atuação política de grupos e classes sociais. Cabe destacar uma longa citação do seu livro *Círculo fechado*: “A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como *classes em conflito*, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de *círculo fechado* e curtos momentos de *círculo aberto*. No entanto, o modo pelo qual se dão as coisas, nos dias que correm, revela que ‘o impasse da nossa era’ não consiste mais no caráter perene da repressão e da opressão. Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o *curto-círculo final*, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagonístico à Nação e ao Povo, ou seja um Estado que, como todo o Estado elitista, tem sempre de ‘fechar a história’ para os que não estão no poder. Nesse sentido, vivemos a pior fase da transição, aquela na qual a autodefesa do privilégio pela violência sistemática, organizada, institucionalizada e ‘legitimada’ através do poder concentrado do Estado, dá a impressão que o ‘passado é perene’ e que tenderá a reproduzir-se no futuro como se reproduzia socialmente no passado. Pura ilusão. A virulência do processo não indica uma história em crescendo mas uma história em declínio. Enfim, proximidade do ponto morto do clímax de uma crise, que poderá durar mais algumas décadas, mas como o ‘começo de uma nova era’” (Fernandes, 1976b, p. 5-6, grifos originais).

não caminhava para o aprofundamento da reversão colonial, mas, como vimos, para uma nova etapa do capitalismo, que traria a modernização das forças produtivas capitalistas, bem como a manutenção de inúmeras relações sociais de produção arcaicas. Conforme escreve Carlos Nelson Coutinho (2000, p. 4):

[...] sem negar que a conservação do “atraso”, da dependência externa, da “selvagem” exploração do trabalho, do autoritarismo, etc., gera importantes determinações específicas de nosso “moderno” capitalismo, Florestan evita, porém, ao mesmo tempo, a tendência caiopradiana de dar prioridade a tais elementos “atrasados” na caracterização de nosso presente: graças a uma visão mais mediatizada, ele ressalta também os traços novos que o capitalismo introduz na vida social brasileira, destacando entre eles a industrialização e a urbanização, o revolucionamento do universo de valores, a nova estratificação social, etc.

Não é casual a referência a Caio Prado Júnior. Tanto ele como Fernandes, apesar de divergências pontuais no campo da teoria e da política, compartilhavam um núcleo central sobre o que seria a Revolução Brasileira, isto é, como e quem operaria o rompimento dos grilhões da exploração e da dominação capitalista e imperialista nos elos fracos do mercado mundial. Tais convergências, que os colocavam em posições diferentes dentro da trincheira dos intelectuais progressistas brasileiros, são resumidas por comentadores das obras dos intelectuais marxistas:

Primeiro, ambos rejeitam com vigor todo tipo de contemporização com o *status quo*, pois estão absolutamente convictos de que os problemas fundamentais do povo brasileiro não serão resolvidos se não houver uma ruptura radical com as estruturas sociais responsáveis pela perpetuação das gritantes desigualdades sociais herdadas da sociedade colonial e pela posição dependente do país no sistema capitalista mundial. Segundo, Caio Prado e Florestan Fernandes rechaçam a noção — ainda hoje muito difundida nos meios de esquerda — de que existiria uma burguesia nacional, com interesses antagônicos ao

imperialismo, capaz de liderar as transformações sociais decorrentes da revolução democrática e da revolução nacional. Por fim, os dois autores insistem que as forças populares devem superar a tutela burguesa e adotar uma linha política autônoma, articulada em torno dos interesses estratégicos do proletariado, o que coloca a consolidação da unidade de classe entre operários e camponeses como tarefa prioritária das forças de esquerda. (Sampaio Júnior e Sampaio, 2005, p. 8-9)

Apesar da temática, a controvérsia da Revolução Brasileira passou a reflexão contida nos principais ensaios do pensamento social brasileiro nos anos 1950 e 1960, inclusive na área econômica. Furtado chegou a redigir um livro chamado *A pré-revolução brasileira* (1962), discutindo os futuros rumos da nação. Talvez o último suspiro deste grande debate nacional tenha sido o ensaio de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa no Brasil. Final grandioso e melancólico, pois, ao mesmo tempo em que era escrito na fase de descenso da luta de classes, retratando a derrota de um ciclo histórico do movimento operário brasileiro, oferecia ao grande público uma das formulações mais fecundas dos mecanismos arcaicos e modernos de exploração e dominação capitalistas.

IV. Os limites do desenvolvimentismo para a superação do subdesenvolvimento: à guisa de conclusão

Conforme pontuamos ao longo do artigo, Florestan Fernandes, em certos momentos da sua trajetória, parece circunscrito ao horizonte intelectual do desenvolvimentismo, apostando no ideal de que o desenvolvimento capitalista, nos seus moldes nacionais e democráticos, seria capaz de romper com os elos de dominação externa e interna que prendiam — e ainda prendem — o Brasil ao capitalismo dependente. O desenvolvimentismo seduz Fernandes, que flerta com a possibilidade do Brasil ter um padrão de desenvolvimento no estilo dos países do Norte. Tal ilusão esteve presente em grande parte da sua geração, mesmo entre os intelec-

tuais e militantes socialistas e comunistas. Acreditava-se na possibilidade de termos uma via “normal” de desenvolvimento.

A debilidade dessa linha de raciocínio foi justamente que a burguesia brasileira, em momentos de crise revolucionária, colocou-se como um aliado conformado e subalterno dos interesses externos do grande capital e das nações imperialistas, reprimindo como poucas os movimentos populares que demandavam transformações substantivas. Junto com seu grupo de pesquisa da USP, Florestan Fernandes foi um dos primeiros a perceber o equívoco em torno da tese da burguesia nacional como um agente capaz de liderar a transformação social necessária para a superação do capitalismo dependente no Brasil.

A emergência do capitalismo monopolista deixa patente a impotência e a falta de desejo da burguesia local em liderar qualquer tipo de processo político de emancipação nacional frente ao imperialismo. Ao contrário, todas as ações e ideias defendidas e implementadas pela nossa “burguesia complacente” apontam para um projeto de aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência. Neste período,

[...] a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas. (Fernandes, [1973] 1981, p. 19)

As tensões nas suas críticas ao desenvolvimentismo irão se diluindo com o desenrolar dos acontecimentos pós-1964. Por certo, algumas reminiscências do passado permanecem e Florestan Fernandes tece comentários em torno do debate da articulação de momentos da revolução “dentro da ordem” e “contra a ordem”, que são por vezes dúbios e, assim, geram muita polêmica entre os comentaristas da sua obra. Entretanto, por força dos fatos e do aprofundamento das suas análises, ele vai se convencendo do caráter conservador e autoritário das nossas classes dominantes que, por esta característica político-cultural, se tornam

incapazes e desinteressadas em construir um projeto de soberania nacional e de democracia social. Elas, inclusive, usam a ideologia desenvolvimentista para mascarar seus reais interesses.²⁵ Daí a conclusão de que “esse golpe de Estado [o perpetrado em 1964] põe a nu, queiram ou não os seus fautores, que nada mais se pode esperar de nossas classes conservadoras” (Fernandes, 1968, p. 181).

À medida que Florestan Fernandes vai se aproximando de uma nova síntese na sua trajetória intelectual, na qual *A Revolução Burguesa no Brasil* é um marco, os embates e tensões da sua obra vão se solucionando e as ilusões do desenvolvimentismo vão fazendo parte de um passado remoto, mas sempre vivo. O passo seguinte é o fortalecimento da ideia da revolução socialista²⁶ como a única alternativa possível para o fim da nossa condição de dependência. Com o passar do tempo, Fernandes construirá uma consciência radicalmente crítica ao projeto desenvolvimentista que, em sua opinião, é incapaz de superar o subdesenvolvimento e trazer a integração e a soberania nacionais, a democracia e o fim da exclusão social.

[...] os estudos patentearam que a modernização cultural e o crescimento econômico, mesmo acelerados, não resolviam os dilemas sociais fundamentais. [...] Mantidas as demais condições preexistentes, os dois processos não expandiam a demo-

²⁵ “As burguesias de hoje por vezes imitam os grandes proprietários rurais do século XIX. Apegam-se ao subterfúgio do desenvolvimentismo como aqueles apelaram para o liberalismo: para disfarçar uma posição heteronômica e secundária. O desenvolvimento encobre, assim, sua submissão a influências externas, que se supõem incontornáveis e imbatíveis” (Fernandes, 1968, p. 101).

²⁶ Sobre o tema das revoluções socialistas, recomendamos a consulta aos livros *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (T. A. Queiroz, primeira edição de 1979; Expressão Popular, 2ª edição de 2008) e *O que é revolução* (Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1ª edição de 1980; a editora Expressão Popular republicou o livro dentro de Sampaio Jr. e Sampaio, 2005).

cracia e promoviam maior concentração de riqueza, de cultura e de poder no tope da sociedade civil. (Fernandes, 1994, p. 10)

Esta ruptura com o desenvolvimentismo não foi uma tomada de posição única e exclusiva de Florestan Fernandes. Contudo, poucos intelectuais brasileiros — dentre os quais destacamos, além do próprio Fernandes, Caio Prado Júnior e os teóricos marxistas da dependência — levaram tais críticas aos seus termos mais radicais, isto é, de afirmação do socialismo como alternativa ao capitalismo dependente.²⁷ Esta tomada de consciência já está presente, com todas as suas contradições, no livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*.²⁸ Ela ficará patente, contudo, nos textos da década de 1970 — *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e, particularmente, *A revolução burguesa no Brasil*. Anos mais tarde, em uma reflexão sobre a sua trajetória intelectual e política, Florestan Fernandes ([1958] 1977, p. 204) declarou o seguinte:

²⁷ Segundo Heloísa Fernandes (2009, p. 39-40), o exílio marca o ponto-chave de inflexão na obra de Florestan Fernandes, a partir do qual o sociólogo paulista assume a sua face mais radical. Na sua avaliação, “o exílio é uma experiência vivida por milhares de intelectuais latino-americanos nesse período [década de 1970]. Ainda está para ser feita uma análise sobre o impacto das ditaduras militares na reconstrução do horizonte intelectual latino-americano. O fato é que houve uma radicalização intelectual e política dessa época” (*ibid.*, p. 40, nota 30). Esta avaliação é igualmente compartilhada por Diogo Costa (2009, p. 73).

²⁸ “Assim, nos anos 60 Florestan chega ao que eu chamaria os seus limites naturais: o sociólogo, o pensador e o militante unidos num só tipo de atividade, vai agora se configurar como cientista cujo ato de construção intelectual já é um ato político. Por isso os seus temas mudam significativamente. O que estuda agora são as classes sociais, o problema da burguesia, os conflitos do subdesenvolvimento, o Brasil na América Latina, a Revolução Cubana. Isto quer dizer que ele transformou Sociologia em militância, a partir do momento em que os dois caminhos paralelos que mencionei se fundiram numa personalidade intelectual harmoniosa” (Candido, 1987, p. 35).

Podia, portanto, liquidar as últimas hesitações e todas as esperanças: dentro do capitalismo só existem saídas, na América Latina, para as minorias ricas, para as multinacionais, para as nações capitalistas hegemônicas e a sua superpotência, os Estados Unidos, questões que levantei nos ensaios que formam *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e em *Círculo fechado* (cap. 3) [...]. O que pude observar no Brasil, depois de meu retorno, de 1973 em diante, só serviu como elemento de comprovação. No clímax da industrialização maciça, da implantação interna das multinacionais e do gigantismo da intervenção econômica do Estado, a sociedade capitalista não oferece alternativas à maioria: não há mais como conciliar “a história como liberdade” com o capitalismo.

Posfácio: uma agenda para a (re)descoberta do Brasil

Aloisio Teixeira¹

Não sou um especialista em história do pensamento econômico, embora alguma vez, em uma carreira docente que já se faz longa, tenha oferecido essa disciplina para cursos de graduação. Não o sendo, não me senti muito confortável em escrever uma apresentação para o livro que o público leitor acaba conhecer. Prefiro expor minhas preocupações sobre temas correlatos ao final, sob a forma de um posfácio. Assim, aqueles que o leram (e espero que tenham sido muitos) já terão sua opinião e poderão confrontar essas preocupações com seu próprio julgamento.

De qualquer forma, o assunto não me é indiferente — nem a história do pensamento econômico em geral, nem a história de um pensamento econômico brasileiro, que é a matéria dos textos aqui contidos. Talvez porque meus estudos atuais situem-se no campo da economia política, inclusive em algo que poderia ser chamado de *economia política brasileira*.²

¹ Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Refiro-me aqui à disciplina *Intérpretes do Brasil*, que iniciei ainda nos anos 1990 na companhia do professor Carlos Lessa e que venho oferecendo nos últimos anos junto com o professor Marcelo Paixão, em cursos de pós-graduação da UFRJ. Um segundo módulo dessa disciplina, voltado para as interpretações apresentadas por economistas, está sendo preparado em parceria com a professora Maria Mello de Malta.

O significado da expressão *economia política* não é muito claro, nos dias de hoje.³ No passado, até o final do século XIX, era utilizada para designar uma nova área do conhecimento que vinha se formando, sob o influxo das transformações em curso na sociedade europeia, com a proposta de estudar os problemas da produção, acumulação, circulação e distribuição de riquezas, bem como de apresentar proposições de natureza prática, associadas a esses problemas. Ao final daquele século, no entanto, o pensamento convencional a abandonou, de tal forma que hoje a visão convencional muitas vezes a considera como um apêndice da história do pensamento voltado para o estudo dos autores da chamada “escola clássica” — ou melhor, para o estudo da “pré-história” da ciência econômica.

Outros, mais bem intencionados, preferem entendê-la como a reunião de instrumentos próprios da economia e da ciência política, para produzir um entendimento mais amplo dos fenômenos sociais. Não que estejam errados, quanto à necessidade de um entendimento mais amplo desses fenômenos; mas acabam prisioneiros das limitações dos instrumentos que mobilizam.

Ao falarmos aqui de economia política, não estamos recorrendo a nenhuma dessas conceituações, nem mesmo à dos economistas originais, mas à crítica que Marx lhe fez e com a qual inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis de movimento da sociedade capitalista, ou, mais precisamente, a dinâmica contraditória do capital, cuja essência nos é dada pelos processos de acumulação, distribuição e inovação, e daquilo que os funda e explica — a concorrência.

Essa visão da economia política entende o capitalismo como uma formação social histórica e socialmente determinada, reconhecendo que não pode haver economia política — ou sua crítica — onde não impera o modo de produção capitalista, nem pode

³ Ver, a propósito, A. Teixeira, “Marx e a economia política – a crítica de um conceito”, *Economica*, v. II, n. 4, dez. 2000.

seu objeto ser fragmentado ou reduzido à análise das condições de equilíbrio no processo de troca. E mais: como o capitalismo instaura, pela primeira vez na história da humanidade, uma forma de organização social na qual “o poder social torna-se o poder privado de particulares”,⁴ também não pode haver economia política ali, onde não se constituiu o Estado capitalista.

Nessa “nova” economia política está assim presente, organicamente, um espaço especificamente político, uma vez que o capitalismo é ininteligível fora das relações de poder e de propriedade em que se definem suas contradições. Economia, política, antropologia e sobretudo a história — dos fatos e das ideias — são ângulos específicos e partes organicamente constitutivas da crítica da economia política, e não instrumentos mecanicamente justapostos.

Essas observações iniciais podem parecer demasiadas; como veremos, no entanto, são indispensáveis, pois penso que o livro que acabamos de ler situa-se mais no plano do que chamei de economia política brasileira do que de uma HPE brasileira.

Mas vamos ao livro — que considero, desde já, destinado a servir como referência aos estudos futuros sobre o capitalismo brasileiro. E está de parabéns o Ipea pela coragem de apoiar a pesquisa que lhe serviu de base e por financiar sua publicação.

Essa avaliação positiva decorre, antes de mais nada, de seus autores: Maria Mello de Malta (sua coordenadora), Angela Ganem, Bruno Borja, Claudio Salm, Hélio de Lena Júnior, Marco Antonio da Rocha, Pablo Bielschowsky, Rodrigo Castelo e Victor Gomes. O simples enunciado de seus nomes — com poucas exceções — talvez não tenha trazido à memória do leitor nenhuma lembrança de opulentas obras já lidas no passado. Não importa. A própria Maria Malta nos diz quem são, em sua Apresentação. Eles compõem um grupo absolutamente inovador, constituído na

⁴ K. Marx, *O Capital*, Livro 1, p. 147. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrado por jovens cientistas sociais interessados em desvendar os mistérios do capitalismo brasileiro.

Em segundo lugar, pelo conteúdo do livro em si mesmo, sua proposta temática e a forma de abordá-la, no caso indissociáveis. Pois o problema que se colocam os autores não é o de construir uma arqueologia das ideias econômicas surgidas no Brasil, nem o de mecanicamente garimpar contribuições nacionais abstratas à construção da teoria econômica, tal como o *mainstream* a entende. Maria Malta o explicita com clareza na já referida Apresentação: “nossa causa coletiva sempre foi entender o Brasil”.⁵ A história do pensamento econômico é a ferramenta, portanto, para, por meio dos sucessivos debates que opuseram o pensamento conservador ao que se poderia chamar, em cada época, de pensamento progressista, ressaltar as características que vai assumindo, em sua história, o capitalismo brasileiro. E é nesse sentido que a história do pensamento econômico brasileiro construída pelos autores se torna um capítulo da construção de uma economia política brasileira.

A importância desse esforço é ressaltada também por Ricardo Bielschowsky, em seu Prefácio. Bielschowsky é reconhecidamente um dos pioneiros na formulação de uma história do pensamento econômico brasileiro. É a ele que se deve a ideia de que essa história tem como pano de fundo a questão do desenvolvimento econômico. Sua obra,⁶ já clássica, cobre o amplo período histórico que transcorre entre 1930 e 1964. Mas não se pode dizer que *Ecos do desenvolvimento*, ao examinar o intervalo 1964-1989, dê continuidade àquele esforço de pesquisa. Há uma diferença metodológica essencial: ao usar as controvérsias nas quais se explicitam as diferentes ideias que nortearam a ação e a crítica às

⁵ Ver p. 14.

⁶ R. Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/INPES, 1988.

políticas econômicas daqueles anos, *Ecos do desenvolvimento* extrapola o campo estrito da história do pensamento e invade com êxito o campo da economia política.

Há um terceiro aspecto — além da(s) qualidade(s) dos autores e do livro — que merece ser examinado, ao final da leitura. Ele diz respeito ao fato de que não se trata de uma coletânea de textos aleatoriamente reunidos sob a perspectiva do organizador, mas de obra coletiva, no sentido estrito da palavra. Os autores integram um núcleo de pesquisa na UFRJ: o Lema – Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile.⁷ E procuram juntos organizar seu programa de pesquisa sob a inspiração de um autor, cujas ideias muitos gostariam de ver relegadas ao depósito de materiais inservíveis.

Foi preciso coragem — e certamente isso era um sinal dos tempos — para, no início dos anos 1990, dispor-se a organizar um grupo com essa intenção. Em um momento em que se derrubava o muro de Berlim e se comemorava o fim das experiências do “socialismo real” — o desmoronamento da União Soviética e a dissolução do Bloco Socialista —, em um momento em que se proclamavam as glórias do pensamento único e a hegemonia do neoliberalismo, era preciso grande coragem intelectual para reunir em torno de si um grupo de jovens e propor-lhes o retorno a Marx. Mas foi isso que Tauile fez. No entanto, foi apenas no início da década seguinte que um grupo de estudantes se fixou em torno do projeto *Divisão internacional do trabalho ou Divisão internacional do capital? – Os caminhos da globalização* e do Grupo de Estudos Marxistas (Gema), estabelecendo o embrião do que viria a ser o Lema em 2004.

Certamente Tauile era dos mais indicados para assumir essa tarefa de orientar as novas gerações na direção do marxismo, pois

⁷ O patronímico deve-se ao fato de ter sido José Ricardo Tauile, professor titular do Instituto de Economia da UFRJ, prematuramente falecido, o criador do Lema.

não via na obra de Marx um repositório de “verdades estabelecidas”, nem achava que a resposta para os problemas brasileiros estivesse oculta em alguma nota de rodapé de autores do século XIX ou do início do século XX. Inspirava-se, talvez, na observação de Engels de que Marx via problemas onde os outros viam soluções.⁸

Ou talvez tomasse como referência uma passagem de Marx bem conhecida, que aparece na *Crítica ao Programa de Gotha*, escrita em 1875.⁹ “A ‘sociedade atual’ é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida.”¹⁰

A passagem tem a ver com nosso Posfácio, pois nela Marx chama a atenção para o fato de que a “sociedade atual”, qualquer que seja o país considerado, é a sociedade capitalista — na qual “rege a produção capitalista” e vigoram as mesmas leis de movimento do capital; no entanto, qualquer que seja o país considerado, a sociedade capitalista aparece modificada por particularidades do desenvolvimento histórico próprio e por seu maior ou menor grau de desenvolvimento. Essa passagem alerta-nos para a necessidade de se evitar dois equívocos: o primeiro é achar que, no terreno da política, basta conhecer as leis gerais de movimento

⁸ F. Engels, “Prefácio” ao Livro 2 de *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. A passagem refere-se à posição de Marx face aos economistas clássicos; a citação exata é: “onde estes tinham visto uma **solução**, via ele apenas um **problema**” (p. 16).

⁹ Esse texto, na edição consultada, aparece precedido de uma carta de Marx a Bracke, de 5 de maio de 1875, na qual se encontra sua célebre recomendação aos comunistas alemães: “cada passo de movimento real vale mais do que uma dúzia de programas”. Ver K. Marx e F. Engels, *Textos* 1, p. 225. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

¹⁰ *Ibid.*, p. 239.

do capital, para termos a resposta para todos os problemas; a segunda, imaginar que “cada caso é um caso” e, portanto, não há teoria capaz de tornar inteligível a natureza essencial da “sociedade atual”. Essa passagem suscita a pergunta sobre as peculiaridades do desenvolvimento histórico do Brasil e era com isso que Tauile estava preocupado.

Tauile rejeitava apaixonadamente a tentação, tão em voga na época, de “matar” Marx; mas não aceitava a igualmente tentadora ideia de entronizar Marx como o “pai” (autor do “livro sagrado”). Tauile sabia que essa dupla e contraditória tentação se explicita nos domínios de Édipo, e não no terreno da ciência.

Para recolocar Marx no terreno da ciência seria preciso refazer seu percurso teórico, defrontar-se com os obstáculos com que se defrontou e tentar resolvê-los. Só assim poder-se-ia distinguir o Marx que era produto da ciência e da cultura de sua época do Marx que rompeu com essa ciência e a superou, realizando uma análise da lógica e da dinâmica do capital e da sociedade burguesa cujos delineamentos básicos se sustentam até hoje. Foi isso que Tauile fez e essa é a herança que recebem os pesquisadores do Lema, autores de *Ecos do desenvolvimento*.

Qualquer esforço de reconstituir a história das ideias econômicas, para não ser um caleidoscópio de autores e títulos, enfileirados em ordem cronológica, deve buscar um eixo organizador. Só assim, aliás, integra-se a história à teoria e passa-se do campo da HPE para o da economia política. Foi isso que Marx fez, em sua *Teorias da mais-valia*. Tinha ele plena consciência de que a descoberta desse conceito era a mais importante realização no campo da economia política; escrever uma história do pensamento econômico, portanto, implicava em recuperar os esforços, muitas vezes desconhecidos, para encontrá-lo.

Nossos autores tomam como eixo organizador o tema do desenvolvimento econômico. Acertam ao fazê-lo. Acertam igualmente em considerar, em seu ponto de partida, os trabalhos de

Mantega¹¹ e Bielschowsky,¹² já que é a partir desses autores que se pode falar de uma HPE brasileira. Acertam, finalmente, ao considerar a história do pensamento em torno à noção de ruptura, tal como já o fizera Maria Malta, em sua tese de doutoramento.¹³

Há, entanto, que aprofundar o próprio conceito de desenvolvimento — e este é o primeiro ponto da agenda proposta nesse Posfácio. E vale aqui retornar a Marx, que jamais se deixou iludir pela fantástica riqueza que se produzia em sua época, nem com as transformações em curso na sociedade humana, ao influxo do fim do mundo antigo.

Marx não tratou explicitamente da questão do desenvolvimento, no sentido que hoje adotamos. Mas uma leitura atenta perceberá que é disso que trata sua obra, considerando que, para ele, desenvolvimento significava desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Marx entende, desde logo, que essa é a marca constitutiva, indelével e irremovível da sociedade burguesa, tanto que já no *Manifesto comunista* anunciava: “a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”.¹⁴ E, para não deixar dúvida, acrescenta que “a conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores”.¹⁵

Por que isso ocorre? Porque a lógica de um sistema de produção social voltado para a produção de mais-valia e o enri-

¹¹ G. Mantega, *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis / Petrópolis: Vozes, 1984.

¹² R. Bielschowsky, *op. cit.*

¹³ M. M. Malta, *Controvérsias sobre a teoria da acumulação de James Steuart*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

¹⁴ K. Marx e F. Engels, *Manifesto comunista*, p. 43. São Paulo: Boitempo, 1998.

¹⁵ *Ibid.*

quecimento dos agentes privados que detêm o monopólio dos meios de produção impõe uma dinâmica em que o crescimento e a transformação são sua característica indelével e insubstituível. A lógica do capital é implacável e está inscrita no DNA da mercadoria. Não é à toa que Marx nos diz que “o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital”,¹⁶ o que realiza por meio da renovação contínua do processo de acumulação. E a passagem do “mundo antigo” ao “moderno” não é apenas o resultado das revoluções políticas do século XVIII, que lhe dão forma; ela é a consequência inexorável do fato de que a riqueza produzida assume a forma mercadoria, ou seja, não se destina ao consumo de quem a produz nem ao do senhor, mas ao consumo de terceiros por intermédio da troca.

Marx, ademais, percebe que a produção capitalista antecede o momento em que o capitalismo se torna o modo de produção dominante. Ela se inicia

[...] quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista.¹⁷

A razão é simples: “com a cooperação de muitos assalariados, o domínio do capital torna-se uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, uma condição necessária da produção”.¹⁸

¹⁶ *Ibid.*, p. 384.

¹⁷ K. Marx, *O Capital*, Livro 1, p. 375. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁸ *Ibid.*, p. 383.

O problema reside em que, “de início, o capital submete o trabalho ao seu domínio nas condições técnicas em que o encontra historicamente. Não modifica imediatamente o modo de produção”.¹⁹ Mas terá de fazê-lo, inexoravelmente. Para que o processo de acumulação prossiga ininterruptamente, para que o processo vital do capital tenha sequência como “valor que se expande continuamente”,²⁰ “não basta que o capital se aposses do processo de trabalho na situação em que se encontra ou que lhe foi historicamente transmitida... É mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que mude o próprio modo de produção”.²¹

Pode-se, portanto, concluir que, ainda que o capital imponha o “desenvolvimento” como necessidade orgânica para sua expansão, isso só se torna verdadeiramente possível quando a maquinaria é introduzida no processo produtivo e se generaliza o sistema fabril. Esse momento se completa quando a indústria moderna apodera-se de seu instrumento característico de produção, a máquina, e passa a produzir máquinas com máquinas. Só assim ela cria sua base técnica adequada e pode erguer-se sobre seus próprios pés.²² É o momento (lógico e histórico) em que se constituem as forças produtivas especificamente capitalistas e se instala um modo de produção especificamente capitalista.

Nessa ótica, que parece ser a de Marx, a questão do desenvolvimento é inseparável da industrialização, entendida aqui não apenas como introdução da máquina e criação de fábricas, mas como disseminação de uma lógica, de uma dinâmica e de uma cultura que devem alcançar todos os campos da vida social (não apenas a “indústria”, mas também a agricultura e os serviços, que acabam por tornar-se “setores da indústria”), emprestando senti-

¹⁹ *Ibid.*, p. 356.

²⁰ *Ibid.*, p. 357.

²¹ *Ibid.*, p. 366.

²² Ver Marx, *op. cit.* p. 441.

do à passagem do *Manifesto* há pouco citada de que a burguesia, para subsistir, deve revolucionar os instrumentos de produção, as relações de produção e todas as relações sociais.

Por isso mesmo, ao eleger o desenvolvimento como eixo organizador de *Ecos do desenvolvimento*, seus autores tangenciam recorrentemente, e muitas vezes indiretamente, problemas que têm a ver com industrialização ou com a transformação de uma sociedade em que passa a dominar o modo de produção especificamente capitalista.

A proposta do Posfácio é a de sugerir uma agenda que venha contribuir para os esforços de entendimento do capitalismo brasileiro. E esse entendimento deve buscar responder aos problemas teóricos suscitados por cinco processos de ruptura presentes em sua formação:

- o primeiro diz respeito à natureza essencial do empreendimento colonial português no Brasil;
- o segundo, à forma como se dá a passagem ao modo de produção capitalista, na segunda metade do século XIX;
- o terceiro, ao processo de constituição das forças especificamente capitalistas, no século XX;
- o quarto, à reação da economia brasileira ao movimento de desestruturação da ordem mundial, mais ao final do século;
- o quinto relaciona-se ao momento atual e versa sobre a possibilidade de estarmos diante de mudanças estruturais no padrão de acumulação do capitalismo brasileiro.

Começemos pelo primeiro: a colonização. A hipótese, que não é original, é que o Brasil é um produto da expansão do capital mercantil europeu. A consequência direta dessa hipótese é que todo o debate que nos consumiu no passado, sobre a existência de relações feudais (ou “semifeudais” — seja lá o que isso signifique) torna-se inteiramente ociosa. No momento da descoberta do Brasil e do início de sua colonização, no século XVI, já estava em curso o que Marx chamou de acumulação primitiva, acelerando a desagregação do antigo modo de produção e de suas institui-

ções. É de duvidar que esse mundo em decomposição pudesse transferir suas instituições para a colônia, quando já não garantia sua existência na própria metrópole. Por outro lado, é igualmente claro que ainda não existiam novas instituições, já que o modo capitalista de produção, em sua forma específica, ainda não havia emergido; por isso, as que foram implantadas nas colônias guardam semelhanças formais com as antigas, ainda que seu conteúdo não seja exatamente o mesmo.²³

Tenhamos claro: o modo de produção implantado na colônia não era especificamente capitalista, ainda que movido pela busca do lucro e ainda que fundado em relações mercantis; mas não era, muito menos, nem feudal nem escravista, ainda que houvesse servos ou escravos. João Manuel Cardoso de Mello esclarece esse ponto ao dizer “que não é lícito identificar o modo de produção dominante nas formações sociais coloniais a partir, apenas, da forma que assumem as relações sociais básicas, como se escravidão fosse igual a modo de produção escravista, e servidão, a feudalismo”.²⁴

Para retirar dessa hipótese todas as suas consequências, em particular tendo em vista o caso brasileiro, seria preciso avançar um pouco sobre a história de Portugal. Pois, se o que dissemos acima vale para outros países europeus (Espanha, Inglaterra e França), para Portugal tem um sentido mais amplo e profundo. Apenas para mencionar alguns fatos: a presença muçulmana na região desde o início do século VIII; a relativa autonomização do Condado Portucalense; a bula papal de 1179, reconhecendo a

²³ A própria aventura colonial, em terras de além-mar, tem muito pouco a ver com os procedimentos típicos da sociedade medieval, cujas aventuras eram de outra natureza. Podemos buscar exemplos na literatura, lembrando que a primeira edição do *D. Quixote* é de 1605 e que a primeira edição de *Os Lusíadas*, de 1572 (embora os estudiosos digam que já estava pronto 15 anos antes).

²⁴ J. M. Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio*, p. 37. 10. ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

nova monarquia; a reconquista do território aos mouros e os conflitos com Castela — tudo isso levou ao fortalecimento do papel do rei e do Estado, ao enfraquecimento da nobreza e ao surgimento de uma classe burguesa (mercantil), antecipando, em relação ao resto da Europa, as mudanças nas velhas instituições.

Talvez por isso o empreendimento colonial português na América tenha sido o mais bem sucedido do período. O próprio fato do colonizador não ter encontrado metais preciosos nos primeiros séculos fez com que a colônia se inserisse no mercado mundial em formação como produtora de mercadorias (açúcar).

Por certo não houve, nesse período, uma dinâmica de acumulação endógena, em sentido estrito, na região ocupada por Portugal na América. A própria condição de colônia fazia com que o excedente aqui gerado fosse apropriado, na forma de lucro, em sua totalidade (ou quase), pela burguesia mercantil metropolitana. Tratava-se, portanto, de *produção mercantil*; ademais, a produção colonial deveria ser necessariamente complementar à da metrópole, para que não houvesse concorrência entre elas. Com isso, o empreendimento colonial poderia cumprir seu objetivo: servir como alavanca para a *acumulação primitiva*.

O caso brasileiro, no entanto, tem uma peculiaridade que marcará seu desenvolvimento posterior e os sucessivos padrões de acumulação. E essa peculiaridade é a razão do “sucesso” do empreendimento (e também de suas debilidades). Como, nos primeiros anos, não foi descoberto ouro (nem metais preciosos) — a ocupação do território foi feita por meio da implantação de uma agricultura de *plantation*, voltada para a produção e comercialização do açúcar.²⁵ Para isso se requeriam força de trabalho e terra. A peculiaridade a que nos referimos consistiu exatamente

²⁵ Quando o ouro foi descoberto em larga escala, o sistema produtivo da colônia já estava estruturado. E, vale lembrar, em nenhum momento o “comércio do ouro” suplantou o do açúcar, em termos de valor; esse só foi suplantado pelo café, na segunda metade do século XIX.

na solução que foi dada a esse problema: monopólio da terra e trabalho escravo.²⁶ As consequências dessa peculiaridade se farão sentir até hoje na configuração de um padrão de desigualdade e de concentração de renda e de riqueza sem paralelo no mundo.

O segundo processo de *ruptura* equivale a perguntar-se em que momento se pode falar de *capitalismo* no Brasil. A hipótese, aqui, igualmente muito pouco original, é que a transição ao modo de produção capitalista se deu na segunda metade do século XIX, em um processo que compreende a independência, a introdução do trabalho assalariado e mudanças importantes na estrutura jurídico-institucional do país. E seu êxito, nos marcos de uma economia em que o centro dinâmico era constituído pela exportação de produtos primários, retardou a passagem a um modo de produção especificamente capitalista.

Há pouco citamos Marx, quando assevera que, inicialmente, o capital não modifica o modo de produção, mas submete o trabalho ao seu domínio nas condições em que o encontra. João Manuel Cardoso de Mello se apropria dessa ideia e afirma que “o surgimento das economias exploradoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina. Não, é certo, do modo especificamente capitalista de produção, desde que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas”.²⁷

Entendamo-nos: é nesse momento histórico, ao longo do século XIX, que se criam no Brasil as condições políticas, econômicas e institucionais para a passagem ao modo capitalista de produção: o primeiro Código Comercial brasileiro (Lei nº 556/1850) — que criou o sistema de hipotecas sobre a propriedade fun-

²⁶ Vale uma pequena comparação com os Estados Unidos: lá (a partir das 13 colônias) a terra era livre e, a partir da segunda metade do século XIX, também o trabalho era “livre”. Ver, a propósito, Luiz Werneck Vianna, “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos” (L. W. Vianna, *A revolução passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 1997).

²⁷ J. M. Cardoso de Mello, *op. cit.*, p. 33.

diária — e a Lei de Terras (Lei nº. 601/1850) — que regulou a propriedade da terra, determinando que ela só poderia ser ocupada por compra e venda ou por doação do rei — estabeleceram a propriedade capitalista privada sobre a terra e tornaram-na uma *mercadoria*.

Vale destacar que, quando esse processo se completa, com a abolição da escravatura, não só o sistema fabril já se generalizara (na Europa, na América do Norte e na Ásia) como o próprio capitalismo já ingressava em sua fase monopolista, com a predominância do capital financeiro. Os antigos empreendimentos coloniais são substituídos por um novo padrão em que a partilha do mundo entre as grandes potências e a divisão do mercado entre os grandes capitais prevalecem.²⁸

O Brasil experimenta ao longo do século XIX um período de transição ao capitalismo, que vai ser permitido pela empresa do café. O fim do exclusivo comercial (com a independência do país e a revolução industrial) levam a um processo de acumulação “primitiva” (porque ainda não capitalista) em que o latifúndio escravista, como relação social, dá a base técnica para o empreendimento.

Não vamos nos deter na análise da crise da economia mercantil-escravista cafeeira. Apenas apontar seu resultado: a emergência do trabalho assalariado. E, com ela, a passagem a um padrão de acumulação já capitalista, que, na esteira de João Manuel, poderíamos denominar de economia exportadora capitalista. Mais uma vez, o êxito do empreendimento transforma-se em obstáculo a um avanço em direção a formas mais avançadas no interior do próprio capitalismo. O volume e a intensidade da acumulação, bem como seu dinamismo inicial, ajudam a explicar porque o Brasil não transita diretamente para um modo de produção especificamente capitalista, inaugurando o processo de industrialização.

²⁸ Ver Lênin, “O imperialismo – fase superior do capitalismo”. In: *Lênin, obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

Ainda que de forma breve, pois explicar a questão do capital-dinheiro (ou a transformação do dinheiro em capital) exigiria tempo e espaço maiores do que os que estão disponíveis para este texto, vale apontar as direções em que essa explicação pode ser buscada. Em primeiro lugar, a história da extração do ouro no Brasil continua mal contada. As melhores pesquisas estimam que, durante todo o século XVIII, algo como 170 mil quilos de ouro (75% em Minas Gerais, 18% em Goiás e 7% em Mato Grosso) tenham sido extraídos. Como não podia deixar de ser, tais estimativas baseiam-se nos dados (conhecidos) relativos à apropriação pela Coroa da parte que lhe cabia como tributo. Certamente, a produção real foi muito maior, sendo a diferença apropriada de forma não legal e permanecendo na circulação interna; foi ela que serviu de base à expansão monetária que permitiu, posteriormente, o desenvolvimento em larga escala das operações do café.

Em segundo lugar, a própria dificuldade do país em ajustar-se às rígidas regras do padrão ouro, com seguidas entradas e saídas no sistema e periódicas desvalorizações cambiais, deu à oferta monetária no século XIX a elasticidade necessária para ajustar-se à demanda de recursos para o financiamento da empresa cafeeira — que, como se sabe, exigia dispêndios de capital de giro elevados antes de entrar em produção.

A verdade é que não foi pelo lado da circulação monetária que o empreendimento do café enfrentou obstáculos para se expandir. Ao contrário, a combinação entre o aparelho produtivo, centrado nas grandes fazendas de café, e os mecanismos de crédito permitidos pelas casas comissárias (muitas das quais transformaram-se em bancos) estão na raiz do desenvolvimento do capital-dinheiro. De qualquer forma, a internalização da apropriação do excedente, com a criação do Estado nacional e o fim do exclusivo comercial metropolitano, configura o momento da passagem a uma economia capitalista no país.

A constituição do *modo de produção especificamente capitalista* no Brasil constitui o *terceiro processo de ruptura*. Mais uma hipó-

tese: o desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas e do modo de produção especificamente capitalista no Brasil se deu mediante o processo de *internacionalização do mercado interno*.

Essa hipótese foi elaborada em outros textos,²⁹ sempre buscando inspiração em Marx. Mais uma vez retomemos passagem a que já nos referimos anteriormente, em que esse autor, no capítulo de *O Capital* em que trata da taxa e massa de mais-valia, chama a atenção para o fato de que, se o processo vital do capital consiste em mover-se como valor que se expande continuamente, não lhe bastam os mecanismos de extração da mais-valia absoluta, mediante o prolongamento da jornada de trabalho: o capital tem “de revolucionar as condições de produção... o modo de produção e, conseqüentemente, o próprio processo de trabalho. [...] Não basta que o capital se aposses do processo de trabalho na situação em que se encontra ou que lhe foi historicamente transmitida...”.³⁰ A introdução da maquinaria no processo produtivo é apenas o primeiro passo; mas este passo não é suficiente, até porque, de início, a “produção mecanizada se ergue, naturalmente, sobre uma base material que lhe era inadequada”.³¹ Para realizar-se plenamente, e inaugurar o modo especificamente capitalista de produção, a indústria moderna deve produzir máquinas com máquinas e criar assim uma base técnica que lhe seja adequada.

O recurso a Marx serve para delimitar a questão a que devemos responder: em que momento começa-se a “produzir máquinas com máquinas” no Brasil, ou seja, em que momento constituiu-se, no país, o setor que produz meios de produção. Na

²⁹ Ver, em particular, A. Teixeira, *O ajuste impossível* — um estudo sobre a desestruturação da ordem mundial e seu impacto sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

³⁰ K. Marx, *op. cit.*, p. 365-366.

³¹ *Ibid.*, p. 438.

verdade, tal setor começa se formar nos anos 1940 (com os insumos pesados) e completa sua formação na segunda metade dos anos 1950 (com a indústria de bens de capital acoplada à indústria de bens duráveis de consumo).

Esse processo é, obviamente, acompanhado por profunda mudança estrutural, que configura a passagem a um novo padrão de acumulação especificamente capitalista — o momento em que se completa sua formação pode ser flagrado na segunda metade dos anos 1950. No entanto, a passagem a um novo padrão de acumulação não só não resolveu inúmeros problemas como gerou assimetrias e desigualdades que permanecem até hoje.

Para entender o que ocorreu na formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, devemos, antes de mais nada, perceber que não se trata de “distorções”. O desenvolvimento desigual é característica orgânica do capitalismo. Mas a formulação geral também ajuda pouco e devemos recorrer à história para perceber as peculiaridades do desenvolvimento brasileiro.

A sugestão que fazemos é que o momento em que o Brasil dá a arrancada para a constituição de modo de produção especificamente capitalista é o momento em que se afirma o movimento expansivo da economia mundial no pós-Segunda Guerra Mundial. Este movimento é chamado de internacionalização do capital (ou, mais precisamente, de transnacionalização do capital). Não vamos entrar em detalhes sobre este processo. Certas características deste processo são comuns a todos os países: os setores que se expandem são os mesmos — metal-mecânica, eletro-eletrônica e química (petroquímica); os setores líderes pertencem às indústrias de bens de consumo durável e de bens de capital a elas acoplados.

Apesar desses traços comuns, o processo se deu de forma diferenciada nos países da periferia, uma vez que neles o processo de monopolização industrial estava atrasado nos setores industriais já implantados e as formas de consumo diferenciado limitavam-se às elites, importadoras de bens duráveis de consumo.

A transnacionalização dessas economias, na verdade, significou a criação, ao mesmo tempo e de um só golpe, das empresas, das indústrias e dos mercados — enfim, das forças produtivas especificamente capitalistas correspondentes a uma etapa avançada do capitalismo mundial. E, para que isso pudesse ocorrer, era condição necessária a existência, na periferia, de mercados dinâmicos e em expansão — e esse era o caso do Brasil. Mais do que isso, até. Na verdade, o Brasil foi palco privilegiado desse movimento, por duas razões: em primeiro lugar, porque, desde os anos 1930, já havia iniciado seu processo de industrialização, ainda que no conceito de “industrialização restringida”; em segundo, porque não existia, no país, aversão (do ponto vista jurídico-institucional) ao capital estrangeiro — ao contrário, a presença de empresas estrangeiras já podia ser observada desde antes da Primeira Guerra Mundial.

O longo ciclo da industrialização brasileira, que se estende de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, foi assim comandado pela estratégia de crescimento, padrão de produção e acumulação de capital das grandes empresas internacionais, localizadas nos setores dinâmicos da indústria de bens duráveis de consumo, particularmente a automobilística e a eletro-eletrônica. O papel do Estado nesse processo foi ter apresentado suficiente plasticidade para aceitá-lo, gerando facilidades de crédito, de produção de insumos a baixo custo e não criando obstáculos legais a seu desenvolvimento.

Tendo sido assim verdadeira fronteira de expansão do processo de transnacionalização do capital, a estrutura industrial brasileira passou a apresentar traços bem marcados quanto à presença e liderança das empresas internacionais, presentes nos setores mais dinâmicos, bem como quanto à divisão de esferas entre elas, as empresas nacionais e o Estado.

As consequências desse processo, no entanto, só se fariam sentir mais adiante. Era o “ovo da serpente”, no qual estava se gestando a *quarta ruptura*, que será uma decorrência das modificações

ocorridas na ordem mundial ao final do século XX e de seu impacto no país. A hipótese aqui apresentada, também muito pouco original, é de que, a partir dos anos 1980, o Brasil transitou para um novo padrão de acumulação, financeirizado e patrimonialista.

O assunto também já foi tratado por mim em outras ocasiões,³² quando mostrei que a crise internacional dos anos 1980 havia desmantelado os mecanismos de crescimento da economia brasileira constituídos nas décadas anteriores, por meio da paralisação do mercado internacional de crédito voluntário, do redirecionamento dos fluxos de investimento direto para os Estados Unidos e seu afastamento da rota da periferia, da transferência maciça de recursos da periferia para o centro, da mudança do paradigma tecnológico e da globalização financeira.

Tudo isso modificou a lógica das decisões de investimento das grandes corporações transnacionais, incidindo sobre a economia brasileira em um momento em que um largo ciclo endógeno de expansão esgotava suas potencialidades e restringindo a capacidade de realizar o componente autônomo do investimento pelas multinacionais e pelo Estado. A verdadeira natureza da crise por que passou o país nos anos 1980, portanto, só pode ser entendida quando é vista como crise de uma economia industrializada e altamente internacionalizada que é excluída da rota dos movimentos internacionais de capital, financeiros e produtivos.

O Brasil resistiu por quase uma década ao receituário das políticas neoliberais. Com a eleição de Collor, em 1989, no entanto, ocorreu a rendição, consolidada nos dois mandatos de FHC. Associada a uma abertura descontrolada dos mercados, a política econômica em curso na ocasião acabou por induzir uma reestruturação perversa e defensiva da indústria instalada no país. As grandes empresas realizaram um processo de especialização nas

³² Ver A. Teixeira, *op. cit.*, e “O império contra-ataca – notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana”. *Economia e Sociedade*, n. 15, Campinas, dez. 2000.

linhas de maior produtividade, encerrando suas atividades nas demais, e alteraram seu *mix* de produção interna e revenda de importados, além de aumentar o coeficiente importado, reduzindo o valor agregado internamente.

O resultado foi o expressivo número de estabelecimentos que fecharam suas portas. Mas, para os que esperavam que esse processo de “saneamento” da indústria instalada no país, com abertura de mercado e reestruturação produtiva, viesse a apresentar resultados positivos, a frustração foi grande: não houve ganhos de “competitividade” no mercado externo; as nossas exportações de produtos manufaturados permaneceram no mesmo patamar em que já estavam; e a natureza ilusória das importações de máquinas e equipamentos foi logo desmascarada, pois tinham um caráter meramente defensivo, não contribuindo para o aumento da competitividade — apenas substituíram produção interna, levando o setor de bens de capital a sofrer uma contração maior do que os outros.

E, quanto ao investimento direto externo, o principal problema estava em que a maior parte do capital que ingressou no país não levou à ampliação da capacidade produtiva, mas simplesmente à transferência de propriedade a mãos estrangeiras de empresas brasileiras, públicas e privadas. Pois o capital dirigiu-se para o patrimônio público, via privatizações, e para o setor privado nacional, por meio da desnacionalização. Um profundo processo de transferência patrimonial foi realizado ao longo do anos 1990, com a venda de empresas nacionais, públicas e privadas, a empresas internacionais, também elas públicas ou privadas.

O capital entrante encontrou um aliado natural na nova elite financeira, formada por bancos e instituições financeiras de geração recente e pelos fundos de pensão. Juntos, compõem eles a fração hegemônica nesta nova etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Destrói-se o Estado desenvolvimentista apenas para restaurar o Estado patrimonialista. Só que agora, a expressão

da riqueza (e do poder) já não é o patrimônio imobiliário (a terra), mas o mobiliário (a circulação financeira).

Essa articulação — que configura um novo padrão de acumulação capitalista no país — exigia uma sobrevalorização da riqueza financeira, que requereu, por sua vez, elevados patamares para as taxas de juros. Isso trouxe consigo, como não podia deixar de ser, um desequilíbrio crescente nas contas públicas. O déficit nominal do setor público era elevado, mas, se excluíssemos os juros da dívida pública, chegaríamos ao famoso superávit primário, ícone em cujo altar vem se ajoelhando a política econômica desde então. O déficit público no Brasil é de natureza exclusivamente financeira, ou seja, decorre nas necessidades de rolagem da dívida pública, a qual está atrelada à política de juros altos.

A questão do Estado tem assim um outro aspecto, além do componente ideológico. Ela é sobredeterminada pela política econômica. Era necessário realizar continuamente superávits primários para impedir a deterioração completa das contas públicas, decorrente dos juros altos e da dívida pública crescente. Para isso, antes como agora, o caminho percorrido tem sido sempre o de cortar gastos, mesmo que atinjam a política social e tragam consigo a degradação cada vez maior do serviço público. Como, em consequência, o aparelho estatal perde eficiência e as políticas públicas, eficácia, a posição ideológica dos que querem liquidar o Estado acaba por se justificar *ex-post*.

Chegamos assim a nossa última *ruptura*. Se, para as anteriores, foram formuladas hipóteses, para esta quinta melhor será formular uma dúvida. Por que — se a política econômica que vinha sendo implementada no governo anterior era “contrária aos interesses da nação”, se a eleição de Lula em 2002 foi a mais clara demonstração de que as tensões políticas e sociais da sociedade brasileira haviam sido levadas além de seu limite tolerável, se tantas e tão importantes modificações foram feitas em inúmeros campos das políticas públicas nesses oito anos, se as mudanças na conjuntura internacional beneficiaram o país e reduziram signi-

ficativamente sua vulnerabilidade externa — por que exatamente a política econômica manteve-se tão próxima à de seu antecessor?

A meu ver, devemos deixar de lado explicações malignas, conspirativas ou semelhantes, e buscar uma resposta utilizando-nos do método que Marx nos legou e pesquisar as consequências da mudança no padrão de acumulação apontada há pouco.

Esse padrão de acumulação pressupunha, para sua continuidade, a manutenção das políticas monetária e fiscal restritivas e, portanto, taxas de crescimento econômico medíocres e baixa inflação, embora isso não signifique que o capital não esteja se valorizando. Ao contrário: as sucessivas modificações implantadas no marco institucional e a permanência, por longo tempo, de políticas de abertura de mercado e de controle da demanda, somadas à reestruturação produtiva das empresas, levou a uma mudança estrutural na órbita do capital. Já não é apenas a realização da mais-valia no ciclo do capital produtivo que conta, mas sua articulação com as órbitas financeira e da circulação; afinal, como dissemos há pouco, repetindo Marx, “o processo vital do capital consiste... em mover-se como valor que se expande continuamente”.

Se essa constatação é verdadeira, os problemas que se colocam não são apenas de natureza teórica, relativos à interpretação do capitalismo brasileiro, mas, sobretudo, políticos. A era do “desenvolvimentismo” acabou, o que significa que questões como “retomada do desenvolvimento” e “projeto nacional” devem ser reformuladas a partir da pergunta sobre *quem são os atores sociais* que, na atualidade, estão dispostos a assumir as tarefas históricas de formular o projeto nacional e defender políticas que acarretem altos níveis de emprego e distribuição de renda e riqueza. Talvez a burguesia brasileira já não esteja, enquanto classe, tão interessada nisso.

Por certo “o capitalismo está desgovernado”, para usar a expressão de Luiz Gonzaga Belluzzo, mas esse “desgoverno” não significa, certamente, sua crise agônica e derradeira; é o padrão de

acumulação que se consolidou nas últimas décadas que está fazendo água. Enfrentar essa conjuntura, para quem reclama a herança de Marx, não significa refugiar-se em qualquer modalidade de fundamentalismo. É preciso travar a batalha no campo da política e, para os economistas em particular, no campo da política econômica. É preciso continuar a propor alterações de fundo nessa política, que impliquem a revogação dos velhos ícones.

Mas não basta: para os que reclamam a herança de Marx, é preciso sobretudo entender o atual estágio do capitalismo brasileiro e propor estratégias e políticas de alianças que concedam protagonismo aos atores sociais verdadeiramente interessados na formulação do projeto nacional e de novos padrões de desenvolvimento para o país.

“Decifra-me ou devoro-te” parecem dizer as esfingéticas configurações do capitalismo brasileiro a todos aqueles que pretendem desvendá-lo. Este breve Posfácio, como terá verificado o leitor, não teve a pretensão de levar a cabo essa tarefa. Visou, tão somente, em um enfoque histórico-estrutural, inspirado em Marx, compartilhar preocupações sobre o processo de formação do modo capitalista de produção no Brasil e especular sobre o momento atual de seu desenvolvimento — contribuindo desta forma para o debate em curso.

Aguardemos, portanto, o próximo volume de *Ecos do desenvolvimento*.

Referências bibliográficas

- AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. [2. ed., revista: Contraponto ; Centro Internacional Celso Furtado, 2010].
- ALVES, M. H. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ARAÚJO, M. P. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. *Revolução e democracia (1964...)*, v. 3. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 321-353.
- ARENDT, H. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M. (Org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 11-46.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRUDA, M. A.; GARCIA, S. *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15; Capes, 2003.
- ATTALI, J. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BACHA, E. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 125-155.
- BARREIROS, D. *Estabilidade e crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo (1960-1969)*. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 2, maio-ago. 2009.
- BELLUZZO, L. G. *Um estudo sobre a crítica da economia política*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.
- BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 2 v.
- BIANCHI, A. M.; NUNES, R. Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da história do pensamento econômico. *Revista Econômica*, Niterói, v. 4, n. 2, dez. 2002, p. 153-176.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Ipea, 1988. [4. ed. revista: Contraponto, 2007].

- _____. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: Ipea; Cepal, 2002.
- _____; _____. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. In: *Seminário Brasil-Chile: uma mirada hacia América latina y sus perspectivas*. Santiago de Chile, jul. 2005.
- BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, v. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 15-42.
- BORJA, B. Celso Furtado e a cultura da dependência. *Oikos*, v. 8, n. 2, p. 247-262. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BRASIL. Lei 785 de 20 de agosto de 1949.
- _____. Plano Nacional de Desenvolvimento II. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1974.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 17-69.
- _____. O conceito de desenvolvimento do Iseb revisitado. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004a.
- _____. O conceito de desenvolvimento do Iseb rediscutido. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004b, p. 49-84.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CAMPOS, R.; SIMONSEN, M. H. *Formas criativas de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: APEC, 1975.
- CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil (Prefácio). In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 13. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, [1967] 1979, p. xi-xxii.
- _____. Amizade com Florestan. In: D'INCAO, M. A. (Org.) *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 31-36.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusora Europeia do Livro, 1963.
- _____. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusora Europeia do Livro, 1969.
- _____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

- _____. “Prefácio”. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 9-12.
- _____. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, out.-dez. 1995.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp; IE-Unicamp, 2002.
- CARVALHO, F. C. *Agricultura e questão agrária no pensamento econômico brasileiro, (1950-1970)*. Dissertação (Mestrado) – Unicamp/IFCH, Campinas, 1978. Mimeo.
- CASTELO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009, p. 71-91.
- CASTRO, A. B. Uma tentativa de interpretação do modelo histórico latino-americano. In: _____. *7 ensaios sobre a economia brasileira*, v. 1. Rio de Janeiro: Forense, [1967] 1969a, p. 19-76.
- _____. Agricultura, emprego e desequilíbrios regionais no “modelo brasileiro”: perspectivas. In: _____. *7 ensaios sobre a economia brasileira*, v. 1. Rio de Janeiro: Forense, [1967] 1969b, p. 145-191.
- _____. *O capitalismo ainda é aquele*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. *Economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, A. B.; POSSAS, M. L.; PROENÇA, A. (Orgs.). *Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1996.
- CEPAL. Estudo econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 137-178.
- CIOTOLA, M. *Os Atos Institucionais e o regime autoritário no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumens Júris, 1997.
- CODATO, A. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, nov. 2005, p. 83-106.
- COHN, G. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES *et al.* (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 125-148.
- _____. O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 48-53.

- COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, D. Florestan Fernandes e o marxismo: o Brasil em perspectiva socialista. In: O legado de Florestan Fernandes. *Cadernos de Estudos Escola Nacional Florestan Fernandes*, n. 4, ago. 2009, p. 69-89.
- COUTINHO, C. N. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, M. A. (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989, p. 115-131.
- . O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: NEVES, L.; LIMA, J. (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 173-200.
- . *Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes*, 2000. Disponível em www.gramsci.org. Acessado em 28 out. 2009.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Unicamp; Papyrus, 1994.
- COUTO E SILVA, G. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.
- . *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.
- . *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
- COVAS, M. *Compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento*. Discurso no Senado Federal em 28 jun. 1989.
- DEL FIM NETTO, A. Prefácio. In: LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973, p. 13-14.
- DEL ROIO, M. A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de uma particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, J.; DEL ROIO, M. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 4: Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000, p. 73-134.
- DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, n. 16, 2007, p. 75-107.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DOBB, M. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1977.
- EISENTADT, S. N. *Revolução e a transformação das sociedades: um estudo comparativo de civilizações*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FANGANIELLO, H. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. 1970. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo/FEA, São Paulo, 1972. Mimeo.

- FAUSTO, B. *O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERNANDES, FLORESTAN. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. In: ———. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, [1958] 1977, p. 50-76.
- . *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, [1959] 1960.
- . Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. In: ———. *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1962] 1976a, p. 314-337.
- . *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- . *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1981.
- . *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006.
- . *Círculo fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976b.
- . Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 4, out. 1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 200-207.
- . Prefácio. In: FERNANDES, F. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 9-17.
- FERNANDES, H. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In: O legado de Florestan Fernandes. *Cadernos de Estudos Escola Nacional Florestan Fernandes*, n. 4, ago. 2009, p. 29-53.
- FIORI, J. L. *O voo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.
- . Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 39-75.
- . Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004a, p. 11-64.
- . O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004b, p. 67-110.
- FISHLOW, A. Brazilian size distribution. *The American Economic Review*, v. 62, n. 2, maio 1972, p. 391-402.
- . A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 159-189.

- FONSECA, P. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP, v. 15, n. 2 (26), 2004, p. 225-256.
- FRAGA NETO, A. Problemas do controle monetário no Brasil. Texto para Discussão n. 156. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RJ, 1987.
- FRANCO, G. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 3, jul.-set. 1998.
- FRANCO, M. S. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, [1964] 1997.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. Nova York: Monthly Review, 1969.
- . Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (Org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 25-38.
- FREITAS, F. O papel da Teoria da Distribuição nos modelos de crescimento com pleno emprego de Kaldor: uma avaliação crítica. In: *Anais do 37º Encontro da Anpec*. Foz do Iguaçu, 2009.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- . *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a.
- . *Teoria política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961b.
- . *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- . *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964a.
- . Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan. In: ELLIS, H.; WALLICH, H. (Orgs.). *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964b, p. 86-91.
- . *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- . *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, [1967] 1983. Col. “Os Economistas”.
- . Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 314-341.
- . *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- . *O Brasil pós-“milagre”*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- . Entre inconformismo e reformismo. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, out.-dez. 1989, p. 6-28.

- . *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- . *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GANEM, A. A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologetico de Roberto Campos. *Nova Economia*, v. 10, n. 1, jul. 2000.
- . A teoria e o método no espelho da história. In: CORAZZA, G. (Org.). *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 301-311.
- GANEM, A.; TOLIPAN, R. *A formação do economista no Brasil: o papel atual do ensino de pós-graduação*. Relatório de Pesquisa, CNPq, 2000. Mimeo.
- GAREGNANI, P.; PETRI, F. Marxismo e teoria econômica hoje. In: HOBSBAWM, E. *História do marxismo*, v. 13. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 383-474.
- GEISEL, E. Pronunciamento na reunião ministerial de 10/09/1974. In: BRASIL. *Plano Nacional de Desenvolvimento II*. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1974.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOFFMANN, R. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 105-123.
- HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição de renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 12, n. 2, 1972, p. 46-66. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.
- IANNI, O. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- . *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, [1965] 2004.
- . *O colapso do populismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1968] 1975.
- . Introdução. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, O. (Org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1986, p. 7-45.
- IBESP. Para uma política nacional de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, S. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de nosso tempo"*. Brasília: Universidade de Brasília, [1956] 1979, p. 171-273.
- IGLÉSIAS, F. (Org.). Caio Prado Júnior. In: *Grandes Cientistas Sociais*, n. 26, 1982. São Paulo: Ática.
- JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

- . *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo de caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.
- JURUÁ, C. *Economia, Estado e acumulação de capital: a contribuição de Celso Furtado*. Texto para debate, PPFH/UERJ, 2009. Mimeo.
- KHUN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- KLEIN, L.; FIGUEIREDO, M. *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- KONDER, L. A façanha de uma estreia. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989, p. 133-140.
- LAKATOS, I. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, B. (Dir.). *O Brasil republicano*, v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel; Difusão, 1978. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, [1964] 1975.
- . *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília: Funcep, [1978] 1988.
- . Entrevista com o economista Carlos Lessa. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 1981, p. 165-174.
- LESSA, C.; EARP, F. S. *Mais além do II PND: O Instituto de Economia da UFRJ*. Texto para Discussão n° 11. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, IE/UFRJ, 2004.
- LEWIS, A. W. *The theory of economic growth*. Illinois: Homewood, 1954.
- . O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 406-456.
- LIMA, R. Os caminhos do capitalismo: via prussiana, revolução passiva e desenvolvimento desigual e combinado. *Antítese*, Goiânia, n. 7, 2009, p. 89-117.
- LOPES, F. Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas. Texto para Discussão n. 77. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-Rio, 1984.
- LOPES, J. S. L. Sobre o debate da distribuição de renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 289-317.

- LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: LÖWY, M.; BENSÂID, D. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 160-167.
- MAGALHÃES, J. P. de A. *A controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico: uma reformulação*. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- . *O pensamento econômico após a II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Lodi, 1981. Mimeo.
- MALAN, P.; BONELLI, R. Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, ago. 1976.
- MALAN, P.; WELLS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 241-262.
- MALTA, M. *Controvérsias sobre a teoria da acumulação de James Steuart*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- MALTA, M.; CASTELO BRANCO, R.; ROCHA, M. A.; BORJA, B.; BIELSCHOWSKY, P. A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. *Anais do XXXVII Encontro Anual da Anpec*. Foz do Iguaçu, dez. 2009.
- MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.
- . *O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes*. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997a, p. 107-157.
- . *O governo Geisel, o II PND e os economistas*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997b.
- MANTEGA, G.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1905] 1987.
- MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, jul.-dez. 2004, p. 169-174.

- MEIER, G. The Formative Period. In: MEIER, G.; SEERS, D. (Orgs.). *Pioneers in development*. Nova York: Oxford University; World Bank, 1985, p. 3-22.
- MELLO, J. P. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Gravira, 1979.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.
- MODIANO, E. *Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada*. Texto para Discussão n. 70. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-Rio, 1984.
- MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.
- MOURA, F.; MONTERO, P. (Orgs.) *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify; Sesc-SP, 2009.
- NETTO, J. P. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. In: ———. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 203-222.
- NOVACK, G. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, [1965] 2008.
- NURKSE, R. A teoria do comércio internacional e a política de desenvolvimento. In: ELLIS, H.; WALLICH, H. (Orgs.). *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964a, p. 271-306.
- . Outros comentários sobre o trabalho do Professor Rosenstein-Rodan. In: ELLIS, H.; WALLICH, H. (Orgs.). *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964b, p. 92-99.
- . Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 263-277.
- NUNES, R.; BIANCHI, A. M. Duas maneiras de contar a história do pensamento econômico. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 5, jan.-jun. 1999. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, p. 93-114.
- O'DONNELL, G. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.
- . *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- et al. *O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, E. R. de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

- . De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, São Paulo, 1972.
- . *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- . *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- . Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes. In: NOVAES, A. (Org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c, p. 465-482.
- OLIVEIRA, L. L. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C.; FERREIRA, M. *et al.* (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 143-178.
- PENNA, L. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA, L. C. B. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 17-69.
- POSSAS, M. A economia política no Brasil hoje. *Revista de Economia Política*, v. 10, n. 2, abr.-jun. 1990, p. 95-115.
- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2007.
- . *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1943.
- . *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1945] 1969.
- . Capitais estrangeiros. *Revista Brasiliense*, n. 11, 1957, p. 14-24.
- . Empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional. *Revista Brasiliense*, n. 23, 1959a, p. 1-10.
- . Nacionalismo e desenvolvimento. *Revista Brasiliense*, n. 24, 1959b, p. 9-15.
- . *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1960a.
- . As eleições de 3 de outubro. *Revista Brasiliense*, n. 32, 1960b, p. 1-18.
- . A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil. *Revista Brasiliense*, n. 39, 1962, p. 1-9.
- . *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, [1966] 2004.
- . *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, [1968] 1999.
- . *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- RAMOS, G. Prefácio à segunda edição. In: RAMOS, G. *A redução sociológica*. 2. ed. corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, p. 13-51.
- RANGEL, I. *Dualidade básica na economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1957.
- . *A inflação brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, [1963] 1981.
- . *Obras reunidas*, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- REIS, D. A. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, v. 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Unicamp, 2000, p. 73-108.
- REGO, A. C. *O Congresso Nacional e o regime militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- RESENDE, A. L. *Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural*. Texto para Discussão n. 1, Rio de Janeiro, Departamento de Economia, PUC-Rio, 1979.
- . *A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial*. Texto para Discussão n. 75. Rio de Janeiro, Departamento de Economia, PUC-Rio, 1984.
- RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- RODRIGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. Notas sobre a teoria do grande impulso. In: ELLIS, H.; WALLICH, H. (Orgs.). *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, p. 74-86.
- . Problemas de industrialização da Europa oriental e sul-oriental. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 251-277.
- ROSTOW, W. W. A decolagem para o desenvolvimento autossustentado. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 159-193.
- . *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1961] 1978.
- RUBIN, I. *A History of Economic Thought*. Londres: Pluto Press, [1929] 1989.
- SABOIA, J.; CARVALHO, F. C. (Orgs.) *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia – UFRJ; Barueri: Manole, 2007.
- SAMPAIO JR., P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- . Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Economia: ensaios*. Uberlândia, v. 22, n. 2, jan.-jul. 2008, p. 69-98.

- SAMPAIO JR., P. A.; SAMPAIO, P. A. Apresentação. In: ——— (Orgs.). *Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes: clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 7-23.
- SANTOS, T. *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos, Universidad de Chile, 1967.
- . *Dependencia y cambio social*. Santiago: Centro de estudios Socio-Económicos, Universidad de Chile, 1970.
- SANTOS, W. G. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SCHULTZ, T. The Emerging Economic Scene and Its Relation to High School Education. In: CHASE, F. S.; ANDERSON, H. (Eds.) *The High School in a New Era*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958, p. 97-109.
- SCHUMPETER, J. *História da análise econômica*, 3 v. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, [1954] 1964.
- SCHWARTZMAN, S. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de nosso tempo”*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. A valorização da política na trajetória Pecebista: dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Unicamp, 2000, p. 13-62.
- SERRA, J. A reconcentração da renda: justificativas, explicações e dúvidas. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 263-288.
- SERRANO, F. *The Sraffian supermultiplier*. Tese (Doutorado) – Cambridge University, Cambridge, 1996.
- . *Acumulação de capital, convergência e polarização: notas sobre o curso de teorias do crescimento*. Nota técnica para a “Oficina sobre teorias de desenvolvimento: novas visões e as perspectivas para a América Latina e o Brasil”, organizada conjuntamente pela Cepal, Ipea, Cofecon e Ange em Brasília, 29 nov. 2007.
- SIMONSEN, M. H. *O modelo brasileiro de desenvolvimento*. Ministério da Educação e Cultura, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, 1973.
- SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.
- ; ———. *Formas criativas no desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: APEC, 1975.
- SINGER, P. As contradições do milagre. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 6, out.-dez. 1973, p. 59-77.
- . Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 73-104.

- . *A crise do “milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- . *Dominação e desigualdade*: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castello a Tancredo (1964-1985)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- SOLOW, R. Perspectives on Growth. *Journal of Economic Literature*. Pittsburgh: American Economic Association Publications, v. 8, n. 1, inverno de 1994, p. 45-54.
- SOUZA, F. M. *Raízes teóricas do corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
- STEPAN, A. *Os militares na política*: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STOTZ, E. N. As faces do moderno Leviatã. In: MELO, S. (Org.). *Vinte anos de resistência*: alternativas da cultura no regime militar. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 13-28.
- SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado (1920-2004) e a economia do desenvolvimento. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (Orgs.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 387-401.
- TAUILE, J. R. *Microelectronics, automation and economic development*. Tese (Doutorado) – New School for Social Research, Nova York, 1984.
- TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: ———. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1963] 1972, p. 27-124.
- . *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1973.
- . *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese (Livre docência) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.
- . Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 36-69.
- . *Ciclo e crise*: o movimento recente da industrialização brasileira. Tese (Professor Titular) – FEA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.
- . O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 107-138.
- . *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1988.

- . Da falsa “via prussiana” à falsa via liberal. Folha de São Paulo, 22/09/1996. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo35.htm>. Acesso em 29/09/2009.
- TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 122-129.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. Mas allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n. 1-2, jul.-dez. 1971, p. 2-38.
- ; ———. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1971] 1973, p. 153-207.
- TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 155-190.
- TOLEDO, C. N. *Iseb: fábrica de ideologias*. Campinas: Unicamp, 1997.
- TOLIPAN, R. *A necessidade do pensamento econômico*. Texto para Discussão n. 3. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, IE/UFRJ, 1982.
- . *A ironia na história do pensamento econômico*. Tese (Professor titular) – FEA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- TOLIPAN, R.; TINELLI, A. (Orgs.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- ; ———. Pensamento econômico brasileiro contemporâneo II. *Revista de Estudos Avançados*, n. 43, set.-dez. 2001. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.
- TORRES, A. *A Organização Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1914 [1978].
- TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*, v. 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- VELOSO, J. P. R. *Os rumos do desenvolvimento no Brasil*. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978.
- VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. *Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica*. Ipea. Texto para discussão n. 1273, Rio de Janeiro, abr. 2007.
- VERSIANI, F. R. A Anpec aos 25 anos: passado e futuro. *Revista Anpec*, Rio de Janeiro, v. 1, 1997, p. 219-259.
- VIEIRA, J. R. *O autoritarismo e a ordem constitucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.
- WELLS, J. Distribuição de rendimentos, crescimento e a estrutura de demanda no Brasil na década de 60. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 190-237.

- WERNECK SODRÉ, N. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1958] 1963.
- . *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- WERNECK VIANNA, L. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- . Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 364-377.

1ª edição, outubro de 2011
Impressão: Artecór Gráfica
Papel da capa: cartão supremo 250g/m²
Papel do miolo: pólen soft 80g/m²

Ecos do desenvolvimento

AUTORES

Aloisio Teixeira

Angela Ganem

Bruno Borja

Claudio Salm

Hélio de Lena Júnior

Marco Antonio da Rocha

Maria Mello de Malta

Pablo Bielschowsky

Ricardo Bielschowsky

Rodrigo Castelo

Victor Leandro C. Gomes

ISBN 978-85-7811-107-6



9 788578 111076




Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies

Ministério da
Integração Nacional

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

sae
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA